

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Douglas Elias Carvalho

**DO DEBATE PÚBLICO À SUSPENSÃO DO EMPREENDIMENTO
MINERÁRIO: PÚBLICOS, ARGUMENTOS E VARIÁVEIS DISCURSIVO-
CONTEXTUAIS NO CASO MINA GUAÍBA**

PORTO ALEGRE (RS)

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Douglas Elias Carvalho

**DO DEBATE PÚBLICO À SUSPENSÃO DO EMPREENDIMENTO
MINERÁRIO: PÚBLICOS, ARGUMENTOS E VARIÁVEIS DISCURSIVO-
CONTEXTUAIS NO CASO MINA GUAÍBA**

Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Rudimar Baldissera

Porto Alegre (RS)

Março de 2024

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Douglas Elias

Do debate público à suspensão do empreendimento
minerário: públicos, argumentos e variáveis
discursivo-contextuais no caso Mina Guaíba / Douglas
Elias Carvalho. -- 2024.

240 f.

Orientador: Rudimar Baldissera.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Debate público. 2. Discurso. 3. Mina Guaíba. I.
Baldissera, Rudimar, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DO DEBATE PÚBLICO À SUSPENSÃO DO EMPREENDIMENTO MINERÁRIO: PÚBLICOS, ARGUMENTOS E VARIÁVEIS DISCURSIVO- CONTEXTUAIS NO CASO MINA GUAÍBA

DOUGLAS ELIAS CARVALHO

Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovado em: 28 de março de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rudimar Baldissera – UFRGS/PPGCOM
Orientador

Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques – UFMG/PPGCOM
Examinador

Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias – USP/PPGCOM
Examinador

Profa. Dra. Fiorenza Zandonade Carnielli – UFRGS
Examinadora

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi – PPGCOM/UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

O doutorado foi, para mim, uma jornada dura e exaustiva, que somente se tornou possível porque nunca estive sozinho. Quero agradecer quem fez com que eu conseguisse chegar até aqui.

Foram incontáveis as pessoas que, de alguma forma, me fortaleceram e me incentivaram ao longo do caminho. Represento-as aqui citando um quarteto de especial importância. Inicio por meu orientador, professor Rudimar. Quem tem ou já teve o privilégio de ser orientado por ele sabe que o seu alto nível de exigência, imprescindível para a construção das virtudes desta tese, é pequeno quando comparado à sua generosidade. A ele, minha eterna gratidão.

Fundamentais, ainda, a parceria de meu pai, Elias, e a base, o apoio permanente e o amor incondicional de minha mãe, Silvana. Quero agradecer, também, minha amada, admirável e compreensiva Laura, que ilumina minha vida e me enche de alegria por caminhar ao seu lado.

Enquanto produzirmos uma linguagem que fala do mundo como exterioridade, vamos continuar afirmando o extrativismo.

(Ailton Krenak)

RESUMO

A presente tese investiga articulações entre contexto e discurso, a partir do debate público e da suspensão da Mina Guaíba. Para isso, aciona a Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2012; 2016) como lente epistêmica e metodológica. A Mina Guaíba foi um empreendimento de mineração de carvão, proposto pela empresa Copelmi, para operar em área localizada entre os municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul. Quando fosse instalada, seria a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil. O licenciamento ambiental do projeto tramitou entre os anos de 2018 e 2022, quando foi arquivado pelo órgão licenciador. O assunto mobilizou, em parte desse período, uma série de intensas discussões públicas no estado gaúcho e teve como principal ponto de inflexão o anúncio da suspensão do empreendimento, pelo governador Eduardo Leite, em 2021. Partindo da proposição de que o contexto da mineração, por intermédio de suas variabilidades, articulou-se às produções discursivas do debate em análise, e de que essa articulação se deu por meio do que denominamos “variáveis discursivo-contextuais”, definimos o objetivo geral de “explicitar que variáveis discursivo-contextuais constituíram o debate público sobre a Mina Guaíba e como essas variáveis foram acionadas no referido debate e geraram a suspensão desse empreendimento”. O objeto empírico da pesquisa é composto por duas audiências públicas a respeito do caso, promovidas pelo Ministério Público e pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e complementado por diversos materiais, como entrevistas e matérias jornalísticas. A fundamentação teórica do trabalho está dividida em duas etapas principais: no início da tese, há discussões sobre comunicação e debate públicos (Gomes, 2008; Esteves, 2011; Weber, 2017; Henriques, 2017) e, a partir da ACD, acerca de discurso; e, posteriormente, de forma articulada às análises, são apresentados referenciais teóricos sobre elementos contextuais da mineração (Gudynas, 2009; 2016; Banerjee, 2008; Leff, 2001; Acselrad, 2004a; 2004b; Davis, Franks, 2014; Santos, 2001, 2011; Beck, 2010; Porto-Gonçalves, 2017; Latour, 2011; Enríquez, Fernandes, Alamino, 2011; Gomide et al., 2018). O percurso analítico, articulado a bases teórico-metodológicas provenientes da ACD, baseia-se na concepção tridimensional do discurso: inicia-se pela dimensão do discurso como texto, que viabiliza tanto a validação das supracitadas audiências públicas enquanto objeto de estudo, como o mapeamento dos principais núcleos temáticos desses eventos; indica, por meio da dimensão do discurso como prática discursiva, os principais públicos e argumentos do debate; e, no que toca à dimensão do discurso como prática social, empreende o referido levantamento teórico sobre o contexto do setor minerário, identifica variáveis discursivo-contextuais da mineração e as articula aos argumentos mais gerais do debate e, também, aos argumentos acionados no episódio específico da suspensão da mina. Os resultados mais relevantes obtidos dão conta de que, em meio a uma polarização de públicos contrários e favoráveis ao empreendimento (com participação secundária de sujeitos/organizações moderadores-mediadores), foram mobilizados, principalmente, argumentos baseados em riscos socioambientais, histórico do setor de mineração, benefícios econômicos gerados por empreendimentos minerários e ameaças aos modos de vida de populações vulnerabilizadas. Além disso, entre as doze variáveis discursivo-contextuais que se articularam ao debate público analisado, os interesses político-eleitorais assumiram papel determinante no âmbito das mudanças sociais e discursivas que geraram a suspensão da Mina Guaíba.

Palavras-chave: Debate público. Discurso. Contexto. Públicos. Argumentos. Mineração. Mina Guaíba.

ABSTRACT

This thesis investigates links between context and discourse, based on the public debate and the suspension of Guaíba Mine. To do this, it uses Critical Discourse Analysis (CDA) (Fairclough, 2012; 2016) as an epistemic and methodological lens. Guaíba Mine was a coal mining enterprise, proposed by the company Copelmi, to operate in an area located between the cities of Charqueadas and Eldorado do Sul, in Rio Grande do Sul. When it was installed, it would be the largest open-pit coal mine in Brazil. The project's environmental licensing was processed between 2018 and 2022, when it was archived by the licensing agency. The subject mobilized, in part of this period, a series of intense public discussions in the state, and its main turning point was the announcement of the suspension of the project, by governor Eduardo Leite, in 2021. Starting from the proposition that the context of mining, through its variabilities, articulated with the discursive productions of the debate under analysis, and that this articulation took place through what we named "discursive-contextual variables", we defined the general objective of "explaining which discursive-contextual variables constituted the public debate about Guaíba Mine and how these variables were activated in the aforementioned debate and generated the suspension of this project". The empirical object of this research consists of two public hearings, promoted by the Public Ministry and the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul, and is complemented by various materials, such as interviews and journalistic articles. The theoretical foundation is divided into two main stages: at the beginning of the thesis, there are discussions about public communication and debate (Gomes, 2008; Esteves, 2011; Weber, 2017; Henriques, 2017) and, from the ACD, about discourse; and, subsequently, in conjunction with the analyses, theoretical references about contextual elements of mining are presented (Gudynas, 2009; 2016; Banerjee, 2008; Leff, 2001; Acselrad, 2004a; 2004b; Davis, Franks, 2014; Santos, 2001, 2011; Beck, 2010; Porto-Gonçalves, 2017; Latour, 2011; Enríquez, Fernandes, Alamino, 2011; Gomide et al., 2018). The analytical path, articulated with theoretical-methodological bases from ACD, is based on the three-dimensional conception of discourse: it begins with the dimension of discourse as text, which enables the validation of the aforementioned public hearings as object of study and the mapping of the main thematic cores of these events; it indicates, through the dimension of discourse as discursive practice, the main publics and arguments of the debate; and, with respect to the dimension of discourse as social practice, it carries out the aforementioned theoretical survey about the context of mining sector, identifies discursive-contextual variables of mining and articulates them with the general arguments of the debate and, also, with those activated in the specific episode of suspension of the mine. The most relevant results obtained show that, amidst a polarization of publics against and in favor of the enterprise (with secondary participation of moderators-mediating subjects/organizations), arguments were mobilized mainly based on socio-environmental risks, the history of the mining sector, economic benefits generated by mining projects and threats to ways of life of vulnerable populations. Furthermore, between the twelve discursive-contextual variables that were linked to the public debate, political-electoral interests assumed a determining role within the scope of the social and discursive changes that generated the suspension of Guaíba Mine.

Keywords: Public debate. Discourse. Context. Publics. Arguments. Mining. Guaíba Mine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro <i>post</i> do “Minera RS”	51
Figura 2 – Segundo <i>post</i> do “Minera RS”	52
Figura 3 – Resposta do CCM/RS ao “Minera RS”	53
Figura 4 – Localização prevista da Mina Guaíba	59
Figura 5 – Layout do projeto da Mina Guaíba	61
Figura 6 – Análise de similitude dos conteúdos de GZH	75
Figura 7 – Análise de similitude dos conteúdos do Sul 21	78
Figura 8 – Casos de Conflitos Empresas-Comunidades: questões próximas/questões em disputa (n = 50)	109
Figura 9 – Casos de Conflitos Empresas-Comunidades: estágio operac. (n = 50)	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Associação temática entre os conteúdos de GZH e Sul 21 e a audiência pública do MPE/RS	80
Quadro 2 – Associação temática entre os conteúdos de GZH e Sul 21 e a audiência pública da AL/RS	82
Quadro 3 – Argumentos por núcleo temático e por posicionamento	94
Quadro 4 – Argumentos sobre território e conflito ambiente-economia	104
Quadro 5 – Argumentos sobre riscos/benefícios e ciência	118
Quadro 6 – Argumentos sobre política, tramitações, mobilizações e energia	137
Quadro 7 – Oradores(as) da audiência pública do MPE/RS	220
Quadro 8 – Oradores(as) da audiência pública da AL/RS	224
Quadro 9 – Argumentos dos públicos sobre os riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores	228
Quadro 10 – Argumentos dos públicos sobre o Estudo de Impacto Ambiental	230
Quadro 11 – Argumentos dos públicos sobre ações promovidas por entidades ambientalistas	231
Quadro 12 – Argumentos dos públicos sobre as etapas e exigências do licenciamento ambiental	233
Quadro 13 – Argumentos dos públicos sobre os riscos ambientais	234
Quadro 14 – Argumentos dos públicos sobre os riscos à saúde	235
Quadro 15 – Argumentos dos públicos sobre a proximidade da mina com a Região Metropolitana e com Porto Alegre	236
Quadro 16 – Argumentos dos públicos sobre as mudanças climáticas globais	238
Quadro 17 – Argumentos dos públicos sobre benefícios econômicos	239

LISTA DE SIGLAS

ABCS	Associação Brasileira do Carbono Sustentável
ACD	Análise Crítica do Discurso
Agapan	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AL/RS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
CCM/RS	Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul
COP	Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CRM	Companhia Riograndense de Mineração
EIA/Rima	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
Fepam	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
Ibram	Instituto Brasileiro de Mineração
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
MPE/RS	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
MPF	Ministério Público Federal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Sema	Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura
Sergs	Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. SOBRE OS CONCEITOS DE DEBATE E DISCURSO	28
2.1. Uma esfera de debates públicos	29
2.2. Sobre construções discursivas	41
3. BREVE HISTÓRICO DO CASO MINA GUAÍBA	55
3.1. Um polêmico projeto de megamineração	55
3.2. Cronologia de eventos que impactaram o caso da Mina Guaíba	64
4. DISCURSO COMO TEXTO: OS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO DEBATE PÚBLICO SOBRE O EMPREENDIMENTO	70
4.1. Os temas em debate nas audiências públicas	70
5. DISCURSO COMO PRÁTICA DISCURSIVA: PRINCIPAIS PÚBLICOS E ARGUMENTOS DO CASO	86
5.1. Contrários, favoráveis e moderadores-mediadores: quem diz e o que é dito	86
6. DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: AS VARIÁVEIS DISCURSIVO-CONTEXTUAIS QUE CONSTITUEM O DEBATE DA MINA GUAÍBA	101
6.1. O conflito ambiente-economia no/e o território	104
6.1.1. Contextualização: o extrativismo atualiza-se sem perder a sua essência	105
6.1.2. Variáveis discursivo-contextuais 1 e 2	115
6.2. Os impactos e/sob o prisma científico	118
6.2.1. Contextualização: implicações efetivadas e projetadas na/pela mineração	120
6.2.2. Variáveis discursivo-contextuais 3 a 5	134
6.3. De política(s) e contrapontos	136
6.3.1. Contextualização: matriz energética e articulações políticas	138
6.3.2. Variáveis discursivo-contextuais 6 a 10	153
6.4. A suspensão da Mina Guaíba	155
6.4.1. Contextualização: sobre mudanças climáticas e conjuntura eleitoral	156
6.4.2. Variáveis discursivo-contextuais 11 e 12	169
6.5. Considerações gerais	171
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
8. REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE A – Conteúdos analisados de GZH e Sul 21	197
APÊNDICE B – Oradores(as) das audiências públicas do MPE/RS e da AL/RS	219
APÊNDICE C – Argumentos dos públicos por núcleo temático do debate	228

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2023 foi o mais quente já registrado na história mundial¹. Esse dado, divulgado pelo Copernicus, observatório espacial vinculado à União Europeia, refere-se ao fato de o ano passado ter tido a maior temperatura média (14,98 °C) desde o início dos registros, em 1850. Não se trata de fenômeno aleatório – uma vez que a série histórica de medições demonstra uma ampliação constante do aquecimento global ao longo dos anos² (especialmente a partir da década de 1970) –, tampouco inofensivo, posto que diretamente associado a uma série de danos socioambientais, como estiagens e inundações.

A ocorrência de desastres relacionados às mudanças climáticas globais faz-se perceptível no dia a dia. Somente em 2023, no Brasil, tragédias decorrentes do excesso de chuvas deixaram pelo menos 196 pessoas mortas e mais de 500.000 desalojadas, além de gerar cerca de R\$ 25 bilhões em prejuízos de caráter público e privado, de acordo com levantamento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)³ – conjuntura que, no estado do Rio Grande do Sul, pode ser exemplificada por meio de menção a graves enchentes no Vale do Taquari⁴ e a uma elevação histórica do nível do lago Guaíba, em Porto Alegre⁵. A intensidade de eventos climáticos extremos, ainda conforme o referido levantamento, tem aumentado no país, materializando-se em casos cada vez mais frequentes, letais e onerosos, os quais, por meio de processos como os de racismo ambiental e de injustiça climática, vêm produzindo efeitos que, embora afetem diversos segmentos da sociedade, se fazem ainda mais danosos para populações historicamente vulnerabilizadas (Girardi; Rieger, 2024).

Os efeitos progressivos das mudanças do clima convertem a questão climática em uma das pautas globais mais urgentes da atualidade. Na mais recente Conferência

¹ Disponível em: <<https://climate.copernicus.eu/copernicus-2023-hottest-year-record>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

² Disponível em: <<https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2023>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

³ Disponível em: <<https://apublica.org/2024/01/crise-climatica-baguncou-geral-o-brasil-em-2023/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁴ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/vale-do-taquari-rs-sofre-com-inundacoes-2-meses-apos-ciclone-devastar-a-regiao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁵ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/11/guaiba-atinge-3m30cm-em-porto-alegre-maior-nivel-desde-enchente-historica-de-1941-clp7gi05c005q0159gb65i092.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 28, realizada entre novembro e dezembro de 2023, o secretário-geral da ONU, António Guterres, efetuou uma provocação no sentido de que “estamos numa corrida contra o tempo” para refrear o aquecimento do planeta⁶ e salientou que um “aspecto central” nessa luta se encontra na busca por “eliminar gradualmente os combustíveis fósseis”⁷. O alerta do secretário-geral diz da elevação nas emissões de gases de efeito estufa, responsáveis por aumentar a temperatura planetária e, assim, acelerar a emergência climática. A principal fonte desses gases reside na queima de combustíveis fósseis⁸ – dos quais, o mais poluente é o carvão mineral⁹.

Assim, um debate público sobre uma mina de carvão – como o estudado nesta tese – está intrinsecamente relacionado ao futuro da humanidade. Debater a pauta da mineração, problematizá-la, torná-la visível, promover sua reverberação pública, enfim, os movimentos por meio dos quais um debate minerário acontece são tão importantes quanto buscar compreender como se processa esse debate – o qual, por certo, envolve uma série de temáticas de interesse público. As mudanças climáticas globais, ainda que sejam (ou, ao menos, devessem ser) assunto prioritário na agenda socioambiental do mundo, não constituem o único aspecto relevante e polêmico da mineração, que também protagoniza outras frentes de embate, relacionadas a questões como saúde pública, degradação da biodiversidade, desterritorialização, geração de empregos etc. A mineração é, em grande medida, controversa, e seus dilemas potencializam-se publicamente, por meio de uma série de sujeitos, de seus movimentos e de suas produções discursivas – o que representa campo fértil para pesquisas em comunicação. É nesse caminho que esta tese se move, ao estudar um debate público de mineração, enfocando o caso de uma mina de carvão.

⁶ Disponível em: <<https://unric.org/pt/cop28-guterres-alerta-estamos-numa-corrída-contra-o-tempo-e-o-relogio-nao-para/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷ Disponível em: <<https://exame.com/mundo/eliminacao-progressiva-de-combustiveis-fosseis-e-fundamental-para-o-sucesso-cop-28-diz-guterres/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸ Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/combustiveis-fosseis-viloe-aquecimento-global/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹ Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/03/23/carvao-e-combustivel-mais-carro-do-mundo-apos-colapso-do-petroleo.htm#:~:text=O%20carv%C3%A3o%20%C3%A9%20tamb%C3%A9m%20o,que%20a%20gasolina%20quando%20queimado>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O interesse em estudar comunicação a partir da mineração provém de experiências acadêmicas e profissionais do autor desta tese, na condição de pesquisador e jornalista. No mestrado em Comunicação, desenvolvido (assim como este doutoramento) no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), o autor investigou, como tema de dissertação, uma cobertura jornalística do desastre socioambiental de Mariana¹⁰, com foco em narrativas de telejornalismo (Carvalho, 2018). Além disso, trabalhou, por cerca de doze anos, na assessoria de comunicação da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), na qual manteve relação constante e intensa com uma série de temáticas de caráter socioambiental. Desse modo, a presente tese, ao aportar reflexões teóricas e analíticas sobre o caso da Mina Guafba, é, também, fruto da trajetória de uma pessoa dedicada a somar-se aos movimentos de pensar sobre/envolver-se com as áreas de mineração e meio ambiente.

Após a supracitada tragédia de Mariana, ocorrida em novembro de 2015, outro desastre de vasta magnitude irrompeu no Brasil, desta feita em Brumadinho (MG)¹¹, em janeiro de 2019. Por meio desses acontecimentos, as discussões sobre a mineração no país tiveram sua ressonância amplificada, atualizando dinâmicas sociais e discursivas e intensificando a relevância de se refletir sobre o universo da mineração sob diversas óticas, entre elas as de cunho comunicacional. Em fevereiro de 2019, um mês após o desastre de Brumadinho e ainda em meio à sua intensa repercussão, um rumoroso empreendimento minerário emergiu à pauta pública do Rio Grande do Sul: a Mina Guafba.

Uma leva de projetos de mineração de grande porte (também denominada de megamineração) passou ser cogitada no âmbito do território gaúcho, nos anos 2010. De acordo com Luna Dalla Rosa Carvalho (2021), os motivos que podem justificar esse

¹⁰ No município de Mariana (MG), a barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco (empresa controlada pelas multinacionais Vale e BHP Billiton), rompeu-se no dia 5 de novembro de 2015, extravasando 56 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. A lama percorreu partes de dois estados (Minas Gerais e Espírito Santo), até atingir o Oceano Atlântico. Ao longo do caminho, matou 19 pessoas, soterrou e poluiu cursos d'água (dos quais, o maior foi o rio Doce), destruiu comunidades, plantações e áreas de vegetação, entre outros danos. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹ No dia 25 de janeiro de 2019, estourou a barragem da Mina Feijão, da Vale, liberando uma enxurrada de 14 milhões de toneladas de rejeitos que tirou a vida de 270 pessoas, percorreu oito quilômetros, poluiu o rio Paraopeba e gerou um amplo rastro de destruição socioambiental. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/rompimento-da-barragem-de-brumadinho-e-a-primeira-grande-tragedia-ambiental-do-ano/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

cenário de crescimento do setor e o seu interesse pelo estado envolvem alterações na conjuntura econômica global, a agudização do neoextrativismo brasileiro e latinoamericano, as gestões sucessivas de dois presidentes da República de orientação neoliberal (Michel Temer, de 2016 a 2018, e Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022) e o par de supracitados desastres ocorridos em outra região do país. Entre os empreendimentos megaminerários ventilados para o Rio Grande do Sul, quatro atingiram uma maturação mais avançada e foram submetidos a processo de licenciamento ambiental (Carvalho, 2021): além da Mina Guaíba, solicitaram licença oficial para se instalarem os projetos Caçapava (de chumbo, zinco e cobre), Retiro (de titânio e zircônio) e Fosfato Três Estradas (de fosfato). Nenhum deles, até o momento, prosperou, devido a razões que incluem, por exemplo, desistência de empreendedor e obstáculos judiciais¹².

O projeto da Mina Guaíba foi proposto pela Copelmi, empresa gaúcha que atua no ramo de mineração carbonífera desde o século XIX¹³ e que se intitula “a maior mineradora privada de carvão no Brasil”¹⁴. Conforme o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do projeto (Copelmi, 2018), este previa a instalação de uma mina de carvão mineral a céu aberto e da respectiva infraestrutura de beneficiamento desse minério. Estava planejada, ainda, a extração de areia e de cascalhos no local. A meta da companhia, segundo o documento, era a de retirar 166 milhões de toneladas de carvão, ao longo de 23 anos. A mina, quando instalada, seria o maior empreendimento de mineração de carvão a céu aberto do Brasil¹⁵. Localizar-se-ia, conforme o EIA/Rima (Copelmi, 2018), entre os municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, em área de 43,73 km², a 16 km da região central de Porto Alegre e a 1,5 km do rio Jacuí.

A mineradora deu início¹⁶ ao pedido de licenciamento ambiental da mina em outubro de 2018, em meio à conjuntura nacional e internacional apontada por Carvalho (2021) e menos de um ano após o governo do Rio Grande do Sul ter oficializado uma

¹² O subcapítulo 3.1 oferta mais detalhes sobre os empreendimentos de megamineração que, em anos recentes, foram projetados para o Rio Grande do Sul.

¹³ Disponível em: <<http://copelmi.com.br/historico/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁴ Disponível em: <<http://copelmi.com.br/participacao-de-mercado/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593539-editar-o-maior-projeto-de-extracao-de-carvao-mineral-do-brasil-mina-guaiba-nao-viu-o-bioma-mata-atlantica-em-seus-estudos-ambientais>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶ Código do empreendimento: 410744; número da solicitação: 51007. Disponível em: <<https://secweb.procergs.com.br/sra/mod-licenciamento/historicoVw-list.xhtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

política de Estado voltada a fomentar o desenvolvimento da indústria carbonífera, movimento que se deu por meio da criação da Política Estadual do Carvão Mineral e da instituição do Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul¹⁷. Até onde foi possível verificar, a primeira menção pública à Mina Guaíba deu-se por meio de artigo de opinião do jornalista Flávio Tavares (ZH, 2019, p. 26), publicado em 23 fevereiro de 2019, no jornal Zero Hora. Produzido cerca de um mês depois da tragédia de Brumadinho e na esteira de sua repercussão, o texto estabelecia comparações entre o empreendimento gaúcho e a barragem rompida naquela cidade mineira, refletindo acerca de riscos de grandes projetos minerários.

Desde que passou a ser tratado em âmbito público, o projeto da mina foi, em diversos debates, acionado discursivamente a partir de uma série de aspectos controversos. Entre outras temáticas, foram pautados publicamente vários riscos atribuídos ao empreendimento – em termos, por exemplo, de contaminação do ar (considerando a emissão e a dispersão de poluentes atmosféricos)¹⁸, da água (com a eminente possibilidade de a mina agravar a poluição do rio Jacuí e do lago Guaíba, por meio de fenômenos como a drenagem ácida de mina, os quais ameaçariam a utilização de mananciais que garantem o abastecimento de água de algumas cidades, entre as quais Porto Alegre)¹⁹ e do solo (podendo comprometer a produtividade agrícola da região)²⁰. Também reverberaram as afetações que o processo de instalação da estrutura previa gerar para populações vizinhas da área a ser minerada (como a remoção compulsória de comunidades de agricultores²¹ e de indígenas²², por exemplo), bem como os impactos

¹⁷ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/sartori-sanciona-lei-que-cria-o-polo-carboquimico-do-rs-em-evento-internacional>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸ Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/08/mina-guaiba-concentracao-de-poluentes-na-atmosfera-ultrapassaria-em-ate-241-o-permitido-por-lei/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596320-mina-guaiba-colocara-em-risco-a-seguranca-hidrica-de-porto-alegre>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰ Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/589885-mina-guaiba-um-empreendimento-de-altissimo-impacto-ambiental-e-lobby-da-industria-dos-combustiveis-fosseis-entrevista-especial-com-paulo-brack>>. Acesso em 28 fev. 2024.

²¹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/as-vozes-dos-que-nao-querem-trocar-seu-territorio-e-modo-de-vida-por-uma-mina-de-carvao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²² Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/09/mina-guaiba-ignora-comunidades-indigenas/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

da mineração carbonífera para a emergência climática global²³, entre diversos outros pontos.

Trata-se, com efeito, de um conjunto de problemáticas de significativo impacto social, que mobilizaram sujeitos diversos, por meio de audiências públicas²⁴, protestos de rua²⁵, publicação de estudos²⁶, publicações/comentários em mídias sociais digitais²⁷, matérias jornalísticas²⁸, artigos de opinião²⁹ e diversos outros desdobramentos, que se estenderam, de modo mais intenso, entre fevereiro de 2019 e março de 2020 – quando a chegada da pandemia de Covid-19 ao país arrefeceu, ainda que não completamente, as discussões sobre o caso (tal como ocorreu com outros temas, mais e menos polêmicos). A presença de duas forças principais de embate, em demarcado antagonismo, conferiu certo caráter plebiscitário a esse debate público. De um lado, em posição favorável à mina, situaram-se os proponentes do empreendimento (em nome da mineradora Copelmi), profissionais do campo das engenharias, agentes políticos alinhados à causa minerária e representantes de municípios carboníferos gaúchos. Em contraposição, estiveram integrantes de entidades ambientalistas, professores e pesquisadores universitários, populações diretamente afetadas pelo projeto, outros agentes políticos e cidadãos em geral. Houve, também, participação de pessoas/organizações que exerceram papel de moderação e mediação, como os organizadores de audiências públicas e os responsáveis pelo processo de licenciamento ambiental. A amplitude e a intensidade do debate levaram o jornal ExtraClasse a avaliá-lo como “o principal flanco de combate entre ambientalistas e setor empresarial no Rio Grande do Sul”³⁰.

²³ Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/voluntarios/voluntarios-do-rio-grande-do-sul-realizam-acao-pacifica-contr-a-instalacao-de-mina-de-carvao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴ Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/49628/>> e <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-sobre-mina-gua%C3%ADba-tem-clima-tenso-na-al-rs-1.369207>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/05/manifestantes-protestam-contr-a-mina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶ Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2019/12/12/dossie-painel-de-especialistas-aponta-falhas-e-omissoes-em-estudo-da-mina-guaiba>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁷ Disponível em: <<https://web.facebook.com/projetominaguaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁸ Disponível em: <<https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2021013&edicao=7620>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniaio/2019/03/mina-de-carvao-perigo-a-vista-por-luciana-genro/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

³⁰ Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/06/mina-guaiba-quanto-custara-o-pre-sal-gaicho/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O caso da Mina Guaíba, pois, mobilizou uma miríade de sujeitos em torno de várias pautas de interesse público. De acordo com Maria Helena Weber (2017), o debate público articula-se à comunicação pública na medida em que viabiliza à sociedade informar-se sobre assuntos considerados relevantes e, mais, participar de discussões sobre tais assuntos, o que se dá por meio de processos que pressupõem/demandam comunicação e que agregam racionalidade e razoabilidade ao tratamento desses temas (Gomes, 2008). Nesse sentido, informação e participação representam componentes necessários ao debate e à comunicação públicos e têm, assim, potencial de robustecer conjunturas sociais assentadas na democracia.

Partindo de uma perspectiva que leva em consideração a relevância do debate público para a consecução da comunicação pública e para a construção de cidadania e que, no âmbito dessas lógicas, compreende um debate publicamente estabelecido como um processo que se atualiza por meio da apresentação e do tensionamento de argumentos, mostra-se profícuo mirar um caso como o da Mina Guaíba (o qual engloba temas que geram impactos amplos para a sociedade e que mobilizam grupos variados) a partir das processualidades de seu debate público. Assim, pareceu-nos fértil e relevante propor um estudo que, à guisa de contribuição social e acadêmica, aportasse um trabalho de pesquisa e de análise acerca dos processos de construção, tratamento e disputa dessas argumentações.

Embora o debate público da Mina Guaíba tenha se abrandado com o estabelecimento da disseminação de coronavírus em nível nacional (em março de 2020), a conclusão do caso – ou, em outros termos, o acontecimento que, ao menos até o fechamento desta tese (fevereiro de 2024), parece ter marcado o desfecho do caso – deu-se um ano e meio após esse marco pandêmico: referimo-nos, aqui, ao anúncio da suspensão da mina, efetuado em setembro de 2021, pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Essa suspensão foi anunciada pelo chefe do Executivo gaúcho em uma entrevista ao *podcast* Flow, em um ambiente político-eleitoral no qual ele disputava – em meio a uma polarização entre o presidente da época, Jair Bolsonaro, e o então candidato e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – a vaga de candidato pela sua sigla, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), à Presidência da República. Na supracitada entrevista, Leite creditou a decisão à contribuição que a mina daria, se instalada, às mudanças climáticas do planeta.

Tanto as disputas travadas durante o período mais intenso do debate público da Mina Guaíba como a suspensão do empreendimento – evento que foi o mais significativo ponto de inflexão do caso e que retrabalhou assuntos já presentes no debate, como a questão climática – envolveram, como visto, amplos processos argumentativos em torno de problemáticas relevantes para a sociedade. Ao mirarmos dinâmicas de funcionamento/atualização desses processos, encontramos no discurso uma potente chave de leitura, visto que as tramas discursivas de um debate abrigam uma série de questões textuais e contextuais (que lhe são pretéritas e contemporâneas) e, à medida que as retecem, constroem/apresentam subsídios úteis para que sejam desvelados aspectos relevantes do debate (como subtextos, pretextos, conformações etc). Desse modo, com base em perspectiva de Norman Fairclough (2012; 2016) – segundo o qual o discurso constitui-se de modo articulado às conjunturas e mudanças sociais – pareceu-nos pertinente pensarmos os aspectos discursivos do debate público da Mina Guaíba a partir de seu contexto – ou seja, enfocarmos as articulações entre elementos contextuais e produções discursivas do debate.

O contexto da mineração faz-se cambiante e multifacetado. Trata-se de setor que se articula com (e se atualiza por meio de) uma série de sujeitos, áreas e estruturas, em diversos níveis de complexidade relacional. Essa multiplicidade contextual expressa-se, por exemplo, em fatores de ordem social (como as relações de sociabilidade que a mineração enseja ou debilita), econômica (por exemplo, a carga tributária que as empresas minerárias pagam e a que deixam de quitar), ambiental (vide a série de riscos/impactos ao meio ambiente atrelados ao setor, bem como as suas iniciativas que se anunciam como preocupadas com a preservação/mitigação ambiental), políticos (se pensarmos, por exemplo, no arcabouço legislativo da mineração e nos debates/negociações em defesa de maiores restrição ou flexibilização nesses regramentos) e administrativos (materializados em procedimentos legalmente exigidos, como os de caráter licenciatório), entre inúmeros outros. Não desconsideramos o fato de que tais elementos, por certo, não são estanques e articulam-se entre si em diversos imbricamentos, razão pela qual, por exemplo, um fator de natureza social pode envolver questões econômicas, ambientais, políticas etc. Todavia, tais componentes contextuais, em menor ou maior grau de entrelaçamento, tendem a atravessar/constituir casos específicos do setor de mineração, à medida que tais casos integram/articulam-se a uma conjuntura mais geral, contribuindo para conformá-la.

Se pensarmos que determinados atravessamentos contextuais têm potência de incidir sobre disputas que se desenvolvem no âmbito de um debate público, assume relevância o entendimento de que contexto e discurso se articulam na conformação das argumentações que nutrem esse debate. Assim, o conjunto de discussões acerca de um caso concreto do setor de mineração, como a Mina Guaíba, tende a reverberar e reelaborar questões do contexto em que esse caso está inserido. Reside nos argumentos dos sujeitos envolvidos no debate um potente caminho pelo qual esse processo de reverberação e reelaboração discursivo-contextual se materializa. Na presente tese, optamos por mirar essas articulações entre contexto e práticas discursivas a partir da perspectiva do discurso como prática social, em linha com a concepção tridimensional de discurso sistematizada por Fairclough (2012; 2016) no âmbito da Análise Crítica do Discurso (ACD) – segundo a qual o discurso atualiza-se como texto (ou seja, em termos mais diretamente relacionados à linguagem), prática discursiva (que diz respeito a aspectos de produção, distribuição e consumo das produções discursivas) e prática social (relativa a elementos macrocontextuais da sociedade que se imbricam ao discurso). Assim, consideramos, aqui, a relação discurso-contexto de maneira articulada a práticas textuais e discursivas.

Com base nessa mirada tridimensional, estruturamos nossa pesquisa, que enfoca tanto o período mais intenso do debate público da Mina Guaíba como a sua suspensão (anunciada, como visto, em meio a uma conjuntura político-eleitoral posterior ao pico de embates públicos). Cumpre, ainda, assinalarmos que pensamos um contexto a partir de suas constâncias e variabilidades. Embora o contexto da mineração seja constituído por grandes eixos temáticos razoavelmente distinguíveis (como a política, a economia, o meio ambiente e a ciência, entre outros), a pesquisa aqui desenvolvida tornou possível, à medida que investigamos esse contexto, identificarmos variáveis que se atualizam de maneira articulada no âmbito de um (ou mais) desses eixos – e essas variáveis, à medida que incidem sobre um debate público como o aqui analisado, têm potência de conformá-lo sob o ponto de vista discursivo, gerando implicações sobre os argumentos acionados no debate. Apresentam-se, nesse sentido, como *variáveis discursivo-contextuais*. Na presente investigação, o mapeamento dessas variáveis é viabilizado pela identificação de públicos e argumentos do debate e por um levantamento bibliográfico sobre elementos contextuais da mineração. Uma vez mapeadas, as variáveis discursivo-contextuais são acionadas para compreendermos/explicarmos como o contexto do setor

constitui os/materializa-se nos discursos do caso da Mina Guaíba, atuando, assim, como operacionalizadoras de nossa etapa analítica.

Desse modo, partindo do **tema** “*o debate público da Mina Guaíba*”, definimos o seguinte **problema de pesquisa**: “*que variáveis discursivo-contextuais constituíram o debate público sobre a Mina Guaíba e como essas variáveis foram acionadas no referido debate e geraram a suspensão desse empreendimento?*”. Diante disso, estabelecemos como **objetivo geral** “*explicitar que variáveis discursivo-contextuais constituíram o debate público sobre a Mina Guaíba e como essas variáveis foram acionadas no referido debate e geraram a suspensão desse empreendimento*” –, o qual é operacionalizado pelos seguintes **objetivos específicos**: a) *identificar os principais públicos e argumentos envolvidos no debate público da Mina Guaíba*; b) *evidenciar quais variáveis discursivo-contextuais da mineração articularam-se com públicos e argumentos no debate em questão e como deu-se essa articulação*; e c) *explicar as articulações entre mudanças sociais e mudanças discursivas no âmbito do episódio da suspensão da Mina Guaíba*.

O nosso enfoque analítico sobre o caso constitui uma jornada que se assemelha ao movimento de uma parábola. Primeiramente, iniciamos por uma discussão do caso, acionando duas dimensões do discurso – como texto e como prática discursiva. A dimensão textual do discurso é mobilizada com os propósitos de mapearmos os núcleos temáticos do debate e de validarmos o nosso *corpus* de análise, acerca do qual importa, aqui, tecermos algumas considerações introdutórias. Para discutirmos o debate público da Mina Guaíba, necessitávamos de materializações que fossem representativas da complexidade desse debate. Audiências públicas são eventos que, em princípio, reúnem as principais forças e argumentações em disputa no âmbito de um debate, podendo ofertar, a respeito desse debate, um panorama de sujeitos, temas e abordagens. O caso da Mina Guaíba contou com cinco audiências públicas (duas oficiais e três extraoficiais), entre as quais escolhemos uma promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPE/RS) e outra, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL/RS) – tal escolha se deu por estarem, ambos os eventos, disponibilizados publicamente de forma *online*. Mediante uma análise textual,

operacionalizada por meio do *software* Iramuteq³¹ (via associação temática daqueles eventos com a cobertura jornalística de dois veículos gaúchos, GZH e Sul 21), empreendemos um itinerário de validação que nos permitiu confirmar a pertinência de ambas as audiências públicas enquanto objeto empírico desta pesquisa. A dimensão do discurso como prática discursiva, por sua vez, forneceu subsídios para refletirmos acerca das condições em que as produções discursivas desse debate público foram engendradas e enunciadas, o que nos conduziu a uma busca por identificarmos os principais públicos e argumentos do debate – compreendendo a presença e a agência dos públicos, aqui, a partir de Márcio Simeone Henriques (2017). Para o autor, os públicos conformam-se à medida que problematizam temáticas atinentes aos sujeitos que os compõem, construindo, atualizando e manifestando dinâmicas coletivas próprias. Importa assinalarmos que, além das referidas audiências públicas, materiais empíricos variados assumiram centralidade em diferentes momentos de análise do presente estudo. Entre esses materiais – acionados por evidenciarem argumentos e, assim, ajudarem a compor o contexto analítico –, podem ser citadas matérias jornalísticas e, especialmente, duas entrevistas, concedidas por indivíduos que ocuparam posições determinantes no andamento do caso da Mina Guaíba: o então secretário estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior, e o governador Eduardo Leite (em entrevistas, respectivamente, à rádio Gaúcha e ao *podcast* Flow).

Enquanto as dimensões do texto e da prática discursiva compõem o início (e uma das bases) da supracitada parábola, na região do seu vértice reside um movimento em que, munidos da identificação dos principais públicos e argumentos do debate da Mina Guaíba, buscamos fundamentações teóricas acerca do contexto da mineração. Aprofundamo-nos, aí, em um conjunto de problemáticas suscitadas pelo debate, com o intuito de (dar a) conhecer melhor o arcabouço contextual que atravessa tais discussões. Por fim, no estágio de descida dessa trajetória parabólica, acionamos o referencial

³¹ A forma pela qual acionamos o *software* Iramuteq está detalhada no Capítulo 4, entretanto cabe aqui um comentário introdutório. Trata-se de programa de análises estatístico-textuais, utilizado em pesquisas qualitativas. Oferece uma série de procedimentos analíticos, dentre os quais a análise de similitude, empregada nesta tese para a identificação dos principais núcleos temáticos de nosso objeto empírico. Tal procedimento possibilita o mapeamento e a avaliação de conexões entre vocabulários e regiões de sentido no âmbito de um conjunto de textos.

teórico levantado na etapa anterior, para retornamos ao caso da mina e adensarmos nossas reflexões sobre esse caso.

Considerando o objeto de estudo escolhido, foi realizada uma busca por teses e dissertações nos dois principais repositórios do gênero no país – o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes³² e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³³. O rastreamento foi complementado por uma verificação nos acervos de universidades gaúchas que mantêm programas de pós-graduação em comunicação³⁴ – inclusive, no Rio Grande do Sul, o Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder (GCCOP)³⁵, que integramos, tem trajetória marcada por desenvolver pesquisas que, entre outras temáticas, trabalham questões sobre meio ambiente e sustentabilidade (Teixeira, 2017; Oliveira, 2017; Kaufmann, 2016). Além disso, empreendemos buscas em repositórios da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)³⁶ e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)³⁷, universidades que mantêm grupos de pesquisa dedicados a estudar, entre outros assuntos, as relações entre comunicação e mineração (grupos IPÊ/UFMG e Dialorg/PUC Minas, respectivamente). Cabe, aqui, assinalarmos que a presente tese procura estabelecer diálogo com temáticas que permeiam as discussões da Rede Hologramas – Rede de Estudos em Comunicação, Organizações e Públicos na Perspectiva da Complexidade, a qual reúne os supracitados grupos GCCOP/UFRGS, IPÊ/UFMG e Dialorg/PUC Minas.

Em relação à temática específica dos debates públicos de mineração, localizamos um trabalho (Motta, 2021) – o qual, desenvolvido a partir das Ciências Políticas, trata do debate público sobre mineração no estado de Minas Gerais –, e acerca do caso da Mina Guaíba encontramos três pesquisas: uma delas abordando as consequências do empreendimento sob a ótica do Desenvolvimento Rural (Vattathara,

³² Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

³³ Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

³⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/>>; <<https://biblioteca.pucrs.br/acervos/colecoes-online/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes-eletronicas-da-pucrs-tede/>>; <<https://unisinos.br/biblioteca/pesquisa>>; <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25>>, respectivamente. Acesso em: 28 fev. 2024.

³⁵ Grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Rudimar Baldissera, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao PPGCOM/UFRGS.

³⁶ Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/179>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

³⁷ Disponível em: <<https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

2021); outra, do campo da Administração, analisando o projeto da mina a partir da sua licença social para operar (Tomaz, 2022); e, por fim, um estudo de Ciências sobre os riscos da mina sob o ponto de vista geológico (Job, 2022). Tais trabalhos, à medida que (cada um a seu modo) consistem em conhecimento já construído sobre debate público em mineração (o primeiro citado) e acerca do caso da Mina Guaíba (os demais), forneceram subsídios para a estruturação das discussões propostas pela presente tese. Cabe observarmos que não foi identificado nenhum trabalho que trate especificamente do debate público da Mina Guaíba, nem no campo da Comunicação nem em outro – lacuna para cujo preenchimento a presente pesquisa visa contribuir. Além disso, considerando que o referido trio de trabalhos acerca desse empreendimento consiste em dissertações, esta tende a ser, em qualquer campo de conhecimento, a primeira tese (ou, no limite, uma das primeiras) a tratar do caso.

Importa observarmos que os fundamentos teóricos desta pesquisa não estão concentrados unicamente na parte inicial da tese. Considerando que a perspectiva da ACD, na condição de lente epistêmica, atravessa este trabalho como um todo, constatamos que nosso objeto empírico, devido à sua complexidade, demandava ser analisado à luz das três dimensões discursivas propostas por Fairclough (2012; 2016), quais sejam, a do texto, a da prática discursiva e a da prática social. Cada uma dessas dimensões orienta um capítulo diferente (capítulos 4, 5 e 6, respectivamente), em que acionamos os aspectos teórico-metodológicos que se mostraram mais apropriados para cada dimensão. Especialmente no capítulo 6, empreendemos o supracitado vértice de nossa parábola, um levantamento de fundamentação teórica acerca do contexto da mineração – tal levantamento opera de modo imbricado às análises da tese, principalmente sob o prisma do discurso como prática social. Avaliamos, assim, que o texto da tese poderia parecer repetitivo se, inicialmente, apresentássemos bases teóricas e metodológicas e, em momento posterior, as mobilizássemos em cada estágio analítico. Desse modo, visamos conferir objetividade e produtividade às articulações entre teoria, método e análise.

Após a presente introdução, o Capítulo 2 aporta referenciais teóricos acerca de debate público e de discurso, a fim de estabelecermos as bases conceituais a partir das quais refletimos sobre essas temáticas. A respeito do primeiro tópico, exploramos aspectos relativos à constituição, às dinâmicas e às potencialidades de um debate

público, abordando temas como esfera pública, interesse público, públicos e opinião pública, por meio do acionamento de autores como Jürgen Habermas (2014; 2020), Wilson Gomes (2008), João Pissarra Esteves (2011), Weber (2017), Henriques (2017) e Luiz Alberto de Farias (2019). A segunda temática é baseada, principalmente, em preceitos da ACD, a partir de Fairclough (2012; 2016), com ênfase na sua concepção tridimensional de discurso.

No Capítulo 3, apresentamos um breve histórico da Mina Guaíba, acompanhado por uma cronologia de acontecimentos que impactaram o andamento do caso. Do capítulo 4 ao 6, realizamos um percurso que mescla descrição de procedimentos metodológicos, realização de análises e aporte de bases teóricas. Essa estrutura está alinhada às três dimensões discursivas, propostas por Fairclough (2012; 2016). O Capítulo 4 volta-se à dimensão do texto: à medida que analisa, em termos textuais, as audiências públicas do MPE/RS e da AL/RS, promove a validação dessas audiências enquanto *corpus* de pesquisa e, mais, identifica os principais núcleos temáticos do debate. Adiante, no Capítulo 5, as audiências públicas são analisadas sob a perspectiva da dimensão da prática discursiva, por meio do mapeamento dos principais públicos que compõem o debate e dos principais argumentos que tais públicos acionam discursivamente.

No capítulo 6, desenvolvemos novo aporte de fundamentos teóricos, desta feita sobre o contexto da mineração. Aportamos referenciais acerca de questões como neoextrativismo (Gudynas, 2009; 2016), necrocapitalismo (Banerjee, 2008), racionalidade ambiental (Leff, 2001), conflitos minerários e ambientais (Acselrad, 2004a; 2004b; Davis, Franks, 2014), território (Santos, 2001, 2011; Lecourt, 2003), riscos e impactos da mineração (Beck, 2010; Ribeiro, 2016), carvão/combustíveis fósseis e matriz energética (Locatelli, 2014; Marques, 2015; Porto-Gonçalves, 2017; Mandelli, 2020a; 2020b), discurso científico (Latour, 2011; Silva, 2017) e aspectos políticos e institucionais (Enríquez, Fernandes, Alamino, 2011; Gomide et al., 2018). Mediante essa fundamentação, partimos para a identificação de variáveis discursivo-contextuais que constituem o debate público analisado, articulando essas variáveis aos públicos e argumentos do debate e à suspensão do empreendimento minerário.

Por fim, no Capítulo 7, discorreremos acerca de nossas considerações finais. Tecemos, aí, uma série de reflexões a respeito do atravessamento de variáveis discursivo-contextuais no debate em questão, desde o período mais intenso de discussões até o desfecho do caso.

2. SOBRE OS CONCEITOS DE DEBATE E DISCURSO

Na presente tese, a fim de atingirmos os objetivos propostos, desenvolvemos uma análise discursiva de um debate público. O discurso, assim, é elemento que ocupa posição de centralidade nesta investigação, a qual, elaborada em um programa de pós-graduação em comunicação, adota um viés comunicacional ao cercar e focalizar aspectos discursivos de seu objeto de estudo.

Para o senso comum, as noções de discurso e de comunicação podem parecer semelhantes ou, até mesmo, indistinguíveis entre si. Todavia, para esta pesquisa, é fundamental, desde aqui, explicitar o lugar a partir do qual focalizamos a relação – ora próxima, ora não – entre essas noções. A fim de pensarmos as articulações entre discurso e comunicação, partimos de proposições de Dominique Maingueneau (2014; 2021), segundo as quais o discurso pode entrelaçar-se à comunicação de duas formas: como objeto analítico (quando nos referimos, por exemplo, ao discurso de um determinado veículo de mídia) ou como perspectiva a partir da qual se mira a comunicação. De acordo com o linguista francês, “a comunicação é um dado empírico. Está em toda parte. As árvores comunicam, os seres humanos comunicam. Mas o discurso tem outra acepção: é uma maneira de entender a comunicação” (Maingueneau, 2021, p. 258).

Desse modo, o discurso pode tanto dar-se empiricamente (tal como a comunicação), como apresentar-se na condição de lente por meio da qual se analisam fenômenos comunicacionais. Cabe observarmos que a segunda opção, aqui priorizada, pressupõe que as produções discursivas se materializam, fundamentalmente, em/por meio de comunicação. Em outros termos, discurso e comunicação, à medida que se aproximam, articulam-se de modos interdependentes, representando “construtos separados, mas inter-relacionados” (Putnam, 2008, p. 339, tradução nossa)³⁸.

À medida que esta tese se filia ao campo da comunicação e, por meio dele, pensa o discurso, parece pertinente que o percurso bibliográfico empreendido neste capítulo se inicie por uma apresentação de bases teóricas alinhadas a estudos de matriz mais comunicacional e, posteriormente, aporte referenciais de temática eminentemente

³⁸ No original: “The basic premise of this essay is that communication and discourse are separate but interrelated constructs”.

discursiva. Assim, primeiro situamos e alicerçamos conceitualmente o fenômeno comunicacional a ser discutido (debate público) e, em um segundo momento, acionamos o ponto de vista pelo qual o perscrutamos (o do discurso).

Nesse sentido, o presente capítulo divide-se em *duas partes*. A *primeira* (2.1) é estruturada em torno do prisma comunicacional adotado, o da comunicação pública, e, por meio dele, discute debate público – tipo de materialidade analisada nesta pesquisa. Para tanto, mobiliza reflexões acerca de temas como esfera pública, *locus* onde um debate público se atualiza; interesse público, catalisador de várias temáticas publicamente discutidas; públicos (os agentes que perfazem um debate dessa natureza); e opinião pública, instável peça-chave que tensiona e estimula tais disputas. Na *segunda* parte do capítulo (2.2), abordamos a noção de discurso, especialmente sob a perspectiva de Fairclough (2012; 2016). Enfocamos, aí, a tridimensionalidade discursiva proposta pelo autor, além de aspectos como intertextualidade, interdiscursividade, ordem do discurso e mudanças discursiva e social.

2.1. Uma esfera de debates públicos

O debate público é aqui focado principalmente a partir da ótica da comunicação pública. Como exposto adiante, debate público e comunicação pública tendem a fundamentarem-se e a viabilizarem-se recursivamente, por meio de uma série de imbricamentos que se mostram relevantes quando se busca compreender/explicar embates publicamente estabelecidos acerca de problemáticas que, como a mineração, possam interessar à sociedade. Parece profícuo iniciar essa abordagem contextualizando a ambiência na/pela qual compreendemos que o debate e a comunicação públicos se engendram e se materializam: a esfera pública.

Partimos da premissa de que as ideias circulam publicamente na/por meio da esfera pública, contribuindo para conformá-la e dela recebendo influências. O conceito de “esfera pública” foi introduzido na década de 1960 por Habermas (2014), que identificou o seu surgimento como decorrente de uma série de graduais e profundas mudanças sociais, como o advento do capitalismo e, posteriormente, a reação da burguesia diante do poder absolutista de monarquias europeias. Assentava-se, inicialmente, em ideais de cidadania, emancipação, liberdade e racionalidade – um ambiente social (amiúde um espaço físico, porém não necessariamente) onde os

envolvidos (homens burgueses, apenas) podiam reunir-se, associar-se, debater e compor uma opinião pública. Além de representar um local de mediação entre Estado e sociedade, a esfera pública habermasiana articula-se à esfera privada (doméstica, da família e do trabalho), na medida em que os assuntos e dinâmicas de uma ecoam na outra.

Posteriormente, nos anos 1990, Habermas (2020) atualizou o arcabouço conceitual original de esfera pública, incorporando novas reflexões, à luz, entre outras influências, de críticas sofridas por sua obra. Um dos pontos revisados pelo autor foi a assunção de que a esfera pública moderna se atualiza de forma desigual, com certos sujeitos e grupos detendo maiores poder, acesso, organização e recursos, e, assim, portando vantagens potenciais nas disputas aí travadas. Na esteira de ponderações como as de Hannah Arendt (2007), que aponta uma crise da/esfera pública contemporânea (em razão, por exemplo, do apagamento de fronteiras entre as esferas pública e privada), outro dos aspectos revisitados por Habermas (2020) diz respeito à multiplicidade de esferas públicas, inicialmente não reconhecidas pelo pensador, que, desta feita, assente com a existência de esferas diversas e propõe que todas integram uma rede, composta por públicos plurais e, em algum(s) nível(is), vinculados. De acordo com o pesquisador, “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação, de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas” (Habermas, 2020, p. 92).

Essa ênfase na comunicação é explorada por Gomes (2008), para quem a esfera pública é uma “estruturação social orientada para a comunicação generalizada, uma instrumentação, aparelhamento ou preparação do corpo social para o exercício de uma comunicação irrestrita entre os seus membros” (Gomes, 2008, p. 89). Ao lado da racionalidade e da razoabilidade, a comunicação constitui, segundo o autor, um dos pressupostos da esfera pública – o que remete à importância do debate, o qual pode atuar nesse processo tanto no sentido de oferecer a oportunidade do embate argumentativo quanto no de disseminar informações que esclareçam as questões levantadas.

Gomes (2008) atribui dois sentidos ao conceito de esfera pública: as esferas de visibilidade pública e de discussão pública. De caráter expositivo, a primeira está relacionada à sociabilidade e às possibilidades de tornar o debate visível, disponível e acessível aos públicos. Dialoga com a cena social, onde, idealmente, os segmentos da sociedade encontram espaço para performar os debates públicos. Já a segunda tem natureza argumentativa, estando atrelada ao teor do que é debatido e à capacidade de tal conteúdo ser potencializado e, desse modo, democratizar o debate.

De papel fulcral na amplificação contemporânea de debates públicos, a mídia – compreendida aqui, principalmente, na perspectiva de canais de comunicação com repercussão potencialmente ampla, como veículos de imprensa e mídias sociais digitais – alarga as reflexões sobre esfera pública. A mídia torna-se centro de embates por visibilidade, além de servir aos propósitos de diferentes forças que, ao concorrerem por espaço midiático, lutam em busca da satisfação de seus próprios interesses. No caso das mídias de caráter hegemônico, esses interesses costumam estar alinhados com as lógicas do capital, motivando esforços nesse sentido. Tais mídias, para Alexandre Haubrich (2020, p. 102), “estão, em geral, configuradas como grandes empresas capitalistas, que objetivam o lucro em primeiro lugar e que mantêm relações estreitas com os poderes político e econômico – são, muitas vezes, parte orgânica deles”.

Essa luta movida por distintos interesses materializa-se na esfera pública de diferentes formas. Uma delas parece exercer papel essencial no processo de atualização das movimentações sociais: o debate público – o que nos leva, assim, a refletir sobre as disputas e os tensionamentos que, no âmbito de um debate, são travados em torno do interesse público. Conforme abordado no parágrafo anterior, tanto a mídia como os sujeitos que, por meio dela, disputam visibilidade carregam intenções próprias, as quais podem, em certos casos, coadunar-se menos com a busca por melhorias para a coletividade social e mais com interesses individuais/empresariais/políticos etc. Ao pensarmos no dever-ser de um debate público, entendemos que, ao menos sob o ponto de vista normativo, as distintas concepções a respeito do que seja interesse público operam como um catalisador para que ideias circulantes sobre temas como mineração alimentem/constituam debates públicos, posto que as polêmicas sobre pautas minerárias envolvem questões afetas à sociedade como um todo (ou, no mínimo, a uma parte significativa dela). Como exemplos, podem ser citados os múltiplos desdobramentos

dos empreendimentos minerários – socioambientais (impactos sobre o clima, o ar, a água, o solo, a vegetação), econômicos (geração de impostos, emprego, renda; desemprego quando da desativação de minas), políticos (projetos de empreendimentos e de novas legislações etc.). Tanto entre disputas argumentativas ocorridas em situações privadas e/ou com baixa reverberação (conversas particulares, reuniões internas, despachos judiciais ou administrativos, entre outras) quanto em embates mais visibilizados (como audiências públicas), o interesse público, em sua multiplicidade, faz-se presente.

Arendt (2007) observa que, embora haja inúmeras diferenças de posição e de pontos de vista na sociedade, esta se delinea mais consistentemente a partir do interesse comum de uma determinada coletividade por determinados objetos. Para a autora, a relevância opera como critério para a emersão de questões à esfera pública, na qual “só é tolerado *o que é tido como relevante*, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado” (Arendt, 2007, p. 61, grifo nosso). A esse ponto, ressaltamos que a pensadora pontua que apenas deveria vir ao mundo público o que é “tido como relevante”, ou seja, ela considera que o critério sobre o grau de relevância de uma questão pode variar, o que ajuda a compreender os níveis de presença e de ausência conferidos a certos assuntos na esfera pública. Assim, a compreensão pública sobre o que é socialmente relevante não tende à unanimidade, e a relevância atribuída a um assunto representa uma das determinantes para que tal assunto repercuta menos ou mais – o que pode ser verificado, por exemplo, quando temáticas eminentemente privadas (como a vida íntima de pessoas famosas da internet, da televisão e do cinema) obtêm ampla visibilidade pública e outras, com maior impacto sobre a vida em sociedade (como os conflitos em torno da mineração), recebem menor espaço no debate público.

Em investigação sobre a noção de interesse público no jornalismo, Basílio Sartor (2016) alerta para o fato de que, embora empregada no dia a dia de forma ampla e supostamente monossêmica, tal expressão pode, contudo, direcionar para múltiplos significados. A concepção aqui priorizada vai ao encontro da linha conceitual alinhada ao “primado do público” (Bobbio, 2012), que opera sob a ótica da subordinação de interesses privados a outros, socialmente mais amplos e mais relevantes. Em resumo, “por esse viés, o interesse público implica a ideia de que existe um bem coletivo que se

constitui para além dos interesses de cada indivíduo; [...] assume um significado positivo e uma posição hierarquicamente superior aos interesses privados” (Sartor, 2016, p. 20). Cabe observarmos a existência de intensas e contínuas disputas sociais a respeito da definição sobre que ideias e práticas representam maior aderência ao que seja o interesse público, o qual não se dá de modo predefinido – nesse sentido, em contextos democráticos, os debates públicos tendem a servir como balizadores por meio dos quais essas disputas se materializam e se (re)constroem.

À medida que interesse público e debate público se articulam, tendem a se aproximar da comunicação pública. Weber (2017, p. 40) trabalha com a hipótese de que a comunicação pública “é desencadeada por temas e acontecimentos de interesse público”, processo que, segundo a pesquisadora, deve caminhar lado a lado com a democracia. Ao ressaltar a inserção da comunicação pública na (e a sua contribuição para a) teoria democrática, a autora considera que a comunicação pública representa uma exigência e um indicador de qualidade da democracia.

Weber (2017) identifica duas perspectivas complementares que se articulam para compor a comunicação pública. Uma delas relaciona-se ao Estado democrático, enquanto promotor de comunicação institucional, propaganda, radiodifusão e outras ações comunicacionais típicas da atuação estatal/governamental. O outro ângulo pelo qual o fenômeno pode ser caracterizado diz respeito à sociedade como um todo e aos seus públicos variados, os quais, atualizando a (ou atualizando-se na) esfera pública, produzem comunicação. A autora explica que, no âmbito dessas perspectivas, articulam-se a comunicação do Estado, da mídia e da sociedade.

(Entende-se) a comunicação pública como instância do debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do Estado (os três poderes e instituições), a comunicação mediática (mídias de massa, mídias alternativas) e a comunicação da sociedade (sociedade organizada, grupos e públicos), nas democracias contemporâneas. (Weber, 2017, p. 23)

As nuances da comunicação pública, que a fazem transitar como abstração paradigmática e como empiria, estão presentes em duas dimensões que Esteves (2011) lhe atribui: a normatividade, assentada em parâmetros éticos, morais e democráticos, entre os quais a valorização do interesse público; e a facticidade, vinculada às diretrizes e estratégias de visibilização e de transparência. Às dimensões normativa e fática,

Weber (2017) acrescenta uma terceira, a crítica, atrelada às manifestações dos sujeitos em disputa e a práticas de vigilância dos poderes.

No que diz respeito a aspectos normativos que constituem os debates públicos, importa observarmos que tais elementos podem manifestar-se em diferentes gradações e combinações – podendo, inclusive, não serem determinantes para o debate de temas controversos. O tratamento público dessas temáticas, à medida que tende a se dar de maneira fluida, nem sempre exige/respeita normatividades. Parece relevante levarmos essa flexibilidade em consideração quando refletimos sobre as articulações entre debate e comunicação públicos.

Weber (2017) sublinha que o debate público se constitui como uma instância com potencial para articular, viabilizar e materializar as dimensões da comunicação pública. O debate público, como fluxo e embate de argumentos na esfera pública, parece se configurar como fundamento ontológico da comunicação pública e, no limite, da democracia (ainda que, até mesmo, possa se estabelecer em condições sociais democraticamente desfavoráveis). A autora sustenta que o exercício da comunicação pública se vincula à informação e à participação e que esse vínculo se dá por meio de processos de acessibilidade e de visibilidade. O aumento de participação social, afirma, tende a operar no sentido de ampliar a democracia, especialmente na perspectiva da democracia deliberativa (Habermas, 2014), baseada na participação efetiva da cidadania no que tange à manifestação e à deliberação acerca de temas pertinentes à vida em coletividade. Também em diálogo com a linha conceitual habermasiana, Weber (2017) salienta que, além de participantes tradicionalmente consolidados (como governos e organizações de distintos setores), podem vir a integrar o debate público movimentos que extrapolam a circunscrição mais tradicional da esfera pública, tais como grupos situados à margem do debate mais convencional (os quais costumam se mobilizar e ocupar espaços alternativos ao debate tradicional, como as ruas, para tentar se fazer ouvir).

Weber (2017) atenta para contradições inerentes aos sistemas democráticos, relacionadas ao fato de que parte significativa das instâncias públicas de debate e de tomada de decisão (especialmente a respeito de temas que envolvem temas de interesse público) prescinde de maciça participação social e consegue operar de maneira

descolada dos votos responsáveis por eleger os representantes que atuam nessas instâncias. Outra inconsistência democrática apontada pela pesquisadora reside na constatação de que, a despeito do desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação (tecnologias que, idealmente, deveriam ampliar as oportunidades de participação da sociedade em questões caras à democracia) e de evoluções na profissionalização da comunicação no âmbito do poder público, parcela relevante dos debates materializados publicamente não têm sido compatíveis com toda essa potência democrática e comunicacional, o que tende a agravar o distanciamento entre os públicos e temáticas socialmente relevantes.

A autora identifica, ainda, práticas de governos e outras instâncias de Estado no sentido de camuflar a defesa de interesses privados, sob o pretexto de zelar pelo interesse público. Conforme Weber (2017, p. 26, grifo e aspas da autora), “a associação sumária do conceito ‘*público*’ às instituições do Estado democrático pode mascarar e subverter ações de interesse privado”.

Ao abordar os imbricamentos entre comunicação pública e debate público, Esteves (2011) considera este como parte estruturante daquela, à medida que – ecoando e atualizando a esfera pública habermasiana – reúne capacidade de oportunizar, organizar e legitimar embates argumentativos. Considera-o como uma prática de comunicação com potencial de concatenar todas as outras e situa-o ao lado da crítica (o tomar posição) e da publicidade (o visibilizar) como o trio de práticas comunicacionais que integram a comunicação pública. Para o pesquisador, o debate consolidou-se no espaço público ocidental a partir do estabelecimento de relações baseadas no ato de debater, potencializadas, inicialmente, pelo convívio em espaços como *pubs*, clubes, sociedades e ligas/partidos políticos e pelo desenvolvimento da imprensa – com significativo incremento de visibilidade viabilizado pelo advento de novas tecnologias de mídia (Gomes, 2008).

O debate, para Esteves (2011), tem capacidade de agregar racionalidade à comunicação pública e articulação às discussões do/no espaço público. Na avaliação do autor, o debate significa

não apenas o elemento que confere um sentido próprio à comunicação pública, mas ao mesmo tempo o elemento responsável também por imprimir a esta comunicação uma orientação de caráter essencialmente racional (no

plano cognitivo, assume um valor de esclarecimento e, em nível moral, uma força de emancipação). Em termos práticos, o debate é também o elemento que permite estabelecer pontes de ligação entre os múltiplos polos que constituem o espaço público, permitindo assim dar uma forma minimamente articulada à comunicação pública (forma que esta, à partida, não possui – seja em termos de heterogeneidade de participantes, de assuntos ou problemas em discussão, seja mesmo dos padrões de exigência racional seguidos). (Esteves, 2011, ps. 197-198)

Weber (2017) observa que, independentemente do estopim que desencadeie um debate (se planejado ou espontâneo), os temas disputam espaço na esfera de visibilidade pública (Gomes, 2008) a partir de movimentações dos implicados em torno de cada temática. Assinala, também, que cada público participa do debate empregando as condições, ferramentas e estratégias de que dispõe para buscar se comunicar e se visibilizar.

Ainda no tocante aos modos pelos quais o debate público se desenvolve, Weber (2017) utiliza a metáfora da rede para explicar a estruturação e a movimentação dos que se envolvem em embates no/pelo espaço público. Para a autora, existem redes de comunicação pública, que atualizam conexões entre seus participantes, engendram a circulação de informações e são atravessadas por disputas de poder e de visibilidade. Assim, “através de argumentos racionais e posições passionais, de dispositivos profissionais e tecnológicos, mobilizações de rua e estéticas próprias, as redes acionam opiniões e provocam decisões”, acionando estratégias cuja eficácia, afirma a pesquisadora, é tributária da legitimidade, da visibilidade e da credibilidade dessas redes (Weber, 2017, p. 54).

Importante pontuarmos que as disputas no âmbito do debate público tendem a ser permeadas por ascendências circunstanciais diversas, conforme aponta Weber (2017, p. 37): “o debate público poderá ser limitado pelos enquadramentos impostos pelas mídias de massa em relação aos discursos da sociedade e dos políticos, manipulado por organizações ou amplificado pelas redes sociais”. Nesse sentido, parece fértil levarmos em conta os fatores que limitam e/ou condicionam os rumos de um debate, uma vez que tais elementos auxiliam na compreensão sobre quais possibilidades de um determinado debate desenvolveram-se e quais quedaram-se frustradas. Um exemplo que ilustra essa perspectiva contextual pode ser visto em estudos (Oliveira, 2013; 2014) acerca das discussões sobre o Projeto de Lei 5.807/2013, proposto pelo governo federal. Tal proposição, que ficou conhecida como “o novo código da

mineração”, aportava uma série de mudanças no setor minerário brasileiro, o qual, ao menos sob o ponto de vista dos proprietários de mineradoras, mostrou-se favorável àquela iniciativa. Ao evidenciar o fato de que campanhas de parlamentares envolvidos no debate foram financiadas por mineradoras, a investigação demonstrou constrangimentos, especialmente de ordem financeira, com poder de influenciar os rumos de embates públicos sobre o tema.

Embora um debate público possa ser atravessado por forças sociais com poder de influenciá-lo – pelas vias de um domínio financeiro, simbólico, negocial, midiático, entre outros –, carrega em si uma potencial flexibilidade, que se materializa em múltiplas configurações. Um debate público, segundo Haubrich (2020, p. 115), “acontece em espaços institucionais ou informais, estáveis ou instáveis, com regras delimitadas ou dinâmicas incontroláveis. [...] não apenas de maneira argumentativa, mas também através de performances, protestos, mobilizações, marchas etc.”. Trata-se, assim, de um fenômeno social relativamente fluido e multiforme, cujo aproveitamento/instrumentalização tendem a ser mais eficazes (sob o prisma do atingimento dos interesses envolvidos) quanto mais essas propriedades forem compreendidas e levadas em consideração.

Um dos caminhos férteis para pensarmos nas consequências de um debate público – ou seja, nos seus efeitos para a sociedade (tanto no âmbito interno do debate quanto fora dele; e tanto os de curto alcance quanto os que geram desdobramentos mais duradouros) – parece ser o que conduz a refletir sobre os públicos nele envolvidos. Argumentos circulam na esfera pública movimentados por (e movimentando) públicos, os quais, nessa perspectiva, são os agentes de um debate público. A noção de públicos aqui defendida está alinhada à de Henriques (2017), o qual, a partir de pensadores como Herbert Blumer (1987), Loius Quéré (2003) e John Dewey (2012), concebe os públicos como instâncias cambiantes que se organizam, agem e se manifestam sob/sobre demandas sociais.

De modo sumário, referimo-nos a públicos como formas abstratas e dinâmicas de experiência e de sociabilidades que se formam em função da problematização de acontecimentos e ações que afetam os sujeitos – para além de consequências imediatas aos diretamente envolvidos, que os interessam em uma controvérsia quanto ao problema e ao alcance dessas afetações e que existem em referência tanto a outros públicos quanto às instituições [...] Dessa forma, não os consideramos mera audiência, mas

como entes ativos, pelo menos em potência. Também assumimos que as atividades dos públicos são variáveis, em forma, em intensidade, em estabilidade e em duração, mas que giram em torno da manifestação coletiva de opiniões e interesses. (Henriques, 2017, p. 57)

Nessa perspectiva, os públicos não têm existência apriorística, conformando-se a partir de sua manifestação e da sua relação com situações que, de algum modo, impactam sua vida. Ao pensar os públicos no âmbito de conflitos socioambientais, e compreendendo o conflito a partir da sua condição de incompatibilidade (ou seja, constituído por situações incompatíveis entre si) e do seu caráter agonístico (para a solução do conflito, exige-se que uma das referidas situações prevaleça/seja escolhida), Henriques (2023, no prelo) sublinha que a atuação social dos públicos está relacionada à sua capacidade de organização e de mobilização. Defende que “à medida que se organizam, os públicos aumentam seu poder de influência e agência e ampliam as suas possibilidades de uma intervenção direta na cena pública”, podendo representar a si mesmos e/ou a outros públicos (Henriques, 2023, no prelo).

A transformação do público em ator não se dá, assim, de maneira natural, pois que, para Henriques (2023, no prelo), a agência de um público é parte integrante da/condicionada pela trajetória dele. Desse modo, “em diversos graus de organização, os públicos, em algum momento, podem aparecer na cena pública como atores visíveis, sendo esta uma das tantas formas de experiência possíveis a estes entes coletivos”, o que leva o autor a “sustentar que os públicos, em certas circunstâncias e sob determinadas condições, podem ser atores” (Henriques, 2023, no prelo). Tal distinção parece profícua para o estudo aqui desenvolvido por fornecer subsídios para pensarmos nas limitações e nas potencialidades dos públicos no âmbito de um debate público. Cabe observarmos que diversas razões internas e/ou conjunturais podem se articular para impelir/refrear a participação de um determinado público em discussões que lhe dizem respeito, o que configura um ambiente de ação e de silenciamento que pode vir a ser determinante para os rumos de um debate. Considerar tais questões ajuda-nos a compreender quem age e quem silencia, além de como e por que o fazem.

Públicos debatem e (re)criam-se – e, ao fazê-lo, acabam por influenciar e movimentar outros públicos, de maneira planejada ou espontânea. Um debate público é um debate entre públicos e, também e eminentemente, para públicos. Buscar persuadir e, assim, agregar aliados (quer materializem, quer não, atitudes de apoio) tende a

constituir objetivo estratégico dos diferentes lados que compõem uma disputa pública de argumentos. Mobilizar a opinião pública consiste, assim, em meta e/ou consequência em debates públicos. Conforme Esteves (2011, p. 153), as formas de sociabilidade atualizadas em torno da opinião pública configuram relações de pertença “abertas e reversíveis, em função de interesses, convicções e motivações permanentemente renováveis ou revogáveis”. Não se trata, como pontua Weber (2017), de um equivalente à ideia de maioria ou à de sondagens públicas, e sim de um *complexus* dinâmico cujo funcionamento impacta na qualidade da democracia.

Parece pertinente observarmos, na esteira das considerações de Henriques (2017), que a opinião pública pode se dar a ver de modo obtuso, o que tende a se refletir em acepções limitadas do fenômeno. Postula o pesquisador que qualquer tentativa de identificar o posicionamento da “opinião pública” restringir-se-á à sua “face visível”, que sintetiza, “enfeixa e reduz as complexas redes discursivas formadas pelas questões controversas que entram em jogo. Essa redução se dá pela edição e pelas reedições de uma narrativa, que permitem ver umas conexões mais aparentes e outras não” (Henriques, 2017, p. 83). Entretanto, pondera o autor, essa tendência reducionista carrega a sua importância e, até mesmo, faz-se necessária, haja vista que oferta caminhos para os esforços de se compreender e explicar os mecanismos pelos quais a opinião pública opera.

A respeito da construção de opinião por parte dos públicos, Esteves (2011), tomando por base contribuições de Gabriel Tarde (1986), compreende os públicos como formas de sociabilidade moderna (em contraposição a outras, que seriam mais tradicionais, como a multidão), com potência de serem relativamente duráveis, homogêneas e dotadas de uma coesão simbólica atualizada por meio da comunicação, ou seja, via trocas de ideias e de opiniões. De acordo com o autor português, um público tende a buscar (embora nem sempre o consiga) constituir uma certa opinião geral – com base na qual podem se delinear comportamentos e atitudes, fazendo “com que um determinado número de pessoas (em inter-relação) se constituam, propriamente, como um agente de ação – um ator social coletivo” (Esteves, 2011, p. 157).

Em diálogo com a matriz conceitual habermasiana, Gomes (2008) observa que enquanto para Habermas (2014; 2020) e, de modo geral, para a escola deliberacionista a

conformação da opinião pública tende a se assentar na discutibilidade – ou seja, na premissa de que a opinião pública seria “opinião coletiva resultante da discussão pública” (Gomes, 2008, p. 112) –, o fenômeno em questão pode ser analisado também sob o prisma da visibilidade. Nesse sentido, o autor brasileiro atenta para dois outros tipos de opinião pública, que operam de modo articulado e que auxiliam na compreensão sobre a potencial influência de determinados públicos em debates que se atualizam publicamente. Um deles seria o que o autor denomina “opinião publicada” (Gomes, 2008, p. 113), relacionada à ação de veículos massivos de comunicação (jornalísticos ou não) que, via processos de enquadramento e de agendamento, engendram visibilidade e podem influenciar o segundo tipo de opinião pública mencionado pelo professor: aquele proveniente das pesquisas de opinião. Ele explica que essas sondagens, materializadas sobre bases estatísticas, podem, ao visibilizar certas posições dos públicos, refletir ou não condicionamentos midiáticos e vir a subsidiar ações e reformulações por parte de agentes políticos e de outros sujeitos sociais a quem digam respeito os resultados de tais pesquisas.

Farias (2019, p. 136) atenta para a volatilidade que caracteriza a opinião pública, considerada pelo autor como um sistema fluido e em processo de construção permanente.

As opiniões são voláteis. Transformam-se de acordo com o movimento do espaço e do tempo, influenciadas pela cultura – e seus devidos filtros. E o volátil faz com que aquilo que é sólido possa se desmanchar no ar. Opiniões se reconfiguram a todo tempo, assumindo novas formas, novas posturas. Opiniões voláteis são imagens distorcidas no espelho do mundo. (Farias, 2019, p. 22)

Conforme Farias (2019, p. 131), a opinião pública decorre de processos de geração de sentido, por meio de “construção, reconstrução, formação, formatação, distorção, interpretação, ressignificação etc.”. O autor ressalta que a liberdade de expressão constitui condição indispensável para a existência plena da opinião pública e salienta que, com o passar do tempo, os modos pelos quais a opinião pública se forma sofreram transformações – as quais envolvem, por exemplo, guerras de sentidos permeadas por fatores historicamente presentes no debate público, como a intolerância, e outros mais recentes, como as *fake news*. Importa pontuarmos, ainda, que pensar em movimentos impulsionados por uma convergência de opiniões – como no caso de coletivos da sociedade civil organizada que se mobilizam contrariamente à mineração –

leva a refletir sobre as formas pelas quais tais opiniões se formaram e também sobre possíveis opiniões (e, conseqüentemente, possíveis ações) historicamente silenciadas³⁹ diante de tais cenários.

Delineados os aspectos teóricos que, sob o ponto de vista comunicacional, consideramos relevantes acerca de debate público, parece pertinente que enveredemos rumo a questões conceituais mais diretamente relacionadas à temática do discurso. Assim, no próximo subcapítulo, são apresentadas discussões sobre as características das produções discursivas, em linha com a ACD.

2.2. Sobre construções discursivas

Este subcapítulo busca evidenciar a perspectiva epistêmica à qual a presente tese se filia: a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2012; 2016). Consideramos que um debate público é permeado por diversas forças e interesses, em posições de fala e de poder frequentemente assimétricas, e que os elementos estruturantes dessa movimentação do/no debate – tais como dados, informações, esclarecimentos, argumentos, posições – tendem a se presentificar via discurso (e, à medida que são acionados, atualizam o debate).

Fairclough (2016) reconhece e investiga a importância do discurso nas construções e, principalmente, nas transformações do contexto social. Ao buscar constituir “uma teoria social da linguagem” (Fairclough, 2016, p. 19), o autor compreende o discurso sob dois pontos de vista complementares: como ação e como representação. Nesse sentido, as construções discursivas – tecidas por textos e suas forças, em processos de atualização e referenciação – atuam para significar o real e para produzi-lo.

Assim, optamos por um enquadramento que, embora possa parecer, à primeira vista, eminentemente metodológico, carrega em si um caráter também epistemológico: a ACD, proposta por Fairclough (2012; 2016). Tal perspectiva, além de embasar aqui o escrutínio do objeto empírico propriamente dito, direciona o olhar que atravessa esta pesquisa como um todo. Trata-se de um posicionamento que encontra respaldo em

³⁹ Como destaca estudo clássico de Elisabeth Neolle-Neumann (2019), constitui-se uma “espiral do silêncio” quando as pessoas silenciam seus pontos de vista por acreditarem que são minoritários, seja por percepção intuitiva, seja por medo de isolamento social.

proposições do pesquisador britânico, para quem “a ACD é muito mais uma teoria que um método, é uma perspectiva teórica sobre a língua e, de maneira geral, sobre a semiose como um elemento ou momento do processo social material” (Fairclough, 2012, p. 307). Visa estudar o discurso e suas transformações não de modo estéril e isolado, senão sob o prisma de seus processos de construção da/pela sociedade.

Desse modo, importa pontuarmos que uma análise de produções discursivas que componham um debate público demanda um olhar atento ao(s) discurso(s) em contexto. Por essa razão, desde aqui, ressaltamos o fato de que as materialidades discursivas analisadas na presente tese assumem sentidos no âmbito de determinados conjuntos de ideias e acontecimentos e que tais materialidades articulam-se a/integram/são integradas por esses conjuntos.

Parte relevante dos fundamentos da ACD provém das abordagens arqueológica e genealógica de Michel Foucault (2012; 2014; 2020), em aspectos como o imbricamento entre discurso, sociedade e poder, bem como as relações entre produções discursivas. Por outro lado, uma das principais distinções que Fairclough (2016) estabelece entre seu trabalho e o do francês é a de que a análise de discurso foucaultiana opera sob premissas mais abstratas, enquanto a sistematizada pelo britânico visa perscrutar manifestações concretas da/na linguagem, configurando o que o autor qualifica como uma “Análise de Discurso Textualmente Orientada” (ADTO) (Fairclough, 2016, p. 63).

A análise de tais manifestações, pois, dá-se a partir de relações entre elas, de um lado, e o mundo que as cerca, de outro. Fairclough (2016) propõe-se a estudar os vínculos entre as transformações sociais e as discursivas, em busca de uma abordagem teórica que considere “a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social” (Fairclough, 2016, p. 19). E, mais, defende, nesse sentido, que a transformação de práticas sociais implica, necessariamente, uma modificação em práticas linguísticas.

A ACD é a análise das relações dialéticas entre discurso (incluindo não apenas a linguagem verbal, mas outras formas de semiose, como a linguagem corporal e as imagens visuais) e os outros elementos das práticas sociais. No enfoque assumido por mim, a ACD está especialmente voltada para as mudanças radicais na vida social contemporânea, para os modos pelos quais o discurso está inscrito nelas e para as configurações atuais da relação entre a semiose e os outros elementos sociais nas redes de práticas. (Fairclough, 2010, p. 226)

Ao dirigir o seu olhar semiótico para mudanças na sociedade, Fairclough (2016) prioriza aquelas relacionadas a problemas sociais. Em outras palavras, interessam ao autor os dilemas que movimentam coletividades e, desde aí, produzem sentidos: “assuntos problemáticos e que requerem mudança são inerentemente controversos e contestáveis, e a ACD estará inevitavelmente envolvida em debates e controvérsias sociais quando enfatizar certas características da vida social como problema” (Fairclough, 2012, p. 312). Essa orientação parece adequada para abordarmos a temática da mineração, indo ao encontro de perspectiva, aqui adotada, que concebe os conflitos minerários como problemáticas sociais que se atualizam discursivamente.

Na medida em que mira os elementos constitutivos das produções discursivas, o autor considera que os discursos aportam representações sociais decorrentes das posições assumidas pelos sujeitos que os proferem, o que ajuda a explicar os cenários em que uma variedade de posicionamentos se reflete em pluralidade discursiva. Um mesmo tema, destaca Fairclough (2010, ps. 226-227), poderá receber tratamentos discursivos diferentes de acordo com o lugar social desde onde for abordado: conforme exemplo trazido pelo pesquisador, as pessoas em condição de pobreza têm suas vidas “representadas diferentemente nos discursos governamentais, nas políticas, na medicina, nas ciências sociais, além de variar no interior destas mesmas práticas, em função das diferentes posições assumidas pelos atores sociais”.

Um dos exemplos fornecidos por Fairclough (2012), a fim de aplicar a abordagem da ACD em uma temática específica, é o das mudanças da economia global. O pesquisador aponta que o campo – conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (2011) – econômico vem empreendendo um processo de colonização no campo não-econômico, por meio de gêneros, discursos e estilos que fluem do primeiro campo para o segundo. Assinala, ainda, que há um reescalonamento entre os níveis da vida social (do global ao local) e entre as redes de práticas no âmbito de cada uma dessas escalas. Nesse processo, segundo Fairclough (2012), o discurso neoliberal prega que a mudança econômica global representa uma conjuntura “inevitável e irresistível, sendo necessária apenas a adaptação e a convivência com ela” (Fairclough, 2012, p. 315). Ou seja, trata-se de discurso e mudança social em retroação (induzida, nesse caso) – e, para examinar alterações discursivas (como essa) implicadas no processo social das alterações na

economia mundial, o autor entende como relevante identificar as forças dominantes, diversas e resistentes que se atualizam nesse contexto.

Tais considerações tendem a apresentar pontos de convergência, por exemplo, com trabalho de Márcio Simeone Henriques, Ivone de Lourdes Oliveira e Fábria Pereira Lima (2020), acerca do discurso proposto pela indústria da mineração. A análise em questão enfoca materialidades emitidas por duas entidades internacionais – o *International Council on Mining and Metals* (ICMM; Conselho Internacional de Mineração e Metais) e o *Development Partner Institute* (DPI; Instituto Parceiro de Desenvolvimento) – e uma nacional, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Os pesquisadores verificaram que essas instituições, ao fortalecerem o discurso da mineração do futuro – a qual diz reconhecer falhas passadas e se propõe defensora e promitente da sustentabilidade, da responsabilidade social e dos direitos humanos –, buscam, assentadas em sua suposta credibilidade, lançar ideias que possam influenciar a disputa pública de argumentos sobre a mineração. Trata-se, assim, de um movimento de mudança (discursiva, ao menos) desse setor, o qual, em condições de dominância – nutrida financeiramente pelas grandes mineradoras que apoiam aquelas organizações –, visa, entre outros objetivos, contribuir para preservar/valorizar a imagem-conceito⁴⁰ (Baldissera, 2004) do setor minerário no âmbito de debates públicos e, com isso, garantir seu lugar nos campos político e econômico.

Na mineração, posições contestatórias atualizam-se em contraponto ao discurso oficial do setor, materializadas em movimentos que constituem contradiscursos (Henriques, 2022). Ao levar em conta que tais produções contradiscursivas operam indissociavelmente em relação com/em resposta ao discurso do setor, o autor (alinhado a uma pesquisa coletiva realizada acerca do tema) considera a existência de uma “interdiscursividade comum” a esse universo de atores, tratando “todo o conjunto de discursos *sobre* a mineração como sendo uma só constelação discursiva” (Henriques, 2022, ps. 3 e 5, grifo no original).

⁴⁰ A noção de imagem-conceito é, de acordo com o autor, “compreendida/explicada como um construto simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório, realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado” (Baldissera, 2004, p. 278).

O autor assinala que, embora integrem a mesma constelação, as duas frentes discursivas de embate tendem a apresentar distinções, ainda que fluidas. Nesse sentido, aponta, enquanto o discurso do setor costuma adotar posicionamentos mais simplificados e categorizantes – abordando separadamente as várias dimensões da mineração e, ao fim, reduzindo-as a um discurso genérico sobre sustentabilidade –, a matriz contradiscursiva é marcada por tentativas de correlacionar sistemicamente tais dimensões e de indicar conexões entre elas.

Ao pensarmos em embates discursivos compostos por forças situadas em lugares argumentativos divergentes (ou mesmo diametralmente opostos, como costuma acontecer em casos de projetos de mineração) – umas em posição dominante, outras em relação de resistência e assim por diante –, cumpre pontuarmos, na esteira das reflexões de Fairclough (2012; 2016), sobre a diversidade discursiva, tanto entre lados oponentes quanto no âmbito de cada um deles. Nesse sentido, Foucault (2020), de contribuição basilar para a obra do britânico, postula que “os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de força”, explicando que “pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta” (Foucault, 2020, p. 111). A trama discursiva pode atualizar-se, assim, de maneira fluida, ao sabor de dinâmicas e (re)combinações, propositais ou não. Esse constante dinamismo das práticas discursivas constitui um dos fatores determinantes da ACD, a qual objetiva focalizar “a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais” (Fairclough, 2016, ps. 61-62).

A relação de influência mútua entre a mudança discursiva e a mudança social se dá, para o pesquisador, de maneira estruturante, uma vez que a perspectiva da ACD considera o discurso não somente como forma de representar o mundo, mas também como um modo de ação sobre ele. Eis o discurso enquanto prática, atuando na construção da sociedade e, por ela, sendo moldado. Entre as implicações do discurso sobre a estrutura social, Fairclough (2016) identifica que a linguagem contribui para construir identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença – movimentos que compõem as três funções da linguagem, conforme o autor: “identitária”, “relacional” e “ideacional”, respectivamente.

A concepção do discurso como prática social integra a visão tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2016), de modo que um evento discursivo é considerado, ao mesmo tempo, “texto”, “prática discursiva” e “prática social”.

A dimensão do ‘texto’ cuida da análise linguística de textos. A dimensão da ‘prática discursiva’, como interação, na concepção ‘texto e interação’ de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo ‘discursos’ no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de ‘prática social’ cuida de questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos (*do discurso*) [...] (Fairclough, 2016, ps. 22-23, grifo no original).

Nessa perspectiva, o texto está inserido no âmbito da prática discursiva, a qual, por sua vez, integra a prática social. O autor relaciona a dimensão textual a itens mais imediata e explicitamente vinculados ao discurso, tais como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Um dos fenômenos que Fairclough (2016, ps. 109-110) articula ao texto propriamente dito é o da “relexicalização dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas (é bem conhecido o exemplo de relexicalização de ‘terroristas’ como ‘lutadores pela liberdade’ ou vice-versa)”. Enquanto a lexicalização remete ao ato de incorporar uma palavra ao léxico, a relexicalização se dá quando um vocábulo é ressignificado, o que pode acontecer de maneira orgânica ou intencional (podendo haver, no segundo caso, inúmeros propósitos possíveis).

O uso do termo “sustentabilidade”, por exemplo, parece um caso emblemático que envolve tentativas consistentes de relexicalização, inclusive no setor de mineração. De acordo com Fritjof Capra (2003), Lester Brown sugeriu o conceito nos anos 1980, classificando “comunidade sustentável” como aquela “[...] que é capaz de satisfazer às suas próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras” (Capra, 2003, p. 19). A ideia foi sofrendo, entretanto, esforços de apropriação, como a realizada pelo discurso organizacional, que tende a instituir sentidos de sustentabilidade voltados à obtenção/aumento de lucros e à manutenção dos negócios e da lógica capitalista (Kaufmann, 2016). Reside nesse processo de apropriação/adaptação/transformação sógnica a segunda dimensão proposta por Fairclough (2016), a da prática discursiva, focada nos aspectos de produção, distribuição e consumo do discurso. Abarca elementos como a força de um texto (sua capacidade de gerar ações) e a coerência textual (a ser

reconhecida pela instância de interpretação, a quem cabe identificar e concatenar relações entre as partes que compõem um texto).

Ao considerar o discurso sob a ótica da prática discursiva, o autor aporta outra referência fundante para o seu trabalho: as contribuições de Mikhail Bakhtin (2016), especialmente acerca das relações entre textos – ou intertextuais. Na perspectiva do pensador russo, a intertextualidade situa cada texto como um elemento de ligação entre textos anteriores e posteriores. Fairclough (2016, p. 140) pontua, em linha com Bakhtin (2016), que todos os enunciados “são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores (sejam eles turnos, artigos científicos ou romances) e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes”. Desse modo, a produção de um determinado texto – o qual pode ser uma fala, um livro etc. – dá-se a partir de bases previamente existentes e contribui para pavimentar um caminho discursivo que, em outros e novos desdobramentos, vem a ser tributário daquele texto (apenas aparentemente) inicial. O autor sintetiza essa dinâmica conformadora do texto ao definir a intertextualidade como “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante” (Fairclough, 2016, p. 119).

Os processos de produção, distribuição e consumo textuais são, para o pesquisador, atravessados pela perspectiva intertextual. Nesse sentido, explica, a intertextualidade se expressa na produção de um texto ao evidenciar a historicidade dele e a sua contribuição para “cadeias de comunicação verbal” previamente existentes, conforme terminologia proposta por Bakhtin (2016). Em continuidade, o aspecto intertextual da distribuição pode ser identificado em “redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam” (Fairclough, 2016, p. 119) e nas quais um texto passa por alterações relativamente previsíveis à medida que é metamorfoseado em outro texto (é o caso, em exemplo trazido pelo britânico, de discursos políticos transformados em matérias jornalísticas). Ainda, o autor ensina que o consumo, por sua vez, assume dimensão intertextual tendo em vista o fato de que o processo de interpretação de um texto recebe influências não apenas do próprio texto e dos textos que, via intertextualidade, o compõem, mas também de outros textos que constituam o repertório de cada intérprete.

Fairclough (2016) realiza uma distinção entre a intertextualidade manifesta e a interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva). Assinala que enquanto a primeira envolve as marcas explícitas que um determinado texto contenha/reverbere de outros textos, a segunda compreende fatores sociais estruturantes que agem sobre o texto. Aqui, tem-se a interdiscursividade alargando a perspectiva pela qual se mira a intertextualidade, considerando, para isso, as ordens do discurso, conceito foucaultiano que Fairclough (2016, p. 103) interpreta como “facetas discursivas das ordens sociais”. Assim, o pesquisador defende que a interdiscursividade diz da “constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso (interdiscursividade)” (Fairclough, 2016, p. 119).

À medida que levamos em conta as circunstâncias pretéritas e subsequentes de um enunciado, torna-se possível desenovelar processos discursivos sob o ponto de vista de seu histórico, frente aos quais tende a haver, assim, espaço limitado para a aleatoriedade. Bases intertextuais e interdiscursivas fazem-se presentes e podem ser direcionadas para distintos fins, como no caso da presença ainda robusta dos combustíveis fósseis na matriz energética nacional. A reiteração sobre eventuais riscos de a energia acabar ou escassear – sob menções públicas e frequentes a questões como “apagão”, crise hídrica, instabilidade das fontes renováveis, entre outras – parece ter edificado uma espécie de “colchão discursivo”, sobre o qual a defesa dos combustíveis fósseis pôde se estabelecer e, de forma relativamente segura e confortável, encontra, até os dias atuais, campo fértil para propagar parte significativa de suas argumentações. Nessa cadeia histórica, enunciados do passado engendram outros no presente e preparam enunciados futuros, por meio de processos como os de retroalimentação.

Essa atualização encadeada, em que textos e discursos elaborados em torno de determinados enfoques e assuntos se refletem em produções posteriores, nutre-se de diálogo com o entorno (imediato ou não), o contexto, a sociedade. O discurso como prática social, terceira das dimensões sistematizadas por Fairclough (2016), agrega uma visão em perspectiva, ao acionar, por exemplo, a noção, anteriormente citada, de ordem do discurso, conformação em cujo âmbito se atualizam disputas ideológicas e por hegemonia.

Cabe observarmos que o autor, baseado principalmente em Louis Althusser (1992), considera que a ideologia se encontra tanto em estruturas sociodiscursivas prévias (ou, em outros termos, nas ordens do discurso), quanto em dinâmicas que, ao presentificarem as produções discursivas, podem reproduzir ou mesmo transformar aquelas estruturas. Trata-se, assim, de “uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos” (Fairclough, 2016, p. 124). O pesquisador pontua ainda que um texto pode ser ideologicamente investido em seus aspectos formais e nos de sentido.

No que tange à hegemonia, Fairclough (2016), a partir de Antonio Gramsci (1971), associa-a a processos de liderança e de dominação em diversos aspectos da sociedade. Conforme o britânico, certas classes econômicas tornam-se hegemônicas por meio de alianças, concessões e consentimentos, mormente sob relações instáveis e conturbadas. A hegemonia guarda relação direta com a ordem do discurso, a qual representa, para o autor, “a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia” (Fairclough, 2016, p. 129). Assim, de forma recursiva, a luta hegemônica se materializa no discurso, podendo impactá-lo ou, por meio dele, sofrer implicações – a esse ponto, Fairclough (2016, p. 133) sublinha que a materialização de um discurso pode contribuir “para preservar e reproduzir as relações e as hegemônias tradicionais de gênero [...] ou pode ser uma contribuição para a transformação dessas relações mediante a luta hegemônica”.

Importa frisarmos, também, a relação existente entre hegemonia e intertextualidade, haja vista que, segundo o pesquisador, a produtividade textual inerente à intertextualidade – produtividade, aqui, relacionada à criação contínua de novos textos com base em produções e convenções anteriores – é “socialmente limitada e restringida, e condicional conforme as relações de poder” (Fairclough, 2016, p. 141). Em outras palavras, tal produtividade intertextual não se encontra disponível de forma equânime para todos os sujeitos, cuja produção e constituição discursivas acabam sendo atravessadas por suas condições sociais.

Para o autor, as práticas sociais (de caráter cultural, familiar, econômico, político etc.) organizam-se em redes que se interconectam e que mantêm relação indissociável

com processos de semiose. Ao postular que “toda prática é uma articulação de elementos sociais diversos em uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso”, Fairclough (2010, p. 225) assinala que todos esses elementos (como objetos, relações sociais, valores e aspectos discursivos, entre outros) operam em relação dialética – ou seja, ainda que todos atuem de forma própria e independente, o desenvolvimento de cada um deles dá-se considerando a influência dos demais.

De acordo com o autor, a ACD focaliza ora a estrutura, manifestada via ordens do discurso, ora a ação, por meio dos textos e das interações. Fairclough (2012, p. 311) salienta que em ambas as perspectivas

o que importa são as articulações em mudança entre gêneros, discursos e estilos, a mudança da estruturação social entre esses elementos na estabilidade e permanência nas ordens de discurso e uma continuidade no trabalho das relações entre eles em textos e interações.

A interface entre prática discursiva e prática social está presente em estudo de Fábila Lima, Isaura Mourão, Marcela Vouguinha e Marlene Machado (2019). Ao analisarem produções textuais da entidade internacional ICM, as autoras compreendem que “o discurso da mineração como prática discursiva não se opõe à prática social, mas se manifesta como uma forma especial dessa”, no sentido de que, ao se enunciar, tal discurso materializa textualmente reverberações provenientes do contexto social em que está inserido (Lima, Mourão, Vouguinha, Machado, 2019, p. 7).

Em meio ao processo construtivo de uma produção discursiva, agem os caminhos pelos quais tal produção circula e que, com ela, estabelecem relação de mútua influência. Tal caráter de retecer contínuo (embora não infinito) opera no sentido de borrar as fronteiras, outrora mais fixadas, de produção e recepção. A intertextualidade e a interdiscursividade, nos moldes propostos por Bakhtin (2016) e, posteriormente, acionados por Fairclough (2016), estruturam-se e estabelecem-se entre textos e discursos que, ao circularem, embasam e viabilizam novos desdobramentos textuais e discursivos, podendo, assim, adquirir formatos e sentidos diversos.

O ideário dominante e amplamente disseminado no contexto neoliberal alimenta, à medida que circula, a assimetria existente em comparação com formas alternativas de pensamento, como os que priorizam a preservação ambiental. Para exemplificar essa problemática, eis um caso em que esse desequilíbrio discursivo chegou a ser legitimado

pelo poder público (que, em tese, deveria desempenhar posição de defesa do interesse público): em novembro de 2020, a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) do Rio Grande do Sul publicou um *post* pró-mineração em sua página no Facebook e, em maio de 2021, veiculou outra postagem nessa linha, no mesmo canal. Na primeira publicação (Figura 1), há um *card* com a imagem de um detergente e de um sabão em barra, ladeados por nomes de elementos químicos presentes nesses itens de limpeza – e, na legenda, um texto afirmando que a mineração está presente no dia a dia da população, como em produtos de uso doméstico.

Figura 1 – Primeiro *post* do “Minera RS”



Fonte: página da Sema/RS no Facebook⁴¹

O segundo conteúdo (Figura 2), por sua vez, é um *card* que traz a imagem de um painel de energia solar, uma lista de elementos químicos que compõem esse

⁴¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/secretariadomeioambienters/posts/pfbid0ZUU3ZUtU8CFv2iZ8BDBbhredhHEdysnaJMGRbrHaAwKWLsZfR54xfx626CzfoVRB1>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

equipamento e a frase “Há mineração nas energias renováveis”, explicação reiterada da legenda do *post*. Em ambas as publicações, está presente o título “Minera RS”. Não foram localizadas outras postagens contendo temática semelhante nas redes sociais da Sema e do governo gaúcho.

Figura 2 – Segundo *post* do “Minera RS”



Fonte: página da Sema/RS no Facebook⁴²

Em resposta à campanha Minera RS, o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS), entidade da sociedade civil organizada que promove ações contrárias aos grandes projetos de mineração no estado⁴³, publicou, em sua página no Facebook, um *post* (Figura 3) criticando o posicionamento da Sema a respeito do assunto. Sob o título “Não Minera RS”, a postagem elencou riscos à saúde decorrentes

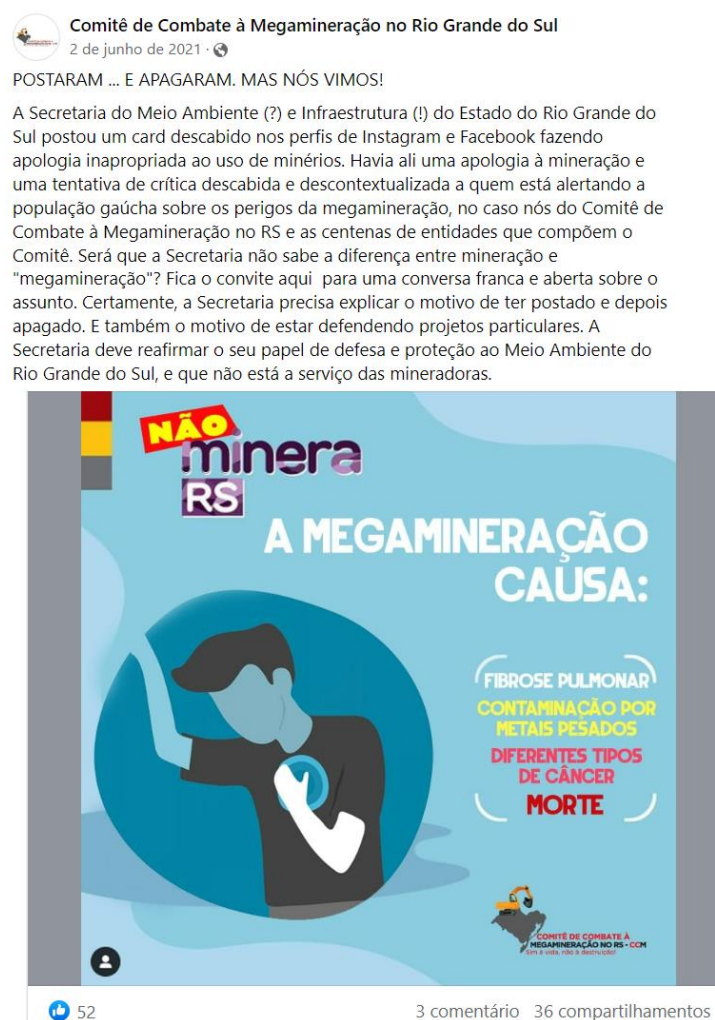
⁴² Disponível em:

<https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=3993128824063621&id=461132310596641>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁴³ Mais informações acerca do CCM/RS podem ser lidas adiante, no Capítulo 3, sobre o histórico do caso da Mina Guaíba.

de megaprojetos minerários e, em sua legenda⁴⁴, alegou omissão da campanha governamental no sentido de não ter diferenciado mineração e megamineração, o que, para o CCM/RS, oculta uma tentativa de validar a segunda ao subsumi-la no âmbito da primeira, mediante a apresentação de aspectos supostamente positivos que ambas teriam em comum.

Figura 3 – Resposta do CCM/RS ao “Minera RS”



Fonte: página do CCM/RS no Facebook⁴⁵

⁴⁴ A legenda do *post* menciona que o conteúdo publicado pela Sema teria sido excluído. Porém, como os *links* permanecem no ar, acreditamos que as postagens, caso tenham sido realmente deletadas, foram posteriormente republicadas.

⁴⁵ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ComiteCombateMegaminerao/posts/pfbid02UvjUCKEZMU6cDVTFghF58z2GMtb4TZ3eGzYgkJN4kuSWzPUPG6UPqVWpFeuJaA3GI>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Veiculados no período em que polêmicos projetos de megamineração (entre os quais o da Mina Guaíba) passavam por trâmite de licenciamento ambiental na Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam) (órgão do governo estadual) e eram publicamente debatidos no estado, os *posts* da Sema explicitam o posicionamento governamental favorável à mineração, ao menos à época – o que parece ir de encontro com a postura tecnicamente equidistante que, durante um processo de licenciamento ainda não concluído, seria esperada do poder Executivo enquanto instância licenciadora. Ainda que a campanha Minera RS não tenha prosseguido, demonstrou que, por meio daquelas materialidades, o governo do estado optou por apoiar a lógica extrativista e, desde o seu potencial de autoridade e de circulação, empenhou-se em respaldar e disseminar o discurso do capital e priorizar a perspectiva econômica.

O caso da campanha Minera RS ilustra o processo de transmutação por meio do qual uma ordem do discurso (notadamente, a do capitalismo, economicamente dominante) pode conformar e atravessar diferentes construções discursivas, ecoando sentidos prévios e preparando enunciados posteriores. Trata-se de exemplo que, além de evidenciar emaranhados sîgnicos inerentes às articulações intra e entre discursos e mobilizar assuntos de interesse público para influenciar a opinião pública, está diretamente relacionado ao objeto empírico desta tese: um debate público (a ser analisado discursivamente) acerca de um empreendimento de megamineração – uma mina de carvão – que seria instalado no Rio Grande do Sul. Tal exemplo, ao aglutinar alguns dos pontos trazidos neste subcapítulo e remeter ao contexto da Mina Guaíba, vale-nos como chave de entrada para seguirmos adiante, em direção ao caso concreto aqui estudado.

Doravante, a tese encaminha-se para quatro capítulos (que antecedem o de considerações finais). No primeiro deles (Capítulo 3), realizamos uma explanação acerca do histórico da Mina Guaíba, pois que apresentar o caso torna-se necessário para podermos, na sequência, aprofundar o debate público que se desenvolveu em torno do empreendimento. Esse aprofundamento do debate está desenvolvido nos três capítulos subsequentes (Capítulos 4, 5 e 6), no último dos quais damos continuidade à fundamentação teórica da tese, acionando referenciais bibliográficos sobre o setor de mineração para articulá-los a uma análise contextual de nosso objeto de estudo.

3. BREVE HISTÓRICO DO CASO MINA GUAÍBA

O capítulo aqui iniciado apresenta um histórico de fatos que compõem a trajetória do empreendimento denominado Mina Guaíba. O primeiro subcapítulo (3.1) aporta dados técnicos acerca do projeto em si – obtidos, primordialmente, por meio do EIA/Rima (Copelmi, 2018) –, bem como aduz informações introdutórias sobre o debate público estabelecido a respeito da mina. O outro subcapítulo (3.2) expõe, de forma cronológica, uma cadeia de eventos que acarretaram implicações sobre esse caso.

3.1. *Um polêmico projeto de megamineração*

Na década passada, começaram a ser desenvolvidos no Rio Grande do Sul projetos de megamineração, ou seja, empreendimentos de grande magnitude cujos impactos socioambientais podem ser definidos, nas palavras de Bruno Milanez (2017, p. 383), como “especialmente extensos, ecologicamente complexos e temporalmente permanentes”. Dessa leva, quatro iniciativas atingiram a fase de licenciamento ambiental: os projetos Mina Guaíba, de exploração de carvão, em Charqueadas e Eldorado do Sul; Caçapava, de chumbo, zinco e cobre, em Caçapava do Sul; Retiro, de titânio e zircônio, em São José do Norte; e Fosfato Três Estradas, de fosfato, em Lavras do Sul (Carvalho, 2021).

No caso do projeto Caçapava, a Nexa, mineradora responsável, desistiu do empreendimento, alegando, em nota oficial, que o projeto “não manteve parâmetros de viabilidade econômica”⁴⁶. Já os projetos Três Estradas e Retiro, até o fechamento desta tese (fevereiro de 2024), passam por entraves judiciais – o primeiro, embora já tenha obtido da Fepam a sua licença de instalação⁴⁷, enfrenta ação civil pública do Ministério Público Federal⁴⁸, e o segundo aguarda os desdobramentos relativos a uma determinação contida no Plano Diretor de São José do Norte, a qual, em 2019, proibiu⁴⁹

⁴⁶ Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/votorantim-nexa-encerra-projeto-mina-pampa-rs/?mc_cid=b86578196f&mc_eid=0bc3a0ec05>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/sema-e-fepam-entregam-licenca-ambiental-para-projeto-fosfato-tres-estradas>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2023/06/13/lavrenses-se-mobilizam-para-liberacao-de-mina-de-fosfato>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁴⁹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/plano-diretor-de-sao-jose-do-norte-proibe-mineracao-no-municipio/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

qualquer tipo de mineração de médio e grande portes no município e foi, em 2023, declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado⁵⁰.

A Mina Guaíba, considerada o maior empreendimento de mineração de carvão a céu aberto já projetado no Brasil⁵¹, destacou-se na pauta pública do estado. O debate em torno do caso foi, por exemplo, definido pelo jornal ExtraClasse⁵² como “o principal flanco de combate entre ambientalistas e setor empresarial no Rio Grande do Sul”. Acreditamos que parte significativa de sua repercussão se deva à maior proximidade (em comparação com os demais projetos) com a Região Metropolitana de Porto Alegre, acarretando possíveis riscos socioambientais para essa populosa conurbação – por exemplo, uma das ameaças publicizadas pelos críticos da ideia residia na questão da segurança hídrica, ao alegarem que eventuais substâncias tóxicas advindas da mina poderiam poluir o rio Jacuí e o lago Guaíba, o que viria a comprometer o abastecimento de água potável para cidades inteiras, como Canoas e, até mesmo, a capital gaúcha⁵³. Outros fatores, como a dimensão do empreendimento e a sua provável contribuição, enquanto iniciativa de mineração carbonífera, para as mudanças climáticas globais também parecem ter colaborado para alargar a reverberação do tema.

A mineradora Copelmi, que idealizou o projeto da Mina Guaíba, ingressou⁵⁴ com o pedido de licenciamento ambiental do empreendimento no ano de 2018, durante a gestão do governador José Ivo Sartori (2015 a 2018), em meio a uma conjuntura de respaldo estatal à indústria carbonífera – com a sanção de uma política pública voltada ao carvão mineral em âmbito estadual⁵⁵. O apoio do governo do estado visava estimular um setor que, embora ainda representativo no âmbito do mercado nacional de carvão,

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/noticia/parte-de-lei-que-proibiu-atividade-de-mineracao-em-sao-jose-do-norte-e-inconstitucional/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593539-editar-o-maior-projeto-de-extracao-de-carvao-mineral-do-brasil-mina-guaiba-nao-viu-o-bioma-mata-atlantica-em-seus-estudos-ambientais>>. Acesso em 28 fev. 2024.

⁵² Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/06/mina-guaiba-quanto-custara-o-pre-sal-gaucha/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁵³ Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596320-mina-guaiba-colocara-em-risco-a-seguranca-hidrica-de-porto-alegre>>. Acesso em 28 fev. 2024.

⁵⁴ Código do empreendimento: 410744; número da solicitação: 51007. Disponível em: <<https://secweb.procergs.com.br/sra/mod-licenciamento/historicoVw-list.xhtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁵⁵ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/sartori-sanciona-lei-que-cria-o-polo-carboquimico-do-rs-em-evento-internacional>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

estava em processo de retração. De acordo com Dieese (2022)⁵⁶, o setor reduziu em 40% o seu número de trabalhadores entre os anos de 2006 e 2019, fechando 2.509 postos de trabalho – o que, conforme a pesquisa, repercutiu na região Sul, que reúne 95% dessa força de trabalho (17% somente no Rio Grande do Sul).

Em seu *site* institucional⁵⁷, a Copelmi define-se como a “maior mineradora privada de carvão no país”, divulgando que fornece esse minério para 18% de todo o mercado brasileiro de carvão mineral (se considerado apenas o mercado industrial do país, o percentual de clientes da Copelmi sobe, segundo a empresa, para 80%). Sediada em Porto Alegre, opera cinco minas, situadas nos municípios gaúchos de Arroio dos Ratos (duas), Butiá (duas) e Cachoeira do Sul (uma). Conta ainda com escritório na capital do Rio de Janeiro e com duas unidades de abastecimento, localizadas nas cidades de Charqueadas e Triunfo⁵⁸.

O *site* da Copelmi informa que ela “é uma empresa centenária”⁵⁹. Conforme a página, a mineradora foi fundada em 1883, com o nome Companhia Minas de Carvão do Arroio dos Ratos (CMCAR). Desde então, até atingir a sua estruturação atual, a organização participou de incorporações e passou por mudanças de razão social. No âmbito desse histórico, um marco a ser destacado é o ano de 1948, quando foi constituída a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – mineradora de cujo nome provém a sigla Copelmi e que assumiu a frente do negócio após incorporar outras empresas.

Conforme o EIA/RIMA (Copelmi, 2018) constante do pedido de licenciamento, a companhia requereu a implantação e o funcionamento de uma mina a céu aberto de carvão mineral, bem como de instalações industriais de beneficiamento do minério e de apoio às operações. As minas a céu aberto, de acordo com Caroline Siqueira Gomide et al. (2018, p. 154), são “aquelas onde os depósitos minerais se estendem por amplas áreas e em diferentes profundidades” e diferenciam-se das minas subterrâneas por, entre outros fatores, serem operacionalizadas ao ar livre, em cavas (enquanto a mineração subterrânea se dá em galerias). Também estava prevista, no projeto, a extração de areia e

⁵⁶ Produzido com dados de 2019, é o mais recente levantamento que foi possível localizar contendo dados do mercado de trabalho na indústria de carvão mineral do Rio Grande do Sul e do Brasil.

⁵⁷ Disponível em: <<http://copelmi.com.br/conheca-a-copelmi/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁵⁸ Disponível em: <<http://copelmi.com.br/unidades/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁵⁹ Disponível em: <<http://copelmi.com.br/historico/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

cascalhos. A empresa declarou a pretensão de extrair cerca de 166 milhões de toneladas de carvão durante 23 anos, ao fim dos quais a mina teria a sua desativação (ou descomissionamento, termo técnico de mineração empregado pelo EIA/Rima) (Copelmi, 2018).

A Mina Guaíba, se instalada, teria o objetivo de extrair e beneficiar matéria-prima a ser utilizada em geração de energia, visando “atender aos mercados termelétrico e/ou de gaseificação” (Copelmi, 2018, p. 6).

O carvão mineral a ser explotado na Mina Guaíba tem usos previstos, além da geração de energia termelétrica convencional considerando o mercado existente, no atendimento de novos mercados baseados na geração termelétrica de alto desempenho e/ou na indústria carboquímica, por meio da gaseificação do carvão. As características do minério possibilitam a sua utilização em quase todos os segmentos de mercado, especialmente o energético para produção de gás natural sintético (GNS), o químico (ureia), assim como os de celulose, petroquímico e industrial (cerâmica, grãos, cimento e outras carboníferas). (Copelmi, 2018, p. 13)

No que tange à localização geográfica, o EIA/Rima (Copelmi, 2018) informa que a mina foi projetada para se instalar em área situada entre os municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, no âmbito da Bacia Carbonífera de Charqueadas, em um terreno que tem dimensão de 4.373,37 hectares (ou 43,73 km²) e que está a 1,5 km do rio Jacuí e a 16 km do Centro de Porto Alegre⁶⁰, capital do Rio Grande do Sul. O mapa da Figura 4 ilustra a localização planejada para o empreendimento (a área da mina está em amarelo).

⁶⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/as-polemicas-que-envolvem-o-projeto-da-mina-guaiba-ck5ijzarq00uu01pldyiot38a.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Figura 4 – Localização prevista da Mina Guaíba



Fonte: EIA/Rima (Copelmi, 2018, p. 12)

De acordo com o EIA/Rima (Copelmi, 2018), a operação da mina iniciar-se-ia com a remoção do solo vegetal e, na sequência, dos materiais estéreis (como argila, areia, cascalho e siltito⁶¹) situados acima do carvão a ser extraído. Tanto o carvão como também a areia e o cascalho retirados passariam, segundo o projeto, pela etapa de beneficiamento, processo que “consiste em uma série de operações que buscam permitir a separação do mineral de interesse de outras substâncias” (Gomide et al., 2018, p. 42).

O método de extração pretendido era o de “lavra por tiras” (Copelmi, 2018, p. 20), que se constitui na abertura gradual de cortes paralelos no solo. À medida que a frente de lavra avançasse, o material estéril retirado do corte em extração seria utilizado para o fechamento da cava anterior, já minerada. Conforme o EIA/Rima (Copelmi, 2018), todo o material estéril da primeira tira e parte do oriundo da segunda seriam dispostos fora do ponto de escavação, formando um monte chamado de pilha de estéril (ou bota-fora inicial). Um dique de contenção, a ser construído com o propósito de evitar inundações, circundaria a pilha de estéril e a área de lavra. O último corte

⁶¹ O siltito é “uma rocha sedimentar mais fina [...], constituída por grãos”. Disponível em: <<https://didatico.igc.usp.br/rochas/sedimentares/siltito/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

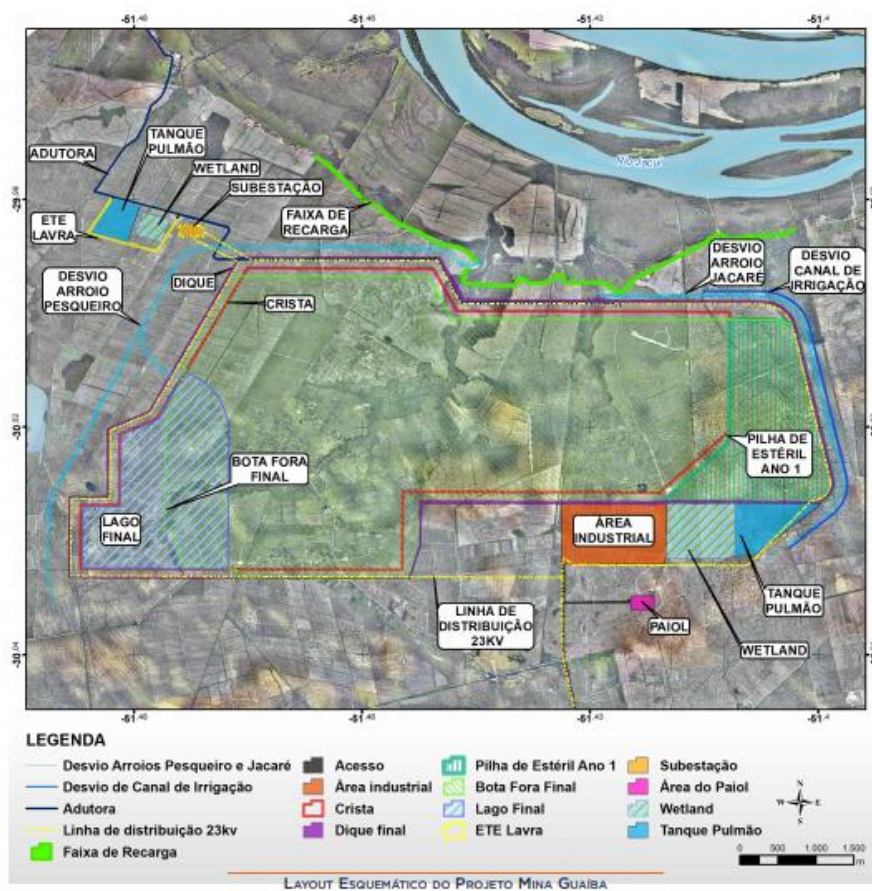
minerado seria, ao fim, transformado em um lago, junto ao qual se implantaria um canal de extravasamento para dar vazão à água em eventuais casos de fortes chuvas.

Previa-se que o terreno teria, ao fim do empreendimento, uma nova topografia, com elevação máxima de 30 metros em comparação com a configuração inicial. Estava projetado que o rejeito proveniente do processo de beneficiamento seria, no primeiro ano da operação da mina, armazenado em uma baía a ser construída com argila e, nos anos seguintes, aterrado no fundo das tiras exauridas, sobre camada de siltito.

A implantação da Mina Guaíba exigiria, segundo o EIA/Rima (Copelmi, 2018), o desvio dos arroios Jacaré e Pesqueiro, os quais passam no terreno que seria minerado. O documento afirmava que um canal de irrigação existente no local também deveria ser desviado, a fim de manter o abastecimento de lavouras de arroz situadas nas proximidades da mina. Seria necessário ainda, conforme o projeto, o rebaixamento do nível da água na área de extração, com o intuito de possibilitar as escavações e a remoção de materiais estéreis. Nesse processo, parte da água rebaixada seria devolvida ao subsolo, por meio de poços de recarga, e o restante, descartado no rio Jacuí, junto com os efluentes tratados da lavra, por meio de linha adutora e de emissário subaquático.

O complexo de mineração intencionado conteria uma área industrial, que abrangeria plantas de beneficiamento, central de resíduos, estação de tratamento de água e instalações administrativas e de manutenção. Próximo dessa área, um paiol de explosivos seria o local de fabricação e armazenamento de tais artefatos, destinados à demolição de materiais mais resistentes encontrados durante os trabalhos de escavação. Projetava-se a instalação de cortina vegetal no entorno da área industrial, bem como no lado externo do supracitado dique de contenção. Na Figura 5, a seguir, a planta da mina:

Figura 5 – Layout do projeto da Mina Guaíba



Fonte: EIA/Rima (Copelmi, 2018, p. 7)

A mineradora planejava, após obter a requerida autorização oficial para instalar o empreendimento, entrar com novo pedido de licenciamento, ora visando à construção de um polo carboquímico ao lado da mina. A estrutura seria voltada a converter o carvão em gás natural sintético (GNS), fertilizantes e metanol. Essa segunda solicitação de licenciamento acabou por nunca ocorrer (ao menos até o fechamento desta tese, em fevereiro de 2024).

Do início de 2019 até a chegada da pandemia de Covid-19, em 2020, desenrolou-se o período de maior intensidade do debate público da Mina Guaíba. A respeito desse histórico, cabe pontuarmos alguns elementos que parecem conformadores do seu desenvolvimento. O desastre de Brumadinho eclodiu em 25 de janeiro de 2019. No mês seguinte, o jornal Zero Hora veiculou, em uma edição de fim de semana (publicada em 23 de fevereiro daquele ano), artigo do jornalista Flávio Tavares (o qual mantém, até a conclusão desta tese – fevereiro de 2024 –, coluna fixa nessa edição do

periódico). Intitulado “Nosso Brumadinho” (ZH, 2019, p. 26), o texto buscou alertar para possíveis riscos da Mina Guaíba e a comparou à estrutura que se rompera no município mineiro. Essa fora a primeira de 17 colunas abordando a mina que Tavares publicou no jornal até fevereiro de 2020, e representou também, ao menos até onde foi possível apurar, o primeiro registro do tema na imprensa gaúcha, lançando-o à agenda pública no estado. Os referidos artigos de jornal, somados a outras materializações (como textos opinativos⁶² e reportagens⁶³), mostram que o desastre ocorrido em Brumadinho esteve presente na circulação pública de informações e argumentos sobre a Mina Guaíba, principalmente nos primeiros meses em que o assunto ocupou o espaço público. Tal relação demonstra a inevitável aderência dessa pauta a algo que, devido àquele desastre (e aos ecos que trazia da tragédia de Mariana), habitava a agenda nacional da época: a preocupação com os riscos da mineração.

Além disso, cinco audiências públicas, oficiais e extraoficiais, sobre o projeto da Mina Guaíba foram realizadas em 2019, reunindo os argumentos favoráveis e contrários que eram acionados publicamente. De um lado, elencavam-se a previsão de benefícios socioeconômicos para a região, como geração de emprego e renda; a alegação de que a mineradora estaria agindo com transparência, legalidade, capacidade técnica e responsabilidade socioambiental; e a suposta importância do carvão para a matriz energética do estado e do país. De outro, os riscos de poluição (ao ar, ao solo, à água e à vegetação); possíveis danos à saúde pública (como doenças pulmonares em trabalhadores e moradores próximos ao empreendimento minerário); e a perspectiva de prejuízos socioeconômicos quando do fechamento da mina, entre outros argumentos, de ambos os polos. Os embates argumentativos sobre o tema atualizaram-se, ainda, em oportunidades como outros eventos públicos de debate, disputas e decisões judiciais e conteúdos publicados em veículos de mídia (reportagens, entrevistas e artigos de opinião). Parte consistente do debate materializou-se em veículos jornalísticos – um exemplo pode ser encontrado na edição de fim de semana de Zero Hora de 18 e 19 de janeiro de 2020, em que foi publicada reportagem de sete páginas intitulada “Um debate chamado Mina Guaíba”, detalhando um conjunto de aspectos dessa controvérsia.

⁶² Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/587836-que-o-mina-guaiba-nao-repita-brumadinho>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶³ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/mina-guaiba-sem-previsao-de-barragem-como-a-de-brumadinho-cjtrum1q7010701llanp7m51n.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Também compuseram esse contexto discursivo-argumentativo manifestações via redes sociais digitais, protestos de rua e a criação do CCM/RS, voltado a contestar os quatro megaprojetos supracitados. Um dos movimentos do Comitê foi a publicação de um dossiê, produzido por pesquisadores de vários campos de conhecimento, analisando criticamente o EIA/Rima apresentado pela Copelmi no âmbito do processo de licenciamento da Mina Guaíba. Ao fim do capítulo, uma cronologia de eventos relativos ao caso apresenta mais detalhes acerca dessas e de outras etapas desse histórico.

Em uma das pontas do debate, defendendo o empreendimento, a mineradora Copelmi (via, com maior destaque, seu porta-voz mais recorrente, o gerente de sustentabilidade corporativa da empresa, Cristiano Corrêa Weber) fez-se acompanhar, por exemplo, de representantes de entidades de engenharia (como o então presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs), Luís Roberto Ponte) e agentes políticos de municípios carboníferos (como o prefeito de Butiá, Daniel Almeida/PT). Do lado oposto, as críticas ao projeto provieram de ambientalistas e professores universitários de distintas áreas (como geociências, biologia e química, entre outros – uma das vozes mais ativas nesse sentido foi o geólogo e professor da UFRGS Rualdo Menegat). O papel de moderação e mediação foi assumido, ao menos em determinadas circunstâncias, por autoridades públicas, especialmente do Ministério Público e do governo estadual – ainda que este, conforme demonstrado no capítulo de análise, tenha demonstrado uma tendência inicial de apoiar a Mina Guaíba enquanto tramitava o período de licenciamento e, posteriormente, se manifestado contrariamente ao empreendimento.

O epílogo do debate público da Mina Guaíba começou a se delinear em fevereiro de 2020, quando a Justiça Federal suspendeu (a princípio, temporariamente)⁶⁴ o licenciamento da mina, atendendo a uma ação civil pública. Tal suspensão, até o presente momento (fevereiro de 2024), não foi revertida, apesar de tentativas da Copelmi. A pandemia de Covid-19, que se estabeleceu em março de 2020, arrefeceu, ainda que não integralmente, tal debate. Em setembro de 2021, o governo do estado

⁶⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/21/licenciamento-ambiental-da-obra-da-mina-guaiba-e-suspenso-por-liminar-da-justica-federal.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

anunciou⁶⁵ retirada de apoio ao projeto, e, em fevereiro de 2022, a Justiça Federal anulou em definitivo⁶⁶ o trâmite de licenciamento ambiental da mina. O motivo alegado pela Fepam para a suspensão provisória e a anulação final supracitadas foi a ausência, nos estudos prévios do projeto, de ações voltadas a povos indígenas estabelecidos nos arredores da área a ser minerada. O pedido de licenciamento chegou a um desfecho oficial em março de 2022, quando a Fepam arquivou o pedido de licenciamento da mina, argumentando, para tanto, a referida declaração judicial de nulidade do processo e alegando, ainda, que a mineradora deixara de apresentar informações solicitadas e que dados e estudos por ela juntados foram, pelo órgão licenciador, considerados insatisfatórios⁶⁷.

As razões técnicas emitidas pela Fepam somaram-se a um argumento expresso pelo governador do estado, Eduardo Leite, quando de seu anúncio, em setembro de 2021, sobre a suspensão do projeto: o fato de que a implantação de uma mina de carvão, se ocorresse, contribuiria para as mudanças climáticas. No Capítulo 6, abordamos e contextualizamos essa manifestação de Leite, por meio da qual o governo do estado anunciou posição contrária à Mina Guaíba e, assim, suspendeu o empreendimento.

3.2. Cronologia de eventos que impactaram o caso da Mina Guaíba

Conforme visto, o debate público em torno da Mina Guaíba atualizou-se em/por meio de diversos desdobramentos, articulados em diferentes níveis. A fim de darmos a conhecer mais esmiuçadamente essa trajetória, apresentamos, a seguir, uma linha temporal com os principais fatos relacionados ao debate.

- 17/10/2018: início oficial do trâmite do pedido de licenciamento ambiental da Mina Guaíba junto ao órgão licenciador (Fepam, vinculada à Sema/RS)⁶⁸. Em

⁶⁵ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/governo-do-rs-retira-apoio-a-projeto-polemico-da-mina-guaiba-que-esta-suspenso-cku4hiqyv002e019mits1pyjb.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/02/09/justica-federal-anula-processo-de-licenciamento-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/15/projeto-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-arquivado-pela-fepam.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶⁸ Código do empreendimento: 410744; número da solicitação: 51007. Disponível em: <<https://secweb.procergs.com.br/sra/mod-licenciamento/historicoVw-list.xhtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

05/11/2018, o referido órgão disponibilizou, em seu sistema público, o EIA/RIMA do empreendimento, documento elaborado pela mineradora Copelmi;

- 25/01/2019: rompimento da barragem da Mina Feijão⁶⁹, principiando o acontecimento conhecido como “desastre de Brumadinho”;

- 23/02 e 09/03/2019: publicação de dois artigos⁷⁰ do jornalista Flávio Tavares no periódico Zero Hora. Ambos os textos citam o caso de Brumadinho para alertar sobre riscos da Mina Guaíba. Essas foram as primeiras menções públicas ao projeto⁷¹ localizadas pela presente pesquisa;

- 14/03/2019: realização da primeira⁷² das cinco audiências públicas sobre o projeto. Ocorreu no município de Charqueadas. Até onde pudemos verificar, trata-se do primeiro enfrentamento público entre críticos e defensores da mina;

- 27/03/2019: Zero Hora, jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul⁷³, veicula as suas primeiras duas reportagens⁷⁴ sobre o caso, abordando o seu escopo e as suas controvérsias e indicando possíveis semelhanças e diferenças em comparação com a barragem rompida em Brumadinho;

⁶⁹ Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/desastre-ambiental-brumadinho.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷⁰ Disponíveis em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/02/mina-de-carvao-a-ceu-aberto-em-guaiba-precisa-ser-impedida-cjsqglinzi00uf01p8tx5tn0ph.html>> e <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/03/as-portas-de-um-brumadinho-gaicho-o-perigo-junto-ao-rio-jacui-cjt0fusgs01m201ujnqx1hkb.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷¹ Consideramos essas como as primeiras menções públicas à Mina Guaíba sem ignorarmos que, à época, o pedido de licenciamento já tramitava, com dados disponibilizados em portal destinado a esse fim e mantido pelo órgão estatal licenciador, porém, até a veiculação dos textos de Flávio Tavares, o caso ainda não havia tido repercussão pública.

⁷² Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/03/assentados-protestam-em-audiencia-publica-sobre-mina-de-carvao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷³ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-impresos-circulacao-despenca-161-em-2022/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷⁴ Disponíveis em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/mina-guaiba-sem-previsao-de-barragem-como-a-de-brumadinho-cjtrum1q7010701llanp7m51n.html>> e <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/ambientalistas-e-empresa-discordam-sobre-riscos-para-instalacao-da-maior-mina-de-carvao-do-brasil-no-rs-cjtrt9hla00xs01pnfy8rhzpu.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- 14/05/2019: a Sergs promove evento⁷⁵ para discutir o futuro do carvão mineral no estado. Em frente ao local do encontro, manifestantes protestam⁷⁶ contra o projeto da Mina Guaíba;

- 22/05/2019: os diretórios acadêmicos das Engenharias Ambiental e de Minas da UFRGS realizam debate⁷⁷ sobre a mina, reunindo críticos e defensores;

- 25/05/2019: em sua edição de fim de semana, Zero Hora⁷⁸ publica reportagem de duas páginas e “Carta do Editor” acerca do caso, com manchete principal na capa do jornal;

- 06/06/2019: Sul 21, *site* proeminente no âmbito da mídia alternativa gaúcha, publica ampla reportagem⁷⁹ sobre moradores do assentamento Apolônio de Carvalho, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Tais moradores teriam de ser reassentados caso a Mina Guaíba fosse instalada;

- 18/06/2019: lançado o CCM/RS⁸⁰, entidade da sociedade civil fundada com o propósito de articular mobilizações em oposição aos megaempreendimentos minerários no estado;

- 27/06/2019: audiência pública em Eldorado do Sul⁸¹;

⁷⁵ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/seminario-discute-futuro-do-carvao-mineral-no-rio-grande-do-sul-cjvoatdlt045101peiqzmuauuf.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷⁶ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/05/manifestantes-protestam-contramina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷⁷ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/05/mina-de-carvao-a-16-km-de-porto-alegre-debate-opoe-promessas-de-progresso-e-alertas-sobre-impactos/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷⁸ Disponíveis em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/05/rs-tem-projetos-para-investir-ate-r-2-bi-em-mineracao-cjvy77ywx06hz01pecrvfp024.html>>; <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/05/avanco-de-projetos-de-mineracao-reaviva-debate-ambiental-no-rs-cjvy9pnhm06kd01pewggmzpp5.html>>; <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/carlos-etchichury/noticia/2019/05/a-mineracao-no-rs-cjw2sb08h00cp01mlfmcgzvr0.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁷⁹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/as-vozes-dos-que-nao-querem-trocar-seu-territorio-e-modo-de-vida-por-uma-mina-de-carvao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁰ Disponível em: <<https://comitepampa.com.br/noticias/2019/lancado-o-comite-de-combate-a-megamineracao-no-rs/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/audiencia-publica-expoe-visoes-distintas-sobre-mina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-cjxfdvuz01qu01pkcg03hz2x.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- 11/07/2019: audiência pública em Guaíba⁸² (nessa, diferentemente das anteriores e subsequentes, a Fepam e a Copelmi não comparecem);
- 30/07 e 06/08/2019: encontros promovidos, respectivamente, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS⁸³, e pelo Instituto Goethe⁸⁴ discutem projetos de megamineração e, no âmbito deles, a Mina Guaíba;
- 21/08 e 30/09/2019: audiências públicas realizadas, respectivamente, no MPE/RS⁸⁵ e na AL/RS⁸⁶;
- 12/12/2019: lançado o dossiê “Painel de Especialistas”⁸⁷, reunindo artigos que contestam, sob diferentes prismas técnicos, o EIA/Rima do empreendimento;
- 18/01/2020: sob o título “Um debate chamado Mina Guaíba”, reportagem⁸⁸ de oito páginas é publicada pelo jornal Zero Hora, destacando argumentos e contra-argumentos e situando o estado das disputas e negociações relacionadas ao caso;
- 21/02/2020: em decisão liminar, Justiça Federal suspende⁸⁹ licenciamento do projeto;
- 07/03/2020: Unisinos promove debate⁹⁰ sobre a Mina Guaíba;

⁸² Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/07/fepam-e-copelmi-sao-criticadas-por-nao-comparecerem-em-audiencia-sobre-a-mina-guaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸³ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/07/impactos-da-mineracao-em-debate-na-ufrgs-a-agua-e-a-primeira-coisa-que-comeca-a-faltar/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁴ Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/08/conversas-cidadas-debate-impactos-da-mineracao-a-gente-nao-sabe-quando-a-nossa-chernobyl-vai-ser-admitida/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁵ Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/49628/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-sobre-mina-gua%C3%ADba-tem-clima-tenso-na-al-rs-1.369207>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2019/12/12/dossie-painel-de-especialistas-aponta-falhas-e-omissoes-em-estudo-da-mina-guaiba>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁸ Disponível em: <<https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2021013&edicao=7620>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁸⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/21/licenciamento-ambiental-da-obra-da-mina-guaiba-e-suspenso-por-liminar-da-justica-federal.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2020/03/pesquisadores-debatem-possiveis-efeitos-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-ck7hqna302ax01pq3xaywqlo.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- 11/03/2020: Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza⁹¹ a disseminação de Covid-19 como uma pandemia;

- 24/11/2020: Manuela D'Ávila/PC do B e Sebastião Melo/MDB, candidatos que disputam o segundo turno da eleição à prefeitura de Porto Alegre, posicionam-se⁹², durante a campanha, contrariamente à Mina Guaíba;

- 16/06/2021: o governador Eduardo Leite anuncia⁹³ que concorreria nas prévias do PSDB, que definiriam o candidato do partido à Presidência da República nas eleições de 2022;

- 09/08/2021: Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), da ONU, lança relatório sobre mudanças climáticas⁹⁴, afirmando que o planeta está aquecendo em ritmo mais avançado do que se supunha anteriormente;

- 24/09/2021: em entrevista realizada no contexto de sua pré-campanha à Presidência da República⁹⁵, o governador Eduardo Leite se diz contrário à Mina Guaíba (em nossa pesquisa documental, não localizamos manifestações públicas anteriores com esse teor por parte do poder Executivo gaúcho – representado, na referida entrevista, pelo governador).

- 13/11/2021: na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP) 26, em Glasgow (Reino Unido), países fecham acordo⁹⁶ para reduzir globalmente o uso de carvão mineral;

- 09/02/2022: anulado⁹⁷ o licenciamento ambiental da Mina Guaíba pela Justiça Federal;

⁹¹ Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹² Disponível em: <<https://www.facebook.com/463763904358819/posts/839543496780856/>>; <<https://www.facebook.com/463763904358819/posts/839784370090102/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹³ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-doria-eduardo-leite-afirma-que-vai-disputar-as-previas-do-psdb-para-2022/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/veja-as-principais-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-a-criese-climatica/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L13St1KHBA0&t=9423s&ab_channel=FlowPodcast>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59284662>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- 15/03/2022: Fepam arquiva⁹⁸ o licenciamento ambiental da Mina Guaíba.

Na sequência do trabalho, apresentamos os procedimentos metodológicos, acrescemos (quando oportuno) novos referenciais teóricos e realizamos as análises da tese. Tais etapas estão estruturadas de maneira articulada, conforme descrito a seguir.

Os próximos três capítulos são dedicados, fundamentalmente, às análises da tese. O primeiro deles (Capítulo 4) propõe-se a identificar e analisar os principais núcleos temáticos do debate público da Mina Guaíba; o seguinte (Capítulo 5), os públicos e argumentos mais significativos desse debate; e o subsequente (Capítulo 6), as principais variáveis discursivo-contextuais da mineração que se articulam ao debate em questão.

No âmbito de cada um desses três capítulos, estão detalhados os procedimentos metodológicos empregados, e, no Capítulo 6, aportamos referenciais teóricos até aqui não apresentados. Embora as razões que justificam a opção por tal estrutura encontrem-se detalhadas adiante, parece oportuno anteciparmos, aqui, que essa escolha partiu das seguintes constatações: a) para darmos conta da complexidade de nosso objeto empírico, necessitávamos analisá-lo à luz de suas três dimensões discursivas (texto, prática discursiva e prática social, em linha com a ACD); b) tal análise deveria considerar as especificidades teórico-metodológicas que pareciam mais adequadas a cada uma das dimensões supracitadas; c) a fundamentação teórica sobre o contexto da mineração, detalhada no Capítulo 6, conforma parte indissociável das análises da tese, especialmente sob a perspectiva do discurso como prática social (Fairclough, 2012; 2016); e d) o texto da tese correria o risco de tornar-se repetitivo se concentrássemos, em capítulos específicos, explanações sobre todos os referenciais teóricos e procedimentos metodológicos acionados e, posteriormente, os retomássemos no âmbito de cada etapa analítica. Tal formato visa, assim, tornar mais objetiva e produtiva a articulação entre teoria, método e análise.

⁹⁷ Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2022/02/justica-federal-atende-pedido-do-povo-guarani-e-suspende-licenciamento-da-mina-guaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/15/projeto-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-arquivado-pela-fepam.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

4. DISCURSO COMO TEXTO: OS NÚCLEOS TEMÁTICOS DO DEBATE PÚBLICO SOBRE O EMPREENHIMENTO

O cercamento analítico do objeto empírico dá-se, doravante, em *três capítulos* (este e os dois subsequentes), cuja estruturação busca espelhar a concepção tridimensional de discurso sistematizada por Fairclough (2012; 2016). Assim, o trio de capítulos ora iniciado dedica-se a uma análise de discurso – focada, respectivamente, nas dimensões do *texto*, da *prática discursiva* e da *prática social*.

Acionamos, aqui, a dimensão textual com dois propósitos interdependentes. Um deles é o de compor e validar o nosso *corpus* de análise. O outro, viabilizado pelo primeiro, consiste em mapear os principais *núcleos temáticos* presentes no referido *corpus*, a fim de que o mapeamento desses temas nos possibilite, nos capítulos 5 e 6 e em linha com os objetivos desta tese, identificar os principais públicos, argumentos e variáveis discursivo-contextuais do debate público da Mina Guafba.

4.1. Os temas em debate nas audiências públicas

A primeira das dimensões do discurso propostas por Fairclough (2012; 2016), a do texto, contempla, como visto anteriormente, quatro aspectos principais. Um deles é o vocabulário, que reside no papel de cada palavra empregada no texto. Há, ainda, a gramática, relativa às combinações entre as palavras; a coesão, referente às formas e aos estilos de ligação entre as frases e as orações; e, por fim, a estrutura textual, que diz respeito aos macroprocessos de organização dos textos. Mira-se o discurso, assim, sob um viés linguístico, preocupado com elementos de natureza eminentemente textual.

A partir dessa perspectiva, a análise do discurso enquanto texto é, aqui, acionada/apropriada com o propósito central de auxiliar na composição e na validação de um *corpus* que seja pertinente para as três etapas analíticas. Para tanto, como detalhado a seguir, serve à identificação dos principais *núcleos temáticos* do objeto empírico, não se atendo a uma pormenorização de aspectos textuais. Por certo, não se trata de desconsiderarmos a relevância de análises textuais mais meticolosas, e sim de acreditarmos que pensar o texto sob a perspectiva dos núcleos temáticos mostra-se suficiente para os objetivos desta tese, no âmbito de uma construção analítica inspirada na concepção tridimensional do discurso.

Inicialmente, com o intuito de procedermos a um esforço analítico, cabe assumirmos a impossibilidade de se mapear a integralidade de um debate público como o da Mina Guaíba, dada a sua magnitude – materializada em audiências públicas, mesas redondas, matérias jornalísticas, entrevistas, artigos de opinião, protestos de rua e manifestações virtuais, entre outras ações, conforme exposto no capítulo anterior. Diante disso, faz-se necessário selecionar, dentre essas materialidades, uma parte que constitua recorte representativo da complexidade do referido debate.

Em termos ideais, uma *audiência pública* detém capacidade de reunir, na mesma ocasião, diferentes forças envolvidas em um debate público, ecoando, atualizando e performatizando disputas de sentidos – entre lados opostos e, até mesmo, no interior de forças convergentes. Assim, à primeira vista, audiências públicas parecem representar objetos adequados à presente análise, à medida que podem configurar arenas privilegiadas para se observar e identificar o conjunto de públicos, argumentos e elementos contextuais envolvidos em um debate publicamente estabelecido, como o que estudamos.

No caso da Mina Guaíba, foram realizadas cinco audiências públicas, todas no ano de 2019: as três primeiras, nos municípios de Charqueadas, Eldorado do Sul e Guaíba, respectivamente; as outras duas, em Porto Alegre – nas sedes do MPE/RS e da AL/RS, respectivamente (as de Charqueadas e Eldorado do Sul tiveram caráter oficial, ou seja, integraram o processo de licenciamento ambiental do projeto; as demais foram consideradas extraoficiais, ao menos sob a perspectiva licenciatória). Entre as cinco audiências realizadas no âmbito desse caso, os eventos promovidos pelo MPE/RS e pela AL/RS são os únicos que se encontram disponibilizados na internet, na íntegra, em áudio e vídeo, razão pela qual foram escolhidos como objeto de análise desta tese⁹⁹. Como resta demonstrado no decorrer deste e dos próximos capítulos, esse par de audiências, embora formalmente externas ao rito licenciatório, reuniram os principais grupos envolvidos no caso, bem como os argumentos mais significativos acionados pelos dois lados do embate (evidenciando, inclusive, a ocorrência de perspectivas

⁹⁹ Cabe assinalarmos que, embora conteúdos previamente gravados (como essas audiências) ofereçam uma percepção diferente dos fatos em comparação com um acompanhamento *in loco*, entendemos que essa forma de registro disponibiliza acesso consistente às manifestações ocorridas em tais eventos. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=tLAIo_LHSks> (MPE/RS) e <<https://www.youtube.com/watch?v=ju46Dt4Q0Ak>> (AL/RS). Acesso em: 28 fev. 2024.

distintas no interior de cada polo), motivos pelos quais se mostram profícuas para a investigação aqui empreendida.

Contudo, vale observarmos que uma audiência pública pode apresentar limitações variadas – como divulgação prévia, participação e contribuições aquém do necessário –, o que tende a se refletir na qualidade do funcionamento da própria audiência, bem como na da(s) abordagem(ns) da(s) temática(s) em debate. Desse modo, a fim de confirmarmos ou descartarmos a validade desse tipo de evento como objeto empírico desta tese, restou evidente a necessidade de buscarmos um mecanismo que pudesse fazer a *validação das audiências disponíveis, para verificarmos se elas contemplavam a abrangência temática do debate público em questão*.

Encontramos tal expediente no *software* Iramuteq – de uso corrente em análises qualitativas em ciências humanas e sociais, segundo Camargo e Justo (2013). De acordo com os autores, o programa possibilita a realização de diversas análises textuais sob a perspectiva da estatística, encontrando-se disponível como *software* livre e operando associadamente ao *software* estatístico R¹⁰⁰.

Entre os procedimentos analíticos disponibilizados pelo Iramuteq, optamos pela análise de similitude. Baseado na teoria dos grafos, tal procedimento permite, dentre vários textos, mapear e avaliar as conexões entre vocábulos e as principais regiões de sentido formadas por essas conexões. Essa análise, segundo Maria Elisabeth Salviati (2017), gera um gráfico em formato de árvore de coocorrências, indicando as principais comunidades de sentido – agrupamentos de palavras que conformam temas –, as palavras mais e menos recorrentes, as ligações entre palavras e comunidades (por meio de ramificações) e a intensidade dessas ligações (representada pela espessura das ramificações).

Conforme Salviati (2017, p. 69), a análise de similitude possibilita “inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras”. Ao permitir a *verificação dos principais temas* presentes no âmbito de um determinado objeto, a análise de similitude mostrou-se

¹⁰⁰ Camargo e Justo (2013) ensinam, ainda, que o *software* foi desenvolvido por Pierre Ratinaud, no ano de 2009, originalmente em língua francesa, da qual provém o nome completo que conforma a sigla Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

adequada para atender ao desafio, anteriormente citado, de verificarmos se as audiências públicas disponíveis abrangeriam ou não a variedade temática do debate público da Mina Guaíba – e, desse modo, sabermos se poderíamos utilizar as audiências públicas como objeto de análise e se elas seriam suficientes para representar o debate público do caso. Para procedermos a essa verificação, o critério adotado foi o de *associarmos tematicamente as falas das audiências públicas disponíveis com os conteúdos sobre o caso publicados em veículos jornalísticos gaúchos*. Tal associação temática visou, fundamentalmente, conferir se todos os núcleos temáticos do debate que circularam nesses veículos também estiveram presentes nas audiências públicas, a fim de verificarmos a amplitude e a validade delas enquanto objeto de análise.

Efetuamos, então, um *itinerário de validação* que demandou, primeiramente, uma busca de conteúdos sobre a Mina Guaíba na imprensa gaúcha. Tal pesquisa levou em consideração o conteúdo disponível para consulta *online* e a possível diversidade de abordagens jornalísticas existentes. Realizamos uma busca exploratória inicial em diversos veículos jornalísticos do Rio Grande do Sul, a qual nos munuiu de um amplo conjunto de materiais. Mediante leitura e análise temática preliminares da globalidade desses conteúdos, identificamos que uma série de aspectos se repetiam em diferentes veículos, o que demandou um recorte que abrangesse tais repetições, contemplasse distintas abordagens e cobrisse pontos relevantes de toda a cronologia do caso. Considerando esses critérios, verificamos um consistente rol de conteúdos em *dois sites jornalísticos*, os quais apresentam notáveis distinções entre si e figuram entre os de maior potencial de visibilidade no estado. Tais veículos foram escolhidos para compor o material que seria compilado e submetido à análise de similitude. *Um dos veículos selecionados foi GZH*¹⁰¹, um portal de referência no jornalismo digital gaúcho. GZH pertence ao maior conglomerado de comunicação do Rio Grande do Sul (o Grupo RBS, que abriga, entre outros veículos, a RBS TV¹⁰², emissora de TV afiliada da Rede Globo). Nesse sentido, parece reunir condições de oferecer abordagens típicas da imprensa de caráter hegemônico. *O outro veículo definido foi Sul 21*, um dos maiores no cenário independente do estado¹⁰³ (o sentido de independência, aqui, diz respeito ao fato de o Sul 21 não estar vinculado a um grupo empresarial da mídia hegemônica) –

¹⁰¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁰² Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁰³ Disponível em: <<https://sul21.com.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ofertando, por isso, pontos de vista potencialmente alternativos aos da imprensa dominante. Em ambos os *sites*, foram buscados matérias jornalísticas e artigos de opinião sobre o caso como um todo (e não apenas sobre as audiências públicas): por meio de pesquisa com a expressão “Mina Guaíba” em seus mecanismos internos de busca, GZH¹⁰⁴ retornou 62 resultados, e Sul 21¹⁰⁵, 66. Embora outros veículos de imprensa, digitais ou não, disponibilizem conteúdos sobre o tema, e ainda que a cobertura realizada pelos dois veículos citados não tenha esgotado o debate público da Mina Guaíba (o qual, importa observarmos, se desenvolveu não somente na/via mídia), os quantitativos obtidos nessa busca pareceram suficientes para a consecução da análise de similitude, considerando a consistência da cobertura do caso tanto de GZH quanto do Sul 21 e as diferenças de perfil entre ambos os veículos.

Uma vez levantados os materiais dos dois veículos – 62 conteúdos de GZH e 66 do Sul 21, totalizando 128 conteúdos, entre matérias e artigos, publicados entre fevereiro de 2019 e março de 2022 –, realizamos a formatação¹⁰⁶ desse conjunto de textos, a fim de ajustá-los às especificações técnicas exigidas pelo *software* (a listagem completa dos conteúdos de GZH e Sul 21, catalogados por data e por título, encontra-se disponível no Apêndice A). Feitos tais ajustes, procedemos à análise de similitude¹⁰⁷ no Iramuteq. A seguir, na Figura 6, apresentamos o gráfico gerado pelo *software* para a análise dos conteúdos de GZH.

¹⁰⁴ Disponível em:

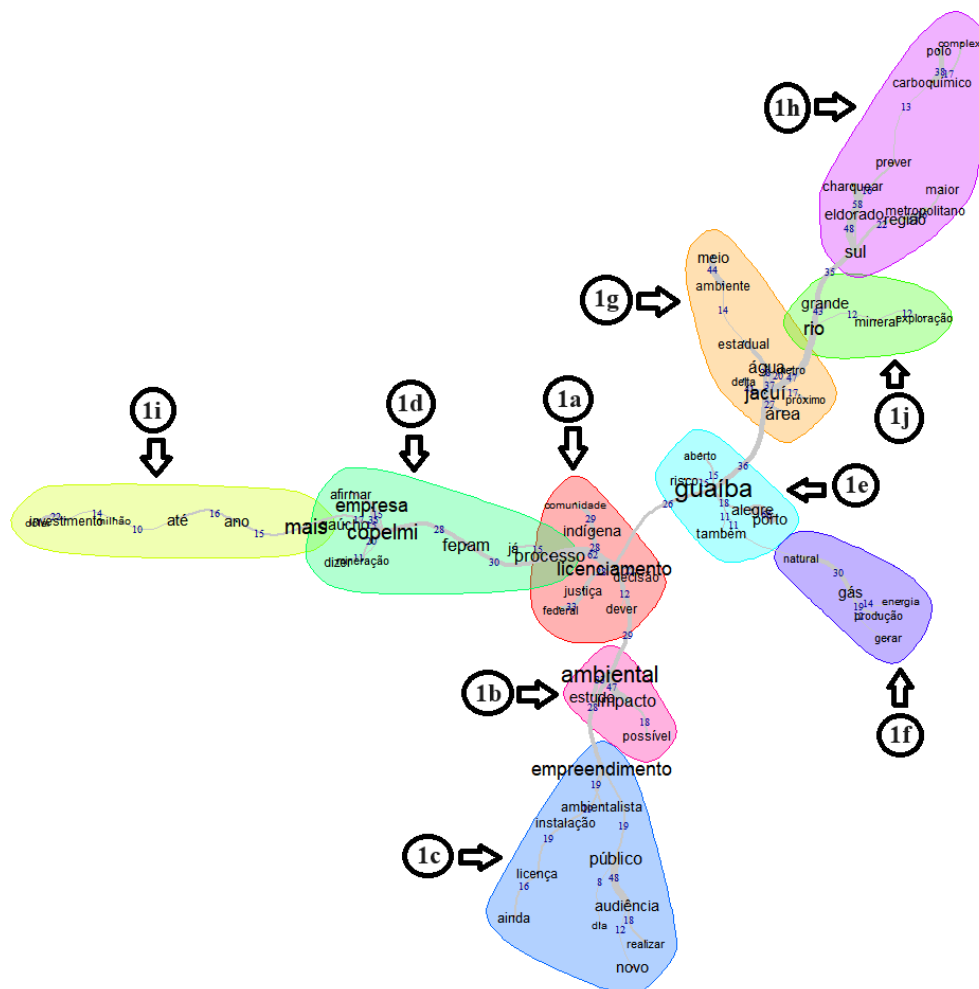
<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=%22mina%20gua%C3%ADba%22%20>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://sul21.com.br/?s=%22mina+gua%C3%ADba%22>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁰⁶ A formatação dos textos demandou a sua adaptação aos parâmetros do Iramuteq (Salviati, 2017). Para tanto, retiramos aspas, apóstrofes, cifrões, sinais de porcentagem, asteriscos, reticências, travessões, margens e recuos de parágrafos. Além disso, substituímos os hífens por sinais de *underline* em palavras compostas e padronizamos todas as siglas com as mesmas grafias.

¹⁰⁷ Optamos pela geração da análise no formato Fruchterman Reingold com comunidades e halo – formato que, entre os disponibilizados pelo *software*, parece ser o que permite uma visualização mais didática das comunidades de palavras e temas. Além disso, excluímos as palavras com mais e com menos registros – as primeiras, por representar termos acessórios que não agregariam sentido à análise, como “e” e “não”, e as segundas, por dizer de vocábulos e ideias com baixa recorrência nos conteúdos analisados.

Figura 6 – Análise de similitude dos conteúdos de GZH



Fonte: gráfico gerado por meio do software Iramuteq (com numeração incluída pelo autor)

Ao gráfico gerado pelo Iramuteq, acrescentamos identificações de número e letra, a fim de facilitar a descrição das comunidades. Além disso, para complementar a interpretação do gráfico, recorreremos à leitura integral dos textos que o *software* analisou. Tal cotejo visou obter conjunturas contextuais e detalhes circunstanciais que pudessem aprimorar os resultados da análise de similitude. Entre as dez comunidades de sentido mapeadas pela análise, fez-se possível identificar oito zonas temáticas bastante demarcadas. No conjunto 1a, há conexões entre as palavras/expressões “licenciamento”, “comunidade indígena” e “Justiça Federal”, o que remete ao fato de que o pedido de licenciamento ambiental da Mina Guaíba sofreu questionamentos judiciais, especialmente do Ministério Público Federal (MPF), relacionados à ausência, nos estudos da mineradora, dos possíveis impactos do projeto sobre comunidades indígenas

instaladas proximamente à área a ser minerada¹⁰⁸. O conjunto 1b traz as palavras “estudo”, “impacto” e “ambiental”, o que faz menção às diversas vezes em que, nos conteúdos analisados, abordou-se o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento, seja para empregá-lo como fonte de informações¹⁰⁹, seja para se discutirem pontos do documento¹¹⁰, seja para tratar de sua tramitação no âmbito do processo de licenciamento¹¹¹. No conjunto 1c, chamam a atenção as conexões entre os termos “empreendimento”, “ambientalista” e “audiência pública”, que dizem das audiências públicas realizadas sobre o projeto¹¹² e da participação de entidades ambientalistas (como a Agapan¹¹³ e o CCM/RS¹¹⁴) nessas audiências e em outras atividades relacionadas ao caso da Mina Guaíba. O conjunto 1d reúne ligações entre as palavras “Fepam”, “Copelmi” e “processo”, esta última vinculada a “licenciamento”, do conjunto 1a, denotando referência a implicações do processo licenciatório, especialmente a partir de ações das instâncias licenciadora¹¹⁵ e empreendedora¹¹⁶ no âmbito desse processo. O conjunto 1e circunscreve os termos “risco”, “Porto Alegre” e “Guaíba” (este último sem ligação imediata com o termo “mina”, indicando, conforme verificado no material bruto, que, além do nome do empreendimento, a palavra “Guaíba” referiu, ainda, o lago e o município homônimos), remetendo à proximidade da

¹⁰⁸ Doravante, a cada zona temática mapeada, são fornecidos exemplos que ilustram a presença da pauta em questão nos materiais analisados. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/12/mpf-da-parecer-favoravel-a-suspensao-imediata-de-licenciamento-da-mina-guaiba-ck4acm8n302ng01qh7nwtcmpe.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/mina-guaiba-sem-previsao-de-barragem-como-a-de-brumadinho-cjtrum1q7010701llanp7m51n.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/05/avanco-de-projetos-de-mineracao-reaviva-debate-ambiental-no-rs-cjvy9pnhm06kd01pewgmgzpp5.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/os-motivos-pelos-quais-o-licenciamento-da-mina-guaiba-esta-suspenso-por-tempo-indeterminado-ckeltjla80053014ycesc5fjt.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹² Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/02/mina-de-carvao-a-ceu-aberto-em-guaiba-precisa-ser-impedida-cjsglinzi00uf01p8tx5tn0ph.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹³ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/ambientalistas-e-empresa-discordam-sobre-riscos-para-instalacao-da-maior-mina-de-carvao-do-brasil-no-rs-cjtrt9hla00xs01pnfy8rhzpu.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹⁴ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/aumenta-a-preocupacao-de-ambientalistas-sobre-projeto-de-mina-de-carvao-no-rs-cjyusmd8t01fe01msckhhzx5.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹⁵ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/11/o-direito-a-paz-depender-do-legislativo-ck3afnh7a02ma01mq0zbyjpl.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹⁶ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/questao-ambiental-acerca-da-instalacao-da-mina-guaiba-divide-opinioes-ck5ik5f1700u901ockcg49jew.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

área da mina com a capital gaúcha¹¹⁷ e a uma série de riscos territoriais, como aqueles relativos ao subsolo¹¹⁸ da região. O conjunto 1f concentra as expressões “gás natural” e “geração/produção de energia”, o que traz discussões acerca da questão energética¹¹⁹ e de um polo carboquímico que, segundo o planejamento da Copelmi, complementaria a instalação da mina e produziria gás natural sintético¹²⁰ (o polo carboquímico aparece, ainda, no conjunto 1h, vinculado, aí, à região onde seria instalado). No conjunto 1g, aparecem conexões entre “meio ambiente”, “água”, “delta”, “Jacuí” “área” e “próximo”, demonstrando as citações à (considerada arriscada) proximidade entre a área que seria minerada e o Delta do Jacuí¹²¹, uma grande área de preservação ambiental que abrange Porto Alegre e municípios metropolitanos. Por fim, o conjunto 1h remonta a ligações entre “Região Metropolitana”, “Eldorado do Sul” e “Charqueadas”, aportando, uma vez mais, temáticas de matriz territorial, especialmente relacionadas aos dois municípios em cuja área a mina seria implantada¹²². Os conjuntos 1i e 1j não apresentaram conexões acerca das quais pudéssemos verificar aspectos significativos para a análise aqui pretendida.

Na sequência, o gráfico referente ao Sul 21 (Figura 7).

¹¹⁷ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/as-polemicas-que-envolvem-o-projeto-da-mina-guaiba-ck5ijzarq00uu01pldyiot38a.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹⁸ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/empresa-deve-esclarecer-mais-de-120-pontos-sobre-projeto-da-mina-guaiba-a-fepam-ck72a8xnt0m2i01qdxjnz0omo.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

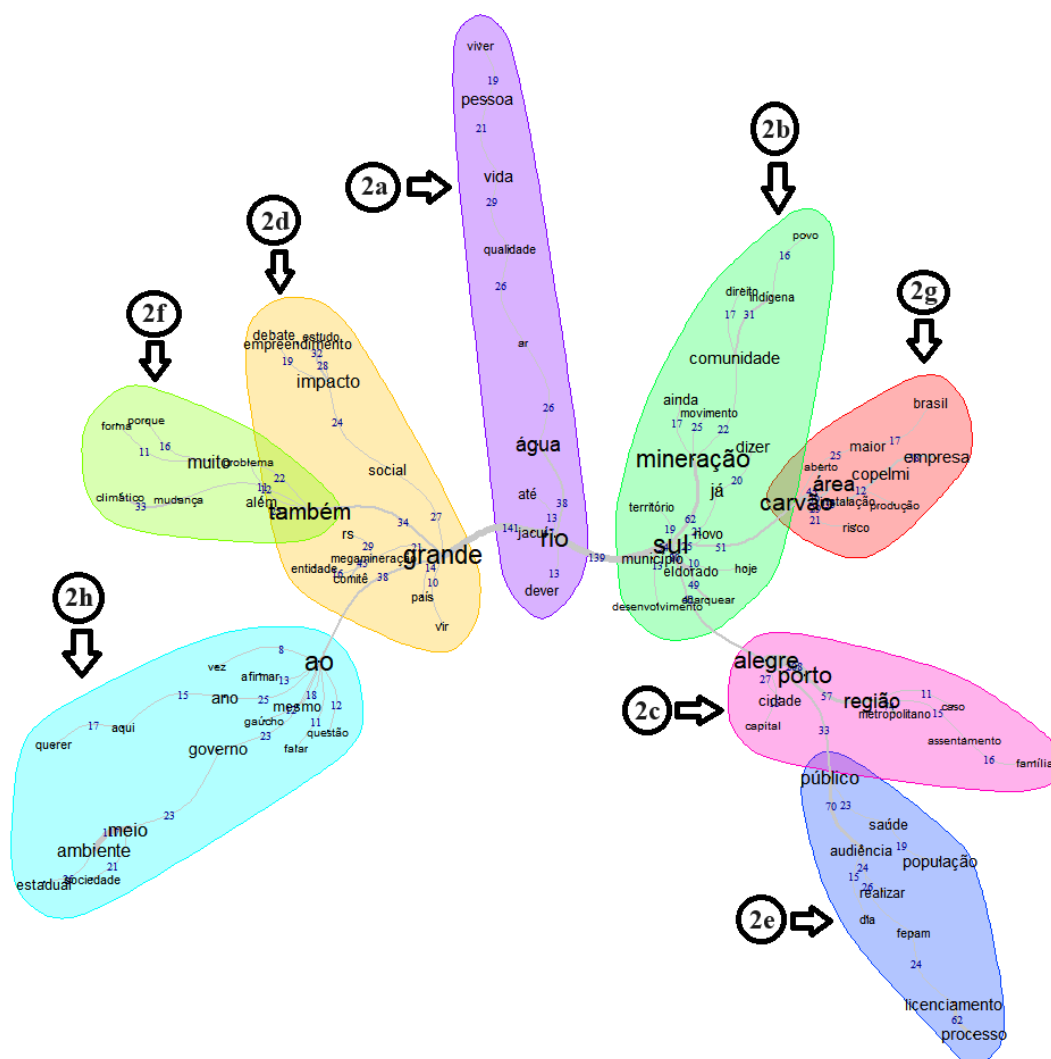
¹¹⁹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/06/para-completar-os-absurdos-so-falta-substituir-a-luz-eletrica-pelo-lampiao-cjwgc5n8u01rd01oignbq7qgx.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/plano-de-polo-carboquimico-amplia-polemica-sobre-mina-no-rs-cjyungk6601cq01mshclxz6gl.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/03/as-portas-de-um-brumadinho-gaicho-o-perigo-junto-ao-rio-jacui-cjt0fusgs01m201ujnqx1hkbf.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²² Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/03/crime-de-brumadinho-precisa-servir-de-alerta-para-mina-junto-ao-jacui-cjtke0wa605u701uj26xz15uw.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Figura 7 – Análise de similitude dos conteúdos do Sul 21



Fonte: gráfico gerado por meio do software Iramuteq (com numeração incluída pelo autor)

Assim como feito em relação aos conteúdos de GZH, efetuamos, aqui, o acréscimo de identificações ao gráfico e a leitura integral dos textos analisados. Na árvore de conteúdos do Sul 21, observamos, em comparação com GZH, uma recorrência temática direta nas questões relativas à água, notadamente os riscos da mina para o Delta do Jacuí¹²³ (por meio das palavras “água”, “rio” e “Jacuí”, no conjunto 2a). Aspectos territoriais, verificados naquele material, aqui novamente se fazem presentes: no conjunto 2b, em que aparecem os termos “território”, “Eldorado do Sul” e

¹²³ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-eleicoes-2020-entrevistas-areazero/2020/11/montserrat-martins-e-estranho-que-alguem-queira-ser-prefeito-quando-nao-acredita-em-nada-na-area-publica/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

“Charqueadas”, notamos também a expressão “comunidade indígena”, o que diz dos riscos que a mina traria para essa população e dos questionamentos, inclusive judiciais, relacionados a essa pauta¹²⁴; e, no conjunto 2c, em meio a “Porto Alegre” e “Região Metropolitana”, surge a palavra “assentamento”¹²⁵, relacionada ao fato de que o assentamento Apolônio de Carvalho, de agricultura familiar, teria de ser realocado, caso o projeto da mina fosse efetivado. Os conjuntos 2d e 2e remetem a discussões técnicas relacionadas ao “estudo de impacto ambiental”, constante do primeiro conjunto, bem como ao “processo de licenciamento”, à “Fepam” e às “audiências públicas”, presentes no segundo – acrescentando, no primeiro, a participação do CCM/RS nos debates¹²⁶ e, no segundo, os riscos para a saúde da população vizinha à área do empreendimento¹²⁷. Cumpre destacarmos, ainda, que o conjunto 2f registra o tema da “mudança climática”¹²⁸ e que, entre os oito conjuntos verificados em Sul 21, o 2g e o 2h foram os únicos em que não encontramos ocorrências significativas.

Sendo assim, mediante análise de similitude dos materiais de ambos os veículos, desenvolvida por meio do *software* Iramuteq e complementada pela leitura dos conteúdos, tornou-se possível identificar uma presença mais consistente dos seguintes *núcleos temáticos* nos textos analisados: I) *os riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores*, II) *o Estudo de Impacto Ambiental*, III) *ações promovidas por entidades ambientalistas*, IV) *as etapas e exigências do licenciamento ambiental (entre as quais as audiências públicas)*, V) *os riscos ambientais (especialmente relacionados à água)*, VI) *os riscos à saúde*, VII) *a proximidade da mina com a Região Metropolitana e com Porto Alegre* e VIII) *as mudanças climáticas globais*.

Uma vez concluídas as análises de similitude, avançamos rumo à validação das audiências públicas como objeto de análise. Para tanto, realizamos uma associação entre

¹²⁴ Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2022/02/justica-federal-atende-pedido-do-povo-guarani-e-suspende-licenciamento-da-mina-guaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²⁵ Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/as-vozes-dos-que-nao-querem-trocar-seu-territorio-e-modo-de-vida-por-uma-mina-de-carvao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²⁶ Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/12/painel-de-especialistas-apresentara-dossie-indicando-falhas-no-projeto-mina-guaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²⁷ Disponível em: <<https://sul21.com.br/geral-1/2021/01/amrigs-alerta-que-projeto-da-mina-guaiba-pode-trazer-serios-riscos-a-saude-da-populacao-2/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹²⁸ Disponível em: <<https://sul21.com.br/geral-1/2021/04/extratativismo-e-resistencia-no-pampa-gaucha-a-experiencia-do-comite-de-combate-a-megaminerao-no-rs-por-marcelo-soares/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

o rol de núcleos temáticos verificados em GZH e no Sul 21 e as falas das duas audiências públicas disponíveis *online*, a do MPE/RS e a da AL/RS – como exposto anteriormente, tais audiências são as que se encontram disponíveis de forma *online*.

A audiência do MPE/RS durou 5h45min44s, e a da AL/RS, 3h13min2s, o que totaliza 8h58min46s de material. Em ambas, examinadas na íntegra, procuramos identificar falas em que aparecem os temas verificados em GZH e Sul 21. Em cada audiência, foram buscadas *cinco falas para cada tema*, de participantes diferentes – a escolha desse quantitativo visa indicar a consistência da presença de cada temática. Junto ao nome de cada participante, está a indicação do tempo em que se inicia a sua menção ao assunto em questão. A seguir, no Quadro 1, apresentamos a associação dos temas de GZH e Sul 21 com a audiência pública do MPE/RS.

Quadro 1 – Associação temática entre os conteúdos de GZH e Sul 21 e a audiência pública do MPE/RS

Tema	Participante
I) Riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores	<p>- Indígenas: presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Júlio Picon (2h10mi36s); vice-cacique da aldeia Guajayvi, Alex Acosta (2h41min53s); Onir de Araújo, da Frente Quilombola RS (3h36min49s); Márcia Londero, do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (4h29min23s); Cristiano Weber, porta-voz da Copelmi (4h33min40s).</p> <p>- Agricultores: Affonso Novello, da consultoria Tetra Tech (31min44s); Júlio Picon (2h11min45s); Betina Aleixo dos Santos, da Crioula Curadoria Ambiental e da Por Que Não Mídia Interdependente (3h57min42s); moradora de Eldorado do Sul Adélis Bordin (5h10min1s); morador de Eldorado do Sul Vitor Fernandes (5h18min59s).</p>

II) Estudo de Impacto Ambiental	Affonso Novello (20min50s); professor da UFRGS e representante do CCM/RS Rualdo Menegat (35min5s); professora da UFRGS e da Feevale e representante do CCM/RS Márcia Isabel Käffer (57min49s); Cristiano Weber (2h17min18s); prefeito de Butiá, Daniel Almeida/PT (2h38min07s).
III) Ações promovidas por entidades ambientalistas	Júlio Picon (2h12min36s); José Paulo de Oliveira Barros, do Movimento Preserva Zona Sul (2h47min25s); moradora de Eldorado do Sul Sirlei de Souza (2h52min22s); Heverton Lacerda (3h4min54s), da Agapan e do CCM/RS; Eduardo Quadros, da ONG AMA Guaíba e do CCM/RS (3h10min4s).
IV) Etapas e exigências do licenciamento ambiental	Promotora Ana Maria Marchesan (1min58s); diretora-presidente da Fepam, Marjorie Kauffmann (7min35s); servidora da Fepam Andrea Garcia (9min29s); Affonso Novello (21min24s); membro do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Alexandre Krob (1h52min05s).
V) Riscos ambientais	Rualdo Menegat (41min11s); Márcia Isabel Käffer (1h6min38s); Alexandre Krob (2h1min3s); Cristiano Weber (2h18min9s); Patrícia Silveira, do Movimento Gaúcho de Defesa Animal (2h52min45s).
VI) Riscos à saúde	Rualdo Menegat (36min33s); Márcia Isabel Käffer (1h10min41s); presidente do Conselho Estadual de Saúde, Claudio Augustin (1h12min48s); Cristiano Weber (2h20min28s); moradora de Butiá Taila Machado (4h35min8s).
VII) Proximidade com Região Metropolitana e Porto Alegre	Cristiano Weber (15min49s); Rualdo Menegat (38min28s); professor Jorge Gavronski (54min52s); Ana Guimarães, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e do CCM/RS (3h16min15s); Francisco Milanez, da Agapan (4h43min54s).
VIII) Mudanças climáticas globais	Rualdo Menegat (49min16s); jornalista Flávio Tavares (2h59min26s); professor da UFRGS Marcelo Träsel (3h49min9s); Cristiano Weber (3h52min24s); Marcos Todt, pesquisador em ciências sociais e representante da Associação

	dos Empregados da Caixa Econômica Federal (5h26min32s).
--	---

Fonte: elaborado pelo autor

Na sequência, o Quadro 2 mostra a associação dos temas de GZH e Sul 21 com a audiência pública da AL/RS.

Quadro 2 – Associação temática entre os conteúdos de GZH e Sul 21 e a audiência pública da AL/RS

Tema	Participante
I) Riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores	- Indígenas: professora Lorena Fleury (59min20s); deputada estadual Luciana Genro/PSOL (1h11min42s); representante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas Silvio Jardim (2h22min35s); cacique da aldeia Guajayvi, Claudio Acosta (2h23min17s); coordenadora do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, Andreia Takua (2h45min27s). - Agricultores: deputado estadual Edegar Pretto/PT (9min20s); Lorena Fleury (1h30s); Luciana Genro (1h11min51s); Sofia Cavedon (1h31min21s); representante do Movimento dos Atingidos pela Mineração Michele Ramos (2h34min4s).
II) Estudo de Impacto Ambiental	Ana Maria Marchesan (12min40s); diretor técnico da Fepam, Renato das Chagas e Silva (18min49s); Cristiano Weber (41min29s); Eduardo Quadros (49min46s); Rualdo Menegat (1h3min23s).
III) Ações promovidas por entidades ambientalistas	Eduardo Quadros (45min13s); Lorena Fleury (54min59s); deputada federal Fernanda Melchionna/PSOL (1h22min55s); Francisco Milanez (2h12min59s); Marcelo Paiakan, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (2h53min55s).
IV) Etapas e exigências do licenciamento	Renato das Chagas e Silva (21min26s); Eduardo Quadros (50min58s); Lorena Fleury (1h1min47s); deputado estadual Luiz Henrique Viana/PSDB (2h2min40s); Cristiano Weber

ambiental	(3h5min55s).
V) Riscos ambientais	Cristiano Weber (34min34s); Rualdo Menegat (1h5min31s); representante da Ordem dos Advogados do Brasil Marília Longo (2h4min49s); presidente da Sergs, Luís Roberto Ponte (2h10min51s); Antonio Filippin, do grupo Urbanismo e Meio Ambiente (2h37min33s).
VI) Riscos à saúde	Cristiano Weber (39min15s); Sofia Cavedon (1h32min41s); Claudio Acosta (2h24min04s); Daniel Almeida (2h27min23s); Marcelo Paiakan (2h53min01s).
VII) Proximidade com Região Metropolitana e Porto Alegre	Edegar Pretto (4min37s); Cristiano Weber (36min12s); Lorena Fleury (56min8s); Rualdo Menegat (1h3min40s); deputado federal Elvino Bohn Gass/PT (1h56min16s).
VIII) Mudanças climáticas globais	Cristiano Weber (32min42s); Eduardo Quadros (50min12s); Rualdo Menegat (1h7min27s); Fernanda Melchionna (1h24min19s); deputado estadual Fernando Marroni/PT (1h36min32s).

Fonte: elaborado pelo autor

A associação temático-textual entre, de um lado, os conteúdos de GZH e Sul 21 e, de outro, as falas das duas audiências públicas representa a etapa derradeira nessa busca por identificarmos os principais núcleos temáticos do debate público da Mina Guaíba, bem como por compormos e validarmos o *corpus* de análise. Em relação ao primeiro intento, cabe retomarmos que foram identificados núcleos temáticos que operam de modo imbricado entre si e que envolvem os diversos impactos potenciais (especialmente os negativos) associados ao empreendimento (relativos às comunidades agrícolas e indígenas circunvizinhas, à saúde pública, ao meio ambiente, aos municípios/região potencialmente afetados, ao clima global) e as ações de entidades ambientalistas, além de aspectos burocráticos, técnicos e políticos relacionados à tramitação do projeto (como o conteúdo do EIA/Rima e a realização de audiências públicas).

Se formos analisar outros casos de empreendimentos social e ambientalmente questionados, é possível, ou até provável, encontrarmos uma mobilização de argumentos que, em um ou vários níveis, se assemelham aos acionados no debate público da Mina Guaíba. Não negamos tal fato e, inclusive, o ratificamos, à medida que a revisão de literatura sobre conflitos socioambientais e, especificamente, minerários apresentada no Capítulo 6 elenca alguns desses embates que antecedem o/ressoam no caso aqui examinado. Entretanto, a própria existência de tal histórico justifica o aprofundamento nesse debate específico, haja vista que, como demonstrado também no referido capítulo, a Mina Guaíba diferencia-se de outros casos semelhantes principalmente por ter sido, até onde foi possível verificar, o primeiro empreendimento carbonífero brasileiro suspenso sob a alegação pública de que contribuiria para a emergência climática global. Portanto, parece potente estudarmos como argumentos previamente consolidados traduziram-se, dessa vez, não em aprovação, e sim em suspensão da mina.

No que toca à segunda finalidade do capítulo, vinculada ao *corpus* analítico, tal esforço demandou um itinerário de validação que incluiu, além da supracitada identificação de temas, a associação destes com as manifestações havidas nas duas audiências públicas do MPE/RS e da AL/RS. Diante desse cotejo, materializado nos Quadros 1 e 2, *foi possível constatar que ambas as audiências públicas contêm os referidos temas, o que confirma a validade dessas audiências enquanto objeto para analisarmos o debate público da Mina Guaíba*. As duas audiências, ainda, reúnem os principais produtores de discurso envolvidos nesse debate público. Ao contemplarem a variedade temático-discursiva do caso, as audiências mostraram-se um recorte representativo do debate, o que conforma a nossa convicção acerca de sua adequação para as análises da presente tese.

A apreciação das audiências públicas permitiu-nos constatar, ainda, a ocorrência de uma outra entrada argumentativa (não identificada na análise de conteúdos jornalísticos de GZH e Sul 21): a relacionada a *benefícios econômicos que pudessem advir do empreendimento minerário projetado, como a geração de empregos e a arrecadação de impostos*. Conforme os critérios adotados para os demais núcleos temáticos, procedemos à verificação da presença desse tema nas audiências públicas.

Tal exame identificou o assunto nas falas de cinco oradores(as) de cada audiência pública¹²⁹, o que ratifica a constância de sua ocorrência.

O novo núcleo temático – o dos benefícios econômicos – soma-se aos oito anteriormente identificados, conformando, assim, um total de *nove núcleos temáticos* – mobilizados nas análises do próximo capítulo, no qual o acionamento das audiências públicas prossegue. Avançamos, agora, para uma análise de discurso sob perspectiva da prática discursiva, visando aprofundar o exame das audiências, por meio de uma discussão sobre seus públicos e argumentos.

¹²⁹ Acionaram a temática dos benefícios econômicos os(as) seguintes oradores(as), aqui agrupados(as) por audiência pública e identificados pelo tempo inicial de sua fala:

- MP: Cristiano Weber (16min29s); Jorge Gavronski (52min34s); Luís Roberto Ponte (1h25min8s); João Carlos Lehmens (1h36min12s); Flávio Tavares (3h3s).

- AL: Cristiano Weber (25min56s); Eduardo Raguse Quadros (49min32s); Fernando Marroni (1h38min41s); Francisco Milanez (2h15min13s); Daniel Almeida (2h28min58s).

5. DISCURSO COMO PRÁTICA DISCURSIVA: PRINCIPAIS PÚBLICOS E ARGUMENTOS DO CASO

O presente capítulo dedica-se a examinar as audiências públicas considerando o discurso enquanto prática discursiva. Para tanto, enfoca os produtores de discurso envolvidos no debate público da Mina Guáíba. Em um primeiro momento, arrolamos todos(as) os(as) oradores(as) das duas audiências públicas e, com base nesse levantamento, identificamos quais são os *principais públicos* envolvidos no debate público em questão. Na sequência, mapeamos as argumentações de cada público no âmbito de cada núcleo temático, agrupando, por fim, os *principais argumentos* acionados pelos lados contrário e favorável ao empreendimento e por aqueles que exercem papel de moderação e mediação.

5.1. *Contrários, favoráveis e moderadores-mediadores: quem diz e o que é dito*

Conforme exposto anteriormente, a dimensão da prática discursiva, a segunda das propostas por Fairclough (2012; 2016), diz das condições de produção, distribuição e consumo do discurso, bem como de articulações intertextuais e interdiscursivas. Tais componentes estão aqui acionados no que têm a contribuir para um mapeamento de públicos e argumentos presentes no debate público da Mina Guáíba.

De acordo com Fairclough (2016), a prática discursiva situa-se entre microprocessos linguísticos relacionados ao texto e macroprocessos contextuais vinculados à prática social. Residem, aí, dinâmicas de engendramento discursivo cuja análise passa por considerarmos os sujeitos que praticam o discurso, especialmente no que se refere às relações entre si (prévias ou não) e às suas condições de interação discursiva. Ao praticarmos esse movimento de olhar detidamente para os sujeitos dos/nos discursos, propomo-nos a, com base em Fairclough (2012; 2016), compreender *quem são e como caracterizam-se os públicos* desse debate – tanto os diretamente envolvidos, como os que, por meio deles, se fazem representados –, bem como *quais os principais argumentos* acionados por tais públicos.

Parece pertinente que a busca por (dar a) conhecer os públicos e seus argumentos no âmbito de um debate público inicie por um levantamento que mostre quem são os sujeitos envolvidos nesse debate. Por essa razão, realizamos um

mapeamento de *quem falou na tribuna*, ou seja, uma listagem de todos(as) os(as) que se manifestaram oralmente ao microfone, nas duas audiências públicas – a do MPE/RS e a da AL/RS.

Tal mapeamento está demonstrado em dois quadros, disponíveis no Apêndice B. Mediante uma apreciação analítica desses quadros, tornou-se possível esmiuçar os três grandes grupos envolvidos (contrários, favoráveis e moderadores-mediadores). Assim, no interior de cada um deles, aglutinamos, aqui, os(as) oradores(as) a partir de um levantamento de aspectos de suas trajetórias que parecem relevantes para compreendermos a perspectiva a partir da qual eles(as) se manifestaram (como vínculos que tais sujeitos mantêm/mantiveram entre si e/ou com determinadas organizações). Esse movimento foi baseado, ainda, em contribuições de Henriques (2017; 2023, no prelo), para quem um público forma-se quando sujeitos problematizam situações que afetam suas vidas e, por meio de articulações sociais variadas e variantes, tendem a manifestar-se coletivamente, alcançando o patamar de atores à medida que se mobilizam e angariam influência e visibilidade.

Partindo desse conjunto de considerações, buscamos identificar os principais *públicos* do debate. No que se refere aos *contrários*, verificamos a ocorrência de *quatro públicos* nucleares:

1) *Integrantes da comunidade científica* (professores e pesquisadores, como Lorena Fleury, Márcia Isabel Käffer e Rualdo Menegat) e *ativistas ligados ao ambientalismo* (como Eduardo Quadros, Francisco Milanez e Heverton Lacerda), ambos os grupos unidos pela preocupação com temáticas de ordem socioambiental – preocupação materializada, especialmente, pela participação de tais grupos no CCM/RS.

Fundado em maio de 2019, em meio ao período mais intenso de debates a respeito da Mina Guaíba, o CCM/RS, desde o seu início, propôs-se a unir forças contra os quatro empreendimentos de megamineração que, à época, tramitavam no estado. Já no primeiro parágrafo de seu manifesto de lançamento¹³⁰, o Comitê faz referência ao caso da Mina Guaíba, vindo a citar os outros três projetos de megamineração no terceiro

¹³⁰ Disponível em: <<https://rsemrisco.org.br/2019/07/19/manifesto-do-comite-de-combate-a-megaminerao-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

parágrafo do documento – o que denota uma priorização de esforços do CCM/RS em torno do caso da Mina Guaíba, ao menos naquele momento¹³¹.

O referido manifesto cita, à guisa de argumentação, a contribuição da indústria do carvão para o agravamento da situação do planeta no que se refere ao clima e ao meio ambiente em geral, e reivindica que sejam realizadas audiências públicas e plebiscitos em todos os municípios potencialmente impactados pelos projetos. O Comitê é composto, de acordo com seu *site*, por 103 entidades¹³² – de natureza ambientalista, sindicalista, política, entre outras – e, em relação à Mina Guaíba, promoveu ações como protestos de rua¹³³ e a publicação do “Painel de Especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba”¹³⁴, um dossiê com 18 artigos e sete anexos que visavam apontar inconsistências no EIA/Rima do empreendimento. O documento foi produzido por uma série de pesquisadores(as) de diversas áreas de estudo – parte deles manifestou-se ao microfone nas audiências públicas aqui analisadas.

2) *Agentes políticos*, notadamente deputados estaduais e federais, que se manifestaram principalmente na audiência pública da AL/RS (como Elvino Bohn Gass/PT, Fernanda Melchionna/PSOL e Luciana Genro/PSOL).

Seis deputados, entre estaduais e federais, declararam posição contrária à mina, todos integrantes dos partidos PT (quatro) e PSOL (dois), siglas que exerciam oposição ao governo estadual da época, este de postura institucional favorável à mineração, conforme pormenorizado no próximo capítulo. Não houve fala de deputado(a) na audiência pública do MPE/RS (nem contrária, nem favorável), apenas na da AL/RS, instituição de caráter essencialmente político.

3) *Representantes de comunidades indígenas e de agricultores*, ambas as populações sob risco de serem afetadas pelo pretendido empreendimento (como Alex

¹³¹ Diante da forte presença do caso da Mina Guaíba na agenda pública gaúcha da época, parece razoável supormos que os integrantes do Comitê entenderam que, naquele momento, fazia-se necessária uma crítica organizada a respeito desse caso, a fim de buscar robustecer o contraponto ao posicionamento favorável.

¹³² Disponível em: <<https://rsemrisco.org.br/quem-somos/#entidades>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹³³ Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2019/07/05/mina-guaiba-populacao-cobra-realizacao-de-uma-audiencia-publica-em-porto-alegre>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹³⁴ Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/595032-painel-de-especialistas-expoe-graves-falhas-no-projeto-mina-guaiba>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Acosta, Claudio Acosta e Márcia Londero, no caso dos indígenas; e Adélis Bordin, Anderson Ferraz e Marcelo Paiakan, para os agricultores).

Tais comunidades mobilizaram-se motivadas por potenciais afetações que o empreendimento, se instalado, lhes geraria. No tocante às populações indígenas, estas desempenharam papel central no caso da Mina Guaíba, uma vez que a Justiça Federal, em resposta a uma ação civil pública, determinou a anulação definitiva do processo de licenciamento da mina¹³⁵ por entender que as comunidades indígenas próximas da área a ser minerada – como a aldeia Guajayvi, do povo guarani – não haviam sido previamente consultadas sobre o empreendimento. Desse modo, envolveram-se no debate lideranças dessas comunidades e representantes de entidades ligadas à causa indígena. O impacto aos agricultores, por sua vez, estava previsto no próprio EIA/Rima (Copelmi, 2018, p. 32), que incluiu o assentamento Apolônio de Carvalho (dedicado à produção de arroz e hortaliças) como parte da Área Diretamente Afetada (ADA) pela mina, cuja instalação, para ocorrer, demandaria o reassentamento dessa comunidade, bem como o do loteamento Guaíba City e de um conjunto de propriedades rurais. Conforme o EIA/Rima (Copelmi, 2018, p. 74), “a exploração da mina não é compatível com a manutenção da ocupação destas áreas, sendo necessária a transferência involuntária destas ocupações e das atividades produtivas presentes atualmente na área”. Sendo assim, os moradores desses locais, assim como os das aldeias indígenas, engajaram-se no debate, a fim de defender sua permanência em seus territórios.

4) *Um grupo com interesses mais difusos*, composto por *defensores de causas específicas* – como as de saúde, justiça tributária e direitos das mulheres (com, respectivamente, Claudio Augustin, João Carlos Lehms e Zadelene Zaro, por exemplo) – e por *cidadãos em geral interessados no caso* (como o jornalista Flávio Tavares, o professor Marcelo Träsel e a servidora pública aposentada Nadir Alba).

A transversalidade temática que costuma abarcar a mineração como um todo manifestou-se, também, no caso da Mina Guaíba. O empreendimento suscitou, com diferentes nuances, discussões a respeito de uma miríade de temas, de caráter social, ambiental, econômico, político etc. Com efeito, entidades e manifestantes ligados a

¹³⁵ Disponível em:

<https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=25205>. Acesso em: 28 fev. 2024.

diferentes causas, a maioria com histórico de envolvimento com a temática da mineração, tomaram parte nos embates – buscando, a partir de participações pessoais e/ou de representações institucionais, somar-se à mobilização maior e, assim, defendê-la. Movimento semelhante deu-se via cidadãos que, de maneira individual, decidiram combater o projeto.

Pelo lado dos *favoráveis*, identificamos *três públicos* principais:

1) *Representantes da instância empreendedora* – via Copelmi e consultoria Tetra Tech, esta contratada pela mineradora (como Affonso Novello, Cristiano Weber e Julius César Mergulhão) – e *do campo das engenharias* (como Jorge Gavronski e Luís Roberto Ponte), convergentes, ambos os grupos, na apresentação de estudos científicos e de aspectos tecnológicos da mineração.

Proponente do empreendimento, a mineradora (assessorada por uma consultoria) participou do debate como parte diretamente interessada, preocupada não somente em divulgar os alegados benefícios do projeto, mas também em defendê-lo das críticas que surgiram. Tal esforço foi complementado por representantes de interesses corporativos do campo das engenharias, especialmente a de minas e a civil, tradicionalmente envolvidas com a mineração – a primeira, via professor universitário da UFRGS (Gavronski); a segunda, por meio de Ponte, de ampla trajetória em cargos políticos (foi ministro-chefe da Casa Civil e deputado federal pelo MDB) e em entidades associativas relacionadas à construção civil¹³⁶.

2) *Agentes políticos* estaduais (como Gabriel Souza/MDB e Mateus Wesp/PSDB), colegas daqueles presentes entre os contrários.

Se a opinião de deputados do PT e do PSOL, contrários ao empreendimento, dizia do posicionamento da oposição ao governo do estado, quatro deputados (todos estaduais) manifestaram-se favoravelmente ao projeto, representando o viés situacionista: foram dois parlamentares do PSDB, sigla do governador Eduardo Leite, e dois do MDB, que integrava a base governista¹³⁷. Cabe observarmos que Gabriel Souza,

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74002/biografia>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹³⁷ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/quem-sao-os-secretarios-do-governo-eduardo-leite-cjpi1sw9i0kek01pifaa7pldn.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

um dos deputados do segundo partido, é o atual vice-governador do Rio Grande do Sul¹³⁸, tendo sido eleito para esse cargo no ano de 2022, na chapa liderada por Leite.

3) *Moradores da Região Carbonífera* do Rio Grande do Sul, o que inclui agentes políticos locais e trabalhadores da cadeia produtiva da mineração (como o prefeito Daniel Almeida/PT, o vereador Jozi Francisco de Marins/Republicanos e o sindicalista Telmo José da Silva Camargo).

A mobilização de representantes da Região Carbonífera pareceu ancorar-se, principalmente, em interesses de natureza econômica, dada a contribuição da indústria do carvão, em termos de impostos e geração de empregos, para aquela região, na qual seria instalada a Mina Guaíba. A defesa movimentou autoridades municipais, trabalhadores da cadeia produtiva e seus familiares. Chama a atenção o posicionamento do prefeito Daniel Almeida/PT, de Butiá, que, mesmo filiado ao PT¹³⁹, optou por alinhar-se a interesses de sua região, em detrimento de posicionamento defendido por deputados de seu partido.

Cabe observarmos que, em meio às tensões entre públicos contrários e favoráveis, há, ainda, sujeitos que exercem papel de moderação e mediação – referimo-nos especificamente, aqui, aos organizadores das audiências públicas e aos representantes da instância licenciadora. No que concerne ao primeiro grupo, verificamos dois tipos de participação. A iniciativa de realizar a primeira audiência pública, promovida na sede do MPE/RS, foi ao encontro de uma das principais demandas imediatas de quem contestava o projeto da mina. Reivindicava-se que, além das duas audiências públicas oficiais (realizadas nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul – os quais, em parte de seus territórios, abrigariam a mina – e determinadas pela Fepam, no âmbito do processo de licenciamento ambiental), houvesse também um ou mais eventos do gênero em Porto Alegre¹⁴⁰, dada a curta distância entre o empreendimento e a capital gaúcha (16 km) e os potenciais riscos advindos dessa proximidade geográfica. O MPE/RS e o MPF aderiram a essa

¹³⁸ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/vice-governador>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹³⁹ Disponível em: <<https://www.portaldenoticias.com.br/noticia/1609/com-51-03-dos-votos-daniel-almeida-pt-vence-eleicao-suplementar-em-butia.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/04/deputados-e-vereadores-pedem-audiencia-publica-em-porto-alegre-sobre-mina-de-carvao-cjtyry5p102b201pn0zshd2sd.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

solicitação¹⁴¹, e, nesse sentido, a promotora pública Ana Maria Marchesan – que, representando o MPE/RS, atua em causas judiciais relativas ao meio ambiente de Porto Alegre – declarou publicamente que chamaria uma audiência pública sobre o tema nesta cidade, caso a Fepam não o fizesse¹⁴² (e, de fato, não o fez). Assim, o MPE/RS realizou o evento, cuja condução coube à promotora. A segunda audiência – a da AL/RS –, por sua vez, foi organizada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa, mediante solicitação do deputado estadual Edegar Pretto/PT¹⁴³ – parlamentar ligado ao MST¹⁴⁴ e, assim, à causa dos agricultores assentados em parte da área a ser minerada. Coube à deputada estadual Zilá Breitenbach/PSDB, na condição de presidente daquela comissão, atuar como moderadora do evento¹⁴⁵.

No tocante ao segundo grupo identificado, o dos representantes da Fepam (órgão licenciador), estes participaram do caso a partir de demanda contida em suas funções legalmente previstas, ou seja, avaliaram o pedido de licenciamento ambiental, manifestaram-se sobre aspectos técnicos dele e, posteriormente, vieram a arquivá-lo. Cumpre pontuarmos que, apesar de a Fepam ter se conservado em um lugar de mediação durante as audiências, houve, em momentos externos a elas, ocasiões específicas em que agentes políticos do governo do estado – notadamente, o secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior e, no desfecho do caso, o próprio governador Eduardo Leite – fugiram da pretensão de neutralidade, deslocando-se de uma postura de apoio a uma de obstrução¹⁴⁶.

¹⁴¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/04/mpe-e-mpf-recomendam-que-fepam-realize-nova-audiencia-publica-sobre-mina-de-carvao-cjubpdrdd00z401o174idb1hw.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁴² Disponível em: <<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/07/se-a-fepam-nao-quiser-fazer-eu-vou-chamar-uma-audiencia-publica-diz-promotora-sobre-mina-guaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁴³ Disponível em: <<https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/318442>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁴⁴ Disponível em:

<<https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/elei%C3%A7%C3%B5es/edegar-pretto-uma-trajet%C3%B3ria-ligada-%C3%A0-terra-1.891270>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁴⁵ Vale pontuarmos que Zilá Breitenbach, ainda que pertencente ao partido governista (e embora alguns deputados que eram colegas seus de sigla, como Luiz Henrique Viana e Mateus Wesp, tenham se manifestado favoravelmente à mina durante a audiência), exerceu o seu papel de condutora dos trabalhos sem expressar sua opinião particular sobre o caso.

¹⁴⁶ Optamos por deslocar essas manifestações de Lemos Júnior e de Leite para o próximo capítulo (o de nº 6), a fim de abordá-las de forma destacada. Tal opção justifica-se por considerarmos: a) que elas se deram fora do objeto empírico aqui focado – as audiências públicas –; b) que, embora tenham sido emitidas por representantes do governo do estado, hierarquicamente superiores ao órgão licenciador, pareceram ter caráter mais político do que técnico – e, assim, aprofundá-las nesse ponto implicaria, em alguma medida, embaralhá-las ao papel de mediação exercido por aquele órgão estadual; e c) que tais manifestações

Cumpra aqui pontuarmos diferenças entre as noções de moderação e de mediação. A ação de moderar um debate parece relacionar-se com a possibilidade de, em algum nível, conduzi-lo, especialmente sob a premissa de que, com um adequado direcionamento, as disputas nele performadas conservem níveis moderadamente racionais, equânimes e democráticos. Os condutores das audiências públicas (especificamente, representantes do MPE/RS e da AL/RS) exerceram esse papel, que, embora protocolar, se fazia essencial naqueles ambientes de acalorados debates. À medida que coordenavam formalmente as discussões, tais moderadores cumpriam, em certos momentos, também uma função de mediar, ou seja, intermediar, situar-se no meio de situações de conflito não apenas com o propósito de organizá-las/moderá-las, mas também de buscar construir oportunidades de diálogos, meios-termos e/ou, no limite, soluções pactuadas – papel desempenhado, ainda, por representantes da instância licenciadora, os quais participaram do debate mobilizados por suas atribuições legalmente previstas, entre elas as de intermediar interesses envolvidos e de explicar tecnicidades do processo licenciatório que visam, ao menos em princípio, garantir a sua equanimidade. Dada a ocorrência de moderadores e de mediadores no debate – e o fato de que alguns sujeitos desempenharam, em momentos diferentes, ambos os papéis –, optamos por nomear o terceiro grande grupo do debate (aquele posicionado em posição intermediária entre contrários e favoráveis) como o dos “moderadores-mediadores”.

Ainda que os moderadores-mediadores tenham buscado performar um papel no sentido da neutralidade, classificá-los, aqui, como plenamente “neutros” não se mostraria prudente, considerando que cada sujeito, mesmo quando representa um grupo/instituição, posiciona-se perante os outros munido de suas próprias crenças, interesses, repertório, imaginário etc. Parece mais razoável afirmar que os moderadores-mediadores se manifestaram de um modo que não explicitou/não permitiu reconhecer se tinham posicionamento contrário ou favorável ao empreendimento. Houve, ainda, oradores(as) que, embora tenham alegado neutralidade, tenderam para um dos lados em suas manifestações (pendendo, em alguns casos, de maneira ostensiva, como o presidente da Sergs, Luís Roberto Ponte).

tiveram relação direta com – e ajudam a compreender – a trajetória e, principalmente, a conclusão (ao menos, até o presente momento) do caso – esta, um dos assuntos centrais do Capítulo 6.

Realizado o levantamento das principais forças que movimentaram o/se movimentaram no debate, importa avançarmos em direção a uma compreensão acerca de como, em forma de argumentação, os posicionamentos foram materializados. Os nove quadros apresentados no Apêndice C buscam articular o presente capítulo ao anterior, à medida que apresentam, no âmbito das audiências públicas analisadas, *os principais argumentos* mobilizados para cada um dos núcleos temáticos do debate. Os argumentos identificados estão sintetizados a seguir, no Quadro 3, organizados por núcleo temático e por posicionamento (se contrário ou favorável ao empreendimento ou moderador-mediador).

Quadro 3 – Argumentos por núcleo temático e por posicionamento

Núcleos temáticos	Posicionamentos e argumentos
Riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores	<p><i>Sobre indígenas:</i></p> <p>Contrário: ausência do denominado “componente indígena” no EIA/Rima; não realização, por parte da Copelmi, de contato/consulta prévios para com populações indígenas do entorno da área a ser minerada.</p> <p>Favorável: a Copelmi cumpriu a legislação e informou a Funai.</p> <p>Moderador-mediador: –</p> <p><i>Sobre agricultores:</i></p> <p>Contrário: risco econômico pela não continuidade do trabalho nas lavouras de arroz orgânico; remoção de uma comunidade sustentável para dar lugar a um empreendimento poluidor.</p> <p>Favorável: para a instalação da mina, seria necessário o reassentamento de agricultores.</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
Estudo de Impacto	<p>Contrário: EIA/Rima omite e distorce dados, especialmente sobre o potencial poluidor do empreendimento em relação a água, ar, solo e vegetação; EIA/Rima adotou metodologia inadequada para</p>

Ambiental	<p>medição do risco de poluição atmosférica.</p> <p>Favorável: todos os possíveis impactos foram cientificamente projetados e, por meio de tecnologia e diálogo com a comunidade, seriam reparados/compensados; EIA/Rima foi elaborado por uma equipe de profissionais extensa e qualificada; o EIA/Rima, se aprovado, legitimará o licenciamento.</p> <p>Moderador-mediador: Fepam identificou déficit de informações no EIA/Rima e exigiu complementações à Copelmi.</p>
Ações promovidas por entidades ambientalistas	<p>Contrário: ações realizadas pelo CCM/RS legitimam a sua atuação; necessidade, materializada na mobilização de entidades, de que fosse realizada audiência pública oficial em Porto Alegre, devido aos riscos à cidade.</p> <p>Favorável: –</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
Etapas e exigências do licenciamento ambiental	<p>Contrário: o processo de licenciamento ambiental da Mina Guaíba deveria ocorrer paralelamente ao do polo carboquímico.</p> <p>Favorável: o licenciamento depende de decisão técnica, e não ideológica, que compete à Fepam.</p> <p>Moderador-mediador: demanda social justifica a realização de novas audiências públicas.</p>
Riscos ambientais	<p>Contrário: o empreendimento geraria drenagem ácida de mina e um domo de poeira sobre a região, bem como altos níveis de poluição atmosférica e impactos à fauna e à flora de uma reserva ecológica; há riscos ao meio ambiente de outras cidades, como Porto Alegre; as intervenções no solo afetariam a sua fertilidade; a mineração de carvão é, por natureza, degradadora do meio ambiente; a mineração de carvão vem gerando danos socioambientais no estado de Santa Catarina.</p> <p>Favorável: instalada a mina, a Copelmi realizaria constante</p>

	<p>monitoramento de fontes de poluição; testes comprovaram que não seriam liberados metais pesados durante a operação da mina; há tecnologia capaz de mitigar a poluição da indústria carbonífera.</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
Riscos à saúde	<p>Contrário: a poluição decorrente da exploração de carvão é danosa à saúde, afetando principalmente crianças e idosos; há casos de trabalhadores da Região Carbonífera adoecidos pelo contato com carvão.</p> <p>Favorável: os danos à saúde alegados pelos críticos inexistem na Região Carbonífera.</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
Proximidade da mina com a Região Metropolitana e com Porto Alegre	<p>Contrário: devido à proximidade com o local da mina, Porto Alegre e o Delta do Jacuí estão na área de impacto direto; Porto Alegre ficaria na contramão de grandes cidades do mundo, que investem em cinturões agroecológicos.</p> <p>Favorável: a Região Metropolitana tem histórico industrial.</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
Mudanças climáticas globais	<p>Contrário: mina impactaria emergência climática, por meio da queima de carvão; instalar um empreendimento de carvão contrariaria o consenso científico sobre a contribuição da indústria carbonífera para as mudanças climáticas.</p> <p>Favorável: o uso de tecnologia amenizaria a emissão de CO₂; é necessário manter fontes energéticas consideradas seguras.</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
Benefícios econômicos	<p>Contrário: os impostos não surtem efeito na Região Carbonífera, que possui índices socioeconômicos inferiores à média do estado; a agricultura existente na área a ser minerada também gera empregos, que seriam perdidos em razão da mina; a mineração tem histórico de sonegação e renúncias fiscais; a preservação da vida e</p>

	<p>do meio ambiente é mais importante do que os empregos.</p> <p>Favorável: a Mina Guaíba vai gerar empregos; a mina vai arrecadar tributos para o erário público; o setor de mineração gera empregos; a falta de empregos causa fome e miséria; a Região Carbonífera teria índices socioeconômicos piores se não houvesse a contribuição da mineração.</p> <p>Moderador-mediador: –</p>
--	--

Fonte: elaborado pelo autor

Listados os principais argumentos acionados nas audiências públicas, importa observarmos que, no lado contrário ao empreendimento, faz-se possível verificar que parte significativa das argumentações abrigou-se sob a ideia do risco, procurando alertar para potenciais impactos que a implantação e a operação da Mina Guaíba poderiam desencadear, em relação a temas como a continuidade dos modos de vida de populações indígenas e de agricultores, a provável incidência de poluição e de degradação ambientais – inclusive com divergências a respeito do perímetro a ser atingido pelo projeto –, o clima global e os perigos da mineração de carvão para a saúde dos mineiros e da população em geral.

Além disso, os contrários eram maioria numérica em relação aos favoráveis, contribuindo para tanto o fato de aqueles operarem em uma perspectiva de extensa mobilização social. Nesse sentido, aglutinaram forças e desenvolveram iniciativas que fizeram reverberar suas demandas e elevaram um segmento deles desde a categoria de público à de ator (Henriques, 2023, no prelo). Esse movimento pode ser constatado no CCM/RS, uma entidade supraorganizacional que, entre outras ações, organizou um documento técnico – o dossiê “Painel de Especialistas” –, produzido coletivamente, contestando o EIA/Rima. Considerando que tal documento foi elaborado por especialistas provenientes do círculo universitário, notamos, aí, um acionamento da ciência no embasamento das argumentações contrárias ao projeto – o que encontra contraponto no lado favorável, à medida que este traz os argumentos da capacidade técnica (representada, especialmente, por frequentes menções à equipe especializada que desenvolveu o EIA/Rima) e da tecnologia (sob uma perspectiva de avanço científico) como garantia de preservação – ou, no limite, como salvaguarda para a

exploração – da natureza. No que tange aos contrários, cabe observarmos, também, a sua reivindicação (inicialmente, liderada pelo CCM/RS e, na sequência, acolhida pelos sujeitos contrários não vinculados ao Comitê) de que mais audiências públicas fossem realizadas, o que denota uma busca por ampliar a repercussão do caso – o que poderia angariar ainda mais aliados à causa – e retardar uma eventual aprovação do licenciamento.

No que toca aos alegados benefícios econômicos que seriam gerados pela instalação/operação da mina, tais vantagens materializam-se em dois subtemas: a geração de empregos e a arrecadação de impostos. Enquanto a defesa da empregabilidade tende a assentar-se em aspectos mais imediatos da vida dos trabalhadores (como a sua própria subsistência), a de caráter tributário parece ecoar uma certa concepção desenvolvimentista, que considera a mineração como um vetor de crescimento econômico. Por parte dos favoráveis, esse vetor é abordado sob uma ótica de necessidade, a ponto de ser associado à fome e à miséria – no sentido de que vetar o avanço da mineração significaria barrar um caminho com potencial de atenuar tais problemáticas sociais. Segundo essa lógica, quem contestava a Mina Guaíba estaria se posicionando na contramão do desenvolvimento social.

Os favoráveis ancoraram-se, ainda, em outros três argumentos: o do cumprimento do rito legal (no sentido de estarem agindo em conformidade com a lei), o da necessidade de serem mantidas as fontes de energia tidas como mais seguras, como o carvão (ideia alinhada à de transição energética justa, recorrente em debates sobre mineração), e o da tradição – valendo-se, nesse ponto, do exemplo da Região Carbonífera do estado, onde há uma tradição de mineração de carvão e onde, segundo tais sujeitos, não se confirmam os riscos apontados pelos críticos. Chama a atenção que, assim, como o componente científico, o da tradição também é acionado por ambos os lados – se, para os favoráveis, há, como visto, uma tradição positiva, os contrários defendem que o histórico de danos socioambientais atrelados à indústria carbonífera representa, de certo modo, um comportamento tradicional dessa indústria.

Os moderadores-mediadores agregaram subsídios ao debate por meio de falas como as do MPE/RS, ao abordarem a demanda social pela realização de novas audiências públicas e a necessidade de a Copelmi, por determinação da Fepam, complementar o EIA/Rima. Na maior parte do tempo, contudo, os organizadores das

audiências mantiveram-se no papel de conduzir os trabalhos, chamando os oradores, controlando o tempo das falas, orientando a plateia e assim por diante.

De modo geral, em todos os núcleos temáticos houve representação dos polos contrário e favorável, com exceção do tema “ações promovidas por entidades ambientalistas”. Tais ações (como a criação do CCM/RS e o lançamento da análise crítica ao EIA/Rima) foram elencadas não apenas por meio da apresentação de argumentos técnicos provenientes dessas iniciativas, mas também como modo de legitimar as posições dos que eram contrários ao empreendimento, os quais pareciam buscar indicar, assim, que constituíam o debate a partir de um lugar de análise e de mobilização. A referida exceção deu-se na medida em que, no âmbito das audiências públicas, não verificamos, por parte dos favoráveis, esforço significativo no sentido de invalidar os modos de atuação das entidades ambientalistas, e sim de contrapor as ideias que defendiam.

Por fim, no que se refere às dinâmicas de ponto e contraponto que conformaram os debates das audiências públicas, cabe anotarmos que, apesar de tais discussões terem sido compostas por falas entrecruzadas entre diferentes públicos, foi possível observarmos, ao longo das audiências, três níveis constantes de embates: a) entre, de um lado, cientistas/ambientalistas e, de outro, empreendedores/engenheiros; b) entre indígenas/agricultores e moradores da Região Carbonífera; e c) entre agentes políticos estaduais/federais. No interior desses públicos, houve um compartilhamento de bases intertextuais e interdiscursivas, as quais, de certo modo, se complementaram e se adensaram no transcurso das falas e de suas réplicas e tréplicas. No caso dos públicos do item “a”, tais bases tiveram caráter predominantemente técnico-científico; de “b”, giraram em torno, principalmente, dos impactos da indústria carbonífera sobre as populações locais; e de “c”, mesclaram as duas linhas anteriores. Em que pesem a heterogeneidade de cada um desses públicos e as divergências que possam cultivar em relação a outros temas – basta pensarmos, por exemplo, nas diferenças programáticas existentes entre PT e PSOL (este, surgido como uma dissidência daquele), siglas que se uniram no combate à Mina Guaíba, assim como se unem em torno de outras pautas –, não houve discordâncias significativas entre contrários nem entre favoráveis.

Antes de seguirmos ao próximo capítulo (no qual abordamos o contexto que engendra os argumentos aqui identificados/analizados), cabe ponderarmos que o

conjunto de quadros disponíveis neste capítulo e no Apêndice C, por mais que procure contemplar a pluralidade discursiva das audiências públicas analisadas, não pretende tampouco conseguiria esgotá-la/traduzi-la em toda a sua extensão. Tais argumentações foram proferidas no âmbito de eventos dinâmicos, com sujeitos diversos, com idas e vindas nas discussões, com complementos, retificações, referências internas e externas, réplicas, tréplicas, vaias, aplausos etc. Ilustrativo da complexidade desse cenário é o fato de que alguns argumentos abarcam mais de um núcleo temático, dada a transversalidade dos assuntos que envolvem a mineração. O que empreendemos aqui é um esforço no sentido de capturar uma série de elementos que sejam representativos do conteúdo desses embates.

Assim, mapeados temas, públicos e argumentos, caminhamos rumo a um novo adensamento da análise das audiências públicas. O próximo capítulo propõe-se a abordá-las sob a ótica da prática social, aprofundando-se no contexto no/com o qual os referidos componentes do debate se articulam.

6. DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: AS VARIÁVEIS DISCURSIVO-CONTEXTUAIS QUE CONSTITUEM O DEBATE DA MINA GUAÍBA

Avançando em nosso processo de compreensão/explicação sobre o debate público da Mina Guaíba, seguimos ancorados, especialmente, na concepção tridimensional de discurso, conforme proposta por Fairclough (2012; 2016). O presente capítulo volta-se, assim, à terceira dessas dimensões, abordando a perspectiva do discurso como prática social, a fim de analisarmos mais detidamente componentes contextuais que se articularam no/com o debate em questão.

Enfocando as articulações entre discurso e sociedade, o pensador britânico postula que as práticas sociodiscursivas são influenciadas pelas estruturas sociodiscursivas existentes na sociedade e sobre elas exercem influência, razão pela qual, nesse sentido, as relações e disputas sociais se (re)tecem em processos discursivos constantes. Ao refletir sobre as relações entre mudança discursiva e mudança social, Fairclough (2016) assinala que a ACD busca analisar não somente o discurso em si mesmo, mas também o modo pelo qual as disputas sociais transformam o discurso. Essas disputas, prossegue, envolvem questões relativas à ideologia, à hegemonia e a relações de poder. Nesse sentido, a ACD se volta a identificar como o discurso robustece ou desestabiliza determinadas práticas sociais instituídas. À medida que dialoga com as transformações sociais, o discurso pode confirmar/combater conformações hegemônicas e ideológicas prévias, materializadas via relações de poder – e via luta, quando tais relações traduzem conflitos.

Eis a importância do contexto para a obra do autor, para quem a linguagem opera não apenas no âmbito particular de cada indivíduo, mas também em relação dialética com o mundo à sua volta, sendo moldada por ele e colaborando para moldá-lo. Sob essa ótica, os processos pelos quais produções discursivas são construídas, distribuídas e consumidas têm caráter social e “exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado” (Fairclough, 2012, p. 103).

Em vista disso, pensar no discurso como prática social conduz à constatação de que, no âmbito de um debate público sobre um empreendimento minerário, o conjunto de produções discursivas parece refletir, simultaneamente, tanto práticas historicamente

consolidadas no setor/na sociedade em geral quanto mudanças em andamento/em disputa no setor/na sociedade em geral. Desse modo, à medida que buscamos analisar o debate público da Mina Guafba em perspectiva contextual, importa atentarmos para as produções discursivas a partir de seus imbricamentos com acontecimentos concomitantes e pretéritos. A dimensão da prática social apresenta-se, assim, como pertinente para mirarmos os discursos do/no fenômeno em estudo a partir da conexão e do tensionamento deles com o contexto da mineração, enfocando, no âmbito desse contexto, especialmente as dinâmicas macrocontextuais, de naturezas econômica, política, socioambiental etc.

Neste capítulo, intentamos compreender/explicar a mineração a partir de questões com potência de, em alguma medida, gerar e atualizar debates públicos sobre ela. Para tanto, buscamos elementos que compõem o contexto da mineração, os quais (dada a complexidade do setor, esmiuçada neste capítulo) parecem reunir, ao menos, uma característica em comum: a *variabilidade*. Em outras palavras, os fatores contextuais relacionados à mineração, atravessados por inúmeras dinâmicas sociais, tendem a se atualizar ao longo do tempo. Riscos/impactos socioambientais, regramentos, relações de poder, conjunturas política e econômica, enfim, são questões que passam por variações e instabilidades, ao sabor de circunstâncias diversas. Além disso, à medida que variam, tais fatores fazem variar o contexto – repercutindo, assim, no conjunto de práticas da/na mineração e nos discursos sobre ela.

Temos, pois, um pressuposto de que o contexto da mineração se atualiza por meio de variáveis, as quais, ao operarem discursivamente, mantêm condições de gerarem implicações nos debates públicos atinentes ao setor. Partindo desse pressuposto de que existem *variáveis discursivo-contextuais da mineração* e de que estas *têm potência de agir sobre produções discursivas e sobre debates públicos do setor*, o presente capítulo aciona os argumentos listados no capítulo anterior, analisando-os à luz dessas variáveis.

A incursão a ser aqui empreendida está dividida em quatro subcapítulos (6.1, 6.2, 6.3 e 6.4). Em cada um deles, elencamos um conjunto de argumentos do debate, aglutinados por apresentarem convergências significativas entre si. Os subcapítulos seguem a mesma estrutura interna, que consiste em: a) *listagem de argumentos que*

reúnem similaridades; b) apresentação de aspectos contextuais relacionados ao setor de mineração que se mostram relevantes para a interpretação desses argumentos e que podem servir como balizadores para a compreensão do debate público da Mina Guaíba; e c) identificação de variáveis discursivo-contextuais que emergem desse esforço de contextualização, articulando-as aos argumentos presentes no referido debate. Ainda, no subcapítulo 6.4, há uma discussão dedicada especificamente à *suspensão do empreendimento*, e, ao fim, no subcapítulo 6.5, apresentamos considerações gerais a respeito do presente capítulo. Desse modo, buscamos compreender como variáveis discursivo-contextuais da mineração constituem o debate público da Mina Guaíba.

A contextualização dos argumentos aqui desenvolvida dá-se via levantamento de referencial teórico, ou seja, a partir de conhecimento produzido sobre o contexto da mineração. Tal levantamento está presente neste capítulo (e não em anteriores) por acreditarmos que abordá-lo aqui, articulando-o à análise propriamente dita, torna a tese mais objetiva, sem que, com isso, seja necessário proceder a repetições desnecessárias ou distanciar pontos que possam fornecer resultados mais potentes quando têm seu diálogo facilitado/aproximado.

Importa ainda, desde já, assinalarmos que cada uma das variáveis doravante elencadas pode conter, simultaneamente, aspectos de outras variáveis. Ao imaginarmos uma situação hipotética em que o setor de mineração seja contemplado por uma determinada legislação nova, sempre há possibilidade de tal regramento envolver componentes de diferentes matrizes: pode decorrer de articulações políticas (como o lobby) e promover vantagens econômicas (como aumento na arrecadação de impostos), além de redundar em efeitos de ordem social (como processos de desterritorialização) e ambiental (como maior exploração de recursos naturais). Esse exemplo demonstra uma parte dos imbricamentos inerente à mineração, os quais se tornam ainda mais evidentes quando verificamos que cada um desses fatores (o lobby, os impostos, a desterritorialização, a extração, entre diversos outros) reúne, em si mesmo, facetas políticas, econômicas, socioambientais, científicas etc. Por isso, sublinhamos que essa articulação deve ser considerada quando refletimos acerca de temas minerários. Em outros termos, é possível afirmar que, em parte significativa dos casos, as variáveis operam de maneira articulada entre si, podendo conformar camadas de complexidade.

Abordá-las em separado visa, além do didatismo, compreender o que cada uma tem a contribuir na referida articulação. Cabe observarmos, também, que a discussão a ser apresentada busca aportar elementos que parecem pertinentes para os objetivos desta pesquisa, não pretendendo esgotar o tema da mineração, o qual comporta mais dimensões do que a presente tese teria condições de abarcar.

6.1. O conflito ambiente-economia no/e o território

Para iniciarmos a nossa contextualização, agrupamos os argumentos do debate que parecem envolver, de modo mais evidente, a contraposição entre as perspectivas ambiental e econômica e, vinculadas a esse embate, as disputas por território. Nesse sentido, foram reunidos os seguintes argumentos, organizados, no Quadro 4, por contrários e favoráveis (não houve argumentos de moderadores-mediadores nessa seara):

Quadro 4 – Argumentos sobre território e conflito ambiente-economia

Posicionamento	Argumentos
Contrário	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência do denominado “componente indígena” no EIA/Rima; - Não realização, por parte da Copelmi, de contato/consulta prévios para com populações indígenas do entorno da área a ser minerada; - Risco econômico pela não continuidade do trabalho nas lavouras de arroz orgânico; - Remoção de uma comunidade sustentável para dar lugar a um empreendimento poluidor; - Devido à proximidade com o local da mina, Porto Alegre e o Delta do Jacuí estão na área de impacto direto; - Porto Alegre ficaria na contramão de grandes cidades do mundo, que investem em cinturões agroecológicos.

Favorável	- Para a instalação da mina, seria necessário o reassentamento de agricultores.
-----------	---

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, a seguir, apresentamos pistas contextuais acerca dessas temáticas.

6.1.1. Contextualização: o extrativismo atualiza-se sem perder a sua essência

O Brasil integra a América Latina, região do continente americano cujo percurso histórico é marcado, de forma contínua e estruturante, pela mineração – em seus benefícios e nocividades. Para Horacio Machado Aráoz (2020), a conformação do capitalismo moderno tem raízes na exploração de minérios empreendida na América a partir do século XVI. A estruturação social construída no cerro boliviano de Potosí – um dos primeiros complexos de mineração do continente e lugar onde dezenas de milhares de indígenas escravizados extraíam prata das minas locais – é apontada pelo autor como embrião irradiador da/determinante para a lógica de superexploração de trabalho e de recursos naturais que contribuiu para alicerçar formas de organização socioeconômicas vindouras no continente e fora dele.

A dualidade que, na célebre denominação em língua espanhola, envolve a “plata” (prata) e o “plomo” (chumbo) assume, de acordo com Aráoz (2020), caráter conformador: de um lado, há a prata (assim como o ouro e outros metais extraídos) representando o extrativismo e, por extensão, a acumulação material e a capacidade pecuniária de desenvolver crescimento econômico; de outro, o chumbo refere-se ao aparato bélico necessário para dominar territórios e força de trabalho alheios. Ambos, combinados, conseguiram tornar hegemônicas certas lógicas capitalistas ao longo de séculos, segundo o pesquisador.

A metáfora das “veias abertas” – celebrizada em obra clássica de Eduardo Galeano, publicada originalmente em 1971 – simboliza o histórico secular de violência e subjugação ao longo do qual a América Latina teve (e ainda tem) seus recursos naturais extraídos e exportados para países estrangeiros. Ao longo do tempo, essa conjuntura de exploração minerária passou por transformações, as quais, no presente século, robusteceram ainda mais esse ânimo extrativista. Os produtos de origem

primária (também chamados de *commodities*) – tais como os minérios – protagonizaram uma alta de preços no mercado internacional, no início dos anos 2000: foi o período conhecido como “*boom das commodities*”, que beneficiou significativamente a economia de países latinoamericanos, de forte base primária. Em paralelo, a região viveu um ciclo de governos de linha progressista, alinhados à esquerda ou à centro-esquerda, os quais, a despeito dos riscos inerentes a essa estratégia, priorizaram os retornos econômicos advindos do aquecido comércio de *commodities*. Maristella Svampa (2019, p. 36) denomina “consenso das *commodities*” a esse movimento internacional de crescimento econômico assentado na exploração e na exportação de bens primários.

O neoextrativismo – ou seja, essa nova forma de se praticar e incentivar o velho extrativismo – é caracterizado por Eduardo Gudynas (2009) como uma concepção de desenvolvimento que se baseia na expropriação de bens naturais para servir ao mercado global, com a destinação de excedentes para, na forma de impostos, financiar ações/programas sociais – os quais, sob essa ótica, legitimariam tanto os governos que os executam como os empreendimentos extrativistas que, via tributos, colaboram para a manutenção dessas iniciativas.

Ainda que respaldadas pelo poder público, as ações de exploração econômica da mineração sobre o meio ambiente contribuem, frequentemente, para formas de subjugação de coletividades historicamente subalternizadas, tais como povos indígenas e produtores rurais – alinhando-se a práticas que Subhabrata Bobby Banerjee (2008) descreve como “necrocapitalistas”. O termo provém de diálogo teórico do autor com Achille Mbembe (2006) – pensador que, a partir dos conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica, propõe a noção de necropolítica, ao apontar que, em certas conjunturas sociais (como estados de exceção e conflitos geopolíticos), o controle sobre a vida se transforma na prerrogativa de matar; o poder é o poder de aniquilar a vida. Na esteira desse pensamento, Banerjee (2008) descreve a relação visceral entre a necropolítica e o capitalismo – ambos, instâncias interdependentes, imiscuir-se-iam para, em nome do enriquecimento financeiro, assujeitarem diversas formas de vida e causarem a morte. No termo cunhado pelo autor, eis o necrocapitalismo.

(*O necrocapitalismo*) É uma nova forma de imperialismo, um imperialismo que aprendeu a “gerir melhor as coisas”. A característica fundamental do

necrocapitalismo é a acumulação pela desapropriação e pela criação de mundos de morte em contextos coloniais. Privatização da terra e subsequente expulsão forçada de camponeses, conversão da propriedade pública em propriedade privada, restrições do uso público de recursos de propriedade comum, práticas neocoloniais de apropriação de ativos, controle sobre recursos naturais nas ex-colônias e supressão de formas indígenas e alternativas de produção e consumo são algumas formas de desapropriação na economia política contemporânea. (Banerjee, 2008, p. 15, tradução nossa)¹⁴⁷

Trata-se de violências e constrangimentos socioambientais validados por lógicas (necro)capitalistas, as quais, apesar dos malefícios da mineração, consagraram-na como fonte inarredável de lucro e exploração. A respeito dessa posição econômica consolidada da indústria minerária, Jared Diamond (2007), em estudo que aborda os caminhos por meio dos quais várias sociedades construíram experiências marcadas pelo sucesso ou pelo fracasso, ressalta o vínculo de dependência que o mundo contemporâneo mantém com a mineração e, por extensão, com o extrativismo.

Toda sociedade moderna depende da extração de recursos naturais, sejam recursos não renováveis (como petróleo e metais) ou renováveis (como madeira e peixes). [...] Portanto, nossas sociedades estão comprometidas com a extração desses recursos: as únicas questões envolvem onde, em que quantidade e como escolhemos fazê-lo. (Diamond, 2007, p. 544).

Perserveram e atualizam-se, assim, conflitos de interesses entre, de um lado, os prejuízos que as mineradoras podem ocasionar para uma coletividade social e, de outro, possíveis vantagens que venham a decorrer desse tipo de atividade. Complexas e multifacetadas, as relações que conformam o setor de mineração amplificam-se no caso de empreendimentos de grande escala. Em estudo sobre as implicações do setor minerário na sociedade, Ricardo Ferreira Ribeiro (2016, ps. 55-57) postula que empreendimentos de ampla magnitude – tais como os de mineração, transportes, exploração de recursos hídricos, entre outros – compartilham, em sua maioria, certas características em comum (nuançadas conforme as especificidades de cada caso). Entre elas, conforme o pesquisador, há um viés autoritário em sua chegada (com planejamento realizado fora, e até distante, da cidade do empreendimento, além de discussões locais insuficientes ou inexistentes); significativos incentivos públicos; e divulgação pública

¹⁴⁷ No original: “It is a new form of imperialism, an imperialism that has learned to ‘manage things better’. The fundamental feature of necrocapitalism is accumulation by dispossession and the creation of death worlds in colonial contexts. Land privatization and the subsequent forceful expulsion of peasants, conversion of public property into private property, restrictions on public use of common property resources, neocolonial practices of asset appropriation, control over natural resources in the former colonies and the suppression of alternate, indigenous forms of consumption and production are some forms of dispossession in contemporary political economy”.

propagando que esse seria o único caminho para o desenvolvimento, com baixa abertura ao debate e a questionamentos, destaque aos aspectos alegadamente positivos do projeto e minimização dos negativos; entre outros fatores.

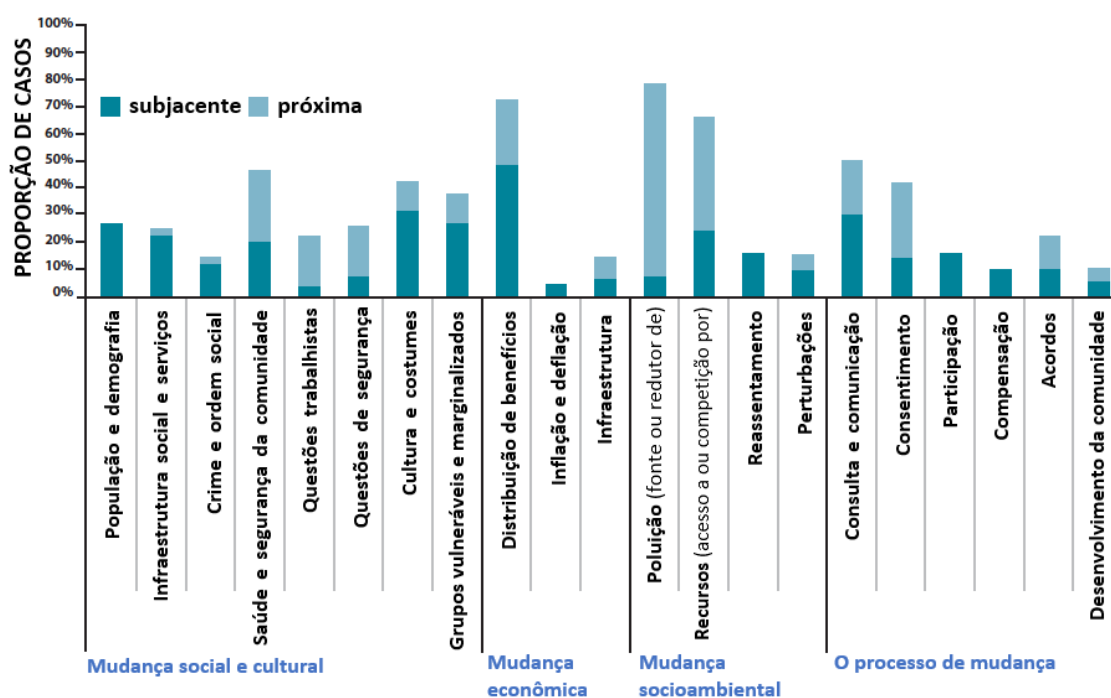
São numerosos os impactos que a implantação de um projeto de mineração pode causar. De acordo com Gudynas (2016), os efeitos dos empreendimentos extrativistas se derramam por várias esferas da vida em coletividade, constituindo o que o autor uruguaio intitula “efeitos derrame” – os quais, na sua classificação, podem ser de ordem ambiental, territorial, social, econômica, entre outros. Um dos exemplos elencados pelo pesquisador está relacionado à “mercantilização da natureza” (Gudynas, 2016, p. 28), ou seja, o processo no/pelo qual a mineração reforça a ideia de que os recursos naturais seriam, acima de tudo, mercadorias, sujeitas à exploração comercial. Em sentido semelhante, Andréa Zhouri, Paola Bolados e Edna Castro (2016) alcunham de “violência das afetações” o processo dinâmico e ramificado pelo qual as lógicas e práticas neoextrativistas causam danos relevantes a (isto é, afetam violentamente) ecossistemas, modos de sociabilidade, economias locais etc.

De acordo com Enrique Leff (2001), a busca indiscriminada pelo lucro assenta-se em uma lógica gerencial que visa maximizar o controle e a eficácia dos processos produtivos, gerando diversos “custos socioambientais” (Leff, 2001, p. 133). Fundado em um viés de cálculo e de dominação, tal paradigma implica o propósito de controlar uma ampla cadeia de produção e consumo, o que inclui a conquista da própria natureza, vista principalmente como fonte de rentabilidade. Ao advogar em favor da sustentabilidade, Leff (2001) propõe, como ideário alternativo ao modelo dominante, a “racionalidade ambiental”, um conjunto de valores e saberes que conjugam teoria e prática em uma perspectiva ecológica e humanista. Trata-se de uma racionalidade sustentável e de viés sistêmico, em resposta aos efeitos danosos que a racionalidade econômica tem causado sobre o planeta.

Esse duelo de perspectivas abriga/reflete, por certo, um contexto conflitivo multidimensional, articulado a diversos riscos e impactos socioambientais e a um complexo ambiente discursivo. Tipificar tais conflitos é tarefa sobre a qual se debruçam os pesquisadores Rachel Davis e Daniel Franks (2014), em pesquisa que analisa 50 projetos de energia e mineração em diferentes países e em fases distintas. A Figura 8

exibe as questões motivadoras de conflitos, conforme levantamento de Davis e Franks (2014). Tais motivos estão classificados em quatro categorias – as “mudanças social e cultural”; “econômica”; e “socioambiental”; e o “processo de mudança” –, e cada um dos motivos (ou seja, cada coluna) está dividido conforme a proporção em que, no âmbito de um conflito, atua como questão direta/próxima (“*proximate*”) ou subjacente (“*underlying*”). Os autores compreendem as questões diretas como estimuladoras de conflitos, e, por sua vez, as subjacentes são entendidas como as que não necessariamente fomentam situações conflituais, mas que, em algum grau, modificam o relacionamento entre as partes envolvidas. Um determinado motivo pode atuar como questão direta em certo conflito e como questão subjacente, em outro.

Figura 8 – Casos de Conflitos Empresas-Comunidades: questões próximas/questões em disputa (n = 50)



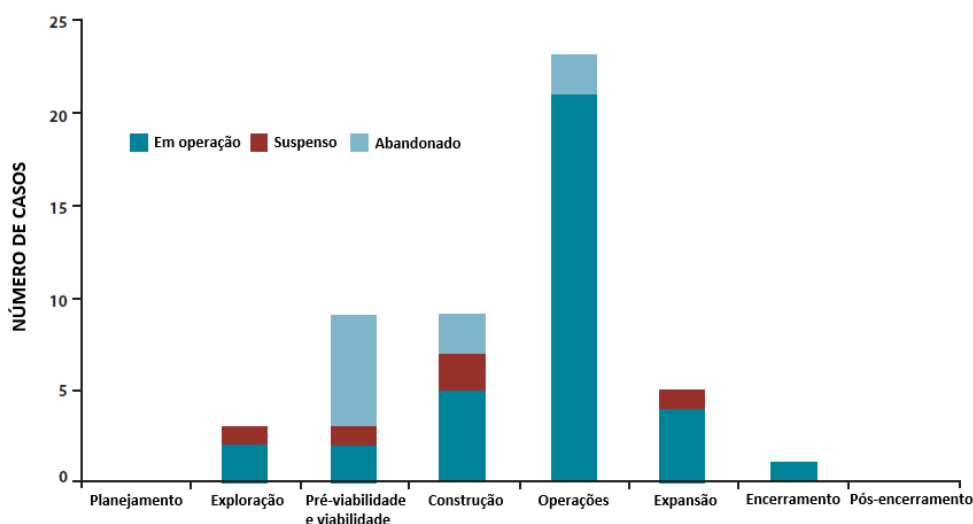
Fonte: Davis, Franks (2014, p. 17, tradução nossa)

Por meio do gráfico, os pesquisadores demonstram que questões ambientais – relacionadas, especificamente, à poluição (o empreendimento como fonte poluidora ou como redutor de poluentes) e ao acesso a/competição por recursos do meio ambiente (como os hídricos, por exemplo) – são as que, no *corpus* examinado, mais

desencadeiam conflitos (ou “questões em disputa”, conforme a terminologia empregada pelos autores). Na sequência, aparecem a falta de oportunidades para que as comunidades manifestem consentimento aos empreendimentos e aspectos relativos à saúde e à segurança dos moradores locais. Já as três principais questões subjacentes aos conflitos envolviam, respectivamente, a distribuição de benefícios dos projetos, mudanças na cultura e nos costumes locais e os processos de consulta e comunicação entre as empresas e as comunidades afetadas.

Na Figura 9, Davis e Franks (2014) exibem o quantitativo de conflitos em cada uma das fases de um empreendimento. Além disso, por meio de uma divisão no interior de cada coluna, é apresentada a proporção de casos em que tais conflitos redundaram em suspensão e/ou abandono dos projetos analisados – em relação a esses dois desfechos, o estudo sublinha que eles ocorreram preponderantemente nos estágios de “pré-análise e análise de viabilidade” e de “construção”. Já a fase de “operação” é, a larga distância das demais, a que reúne o maior quantitativo de conflitos.

Figura 9 – Casos de Conflitos Empresas-Comunidades: estágio operacional
(n = 50)



Fonte: Davis, Franks (2014, p. 18, tradução nossa)

Como podemos observar nas Figuras 8 e 9, há motivações e desfechos variados no amplo rol de situações conflituosas no qual/por meio do qual a mineração tende a atualizar-se. Trata-se de setor que, ao mobilizar uma pluralidade de públicos, fomenta

amplios impactos socioambientais, o que verificamos, por exemplo, quando são pesquisados referenciais sobre conflitos minerários na América Latina (em livros¹⁴⁸ e trabalhos acadêmicos, foi encontrada vasta bibliografia; a esse respeito, cabe observarmos que, ao levantarmos teses e dissertações produzidas no Brasil, foram localizados 51 trabalhos acerca de conflitos vinculados à mineração, em distintas áreas de conhecimento). Ainda que historicizar tais conflitos não esteja entre os objetivos da presente tese, parece pertinente registrar que constatamos uma alta incidência de casos controversos no âmbito da mineração latinoamericana – com diferentes gradações e especificidades. São casos ocorridos em países como Argentina, Brasil, Equador e Peru, envolvendo minérios como ferro, ouro, prata e zinco, motivados por empreendimentos propostos por mineradoras de grande porte (frequentemente estrangeiras, de países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra), com presença do poder público – seja como instância licenciadora, seja no papel de mediação entre os atores envolvidos, seja legislando, seja como autoridade policial coibindo manifestações, seja assumindo posição no tocante a determinado empreendimento – e ensejadores de ações como audiências públicas, abaixo-assinados, passeatas, greves, alterações legislativas e criação de coletivos, entre outras movimentações sociais.

Pensar na diversidade de tais conflitos passa por reconhecer que tamanha mobilização de públicos – agindo e retroagindo em torno dessas pautas – dá-se no âmbito de uma ampla temática (a mineração) em que, resguardados os excessos e ilegalidades, pode haver legitimidade nos argumentos tanto de críticos quanto de defensores. Nesse sentido, mesmo que certas práticas minerárias sejam refutadas consensualmente pela ciência – como o processo de queima de carvão mineral, devido à sua contribuição para as mudanças climáticas –, é forçoso observar que a mineração, *per se*, consiste em atividade relevante para a humanidade.

O viés exploratório fez-se/faz-se hegemônico na sociedade em geral, o que se reflete na mineração. Contudo, como costuma acontecer em contextos de dominação social, a trajetória da mineração é intrincada e constitui um percurso histórico em que

¹⁴⁸ A respeito dessa temática, foram encontradas diversas obras (como as de Alves; Carneiro; Souza; Trocate; Zonta (Orgs.), 2020; Araóz, 2020; Bacchetta, 2015; Cidse (Org.), 2009; Guimarães; Pereira (Orgs.), 2016; Malerba (Org.), 2014; Mandelli, 2020a; 2020b; Ocmal, 2011; Serra, 2018; Svampa, 2019; Svampa; Antonelli (Orgs.), 2009; Trocate; Coelho, 2020; Zhouri (Org.), 2018), parte das quais acionadas na presente pesquisa. Entre os resultados obtidos na busca, chama a atenção a presença numerosa de coletâneas de artigos, reunindo contribuições de vários pesquisadores latinoamericanos.

são travados constantes conflitos entre “vencedores” e “vencidos”. Mobiliza-se, aí, uma trama de sujeitos e grupos que se movimentam, protagonizando, em distintos lados, ações que visam à exploração, à mediação e à resistência. São conflitos diversos, complexos e, em parte dos casos, constituídos por especificidades exclusivas dessa atividade.

Nos conflitos minerários, diferentes forças mobilizam-se pelo/sobre o/em torno do território, o qual representa peça-chave quando buscamos compreender tais conflitos. Em todo o planeta, a mineração, especialmente a de média e a de larga escalas, implicou/implica disputas territoriais. A noção de conflito ambiental mostra-se uma chave de leitura profícua para pensarmos nas questões conflituais relacionadas ao território (ainda que, cabe pontuarmos, a presente pesquisa se proponha a mirar os conflitos de mineração não somente sob uma ótica eminentemente ambiental). Para Henri Acselrad (2004a, p. 26), o componente territorial está no cerne das discussões sobre conflitos ambientais, os quais, afirma, são “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território [...]”. Acselrad (2004a, p. 26) postula que tais conflitos originam-se a partir do momento em que ao menos um desses grupos sociais “tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

Em uma perspectiva histórica, o pesquisador ressalta que as sociedades, para se reproduzirem, têm elaborado diferentes processos de relação com o meio ambiente, os quais envolvem perspectivas distintas (e, com frequência, conflitantes) no que diz respeito a usar e significar os recursos naturais. Sob esse prisma, “a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva” (Acselrad, 2004b, p. 8) e materializa-se em inúmeros conflitos que se recriam constantemente. O autor destaca que as sociedades se reproduzem com base em relações sociais e em formas de apropriação do seu meio material e que essa apropriação se dá tanto para suprir restrições e necessidades quanto para projetar sentidos no mundo. Nessa disputa que perfaz os territórios, o meio ambiente atualiza-se como instância contestada “material e simbolicamente”, e “as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais” (Acselrad, 2004a, p. 19).

A concepção do território enquanto *locus* de embate material e simbólico, alinhada a perspectivas do materialismo histórico, reverbera em estudos de Milton Santos (2001; 2011), para quem o território vai além de sua base natural e “deve ser entendido como o território usado” (Santos, 2011, p. 5). Conforme o geógrafo, somente faz sentido analisar as questões territoriais considerando os usos praticados em um determinado chão e a influência identitária que as pessoas atribuem a esse local. Por isso, o autor compreende o território pelo prisma de seu permanente estado de transformação e de adaptação às circunstâncias, sob efeito de decisões e conflitos que acontecem nos níveis local, nacional e global e que repercutem na hierarquia dos usos do território.

A conexão que os grupos sociais estabelecem com os territórios conformam relações de pertencimento e de sociabilidade – ou, em outros termos, “o sentimento da territorialidade”, como explica Manuel Correia de Andrade (1998, p. 214). Para o autor, tal sentimento provém da consciência que os habitantes de um território desenvolvem sobre a sua participação nele e sobre algum nível de confraternização que tende a existir entre essas pessoas. Alterações no território, sublinha, têm potência de impactar a sensação de territorialidade, podendo, inclusive, suscitar, em determinados grupos, a desterritorialidade (ou seja, o afastamento subjetivo e objetivo do território, de modo compulsório). Para Arnaud Lecourt (2003), o nível de intensidade da territorialidade é uma das determinantes para a intensidade de um conflito, que é modulado também, na sua avaliação, pela ocorrência de oposição de princípios, isto é, quando certos usos propostos para o território contrariam frontalmente populações que lhe são vinculadas – como costuma ocorrer com projetos de energia nuclear, em exemplo fornecido pelo autor.

Em relação à dialética entre conflito e território, Lecourt (2003) acresce, ainda, dois pontos que parecem relevantes para a mirada aqui empreendida. O primeiro deles é a ideia de que o território ocasiona o conflito, e o segundo, a proposição de que o conflito engendra a territorialidade. A respeito do primeiro tópico, o autor argumenta que a apropriação e a proximidade de um grupo para com um território fomentam, nesse grupo, o sentimento de legitimidade em relação a esse local e que, quando outro grupo se lança no sentido de reivindicar o uso desse espaço, dá-se uma oposição de legitimidades, atravessada por relações de poder. De outra parte, no que concerne à

segunda observação, o pesquisador defende que a própria existência de um conflito pode suscitar, em um grupo social, o sentimento de pertencimento ao local, criando ou, até mesmo, modificando territorialidades.

A visão do território pela via de seus usos e das relações que as pessoas nele/com ele estabelecem ajuda a compreender propriedades e desdobramentos das disputas ambientais e territoriais. Ao postular que o território “define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder”, Rogério Haesbaert (2011, p. 54) reflete acerca de conflitos que implicam perdas territoriais, precarizando as condições sociais para alguns grupos. O autor considera que tais perdas configuram processos de desterritorialização e, para exemplificá-los, aborda os casos de agricultores sem-terra e de povos indígenas. De acordo com Haesbaert (2011), o significado de território, para os sem-terra, tende a estar atrelado ao trabalho e ao sustento material, razão pela qual, para esse grupo, a desterritorialização tem consequências primeiramente econômicas, ainda que suscite, também, violações outras, de natureza simbólica. O pesquisador estabelece comparação com os povos indígenas, para quem a experiência territorial envolve, além dos aspectos de subsistência, vínculos simbólicos essenciais (de caráter holístico, religioso e identitário) com o espaço em que se vive, e, quando tais vínculos são agredidos, podem ser gerados impactos substanciais nos modos de vida dessas pessoas. No que tange à perda de território, os sem-terra e os indígenas têm em comum o fato de que, ao vivenciarem casos de desterritorialização, sofrem “um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (Haesbaert, 2011, p. 68).

Trata-se de dois grupos sociais (cada um com suas especificidades e subdivisões) que estão, frequentemente, envolvidos em lutas territoriais, parte das quais desencadeadas pela mineração¹⁴⁹. Dessas lutas, tais populações costumam participar a despeito de sua vontade, pois que, por desejarem viver em certos locais, representam entraves para o avanço de determinados projetos – e esses grupos minoritários, uma vez impelidos para essa guerra, nela se engajam com os recursos de que dispõem.

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2019/08/os-assentamentos-de-reforma-agraria-estao-sob-ataque-no-rs/>> e <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/03/02/mineracao-em-terras-indigenas-ocupa-area-maior-que-estado-do-rio-diz-livro.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O termo “guerra”, aqui, provém de obra de Santos (2001) acerca da disputa que empresas de médio e grande portes mobilizam quando pretendem instalar-se em algumas localidades. O pesquisador observa que, além da guerra fiscal entre municípios e entre estados para sediarem empreendimentos (prometendo vantagens como isenção de impostos), há, por parte do empreendedor e de seus aliados, um esforço – ou uma “guerra”, como avalia Santos (2001, p. 40) – no sentido de criar condições para tornar uma localidade atrativa aos interesses da empresa.

A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares ‘produtivos’. [...] Desse ponto de vista, cada lugar, como cada região, deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastam ou atraem atividades em dado momento. (Santos, 2001, p. 40, aspas no original)

Essa guerra compreende negociações que envolvem, entre outros fatores, disputas territoriais com populações circunvizinhas à área onde se pretende empreender. Grandes empreendimentos, como os de mineração, provocam impactos no território que implicam, além da desterritorialização de populações historicamente marginalizadas (como os sem-terra e os indígenas), a reterritorialização de outros grupos, haja vista as migrações desencadeadas por esses projetos – de trabalhadores diretos e indiretos a microempreendedores – e a valorização imobiliária das propriedades do entorno (bem como a sua desvalorização quando da desinstalação do empreendimento ou quando do risco/da ocorrência de acidentes) (Ribeiro, 2016).

6.1.2. Variáveis discursivo-contextuais 1 e 2

Diante da contextualização aqui empreendida, torna-se possível identificar as *primeiras duas variáveis discursivo-contextuais* da mineração com potencial de influenciar debates públicos do setor e, especificamente, o da Mina Guaíba:

1) o embate entre as racionalidades econômica, ancorada no paradigma (neo)extrativista/(neco)capitalista, e ambiental, voltada à preservação sustentável;

2) o território na perspectiva do conflito.

A respeito dessas variáveis, cabe efetuarmos algumas ponderações. O debate público a respeito da Mina Guaíba não inaugura, por certo, o arcabouço conflitivo que tensiona as racionalidades econômica e ambiental (Leff, 2001). Trata-se, sim, de um caso que, a seu modo, reverbera e retrabalha questões que são bastante anteriores a ele e que, inclusive, extrapolam o setor de mineração (envolvendo, nas agendas local, regional e global, uma variedade de temáticas, pessoas, organizações e movimentos).

Se pensarmos nesse caso em diálogo apenas com a problemática minerária, parece fazer sentido considerá-lo um desdobramento recente do histórico global de exploração e de conflitos – um histórico ostensivamente enraizado, por exemplo, na América Latina. Ou seja, trata-se de episódio inserido nesse/influenciado por esse contexto, o qual, com efeito, é variável – ao fertilizar novos caminhos para o extrativismo (Gudynas, 2009) e, no limite, para o capitalismo (Banerjee, 2008) – e parece perfazer uma ordem do discurso, à medida que reflete práticas hegemônicas atreladas à supremacia do capital.

O duelo entre as racionalidades supracitadas atualiza-se no debate da Mina Guaíba quando, por exemplo, os favoráveis ao megaempreendimento defendem que a sua instalação demandaria o reassentamento de agricultores e a conseqüente afetação da agricultura familiar por eles mantida, e os contrários alegam que o projeto pretende avançar em direção oposta à da preservação ambiental, priorizada em outras cidades do mundo. Ambos os polos, ao se tensionarem, atualizam relações entre forças sociais cujo antagonismo é antigo e, portanto, antecede consideravelmente o caso da Mina Guaíba. Assim, os sujeitos em disputa no debate em questão parecem alicerçar suas ideias em valores maiores, já trabalhados em outros debates (tanto da mineração como de outras áreas): se os contrários advogam que a chegada do empreendimento e seus potenciais danos agridem a busca por um mundo com mais sustentabilidade, os favoráveis tentam naturalizar violentas afetações (Zhourri; Bolados; Castro, 2016) – como a remoção de agricultores assentados – para abrir passagem a ideais supostamente indiscutíveis, tais como o progresso e o desenvolvimento econômico.

Tal embate de visões materializa-se, de modo exemplar, em questões territoriais. Considerando que o território consiste naquilo que se faz dele/nele (Santos, 2011) e que o mesmo se torna objeto de conflito a partir das diferentes perspectivas sobre o seu uso

(Acsehrad, 2004a; 2004b), é interessante observarmos a vocação da mineração em provocar colisões de interesses a respeito da utilização de certas áreas. Enquanto determinadas populações desejam permanecer em territórios que ocupam – mantendo, aí, seus modos de vida, em termos sociais, econômicos, culturais, religiosos etc. –, outros grupos sentem-se autorizados a requerer a posse e o direito de explorar esses espaços. Eis uma das razões pelas quais, conforme Lecourt (2003), o território engendra relações conflituais, alimentadas pela legitimidade que as forças em litígio compartilham e acreditam possuir a respeito do território e que as levam a reivindicá-lo.

O conflito territorial tende a fomentar sentimentos como o de territorialidade (Andrade, 1998; Lecourt, 2003), que pode ser exemplificado com a situação dos sem-terra. A instalação da Mina Guaíba exigiria a remoção do assentamento Apolônio de Carvalho, uma área de reforma agrária concedida pelo Incra a agricultores provenientes do MST. Enquanto grupo social intrinsecamente envolvido em lutas territoriais, os sem-terra mobilizam-se pela distribuição justa da terra, porém, mesmo quando uma parcela territorial é conquistada, como no caso do referido assentamento, novos obstáculos se impõem, revitimizando aqueles agricultores – que, novamente em sua trajetória de vida, precisam lidar com incertezas quanto à sua subsistência e à sua fixação territorial. Em linha com Lecourt (2003), para quem o conflito trama territorialidade (a sensação de pertencimento geográfico), não parece acaso que os agricultores envolvidos no debate acionem discursivamente não apenas os vínculos econômicos mantidos para com a terra que habitam, mas também aqueles de ordem mais simbólica, como as relações comunitárias estabelecidas no/por meio do local.

Na mesma direção, os representantes das aldeias indígenas próximas da área que seria minerada – não consultados sobre o empreendimento, nem incluídos em levantamentos do EIA/Rima – mobilizam-se para debater os temas que lhes afetam e para defender seus direitos. Os sem-terra e os indígenas, populações historicamente vitimizadas por processos de desterritorialização (Haesbaert, 2011), convertem-se, assim, em personagens emblemáticos do debate público da Mina Guaíba, especialmente sob a perspectiva territorial.

A respeito das questões de território, faz-se pertinente anotarmos, também, as disputas travadas, no âmbito do debate, sobre que porções territoriais receberiam

impactos da mina. Adquiriram proeminência, nesse processo, movimentos de defesa sobre o Delta do Jacuí, área de preservação ambiental vizinha à área projetada para a mina, e, especialmente, sobre Porto Alegre. Elevada discursivamente (embora não oficialmente) à condição de localidade diretamente afetada pelo empreendimento, a cidade ofertou certo robustecimento às dimensões do próprio debate, uma vez que este passou, assim, a circunscrever, entre seus objetos, a capital do estado.

6.2. Os impactos e/sob o prisma científico

A próxima discussão toma como ponto de partida os argumentos do debate que versam sobre impactos positivos e negativos atribuídos à mineração em geral e à Mina Guaíba em particular, e que, para tanto, acionam discursivamente bases científicas. Integram esse conjunto os argumentos dispostos no Quadro 5, a seguir (separados por contrários e favoráveis; não foram registrados argumentos de moderadores-mediadores a respeito dessas temáticas):

Quadro 5 – Argumentos sobre riscos/benefícios e ciência

Posicionamento	Argumentos
Contrário	<ul style="list-style-type: none"> - EIA/Rima omite e distorce dados, especialmente sobre o potencial poluidor do empreendimento em relação a água, ar, solo e vegetação; - O empreendimento geraria drenagem ácida de mina e um domo de poeira sobre a região, bem como altos níveis de poluição atmosférica e impactos à fauna e à flora de uma reserva ecológica; - Há riscos ao meio ambiente de outras cidades, como Porto Alegre; - A mineração de carvão é, por natureza, degradadora do meio ambiente; - A mineração de carvão vem gerando danos socioambientais no estado de Santa Catarina; - A poluição decorrente da exploração de carvão é danosa à saúde,

	<p>afetando principalmente crianças e idosos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há casos de trabalhadores da Região Carbonífera adoecidos pelo contato com carvão; - Mina impactaria emergência climática, por meio da queima de carvão; - Instalar um empreendimento de carvão contrariaria o consenso científico sobre a contribuição da indústria carbonífera para as mudanças climáticas; - Os impostos não surtem efeito na Região Carbonífera, que possui índices socioeconômicos inferiores à média do estado; - A agricultura existente na área a ser minerada também gera empregos, que seriam perdidos em razão da mina; - A mineração tem histórico de sonegação e renúncias fiscais; - A preservação da vida e do meio ambiente é mais importante do que os empregos.
Favorável	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os possíveis impactos positivos e negativos foram cientificamente projetados, e os negativos, por meio de tecnologia e diálogo com a comunidade, seriam reparados/compensados; - EIA/Rima foi elaborado por uma equipe de profissionais extensa e qualificada; - Instalada a mina, a Copelmi realizaria constante monitoramento de fontes de poluição; - Testes comprovaram que não seriam liberados metais pesados durante a operação da mina; - Há tecnologia capaz de mitigar a poluição da indústria carbonífera;

	<ul style="list-style-type: none"> - O uso de tecnologia amenizaria a emissão de CO₂; - A Mina Guaíba vai gerar empregos; - O setor de mineração gera empregos; - A falta de empregos causa fome e miséria; - A mina vai arrecadar tributos para o erário público; - A Região Carbonífera teria índices socioeconômicos piores se não houvesse a contribuição da mineração.
--	--

Fonte: elaborado pelo autor

O próximo subcapítulo traz elementos que compõem o contexto desses temas, visando aportar subsídios para a nossa discussão.

6.2.1. Contextualização: implicações efetivadas e projetadas na/pela mineração

Ao elencar os principais impactos comumente gerados por empreendimentos de mineração de grande porte, Ribeiro (2016) cita alguns efeitos positivos (ou, melhor dito, parcialmente positivos, visto que podem ser problematizados quando questionamos, por exemplo, o legado deixado quando um empreendimento do setor é encerrado). Entre eles, estão o aumento da arrecadação de impostos, a oferta de empregos diretos e indiretos e a geração de empresas/negócios paralelos, esta a fim de fornecer apoio à mineradora e/ou aos trabalhadores.

De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), organização privada que se define como “representante do setor e porta-voz da mineração brasileira”¹⁵⁰, o setor mineral do país empregou, no ano de 2022, 204 mil pessoas diretamente e 2,25 milhões de forma indireta, o que representa cerca de 11 empregos indiretos para cada direto. Ainda conforme dados apresentados pelo instituto, a mineração nacional, naquele ano, faturou R\$ 250 bilhões, contribuiu com 40% de todo

¹⁵⁰ Disponível em: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Infografico_Minerao_em_Numeros-2022_Atualizado_Somente-o-Ano-1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

o saldo comercial brasileiro (US\$ 24,9 bilhões de US\$ 61,8 bilhões) e pagou R\$ 86,2 bilhões em impostos. Todavia, há, também, tributos dos quais o setor parece se esquivar: estudo¹⁵¹ do Instituto Justiça Fiscal, composto por profissionais da Receita Federal, estima que mineradoras brasileiras teriam deixado de pagar, entre os anos de 2017 e 2020, R\$ 25,2 bilhões (cerca de US\$ 5 bilhões) em impostos. A evasão fiscal seria procedente, segundo a investigação, de subfaturamento nos valores de exportações.

A despeito do não pagamento de impostos por parte do setor, a Vale, maior companhia de mineração do país, beneficiou-se, em 2021, de R\$ 19,2 bilhões em isenções tributárias federais, ficando atrás, entre as empresas brasileiras, apenas da Petrobras, esta com R\$ 29,5 bilhões, conforme a Receita Federal¹⁵². Organização incontornável em reflexões sobre mineração de larga escala, a Vale ilustra outro fenômeno típico relacionado ao setor: a minero-dependência. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2020), a minero-dependência acontece em localidades que se desenvolvem em função da exploração de recursos naturais, conjuntura que propicia vantagens econômicas àqueles territórios. Essa exploração, conforme o instituto, “permite a produção de riqueza em níveis muito superiores àquela que seria obtida por meio do desenvolvimento regular das forças produtivas locais” (Ipea, 2020, p. 111) – acarretando, contudo, baixa diversificação da economia, tanto por falta de estímulo do poder público quanto por ausência de alternativas para a população desses locais. Em estudo sobre a minero-dependência em Brumadinho (MG) nos cinco anos anteriores ao desastre de 2018, promovido pela Vale, o Ipea (2020) identificou, no município, alta elasticidade do emprego formal devida às oscilações do mercado de minério de ferro e forte presença tributária da mineração nas contas públicas – a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), um dos impostos pagos pelo setor, respondia por cerca de um terço a um quarto das transferências correntes da receita municipal.

A relação de dependência não se restringe, por certo, a fatores econômicos, uma vez que se reflete, também, na estrutura da sociedade local, na organização do espaço social, nas relações intra e intermunicipais, entre outras questões. Estudo recente de

¹⁵¹ Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/17/mineradoras-deixam-de-pagar-us-12-bi-por-ano-em-impostos-diz-entidade.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁵² Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/19/beneficios-fiscais.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Marlene Pereira Machado (2023), sobre a expectativa do município de Itabira (MG) em relação a dois acontecimentos (a exaustão de minas de ferro e o risco de rompimento de barragens), evidencia o drama vivido por localidades nas quais a geração de riquezas proveniente da mineração contrasta com o perigo de colapso na economia local em caso de descontinuidade de empreendimentos minerários.

Ainda que a ocorrência de um determinado recurso natural em um local represente um privilégio (e, sob certo aspecto, uma bênção), há abordagens teóricas que a consideram uma maldição. Na perspectiva da “maldição dos recursos naturais” (Auty, 1993; Ross, 2015; Baptista, 2019), parte-se do princípio de que a abundância de um recurso e os benefícios econômicos dela decorrentes não se dissociam de um conjunto de efeitos adversos, tais como riscos ao meio ambiente, baixa estabilidade política e institucional, desemprego e condições de trabalho inadequadas, entre outras desvantagens.

A esse ponto, parece profícuo pensarmos nos efeitos transformadores que a mineração exerce sobre o ambiente natural e social. Sob a alegação de que a compensação se dá via benefícios econômicos, lugares e pessoas passam por profundas mudanças para servirem à exploração minerária. No caso de moradores e trabalhadores envolvidos, ainda que possamos identificar uma relação de interesse mútuo para com a mineração, tal interesse, para essas pessoas, parece estar relacionado especialmente à necessidade primária de subsistência. Como exemplo disso, citamos, aqui, um fato que, à primeira vista, pode causar estranhamento: quatro meses após o desastre socioambiental de Mariana (MG) – que foi causado pela Samarco e, entre diversas consequências, provocou o encerramento temporário das atividades da mineradora –, parte da população daquele município promoveu manifestações públicas contrárias ao fechamento da empresa¹⁵³. Entretanto, a despeito de eventuais constrangimentos que o desastre possa ter causado àqueles manifestantes, eles não conseguiram identificar alternativas além de reivindicar a reabertura de uma empresa de relevância econômica basilar para o município.

¹⁵³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/manifestacao-em-mariana-pede-retorno-das-atividades-da-samarco.html>> e <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/protesto-pede-volta-das-atividades-da-samarco-em-mariana.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Quando um empreendimento minerário deixa de operar, tende a gerar impactos expressivos (o que, importa frisarmos, costuma ocorrer durante toda a sua existência, desde a fase de instalação). Um caso que exemplifica o que acontece quando a mineração se desinstala está no Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1865 e 1996, a exploração de uma jazida de cobre movimentou o distrito de Minas do Camaquã, no município de Caçapava do Sul. De acordo com reportagem do *site* GZH (2020), a localidade viveu décadas de bonança: no período mais próspero, os cerca de 5 mil habitantes dispunham gratuitamente de casa, luz, água, transporte e lazer, e havia comida a preço de custo, além de hospital, cinema, clube social, eventos e visitas de celebridades. Na década de 1990, a maior parte da população deixou a vila após o fim da mineração, e, à época de produção da citada reportagem (fevereiro de 2020), restavam no local aproximadamente 500 moradores e prédios em ruínas ou vazios.

A história definha a céu aberto. A praça ao redor do Cine Rodeio, com a porta vaivém lacrada, as janelas quebradas e o letreiro caindo aos pedaços, tornou-se um campo minado de fezes de gado, cavalos e porcos que hoje circulam soltos pela área. Uma das vilas onde viviam parte dos trabalhadores conta apenas com carcaças de imóveis, tomadas pela vegetação. O hospital foi resumido a um posto de saúde com enfermeira e motorista, que recebe a visita de um médico esporadicamente. Os pequenos comércios passam a maior parte do tempo às moscas. (GZH, 2020)

Como visto, a sustentação econômica de comunidades minero-dependentes atualiza-se de maneira instável, uma vez que está condicionada a fatores como o fechamento de uma jazida/mineradora (após um desastre, por exemplo), as variações de mercado, a exaustão dos recursos naturais minerados, entre outros. Cumpre questionarmos, nessa seara, o quanto a mineração consegue, em médio e longo prazos, garantir o sustento das pessoas nela envolvidas, especialmente as que são economicamente menos privilegiadas.

Assentada sobre pressupostos extrativistas, a atividade mineral “é, por sua natureza, não permanente e volátil” (Enríquez; Fernandes; Alamino, 2011, p. 9), visto que costuma operar até que o recurso retirado seja exaurido ou enquanto tal extração se mostra operacionalmente viável e financeiramente conveniente. Mesmo organizações minerárias sólidas e duradouras podem deparar-se com situações de abalo, como ocorreu com a supracitada Vale nos desastres de Mariana e Brumadinho.

A temática da sustentação econômica apresenta-se como uma chave de entrada produtiva para abordarmos os riscos aos quais, em nome de benefícios financeiros, as comunidades ficam sujeitas quando impactadas pela mineração. Além do risco que, como visto anteriormente, reside no próprio encerramento de um ciclo minerário, um empreendimento do setor pressupõe uma série de outros potenciais impactos, de ordem socioambiental. A noção de “risco” apresenta-se, assim, como relevante nesse processo, pautando lados opostos no âmbito da arena discursiva sobre mineração. Vive-se atualmente, para Ulrich Beck (2010), na Sociedade de Risco¹⁵⁴ – ao compreender o risco como peça-chave da modernidade, o autor assinala que a racionalidade industrial cria e legitima ameaças crescentemente danosas à humanidade, por meio de atitudes e omissões individuais e/ou institucionais. De matriz antropogênica, tais ameaças são visíveis e crescentes em nível global, dizem da presença, transversal e conformadora, do risco na sociedade contemporânea (Beck, 2010) e, no caso da mineração, guardam relação direta com os processos que lhe são inerentes (tanto aqueles típicos da mineração quanto os que estão associados a ela e, ao mesmo tempo, a outras atividades).

Entre os riscos socioambientais dos grandes empreendimentos do setor, Ribeiro (2016, ps. 58-61) refere, por exemplo, as ameaças ao ar, solo, água, fauna e flora, a desorganização dos modos de vida locais, a ampliação dos casos de doenças e de violência, perdas de patrimônio histórico e cultural, sobrecarga na infraestrutura de saúde, educação e logística etc. A lista de possíveis impactos é extensa e, por certo, atravessa e articula fatores econômicos, políticos, socioambientais e científicos, entre outros.

Entre os riscos ocasionados pela mineração e, especificamente, pela indústria carbonífera, chamam a atenção, pela sua gravidade, os impactos à saúde. Em relação a comunidades vizinhas aos empreendimentos, há, além de riscos de poluição do ecossistema local, impactos diretos relacionados à geração de doenças e de mortalidade. Tais implicações podem ser mensuradas com base em resultados de dois levantamentos realizados por entidades ambientalistas, que verificaram os impactos da indústria

¹⁵⁴ O pesquisador alemão elaborou tal conceito em diálogo com o de Modernização Reflexiva, proposto por Anthony Giddens (1991). Para o britânico, a modernidade, desencadeada pelo avanço da industrialização na Europa do século XVIII, sempre esteve marcada por atualizações e questionamentos – a essa condição de permanente mutabilidade, o autor se refere como reflexividade.

carbonífera na saúde pública da Índia e dos Estados Unidos. O primeiro deles¹⁵⁵ aponta que, nos anos de 2011 e 2012, a poluição emitida pela indústria de carvão na Índia causou entre 80 e 115 mil mortes prematuras (ou seja, ocorridas antes de atingir-se a expectativa de vida da população local) e mais de 20 milhões de casos de asma (à época, o país contava com 1,2 bilhão de habitantes e tinha 66% de sua energia gerada por carvão – atualmente, esse índice elevou-se para 73%¹⁵⁶). O segundo levantamento¹⁵⁷ informa que, nos Estados Unidos, acontecem, em média, cerca de 3.800 mortes prematuras decorrentes da poluição carbonífera.

No tocante aos trabalhadores, conforme historiciza Bruno Mandelli (2020a), a ascensão do capitalismo industrial na Europa do século XIX levou as minas de carvão a intensificarem suas operações. As galerias abafadas e instáveis e o ritmo acelerado de produção ensejavam doenças respiratórias, fadiga e acidentes de trabalho, inclusive fatais¹⁵⁸. Alfredo Menéndez Navarro (2016, p. 31, tradução nossa) anota que a antracose (também denominada pneumoconiose), doença pulmonar causada pelo acúmulo de carbono ou de pó de carvão inalados, foi “a principal causa de morte no trabalho durante o século XX”¹⁵⁹.

Mandelli (2020a) aponta que, ao longo do século passado, o crescimento da extração do minério, ainda que bastante lucrativo para seus proprietários, não se refletiu em dignidade para os trabalhadores, que exerciam seu ofício em condições precárias. Trabalho infantil e de idosos, por exemplo, era recorrente em atividades de intenso esforço físico. Conforme o autor, há registros de que, em meados do século XX, a jornada de trabalho chegava a até 16 horas no subsolo das minas de São Jerônimo (RS)

¹⁵⁵ Publicado em 2012, o levantamento foi desenvolvido pelas entidades ambientais Conservation Action Trust, Urban Emissions.info e Greenpeace Índia. Disponível em: <<http://cat.org.in/wp-content/uploads/2017/03/Coal-Kills-An-Assessment-of-Death-and-Disease-caused-by-Indias-Dirtiest-Energy-Source.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://www.publico.pt/2022/11/09/azul/noticia/india-avisa-nao-consegue-abrir-mao-carvao-2040-2027105>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁵⁷ De autoria da organização ambientalista Sierra Club Foudation, o estudo é de 2023. Disponível em: <<https://coal.sierraclub.org/sites/nat-coal/files/Out%20of%20Control%20coal%20mortality%20report%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁵⁸ O livro de ficção “Germinal”, de Émile Zola (2008), publicado originalmente no ano de 1885, descreve as precárias condições de trabalho e a situação social de miséria vivenciadas pelos mineiros de carvão na França, no século XIX.

¹⁵⁹ No original: “Aunque las neumoconiosis parecen haber desaparecido de la memoria colectiva como amenazas a la salud de los trabajadores en muchos países, la patología respiratoria derivada de la inhalación de distintas sustancias pulvígenas ha sido la principal causa de muerte en el trabajo durante el siglo XX”.

e Criciúma (SC). O pesquisador sublinha que, embora a legislação trabalhista, a fiscalização e as condições de trabalho tenham progredido desde então, a mineração de carvão permanece sendo uma prática de risco, “incluída na lista de atividades de maior insalubridade e periculosidade, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Ministério do Trabalho” (Mandelli, 2020b, p. 22).

Parece evidente o poder da mineração de causar estragos, a despeito de eventuais benefícios que propicie. Trata-se de atividade inevitavelmente danosa. O carvão é um dos minérios reconhecidos pelas consequências negativas de sua exploração, e uma delas (a mais célebre, possivelmente) reside no fator poluição. Nas palavras de Luiz Marques (2015), o carvão é “o mais poluente dos combustíveis fósseis”, uma vez que “polui o ar, as águas e os solos em todas as fases de seu ciclo industrial, da extração ao transporte, à lavagem, à queima, aos rejeitos após a queima e aos impactos ambientais das minas abandonadas” (Marques, 2015, p. 265).

Diante do atual consenso da ciência acerca dos prejuízos ambientais gerados pelos processos de exploração, beneficiamento e uso energético do carvão, a cadeia industrial vigente em torno dele vivencia, cada vez mais, pressões associadas a essa contestação científica, notadamente levando em conta que a queima desse combustível fóssil colabora para a emergência climática global. Assim, um dos principais fatores que deverão determinar o nível de sobrevivência desse tipo de mineração parece ser a forma com que lida(rá) com as críticas e os movimentos que lhe são contrários.

No que toca ao risco representado pela contribuição do carvão (e, de modo geral, dos combustíveis fósseis) para as mudanças climáticas, importa frisarmos que se trata de cenário com amplo lastro científico, exemplificado por reiterados relatórios do IPCC, da ONU – dos quais, o mais recente¹⁶⁰ (até o fechamento desta tese, em fevereiro de 2024) foi lançado em março de 2023. De acordo com Cylon Gonçalves da Silva (2010), os combustíveis fósseis (ou seja, o petróleo, o carvão mineral, o gás natural, entre outros), quando queimados industrialmente (para produção de energia, por exemplo), liberam os chamados gases do efeito estufa, principalmente dióxido de carbono – mais conhecido como gás carbônico e cuja fórmula é CO₂. Tais emissões, conforme o autor,

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

agravam o efeito estufa, o qual, por si só, é um fenômeno natural: uma camada de gases (como o CO₂), responsável por reter parte do calor na Terra e, assim, conservar o clima planetário sob temperaturas adequadas. De caráter antrópico, a referida emissão desses gases aumenta a sua concentração na atmosfera, mantendo mais calor do que o necessário no planeta e gerando, assim, o aquecimento global.

O pesquisador explica, ainda, que outra característica dos combustíveis fósseis – a sua condição de não renováveis – provém de seu processo de fossilização, ou seja, da transformação e da preservação naturais havidas ao longo de milhões de anos. No caso do carvão mineral, Silva (2010) remonta sua origem à era carbonífera, “que durou cerca de 60 milhões de anos e acabou há 300 milhões de anos” e durante a qual “o acúmulo de material vegetal em condições climáticas favoráveis levou à formação dos grandes depósitos de carvão que hoje exploramos” (Silva, 2010, p. 66).

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) demonstra, nesse sentido, o desequilíbrio ambiental – e, no limite, a involução – que a ação humana desencadeia ao promover a devolução de carbono fossilizado à atmosfera.

[...] com o uso generalizado dos combustíveis fósseis, se está devolvendo à atmosfera substâncias químicas que o próprio petróleo e carvão, enquanto fósseis, abrigam em seus corpos. Assim, o carbono, que com a ajuda da fotossíntese havia sido feito corpo vivo, depositado a grandes profundidades, submetido a enormes pressões e temperaturas durante o tempo que se conta em milhões de anos (tempo geológico), tornou-se carvão e petróleo que, hoje, explodimos (motor a explosão), devolvendo à atmosfera aquilo que dela havia sido retirado. Saliente-se que a retirada dessas substâncias químicas que ficaram mineralizadas no petróleo e no carvão, sobretudo o gás carbônico absorvido, diminuíram o efeito estufa, tornando possível as temperaturas aos níveis atuais e, deste modo, a evolução da vida tal como a conhecemos. A devolução dessas substâncias à atmosfera faz aumentar novamente o efeito estufa, alterando as condições de vida. (Porto-Gonçalves, 2017, p. 328).

Entidades internacionais, como a ONU, têm emitido alertas enfáticos e sucessivos a respeito do tema. Além dos supracitados relatórios do IPCC, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, tem se expressado de forma contundente sobre o agravamento da emergência climática. Nesse sentido, ele já declarou, por exemplo, que “ou paramos com esse vício em carvão ou todos os nossos esforços para combater as mudanças climáticas estarão condenados” (tradução nossa)¹⁶¹; que o “vício

¹⁶¹ No original: “Either we stop this addiction to coal or all our efforts to tackle climate change will be doomed”. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2019-12-02/secretary->

em combustíveis fósseis” leva a humanidade a ter de escolher entre “ação coletiva ou suicídio coletivo”¹⁶²; que “estamos no caminho para o inferno climático”¹⁶³; que as mudanças climáticas estão “fora de controle” e podem conduzir o planeta a um “ponto catastrófico”¹⁶⁴; que o atual estágio é “aterrorizante” e configura a “era da ebulição global”¹⁶⁵; e, recentemente, por ocasião da COP 28 (a conferência do clima da ONU, realizada no fim de 2023 e citada na introdução desta tese), que o mundo vive um “colapso climático em tempo real”, visto 2023 ter sido o ano mais quente da história¹⁶⁶.

Em meio a esse conjunto de declarações categóricas, as Nações Unidas, também por meio de seu secretário-geral, vêm criticando a concessão de subsídios públicos para a exploração de combustíveis fósseis. É o que notamos, por exemplo, em uma fala¹⁶⁷ na qual António Guterres, além de alertar que a humanidade vem “cavando a sua própria sepultura” ao “tratar a natureza como uma privada”, defendeu a revisão de políticas climáticas por parte do conjunto de nações, “até que fique garantido que permanecerá em 1,5 grau, *até que os subsídios aos combustíveis fósseis acabem*, até que haja um preço para o dióxido de carbono e até que o carvão seja eliminado gradualmente” (grifo nosso). A referência aos subsídios públicos se dá em um contexto em que, apesar das mudanças climáticas, houve, no ano de 2022, um recorde nos subsídios aos combustíveis fósseis em nível global, chegando a US\$ 7 trilhões (o equivalente a R\$ 34,17 trilhões), segundo o Fundo Monetário Internacional¹⁶⁸. No Brasil, uma das

[generals-remarks-opening-ceremony-of-un-climate-change-conference-cop25-delivered](#)>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶² Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/humanidade-esta-a-beira-de-suicidio-coletivo-devido-ao-clima-alerta-onu.240f0e2f02c3f704543673a72cd8db11a4sohxi.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/07/estamos-no-caminho-para-o-inferno-climatico-alerta-guterres-na-cop-27.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/07/07/secretario-geral-da-onu-diz-que-as-mudancas-climaticas-estao-fora-de-controle.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/07/a-era-da-ebulicao-global-chegou-afirma-secretario-geral-da-onu.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/11/mundo-vive-colapso-climatico-e-2023-sera-o-ano-mais-quente-da-historia-diz-onu.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶⁷ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-01/antonio-guterres-chega-de-tratar-a-natureza-como-uma-privada-estamos-cavando-nossas-sepulturas.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶⁸ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/subsidios-para-combustiveis-fosseis-atingem-recorde-de-us-7-trilhoes-em-meio-a-luta-contra-mudancas-climaticas/#:~:text=Subs%C3%ADdios%20para%20combust%C3%ADveis%20f%C3%B3sseis%20atingem,contra%20mudan%C3%A7as%20clim%C3%A1ticas%20%7C%20CNN%20Brasil>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

maiores fontes de subsídio ao setor de mineração é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)¹⁶⁹, que, em 2023, tinha previsão de destinar R\$ 35 bilhões a alguns segmentos, entre eles o de carvão mineral. A maior parte desse montante provém dos consumidores de energia elétrica no país, via taxa embutida na conta de luz.

O tema da emergência climática global, indissociável dos debates atualmente travados acerca dos combustíveis fósseis, impõe-se sob a égide de consenso científico, para o qual converge, em todo o planeta, um contingente maciço de pesquisadores (embora haja movimentos que tentam deslegitimar esse consenso, como exposto adiante). O tema tem sido amplamente divulgado, por iniciativa de cientistas e de outros porta-vozes, como movimentos ambientalistas e a própria ONU. As manifestações públicas sobre o assunto, ao partirem de constatações cientificamente atestadas, valem-se, ainda que não unicamente, de argumentos oriundos da ciência e, mais, de estratégias discursivas que constituem o discurso científico – o qual reveste não apenas as falas acerca de mudanças climáticas, mas também de outros tópicos, inclusive no âmbito de debates sobre mineração.

Ainda que o discurso científico transpasse diversas questões relacionadas à mineração, assume protagonismo aqui, neste subcapítulo, devido especialmente à sua relação indissociável com o tema da emergência climática, diretamente relacionado aos impactos ambientais da mineração de carvão e atravessado por disputas argumentativas entre as abordagens científica e negacionista. Ao estudar a construção discursiva da ciência, Bruno Latour (2011) identifica duas faces do discurso científico: a ciência pronta e a ciência em construção. Para o autor, a ciência pronta diz respeito a saberes considerados corretos, comprovados e incontestáveis, representados pela figura de uma caixa-preta, ou seja, um fato fechado em si mesmo, que, pela sua própria existência, cria condições para que outras caixas-pretas possam ser abertas e para que, assim, a ciência consiga obter avanços. A ciência em construção, por sua vez, está relacionada, conforme o pesquisador, aos processos de formulação do discurso científico, considerando a ciência como uma arena dinâmica de embates e interesses, na qual o conteúdo de caixas-pretas é disputado. Latour (2011) explica que, quando se dá uma

¹⁶⁹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2023/03/consumidores-pagarao-r-296-bilhoes-em-subsidios-nas-contas-de-luz-em-2023-cleyfg91y001701e90cyudjcy.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

disputa em torno do fechamento de uma caixa-preta, tem-se uma controvérsia, que, em cada caso concreto, envolve as lutas para se fazer com que a ciência em construção se torne ciência pronta. Ainda que as contribuições de Latour (2011) acerca do discurso da ciência sejam aqui acionadas, acreditamos que não seria produtivo avançarmos em reflexões específicas sobre o conceito de controvérsia, com o qual o autor trabalha, uma vez que a presente pesquisa se filia à noção de debate público, que orienta as discussões teórico-metodológicas da presente tese. Ambos os conceitos apresentam pontos de contato e de afastamento. A opção pelo de debate público justifica-se, entre outros fatores, por este abranger produções discursivas de diversas procedências, e não somente as de natureza científica, objeto de estudo do autor francês.

O processo de avanço da ciência está condicionado, segundo Latour (2011), a dinâmicas encadeadas de apropriação de conhecimentos. Nesse sentido, afirma, mesmo que uma determinada caixa-preta seja fechada, faz-se necessário que tal fechamento, para ser validado, dissemine-se e seja confirmado posteriormente. Conforme Latour (2011, p. 59), “seja lá o que um artigo tenha feito com a literatura anterior, se ninguém mais fizer nada com ele, é como se ele nunca tivesse existido”. Assim, um fato científico ignorado perde força, visto que seu destino depende dos modos pelos quais é lido e apropriado.

O acirramento de uma controvérsia científica, prossegue o pensador francês, conduz a maior emprego da retórica – e, defende, a retórica científica vale-se de um número bastante maior de recursos externos do que a retórica tradicional. Nesse ponto, o autor aborda os recursos empregados pela ciência no processo de persuasão pública a respeito de seus conhecimentos. Entre esses recursos, pode ser destacado, por exemplo, o uso de modalidades positivas e negativas. As primeiras referem-se a movimentos discursivos que buscam apresentar um enunciado como uma caixa-preta, afastando-o do contexto em que foi produzido e visando, com isso, fechá-lo a eventuais escrutínios. As segundas, por sua vez, operam precisamente no sentido contrário, tentando aproximar uma afirmação das suas condições de produção, a fim de associá-la a elementos circunstanciais que possam fragilizá-la. Ao passo que as modalidades positivas trabalham para encerrar uma discussão, isolando um enunciado, as negativas procuram abrir o debate, pelas vias do desvelamento acerca de como se constituiu o enunciado em questão.

Também são acionados pela ciência, conforme Latour (2011), um conjunto de técnicas, como a arregimentação de aliados para fins de conferir autoridade (por meio de referências, por exemplo), a apresentação de ideias em um formato científico consagrado (com citações, notas de rodapé etc.) e a utilização de recursos visuais, como gráficos. O pesquisador ressalta, ainda, que os movimentos persuasivos da ciência envolvem estratégias de mobilização – entre elas, a de associar um assunto a outros que sejam do interesse de um número maior de pessoas e a de criar novos grupos (um segmento de mercado, por exemplo).

Compreendermos, a partir de Latour (2011), os mecanismos pelos quais o discurso científico é construído e apresentado ajuda-nos a refletir sobre debates protagonizados/permeados por temáticas científicas. Estão incluídas aí, entre inúmeras outras, as contendas relacionadas à mineração e aos temas que lhe dizem respeito. As argumentações e estratégias de matriz científica integram tais embates, nos/pelos quais dialogam/disputam com outras argumentações e estratégias, científicas ou não. As produções discursivas científicas combatem entre si e em oposição a discursos não científicos, os quais também se movimentam em busca de espaço e de convencimento na arena pública de debates.

A ciência, para Isaac Epstein (1998), não tem natureza unitária, pois que não existe “a” ciência, e sim um *complexus* de diferentes sujeitos e ideias em constante articulação. Do mesmo modo, postula o autor, não se deve reduzir a uma entidade única os grupos que travam relação de antagonismo com a perspectiva científica. A chamada “anticiência”, afirma Epstein (1998), é plural, tendo se consolidado, a partir dos anos 1970, com base em ideários variados – cultural, religioso, filosófico etc. (nesse sentido, o criacionismo é um dos exemplos de ideários elencados pelo pesquisador). Neste século, movimentos anticientíficos vêm se avolumando, associados a um conjunto de novas forças políticas de extrema direita em nível internacional¹⁷⁰, que ensejaram, por exemplo, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da Brasil. Durante sua gestão (2019 a 2022), o ex-presidente, de perfil negacionista, adotou falas e ações anticientíficas em relação a temas como a pandemia de Covid-19, ao proferir declarações públicas minimizando a gravidade da doença, descumprir normas de

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-um-laborat%C3%B3rio-da-extrema-direita-global/a-64351759>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

proteção e de distanciamento social, defender medicamentos sem comprovação científica, transmitir informações falsas e atuar de forma negligente no que tange a políticas públicas de saúde (como as relativas à vacinação)¹⁷¹.

A anticiência, em suas nuances e variações, tem um *modus operandi* que parece marcado por certas características distintivas. A mais patente delas parece residir no prefixo “anti”, ou seja, a anticiência opõe-se à ciência (considerada, aqui, como o conjunto de saberes e de práticas científicos), a qual respeita métodos e comprovações – mediante procedimentos como observação, pesquisa, testes etc. – e costuma concentrar esforços mais em explicar os fenômenos estudados (utilizando linguagem que, por ser técnica, se propõe a ser precisa e detalhada e, em grande medida, se mostra desconhecida para parte considerável das pessoas) do que em promover o acesso e a compreensão do público em geral. A anticiência, por sua vez, ainda que não valorize a ciência, por vezes tenta parecer ciência, na forma de suas manifestações – porém, com conteúdo de fácil identificação, o que a leva, com relativa constância, a alcançar seus propósitos. Podem ser notadas, aí, duas gramáticas distintas, com regras próprias – e, frequentemente, ambas, cada uma a seu modo, mobilizam-se em torno dos mesmos assuntos e públicos.

As ações de combate ao discurso científico articulam-se de forma estratégica. Ao investigar as lógicas de influência exercidas por uma campanha internacional de relações públicas direcionada a criar dúvidas sobre o aquecimento global, Daniel Reis Silva (2017) estudou como, no âmbito dessa campanha, constroem-se e atualizam-se práticas de (des)mobilização de públicos voltadas a deslegitimar o consenso científico a respeito do tema. Uma das estratégias verificadas diz de uma cacofonia intencional, que, ao contrapor discursos concomitantes e, por vezes, contraditórios, institui uma ambiência propositalmente ambígua e caótica acerca de determinados fatos científicos.

Diferentemente de uma disputa científica ou de uma troca argumentativa visando estabelecer acordos mútuos, as ações desenvolvidas para minar a ideia do aquecimento global não precisam, necessariamente, aderir a padrões racionais de coesão discursiva, na medida em que elas não visam convencer os sujeitos acerca de um ponto técnico específico. Ao contrário, sua intenção é criar um clima de incertezas generalizadas capaz de impedir a formação e movimentação de públicos. (Silva, 2017, p. 294)

¹⁷¹ Disponível em: <<https://pt.ird.fr/que-efeito-teve-gestao-do-presidente-bolsonaro-na-mortalidade-por-covid-19-no-brasil>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O pesquisador também identificou que os atores globais analisados (como *think tanks* e *front groups*, financiados por corporações com altas emissões de CO₂) promovem o acionamento estratégico de créditos de confiança, pretensões de solidariedade e inflação da influência (Mayhew, 1997). De forma sucinta, os créditos de confiança dizem respeito a sinais apresentados pelos sujeitos com o intuito de se credibilizarem e, assim, ganharem a confiança dos públicos; as pretensões de solidariedade consistem em demonstrações, por parte de tais sujeitos, de que compartilham interesses em comum com os públicos, a fim de influenciá-los; e a inflação da influência é o atual excesso de estratégias de influência, as quais, por sua abrangência massiva, dificultam que os públicos estabeleçam um confronto direto para com elas. Conforme Silva (2017), os referidos atores conformam uma rede de (des)mobilização social preocupada em desacreditar o consenso científico sobre o aquecimento global, demonstrar um alto apoio popular à causa negacionista, motivar os públicos a se posicionarem contrariamente às ações de combate às mudanças climáticas e aparentar que se está buscando uma verdade supostamente desinteressada.

Os dois movimentos que se posicionam em relação à emergência climática operam, portanto, segundo lógicas diferentes: enquanto os defensores do consenso científico almejam reafirmar a veracidade do aquecimento global, os que refutam a ideia agem no sentido de criar dúvidas acerca de tais verdades. Nessa disputa, ambos os lados valem-se de recursos que lhes são possíveis e que lhes parecem mais aderentes aos seus objetivos, visando ao convencimento público. Assim, importa observarmos que, em grande medida, a produção e, especialmente, a transmissão do conhecimento científico não têm sido compatíveis com os processos de influência sobre a opinião pública. Nesse sentido, acreditamos que o combate às estratégias de criação de dúvidas tende a ser mais profícuo à medida que se conhecem tais estratégias, não com o intuito de reproduzi-las, e sim de compreender como funcionam e, assim, poder confrontá-las adequadamente.

Os partidários da indústria carbonífera, ainda que reconheçam as mudanças climáticas, acionam, entre seus argumentos, um aspecto supostamente científico: o interesse em utilizar tecnologia limpa – ou, em outros termos, projetos que emitam uma carga menor de CO₂. A premissa empregada é a de que, se o problema constatado pela ciência é a emissão de gases, a solução encontrar-se-ia à mão, por meio de investimentos em tecnologia que, ao reduzirem a liberação de tais substâncias,

confeririam uma espécie de salvo-conduto à indústria. Verificamos alegação sobre esse tópico por parte da principal representante do setor no país, a Associação Brasileira do Carbono Sustentável, que, em seu *site*¹⁷², afirma: “O carvão pode ser limpo. Apenas atualizando as atuais usinas de carvão para a melhor tecnologia disponível, podendo cortar 2 gigatoneladas de emissões de CO₂”.

A referida “atualização” das usinas envolve, conforme Giovana Girardi (2022), a captura do CO₂, bem como o seu transporte, armazenamento e monitoramento. Por demandar altos custos financeiros e de energia (além de complexas reformas, no caso de usinas em operação), tal tecnologia não é empregada usualmente em termelétricas. Contudo, a construção de novas usinas, com captura de CO₂, tem sido defendida pelo setor carbonífero (Girardi, 2022). Tem-se, aí, um argumento supostamente incontestável, posto que alinhado a uma demanda apontada pela ciência e a uma certa concepção de sustentabilidade. Nessa perspectiva, prega-se o uso da tecnologia como uma aliada da indústria e, por extensão, da sociedade e do meio ambiente.

6.2.2. Variáveis discursivo-contextuais 3 a 5

A contextualização recém-apresentada permite que constatemos a presença de três novas *variáveis discursivo-contextuais*, aqui identificadas com os números 3, 4 e 5 (somam-se à 1 e à 2, anteriormente citadas). São elas:

3) a geração de relativos benefícios;

4) os riscos socioambientais em geral;

5) a construção discursiva da ciência e dos que buscam deslegitimá-la.

Quando um assunto ainda não concretizado – como um empreendimento de mineração que existe somente no papel, como projeto – torna-se pauta pública, um debate a respeito dele tende a não considerar impactos que o objeto em questão eventualmente materialize – afinal, ainda não há materialidade específica. Os embates argumentativos a respeito de possíveis implicações, benéficas ou não, de um projeto minerário ainda não efetivado costumam balizar-se em experiências já vividas no setor

¹⁷² Disponível em: <<https://abcs.net.br/atuacao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

de mineração e em estudos que busquem predizer o futuro do projeto em questão. Torna-se uma discussão menos sobre o que é e mais acerca do que foi e do que pode/deve vir a ser.

Parte significativa do debate público da Mina Guaíba trabalhou a temática dos impactos positivos e negativos que, estimava-se, seriam gerados pela sua implantação. Por um lado, os representantes da instância empreendedora, sob endosso de seus aliados técnicos e políticos, expunham dados relativos a avanços (existentes e planejados) em geração de empregos e arrecadação tributária. Chama a atenção que, em linha com uma perspectiva desenvolvimentista, a defesa do empreendimento carbonífero tenha sido vinculada à erradicação da fome e da miséria. Sob a premissa de que a mineração de carvão geraria benefícios para o mercado de trabalho e para os cofres públicos, o lado favorável ao empreendimento envidou esforços para trabalhar a ideia de que a Mina Guaíba exerceria uma função social – a de, em última instância, contribuir para a redução de desigualdades sociais. Nesse sentido, os favoráveis chegaram a argumentar que, se a Região Carbonífera apresenta problemas, encontrar-se-ia em situação ainda em pior caso a mineração a abandonasse – argumento que os levou a assumir assim, ainda que de maneira indireta, a ocorrência de minero-dependência nos municípios daquela região, uma conjuntura cujos malefícios, segundo essa concepção, seriam justificáveis dada a relação de necessidade socioeconômica que aquelas cidades mantêm para com a mineração. Defender o empreendimento significaria, acima de tudo, apoiar o seu papel social – e, do mesmo modo, conforme essa visão, não querer a mina seria o mesmo que combater o bem-estar e o progresso da sociedade.

Por outro lado, os possíveis impactos negativos, de diferentes matrizes, encontraram convergências na ideia de risco (Beck, 2010), recorrente nos objetos analisados. Cabe observarmos que, ao traçarem prognósticos, ambos os polos em disputa se valeram de expedientes alinhados às estratégias discursivas da ciência (Latour, 2011), a qual parece afigurar-se, em diversos debates de mineração (inclusive no da Mina Guaíba), como ordem do discurso. Tal expediente discursivo fez-se presente na abordagem de riscos habituais do setor de mineração em geral – relacionados à poluição atmosférica, à contaminação das águas e do solo, à degradação da flora, à minero-dependência –, na referência a outros riscos, típicos da indústria carbonífera (os

perigos à saúde e ao clima global, por exemplo), e na projeção de benefícios decorrentes do empreendimento.

Uma série de tópicos do debate foram tratados, por ambos os polos em disputa, via acionamento de componentes da retórica científica (Latour, 2011), como a citação de referências (à bibliografia consultada e à capacidade técnica da equipe responsável pelo projeto) e a utilização de apresentações gráficas. Inclusive, por vezes, argumento e contra-argumento constituíram-se com base em estudos prévios elaborados no âmbito específico desse caso, como ocorreu quando oradores(as) dos polos favorável e contrário alicerçaram sua atuação em dois estudos que se propunham científicos – de um lado, o EIA/Rima; de outro, em resposta, o “Painel de Especialistas”.

Cabe, ainda, ressaltarmos que, embora a existência das mudanças climáticas em si não tenha sido negada no âmbito das audiências públicas (diferentemente do que ocorre em outros debates, nos quais o negacionismo climático persevera), uma parcela considerável do embate nelas travado girou em torno da contribuição da queima de carvão para a situação climática global. Enquanto críticos à mina alegavam o anacronismo do empreendimento – posto que vinculado a uma fonte de energia não renovável, altamente poluente e refutada em nível global –, seus defensores escudavam-se no argumento da utilização da tecnologia como redutora de danos ambientais. Operando discursivamente como argumento que representava a materialização dos avanços científicos, as possibilidades tecnológicas disponíveis à indústria – a fim de evitar/reduzir riscos de poluição e de contribuição excessiva para o aquecimento global – pareceram ser citadas à guisa de salvo-conduto, como legitimação cientificamente validada para, de modo supostamente científico e responsável, proceder-se à exploração da natureza.

6.3. De política(s) e contrapontos

Desta feita, foram aglutinados argumentos que dizem de disputas políticas e de trâmites institucionais constituintes da mineração. Ainda, focalizamos as disputas baseadas entre, de um lado, grupos que se mobilizam socialmente a fim de contestar projetos minerários e, de outro, forças que os defendem, sob argumentos como a ideia de transição justa e a alegação de que o carvão representa fonte energética tradicional,

segura e de baixo impacto. Eis os argumentos relacionados a esses temas, estruturados, no Quadro 6, entre contrários, favoráveis e mediadores:

Quadro 6 – Argumentos sobre política, tramitações, mobilizações e energia

Posicionamento	Argumentos
Contrário	<ul style="list-style-type: none"> - EIA/Rima adotou metodologia inadequada para medição do risco de poluição atmosférica; - Ações realizadas pelo CCM/RS legitimam a sua atuação; - Necessidade, materializada na mobilização de entidades, de que fosse realizada audiência pública oficial em Porto Alegre, devido aos riscos à cidade; - O processo de licenciamento ambiental da Mina Guaíba deveria ocorrer paralelamente ao do polo carboquímico.
Favorável	<ul style="list-style-type: none"> - A Copelmi cumpriu a legislação e informou a Funai; - EIA/Rima, se aprovado, legitimará o licenciamento; - O licenciamento depende de decisão técnica, e não ideológica, que compete à Fepam; - Os danos à saúde alegados pelos críticos inexistem na Região Carbonífera; - A Região Metropolitana tem histórico industrial; - É necessário manter fontes energéticas consideradas seguras.
Moderadores-mediadores	<ul style="list-style-type: none"> - Fepam identificou déficit de informações no EIA/Rima e exigiu complementações à Copelmi; - Demanda social justifica a realização de novas audiências públicas.

Fonte: elaborado pelo autor

Apresentamos, na sequência, a contextualização referente a esses argumentos.

6.3.1. Contextualização: matriz energética e articulações políticas

A despeito do potencial do carvão de causar danos de diversas ordens, faz-se forçoso assinalarmos aqui que tal minério desempenhou papel fulcral no percurso histórico da economia mundial. De acordo com Porto-Gonçalves (2017), que identificou quatro fases principais do processo de globalização, os combustíveis fósseis (com relevante participação da matriz carbonífera) determinaram a conformação de, ao menos, duas dessas fases. A seguir, a periodização proposta pelo autor:

1. O Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje);
2. O Capitalismo *Fossilista* e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje);
3. O Capitalismo de Estado *Fossilista* Fordista (de 1930 aos anos de 1960-70... até hoje);
4. A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos 1960 até hoje). (Porto-Gonçalves, 2017, p. 23, grifos nossos)

Enquanto na primeira etapa o pesquisador vincula o início do movimento de trocas mercantis em nível global à exploração de territórios coloniais (sobre essa exploração, explica, assentou-se a ideia corrente de “mundo moderno”), o segundo momento histórico desenvolveu-se, conforme o autor, a partir do advento da máquina a vapor, movida a carvão – o qual propiciou um potente substituto à biomassa (proveniente da lenha, por exemplo) como fonte de fogo e de energia. Porto-Gonçalves (2017) assinala que pequenas quantidades de carvão concentram grandes quantidades de energia solar (que, após longo processo de fotossíntese e mineralização, ficaram guardadas sob o solo durante milhões de anos).

O uso do carvão impactou, entre outros aspectos, o potencial econômico do transporte e da indústria, a qual passava a não necessitar mais ficar situada próxima ao local de produção de suas matérias-primas. Para o pesquisador, houve uma ampliação exponencial e, com isso, um processo revolucionário na capacidade de produzir energia e, assim, de gerar trabalho e riquezas. “O capitalismo deve muito do seu desenvolvimento aos combustíveis fósseis – carvão e, depois, petróleo e gás. [...] O

capitalismo é, pela natureza da sua própria história, fossilista” (Porto-Gonçalves, 2017, ps. 30-31).

A terceira fase histórica sugerida pelo autor agregou a perspectiva fordista ao fossilismo. Convicções capitalistas ainda fortemente marcadas pela industrialização de base fóssil e pela exploração de mão de obra viram-se pressionadas a considerar minimamente as reivindicações de sua força de trabalho – cuja insatisfação começou a ser manifestada mais ostensivamente por meio de ações como uma longa greve de mineiros de carvão que se estendeu por mais de um ano, na Inglaterra, nos anos 1920. Por fim, o quarto período que Porto-Gonçalves (2017) aponta é o da globalização de viés neoliberal, com presença maciça de conexões globais propiciadas pela tecnologia e de políticas impulsionadas por organismos financeiros internacionais.

Nesse itinerário histórico, ao longo do século XX o carvão foi, paulatinamente, perdendo protagonismo para outras fontes de energia, tais como o petróleo. Porém, vem retomando espaço nos últimos anos – nos quais se tem vivido uma “regressão ao carvão” (Marques, 2015, p. 251), impulsionada, segundo o autor, por fatores como a abundância desse mineral (em comparação, por exemplo, com outras fontes de energia, como a água doce e o próprio petróleo) e a sua farta utilização pelas maiores economias globais. Explica o pesquisador que o carvão é matéria-prima em setores como as indústrias de aço e de cimento e, principalmente, na geração de eletricidade – com impacto, por exemplo, sobre as tecnologias de informação e de comunicação, as TICs, devido ao fato de ser insumo para a produção tanto de equipamentos de TIC quanto da energia elétrica necessária à operação deles.

O carvão e o petróleo, ambos combustíveis fósseis, atenderam, juntos, 82% de toda a demanda global de energia no ano de 2022, conforme relatório¹⁷³ do The Energy Institute – e, ao menos na presente década, a tendência ainda é de crescimento, haja vista que a Agência Internacional de Energia (AIE) projeta¹⁷⁴ que as três categorias de combustíveis fósseis (o gás natural e os dois anteriormente citados) devem atingir o seu pico até o ano de 2030. Segundo a AIE, embora o consumo de carvão no mundo tenha

¹⁷³ Disponível em: <<https://www.energyinst.org/exploring-energy/resources/news-centre/media-releases/ei-statistical-review-of-world-energy-energy-system-struggles-in-face-of-geopolitical-and-environmental-crises>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/petroleo-carvao-e-gas-natural-devem-atingir-pico-de-demanda-ate-2030-diz-aie/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

batido recorde no ano de 2023¹⁷⁵, pode haver um declínio nesse consumo na próxima década, vinculado ao avanço de projetos de energia limpa – os quais, na avaliação da agência, enfrentam adversidades como inflação de custos, gargalos na oferta e financiamentos onerosos. Luiz Marques (2015, p. 252) identifica “certa mobilização global contra o carvão”, que redundará em ações como a desativação de usinas termelétricas e a redução de financiamentos para empreendimentos baseados em carvão. Todavia, o autor salienta que os baixos custos dessa fonte de energia, no comparativo com outras, e o forte *lobby* de seus interessados tenderão a manter o vigor da indústria carbonífera, ao menos em médio prazo.

No contexto brasileiro, ainda que o petróleo e o gás natural, somados, respondam por cerca de 46% da oferta interna de energia, a participação do carvão é significativamente menor, com 4,6%¹⁷⁶. Embora a presença desse mineral na matriz energética brasileira seja bastante menor do que na global, a sua presença ainda mantém certa pujança no Sul do Brasil, região onde, inclusive, existe uma tradição carbonífera. Vale observar que esse aspecto tradicional do carvão parece derivar de duas características atribuídas a esse minério. Uma delas reside na sua utilização continuada, ao longo de uma trajetória secular, a qual, por si só, pesa para que se atribua ao carvão certa autoridade sedimentada temporal e culturalmente, sob a crença de que “é bom porque utilizado há muito tempo”. Outra das razões que, a despeito de constantes alertas científicos, podem ajudar a explicar a insistência global no carvão é o fato de ser considerado, por seus defensores, uma energia mais segura e confiável do que outras. O principal argumento empregado nesse sentido postula que as fontes de água estão passando por um processo de escasseamento, devido a severos períodos de estiagem (agravados, vale frisarmos, pela emergência climática, cujos principais responsáveis são os combustíveis fósseis), e que as energias solar e eólica – limpas e renováveis – dependem da disponibilidade de sol e de vento, respectivamente (Girardi, 2022). A suposta necessidade de se manter os combustíveis fósseis, atrelada a questões de segurança energética, ancora-se ainda na alegação de que, em certos casos (como no Brasil), essas fontes acarretariam baixo impacto para a emergência climática. Em

¹⁷⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/12/consumo-mundial-de-carvao-o-mais-poluente-dos-combustiveis-fosseis-bate-recorde-em-2023.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁷⁶ Conforme dados do ano de 2022, consolidados pelo Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/sntep/publicacoes/boletins-mensais-de-energia/2023-1/portugues/6-boletim-mensal-de-energia-junho-2023/@@download/file>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

entrevista a Girardi (2022), o presidente da ABCS, Fernando Zancan, argumenta que a participação da indústria de carvão do país nas emissões mundiais de gases de efeito estufa seria da ordem de 0,014% e que a maior contribuição brasileira para a crise climática estaria relacionada ao desmatamento. Sob esse ponto de vista, a produção carbonífera seria necessária e, comparativamente, pouco danosa, ao menos no Brasil.

O raciocínio baseado na segurança energética ecoa uma ideia que persevera há décadas em parte da sociedade, especialmente em países economicamente menos desenvolvidos: a preocupação acerca de possíveis diminuição e esgotamento das fontes de energia. De acordo com Carlos Locatelli (2014), iniciou-se no século XX um movimento ideológico global voltado à busca pelo desenvolvimento econômico, o que levou um conjunto de nações, entre as quais o Brasil, a nutrir o objetivo de romper com sua condição de “subdesenvolvidas”. Essa ideologia, de viés desenvolvimentista e modernizante, fomentou, conforme o autor, esforços para se garantirem fontes de energia que estruturassem esse novo contexto: “o desenvolvimento capitalista [...] tem como pré-condição a oferta crescente de recursos naturais – entre eles, energia – para suprir uma demanda também crescente impulsionada pela própria lógica do sistema” (Locatelli, 2014, p. 84).

Estabeleceu-se, assim, uma vigilância social constante sobre a suficiência energética. Por certo, a energia é fundamental à vida em coletividade, porém essa dependência, potencializada por políticas públicas de crescimento econômico, vem sendo apropriada discursivamente pelos defensores de projetos que acarretam intensos danos socioambientais, como, no país, as usinas hidrelétrica de Belo Monte¹⁷⁷, no Pará, e Foz do Chapecó, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul (esta, inclusive, constituiu o objeto empírico da pesquisa de Locatelli (2014), sob o ponto de vista da comunicação das organizações e de veículos de mídia envolvidos no processo de construção do empreendimento).

O alegado risco de um presente e de um futuro com energia escassa ou mesmo esgotada tende a embasar argumentações a favor de fontes energéticas ditas mais seguras, como o carvão, servindo de contraponto a impactos negativos

¹⁷⁷ Disponível em: <<https://exame.com/colunistas/ideias-renovaveis/o-que-aprender-com-o-desastre-de-belo-monte/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

reconhecidamente causados por esse tipo de mineração: na perspectiva dos que defendem essa espécie de matriz de riscos, haveria benefícios maiores – a economia, os empregos, o próprio funcionamento da sociedade – que, segundo essa compreensão, compensariam, por exemplo, a poluição.

A mineração é, frequentemente, vinculada a determinados riscos (que pautam alertas, de distintos lados), entre os quais o da diminuição/falta de energia – ameaça apresentada como natural e inevitável. Contudo, parece se tratar de uma argumentação assentada em bases desenvolvimentistas, conforme pontua Locatelli (2014, p. 92):

Se crescer economicamente é um imperativo que perpassa o colonialismo e a modernidade e ter energia é a condição essencial desse imperativo, do ponto de vista do paradigma de desenvolvimento vigente parece não haver muito espaço para discussão sobre suas premissas, pois isso implica não apenas discutir o modelo de desenvolvimento, mas o próprio modo de produção capitalista.

O risco, aqui, está diretamente atrelado ao paradigma econômico sob o qual se pensa a sociedade. A energia tornou-se condição indispensável para a humanidade, razão pela qual se deve zelar, segundo essa perspectiva, pela (sensação de) segurança energética.

A defesa dos combustíveis fósseis – considerados, pois, mais seguros do que outras fontes de energia – fortalece-se também ao agregar a ideia de “transição justa” – expressa, por exemplo, em lei federal de 2022, que se propunha a criar o “Programa de Transição Energética Justa”¹⁷⁸. Conforme essa legislação, a desativação de empreendimentos carboníferos, necessária diante de sua contribuição para o aquecimento global, deve dar-se de forma gradual, partindo do princípio de que a suspensão imediata poderia provocar injustiças sociais, como aumento do desemprego (risco que, vale recordarmos, é inerente ao próprio setor de mineração e, por extensão, à sua cadeia produtiva). Com efeito, não parece correto que um conjunto de trabalhadores seja sumariamente dispensado sem algum encaminhamento profissional que garanta sua subsistência, porém emerge, aí, o acionamento de um valor universal – a ideia de justiça – como justificativa para se legitimar a defesa de interesses particulares (os de trabalhadores e, principalmente, os de quem, de alguma forma, lucra com a indústria).

¹⁷⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14299-5-janeiro-2022-792216-norma-pl.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

A noção de “transição justa” tem sido um caminho político-institucional adotado para defender-se a indústria carbonífera e fazer com que seus interesses sejam discutidos (e, no limite, aceitos) por parte da sociedade. Tal noção carrega, além da ideia de justiça (abordada no parágrafo anterior), a proposta de uma transição – ou seja, parte-se da constatação científica de que a sociedade deve caminhar rumo à redução de emissões de gases do efeito estufa. Diante das pressões decorrentes das mudanças climáticas, o negacionismo em relação ao tema não se mostra conveniente para os interesses do setor, cedendo lugar à ideia de transição, que representa uma brecha pela qual se posicionam os defensores do carvão – inclusive os mais emblemáticos, como a ABCS, que, conforme demonstra seu *site* institucional, se alinha ao/se vale do expediente da transição justa¹⁷⁹.

Sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022), o supracitado “Programa de Transição Energética Justa” beneficiou diretamente Santa Catarina, que, além de ter tradição na indústria de carvão, é estado de eleitorado majoritariamente bolsonarista¹⁸⁰. Ao instituir uma política de apoio à indústria carbonífera catarinense¹⁸¹, a iniciativa determinou que a União prorrogasse por 15 anos, a partir de 2025, a autorização de uma usina movida a carvão, o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, instalado no município de Capivari de Baixo e considerado um dos maiores geradores de energia do estado¹⁸². Ficava estipulado, ainda, um contrato de compra de energia da usina pelo Ministério de Minas e Energia. Conforme Girardi (2022), atuou para aprovação desse projeto o *lobby* da indústria carbonífera, exercido por atores como a associação nacional do setor, a ABCS, e a Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Carvão Mineral¹⁸³.

¹⁷⁹ Disponível em: <<https://abcs.net.br/transicao-energetica-justa-e-a-governanca/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸⁰ Em Santa Catarina, Jair Bolsonaro venceu, com larga margem, as duas eleições presidenciais que disputou (2018 e 2022). Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/12/14/os-fatores-que-levaram-santa-catarina-de-estado-eleitor-de-lula-a-terreno-fertil-do-bolsonarismo.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸¹ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/843438-SANCIONADA-POLITICA-DE-APOIO-AO-SETOR-DE-ENERGIA-A-CARVAO-DE-SANTA-CATARINA>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/siecesc/carvao-mineral-futuro-sustentavel/noticia/2021/12/20/como-a-termeletrica-jorge-lacerda-se-mantem-estrategica-no-setor-eletrico-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸³ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/lucio-vaz/bancada-do-carvao-congresso/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Na esteira dessa iniciativa, foi proposto, em 2023, um projeto de lei¹⁸⁴ para incluir o Rio Grande do Sul no referido programa federal, por meio da prorrogação da contratação de energia gerada pela Usina Termelétrica Candiota 3, pelo mesmo prazo (15 anos, a contar de 2025). Cabe anotarmos que essa usina foi a maior emissora de gases de efeito estufa no Brasil em 2022, com 12% do total de emissões do país, conforme inventário do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema)¹⁸⁵. O projeto de lei foi criado pelos três senadores do estado (Paulo Paim/PT, Luis Carlos Heinze/Progressistas e Hamilton Mourão/Republicanos) e referendado pelos 31 deputados federais que integram a bancada gaúcha – aqui, notamos que a defesa de interesses locais refreou eventuais preferências de caráter político-partidário.

A dimensão política da mineração, conforme Enríquez, Fernandes e Alamino (2011, p. 10), “refere-se ao entendimento e à pactuação entre os diferentes grupos para empreender ações necessárias para o bom trato da ‘coisa pública’”. Por sua condição de poder, a política está presente nos movimentos de conciliar, legislar, autorizar e fiscalizar questões minerárias – o que envolve, segundo os autores, “ir além de apenas conferir o cumprimento de condicionantes de forma responsável”, gerenciando politicamente os empreendimentos minerários “no sentido de assegurar a garantia dos direitos humanos e a manutenção da dignidade da vida das comunidades atingidas” (Enríquez; Fernandes; Alamino, 2011, p. 10). Não há dúvidas de que os aspectos políticos da mineração se imbricam em processos nos quais o imperativo do interesse público nem sempre prevalece. Quando verificamos o regramento do setor em nível nacional, já constatamos situações nesse sentido. A principal lei que regulamenta as atividades de mineração no país é conhecida como Código de Mineração¹⁸⁶. Instituída em 1967, a normativa passou por atualizações posteriores e, desde 2013 (quando começou a ser proposto um conjunto de alterações na lei, sintetizadas sob a alcunha de “novo Código de Mineração”), vem protagonizando períodos de intenso debate, especialmente no Congresso Nacional. A pesquisadora Clarissa Reis Oliveira (2013; 2014) desenvolveu investigações para buscar saber quais empresas financiaram as

¹⁸⁴ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/28/projeto-de-lei-da-transicao-energetica-justa-e-apresentado-no-senado>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸⁵ Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2023/10/22/termicas-a-carvao-no-sul-lideraram-emissoes-do-setor-eletrico-em-2022-mostra-inventario-do-iema/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227compilado.htm>. Acesso em: 28 fev. 2024.

campanhas eleitorais dos deputados envolvidos no debate legislativo sobre o tema. Entre outros achados, a pesquisa demonstrou que a maioria dos membros de uma comissão especial, instalada para debater o tema na Câmara dos Deputados, receberam doações de companhias mineradoras – como o presidente, Gabriel Guimarães/PT, e o relator, Leonardo Quintão/MDB, com 5% e 18% recebidos, respectivamente. Nesse estudo – viabilizado (ou, ao menos, facilitado) pelo fato de o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, atualmente vedado, ser legalizado e divulgado à época de sua elaboração –, expressou-se um dos fatores – notadamente, o financeiro – que podem induzir e/ou constranger opiniões e condutas políticas a respeito da mineração.

É possível notarmos, aqui, caso similar ao dos deputados e senadores gaúchos, posto que o primeiro dos parlamentares mineiros citados, Gabriel Guimarães, exercia seu mandato pelo Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁸⁷, sigla de posicionamento típico à centro-esquerda. No entanto, representava Minas Gerais, estado marcado por forte influência da indústria da mineração, o que não pode ser desconsiderado nesse caso. O outro deputado, Leonardo Quintão, integrava a bancada do mesmo estado, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁸⁸, partido de centro-direita. Como visto, as posições de agentes políticos brasileiros podem ser influenciadas/determinadas por fatores como as ligações com suas bases, entretanto vale observarmos que, em certo nível, a sua relação para com a mineração tende, frequentemente, a espelhar uma cisão que, em nível mundial, opõe, de um lado, a defesa do meio ambiente e, de outro, os interesses econômicos (ancorados, frequentemente, na ideia de desenvolvimento sustentável). Existe um lastro histórico no sentido de que partidos situados mais à esquerda no espectro político tendem a integrar o primeiro grupo, e os mais à direita, o segundo. Porém, não se trata, conforme exemplificado, de regra totalizante.

Nesse ambiente de disputas políticas, a defesa do carvão mineral tem se tornado uma das bandeiras da extrema-direita, segmento liderado, na história recente do país, pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro (2019 a 2022). Durante sua gestão, o governo federal lançou, além do referido programa de transição justa, uma outra política pública dirigida à indústria de mineração de carvão, com o objetivo de mantê-la economicamente e torná-la ambientalmente mais responsável. Intitulada “Programa

¹⁸⁷ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/129037/biografia>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸⁸ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/141482>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

para Uso Sustentável do Carvão Mineral Nacional”¹⁸⁹, a iniciativa governamental buscava promover “a sustentabilidade ambiental, manutenção da atividade econômica da atual indústria carbonífera e substituição de termelétricas antigas por novas e modernas a carvão nacional”. Em que pesem eventuais consequências positivas de caráter mais imediato (como geração de empregos), cabe pontuarmos a existência de um consenso científico em torno de que a emissão de CO₂, gás que mais contribui para o agravamento da emergência climática, é fator inexorável do processo de queima de carvão – ou seja, minerá-lo produz danos socioambientais comprovados e duradouros. Assim, a proposição acerca de um “carvão sustentável” traz, em si mesma, uma evidente contradição e sugere uma tentativa de abrandar os sentidos danosos pertencentes ao carvão.

As discussões nacionais a respeito do carvão dizem respeito, diretamente, à região Sul do país, especialmente ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, estados historicamente responsáveis por garantir a permanência desse minério na matriz energética brasileira – visto que executam intensamente a sua exploração desde a segunda metade do século XIX. Em 13 de abril de 1872, Dom Pedro II autorizou a primeira empresa mineradora de carvão a funcionar no país. Com operações na Região Carbonífera do estado gaúcho, a organização era constituída por capital inglês e chamava-se The Imperial Brazilian Collieries C. Limited. A sua data de autorização é considerada, conforme José Eron Nunes (2019), o início oficial da indústria carbonífera nacional. Nas décadas de 1940 e 1950, houve um “boom” na produção de carvão desses estados, catalisada por fatores como uma política pública, implantada na primeira gestão presidencial de Getúlio Vargas (1930 a 1945)¹⁹⁰, que determinava a obrigatoriedade de consumo de 10% e, posteriormente, de 20% de carvão nacional; e a inauguração, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que, ao demandar tal minério para seus processos industriais, se tornou relevante cliente das minas carboníferas do Sul do Brasil. Nesse contexto, o município de Criciúma (SC) estabeleceu-se como o principal polo produtor brasileiro de carvão, chegando a contar com aproximadamente 10 mil trabalhadores (Mandelli, 2020a).

¹⁸⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-publica-detalhamento-do-programa-para-uso-sustentavel-do-carvao-mineral-nacional#:~:text=O%20programa%20tem%20como%20foco,plantas%20a%20carv%C3%A3o%20nessa%20regi%C3%A3o>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹⁰ Getúlio Vargas também presidiu o país em um segundo período, de 1951 a 1954.

O Rio Grande do Sul concentra aproximadamente 80% do carvão mineral do Brasil¹⁹¹, e cerca de metade desse montante – 38% do total brasileiro – encontra-se somente na Jazida de Candiota¹⁹², a maior do país. No estado, a exploração econômica do carvão mineral, potencializada no século XX, configurou-se, ao longo do tempo, como atividade socialmente legitimada, a ponto de constituir uma política de Estado: no ano de 2017, a Assembleia Legislativa aprovou e o então governador, José Ivo Sartori (2015 a 2018), sancionou a Política Estadual do Carvão Mineral, que instituía o Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul¹⁹³. A legislação buscava estabelecer políticas públicas de apoio institucional e de incentivo fiscal, a fim de estimular a atração de investimentos externos e o crescimento da indústria carbonífera no estado. O referido Polo Carboquímico passava a ser composto pelo conjunto de mineradoras de carvão operantes em solo gaúcho, divididas pela lei em dois complexos: o do Baixo Jacuí e o da Campanha¹⁹⁴.

O advento dessa legislação – sancionada durante um evento público de empresas mineradoras¹⁹⁵ – demonstra o apoio declarado que, à época, o poder público gaúcho, notadamente o Executivo e o Legislativo, dirigiam à mineração de carvão. Outro exemplo nesse sentido foi, naquele mesmo ano, a viagem de uma comitiva de autoridades e empresários, liderada pelo governador Sartori, ao Japão, onde foram visitadas uma usina termelétrica movida a carvão e empresas de tecnologia ligadas à área. O objetivo das visitas, conforme noticiado na imprensa à época¹⁹⁶, era o de viabilizar a implantação de uma megausina de base carbonífera no município de Charqueadas.

¹⁹¹ Disponível em: <<https://www.crm.rs.gov.br/minas>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹² Disponível em: <[<http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Carvao-Mineral-2558.html#:~:text=Carv%C3%A3o%20no%20Brasil&text=A%20hulha%20totaliza%2032%20bilh%C3%B5es.em%20S%C3%A3o%20Paulo%20\(0%2C002%25\)>](http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Carvao-Mineral-2558.html#:~:text=Carv%C3%A3o%20no%20Brasil&text=A%20hulha%20totaliza%2032%20bilh%C3%B5es.em%20S%C3%A3o%20Paulo%20(0%2C002%25))>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹³ Disponível em: <https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=64238&Hid_exto=&Hid_IDNorma=64238>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹⁴ De acordo com a lei, integram o complexo carboquímico do Baixo Jacuí os seguintes municípios: Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo. Já o da Campanha, ainda segundo essa legislação, é composto pelos municípios de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Pedras Altas.

¹⁹⁵ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/sartori-sanciona-lei-que-cria-o-polo-carboquimico-do-rs-em-evento-internacional>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹⁶ Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/2017/06/economia/566331-a-ultima-chance-do-carvao-gaicho.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

O governador seguinte, Eduardo Leite (2019 a 2022; e, desde janeiro de 2023, atual governador), apresentou, ainda no ano inaugural de seu primeiro mandato, a proposta de um novo Código Ambiental para o Rio Grande do Sul, alterando em torno de 500 pontos da legislação então vigente¹⁹⁷. O novo código enfrentou resistências da sociedade civil organizada, especialmente de movimentos ambientalistas¹⁹⁸. Aqui, cabe observarmos que a arena de disputas ambientais não é recente no Rio Grande do Sul, estado visto nacionalmente como pioneiro no movimento de defesa do meio ambiente – como exemplo, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan)¹⁹⁹, fundada em 1971, é considerada a primeira entidade ambientalista do país. Também para exemplificar a trajetória da luta ambiental no Rio Grande do Sul, podem ser citadas as mobilizações²⁰⁰ relativas ao mau cheiro emitido pela empresa Celulose Borregaard, localizada na cidade de Guaíba, em 1973-74; aos agrotóxicos, redundando, por exemplo, na primeira lei estadual do país a regular a aplicação de tais produtos (1982); e à mortandade de peixes na praia do Hermenegildo (1978) e no rio dos Sinos (2006); entre diversos outros casos.

Aprovado²⁰¹ pelos deputados estaduais em dezembro daquele ano de 2019, sob o argumento da modernização²⁰², o novo Código Ambiental estipulou medidas como a flexibilização de exigências para a emissão de licença de instalação para empreendimentos minerários e para a exploração de minérios em áreas costeiras. Também instituiu, no âmbito do estado, o Licenciamento Ambiental por Compromisso (LAC), também conhecido como autolicensing, que abria a possibilidade de empreendedores obterem licenciamento ambiental em até 48 horas, de forma online e mediante uma autodeclaração de estarem cumprindo todos os requisitos ambientais, o

¹⁹⁷ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2020/01/saiba-o-que-muda-com-o-novo-codigo-ambiental-do-rs-ck57vehzm02vn01od7d0j3hoo.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹⁸ Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/novo-codigo-ambiental-do-rs-e-aprovado-sem-passar-pela-comissao-de-meio-ambiente/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁹⁹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/geral-1/2021/04/primeira-organizacao-ambientalista-do-brasil-agapan-completa-50-anos-de-lutas/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁰ Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/24308/17067>> e <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/607470-rio-grande-do-sul-da-vanguarda-do-ambientalismo-ao-alto-consumo-de-agrotoxico-e-a-construcao-de-usina-de-carvao-entrevista-especial-com-francisco-milanez>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2019/12/assembleia-aprova-novo-codigo-ambiental-do-rs-ck41yzgvw014201qh9tcg4vz9.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰² Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/governo-apresenta-a-deputados-proposta-de-modernizacao-do-codigo-de-meio-ambiente>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

que eliminava a obrigatoriedade de análise técnica prévia do órgão licenciador. A mineração não está entre as atividades para as quais o LAC passou a ser permitido no estado.

Nesse ponto, faz-se oportuno abordarmos alguns pontos sobre a temática do licenciamento ambiental, tendo em vista que a presente tese tem como objeto de estudo um caso cujo debate público deu-se (ao menos de modo mais intenso) durante a sua fase de licenciamento. O ato de conceder ou não licença a um determinado empreendimento está relacionado à autoridade que o poder público detém de avaliar riscos e impactos decorrentes dos usos do meio ambiente. Essa avaliação técnica compete ao órgão licenciador – que, no Rio Grande do Sul, é a Fepam – e está sujeita ao crivo de autoridades hierarquicamente superiores à equipe avaliadora, como, no caso gaúcho, o diretor-presidente da Fepam, o titular da secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, à qual aquela fundação é subordinada, ou até mesmo o chefe do poder Executivo.

O licenciamento ambiental, para Gomide et al. (2018, p. 147), pode ser sintetizado como “o procedimento jurídico e técnico que avalia e define se um empreendimento poluidor pode ou não ser instalado e, em caso de aprovação, que condições e exigências mínimas devem ser cumpridas”. De acordo com os autores, o procedimento é composto por três licenças – prévia, de instalação e de operação – e envolve o fornecimento, pelo empreendedor, da documentação exigida pelo órgão licenciador, a realização de visitas técnicas e de esclarecimentos/complementações e a contratação, por parte do responsável pelo empreendimento, de empresa de consultoria para elaborar os estudos ambientais necessários. Essa empresa contratada tende a respaldar tecnicamente as pretensões do empreendedor, o que, para os pesquisadores, “representa claramente um conflito de interesses, uma vez que a contratada dificilmente emitirá um parecer técnico conclusivo contrário à instalação do empreendimento e ao interesse do seu contratante” (Gomide et al., 2018, p. 148).

No âmbito do processo de licenciamento, explicam os autores, podem ser realizadas audiências públicas (uma ou mais), mediante requerimento de entidades da sociedade civil e do Ministério Público ou via abaixo-assinado com o mínimo de 50 assinaturas. Trata-se de “reunião pública e aberta com a participação do empreendedor, da consultora ambiental, do órgão ambiental e dos cidadãos interessados” (Gomide et

al., 2018, p. 32), visando à apresentação dos estudos de impacto ambiental do empreendimento pretendido, ao diálogo entre as partes interessadas e à coleta de críticas e sugestões que possam contribuir com a decisão do órgão licenciador. Um projeto que busca licença pode ser objeto de audiências públicas promovidas dentro e fora do processo de licenciamento – no segundo caso, são audiências extraoficiais, sem vínculo administrativo com o trâmite licenciatório (a Mina Guaíba, como visto, pautou os dois tipos de audiência).

A concepção usual de audiência pública reúne, em si mesma, condições tanto para auxiliar na busca dos melhores interesses da sociedade quanto para distorcer esse propósito. Por essa razão, uma mirada sobre a complexidade de um evento dessa natureza requer que consideremos seus limites e suas possibilidades. Em teoria, uma audiência pública representa uma potente oportunidade de, diante da participação dialogada do conjunto de interessados em um empreendimento, obter avanços que levem à validação, ao aprimoramento ou, se for o caso, à suspensão do projeto em questão. Entretanto, há sempre o risco de a audiência apresentar problemas de diferentes ordens, como divulgação prévia inadequada, realização em local e/ou horário desfavoráveis ao comparecimento popular, escassa participação de público, apresentação de informações inverídicas e/ou imprecisas e não aproveitamento de fatos relevantes externados na audiência, entre outros. Frente a essas falhas, existe a possibilidade de tal evento não cumprir sua missão, operando tão-somente como “fato consumado” e “obrigação legal” (Gomide et al., 2018, p. 33). Apesar de certos desvios, Enríquez, Fernandes e Alamino (2011, p. 15) reiteraram a necessidade de audiências públicas, após analisarem 14 casos de grandes minas instaladas em todas as regiões do Brasil.

Apesar das críticas ao processo de licenciamento ambiental e da conseqüente imposição de audiências públicas que, frequentemente, resultam muito mais em jogo de cena para legitimar interesses das empresas do que um autêntico espaço democrático para discussão das dúvidas e especificidades do empreendimento mineral, os estudos revelaram que há diferenças muito expressivas em termos de ganhos para a sociedade quando a implantação de um projeto é precedida do rito do licenciamento.

Importa pontuarmos que o supracitado “jogo de cena” diz respeito ao aspecto performático das audiências públicas. Nelas, à semelhança de tribunais do júri, costumam-se opor defensores que, valendo-se de sentimento e/ou de estratégia, buscam manifestar

suas visões e persuadir os presentes, por meio de performances que podem conter componentes de emoção, retórica e teatralidade.

Enquanto oportunidades de diálogo e de embate, as audiências públicas materializam debates entre as forças que orbitam as discussões sobre projetos de mineração. Dentre as forças que tomam parte de debates dessa natureza, costumam assumir papel relevante as mobilizações sociais que questionam os empreendimentos minerários e as lógicas que os balizam. Ao analisar movimentos internacionais que se posicionam contrariamente ao setor de mineração, Henriques (2022) identifica uma miríade de participantes, temáticas e ângulos envolvidos nessa produção contradiscursiva, que se materializa, conforme o autor, por meio de uma teia composta de “organizações não governamentais (ambientais, de ajuda humanitária, de direitos humanos e justiça global), redes de movimentos sociais e de ativismo que cobrem o vasto espectro dessa agenda” (Henriques, 2022, p. 7).

Após mapear um grupo de organizações que, em nível mundial, atuam como instâncias de vigilância civil sobre a mineração – entre as quais a Oxfam, o Mining Watch Canada e o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (Ocmal)²⁰³ – o pesquisador observa que tais *players* globais, em busca de influência, empreendem duas vias de atuação (com especificidades em cada caso concreto): uma delas envolve a incorporação de pautas que passaram a habitar mais intensamente a agenda global no presente século, como as temáticas relacionadas a meio ambiente, sustentabilidade e mudanças climáticas, bem como a direitos humanos; e outra opera por meio da formação de coalizões, que reúnem sujeitos/organizações alinhados a algum(ns) objetivo(s) em comum (ainda que, por vezes, tais *players* diferenciem-se sob o ponto de vista identitário) e que, em razão dessa soma de forças, podem conferir credibilidade à própria coalizão e, particularmente, àqueles que a integram.

Tais organizações situam-se no âmbito de movimentos da sociedade civil organizada que se articulam em ações cuja dimensão busca acompanhar o crescimento das pretensões dos que almejam beneficiar-se da exploração de recursos naturais. Svampa (2019, p. 18) destaca que o neoextrativismo atualiza articulações

²⁰³ Para um histórico e uma análise acerca do trabalho desse trio de atores, consultar Henriques (2022).

geograficamente mais amplas do que no passado, bem como a agência cada vez maior das populações afetadas.

[...] em pleno século XXI, o fenômeno do extrativismo adquiriu novas dimensões, não só objetivas – pela quantidade e pela escala dos projetos, pelos diferentes tipos de atividades, pelos atores nacionais e transnacionais envolvidos –, mas também subjetivas, a partir do surgimento de grandes resistências sociais, que questionaram o avanço vertiginoso da fronteira das commodities e, diante do espólio, foram elaborando outras linguagens e narrativas em defesa de outros valores – a terra, o território, os bens comuns, a natureza etc.

No Brasil, organizações populares de atuação contestatória à mineração – como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)²⁰⁴ e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)²⁰⁵ – têm-se engajado, nos últimos anos, em um fenômeno emblemático da questão minerária, a partir, especialmente, dos desastres socioambientais de Mariana e Brumadinho – os dois maiores do país –, que atualizaram as dinâmicas suscitadas por conflitos de mineração no país. Ambos os acontecimentos (ocorridos em Minas Gerais, estado que carrega a mineração no próprio nome) desencadearam amplas consequências, dentre as quais um retorno consistente, ainda que temporário, da mineração à agenda pública brasileira. Investigações demonstraram que, tanto no primeiro²⁰⁶ quanto no segundo²⁰⁷ casos, as mineradoras responsáveis tinham conhecimento sobre os riscos de rompimento das barragens. No entanto, optaram por prosseguir com, e mesmo intensificar, a utilização daquelas estruturas. Priorizaram o lucro, deixando de evitar danos socioambientais. Representam, assim, uma categoria de empresas que Cíntia Rodrigues de Oliveira Medeiros (2013) define, em linha com o anteriormente conceito de necrocapitalismo (Banerjee, 2008), como “necrocorporações”. Ao analisar a atuação de organizações multinacionais da indústria química, a autora alçou tal fenômeno, visando classificar empresas que, por meio de suas práticas, subjugam a vida ao poder da morte, posicionando, isoladamente, a acumulação financeira no topo de suas prioridades.

No que se refere a desastres, importa assinalarmos, ainda, que episódios trágicos marcam a trajetória da mineração de carvão, a qual é pródiga em conflitos (e não

²⁰⁴ Disponível em: <<https://www.mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁵ Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁶ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/vale-e-bhp-sabiam-do-risco-de-desmoronamento-da-barragem-da-samarco/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/vale-sabia-de-riscos-em-brumadinho-desde-2003-diz-comissao-de-investigacao.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

poderia ser diferente, a começar pelo fato de se tratar de um tipo de mineração em larga escala). Entre os casos mais conhecidos, destacam-se o deslizamento de rejeitos na vila de Aberfan, no País de Gales, vitimando fatalmente 144 pessoas, das quais 116 crianças, em 1966²⁰⁸; a explosão que matou 78 funcionários de uma mina na cidade de Farmington, estado da Virginia Ocidental, nos Estados Unidos, em 1968 (a data do desastre, 28 de abril, foi escolhida pela Organização Internacional do Trabalho como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho²⁰⁹); e outra explosão, dessa vez em uma mina de carvão no município catarinense de Urussanga, em 1984, que deixou 31 mortos²¹⁰.

6.3.2. Variáveis discursivo-contextuais 6 a 10

Mediante a contextualização desenvolvida, verificamos cinco novas variáveis discursivo-contextuais (aqui, numeradas de 6 a 10), as quais se juntam às cinco anteriores. Ei-las:

6) a tradição, a segurança e o baixo impacto climático atribuídos ao carvão mineral;

7) os posicionamentos de matriz política;

8) a perspectiva da transição justa;

9) os ritos burocrático-institucionais;

10) as contestações da sociedade civil organizada à mineração.

Envolta por ascendências políticas variadas, a mineração é tema em torno do qual mobilizam-se forças situadas em pontos distintos do espectro político. Desde a direita – que, ao ocupar o governo federal recentemente, beneficiou o setor dos combustíveis fósseis – até a esquerda, cuja atenção à pauta socioambiental figura entre suas bandeiras mais ativas, agentes políticos de diversos matizes associam-se

²⁰⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/ha-50-anos-deslizamento-tragico-de-mina-soterrava-escola-e-deixava-144-mortos-no-reino-unido.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁰⁹ Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/28-abril-vitimas-acidentes-doencas-trabalho>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-atarina/noticia/2014/09/tragedia-em-mina-de-carvao-sul-de-santa-atarina-completa-30-anos.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

aos/reforçam os/apropriam-se dos debates da mineração. No que tange à matriz fossilista, trata-se de setor historicamente respaldado por gestões públicas municipais, estaduais e nacionais, inclusive por governantes mais recentes.

Tais personagens filiam-se a matrizes discursivas que englobam, por exemplo, a perspectiva da transição energética justa. Tida como caminho pelo qual determinadas práticas industriais exploratórias e poluentes possam ser, ao menos, socialmente toleradas, trata-se de alternativa adotada pelos apoiadores do setor de mineração de modo não espontâneo, posto que configura uma resposta, em forma de adaptação discursiva, às constantes e crescentes críticas sofridas.

Manifesta-se, ainda, a defesa de que tais práticas justificam-se por motivos tanto históricos, arraigados na perspectiva da tradição carbonífera, como de segurança energética. A suposta dependência da sociedade em relação a fontes de energia consideradas mais seguras, como o carvão, embasa-se em argumentos historicamente pavimentados, como o da instável disponibilidade dos recursos hídricos – agravada, importa lembrarmos, pelas mudanças climáticas, para as quais contribui significativamente o processo industrial de queima de combustíveis fósseis. Além disso, mediante o argumento da tecnologia, anteriormente mencionado, chegam a emergir, no setor de mineração, tentativas de associá-la à preservação do meio ambiente, haja vista dispositivos que reduzem a emissão de gases de efeito estufa (movimento que vai ao encontro, inclusive, de iniciativas do setor que se propõem comprometidas sob o ponto de vista ambiental, como as ações supostamente sustentáveis promovidas pela Vale).

Apesar da importância dos combustíveis fósseis na história mundial – a ponto de o capitalismo ter se estruturado sobre bases “fossilistas” (Porto-Gonçalves, 2017) –, tem emergido publicamente, cada vez mais, o anacronismo que significam essas fontes de energia. Trata-se de perspectiva defendida pela maior parte da comunidade científica e reverberada por movimentos sociais de cunho contradiscursivo (Henriques, 2022), que vêm alertando globalmente acerca da emergência climática e da necessidade de maior utilização de fontes renováveis.

No caso da Mina Guaíba, o CCM/RS materializou uma união de pautas distintas, amalgamadas por uma causa em comum, a de buscar contrapor o avanço da megamineração no estado. Essa mobilização delineou-se por meio da exploração dos

caminhos disponíveis, dentre os quais a promoção de/participação em eventos (como audiências públicas), a pressão por mais debates e esclarecimentos e o acionamento de dispositivos jurídicos e institucionais de questionamento e de reivindicação junto às instâncias legalmente competentes.

6.4. A suspensão da Mina Guaíba

Idealmente, as duas audiências públicas até aqui trabalhadas poderiam compor a integralidade do *corpus* analítico desta tese, uma vez que constituem recorte representativo da diversidade temática e de públicos do debate público da Mina Guaíba. Contudo, notamos que, em meio ao percurso histórico desse debate, tais audiências deixaram de contemplar um único acontecimento-chave, um ponto de inflexão que mudou os rumos do caso: a suspensão do empreendimento.

Tal suspensão deu-se em setembro de 2021, cerca de dois anos após o auge das discussões sobre o caso. Nesse ínterim, o debate esmoreceu: como resta demonstrado na cronologia do debate e na listagem de conteúdos veiculados em GZH e Sul 21 (disponíveis, respectivamente, no Capítulo 3 e no Apêndice A), esse arrefecimento parece ter sido motivado, principalmente, pela pandemia de Covid-19. Embora o arquivamento do pedido de licenciamento ambiental pela Fepam (fato que significou o epílogo do caso, ao menos até o fechamento desta tese, em fevereiro de 2024) tenha ocorrido em março de 2022 – ou seja, dois anos após o início da disseminação massiva de coronavírus no país –, é interessante notarmos que, entre os 128 conteúdos publicados sobre a Mina Guaíba nos dois veículos supracitados, 96 deles foram ao ar até março de 2020, isto é, antes da chegada da pandemia (o que representa 75% de todo o material). Parece razoável supormos que o foco na emergência sanitária tenha suplantado, junto à mídia e à sociedade em geral, a atenção que eventualmente pudesse ser dirigida a outras temáticas, entre as quais a da Mina Guaíba.

Representando a principal virada do caso, a suspensão foi anunciada pelo governo do estado, via declaração pública do governador Eduardo Leite. Devido tanto à relevância dessa suspensão para o debate analisado nesta tese como ao seu distanciamento temporal das audiências públicas, parece pertinente detalharmos, de modo separado, o contexto em que se deu esse acontecimento. É o que pode ser lido no subcapítulo a seguir.

6.4.1. Contextualização: sobre mudanças climáticas e conjuntura eleitoral

Ainda que caiba ao poder Executivo o papel de mediar, licenciar e fiscalizar questões minerárias, importa recordarmos, aqui, que o debate público sobre a Mina Guaíba foi travado, ao menos de modo mais intenso, nos anos iniciais das gestões de Eduardo Leite, no governo do estado, e de Jair Bolsonaro, na Presidência da República (2019 a 2022) – ambos, guardadas as devidas particularidades, caracterizados por medidas de diminuição do Estado e de valorização da iniciativa privada, fatores que, simultaneamente, favoreciam o avanço de grandes empreendimentos de mineração e ampliavam os tensionamentos com as forças contrárias a tais movimentações.

Um exemplo nesse sentido pode ser verificado em entrevista²¹¹ do então secretário estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior, concedida ao programa Gaúcha Atualidade, da rádio Gaúcha, em 5 de fevereiro de 2020. A pauta principal da entrevista era a então recente aprovação do novo Código Estadual do Meio Ambiente (que flexibilizou normas ambientais), porém, na ocasião, abordou-se também o projeto da Mina Guaíba.

A reportagem referenciada em nota de rodapé do parágrafo anterior traz o áudio da íntegra da entrevista, durante a qual Lemos Júnior falou sobre a Mina Guaíba no trecho entre 6min6s e 10min53. O excerto em questão mostra-se profícuo por ajudar a compor o histórico de mudanças de posicionamento do governo do estado sobre o caso da Mina Guaíba, tanto mais se considerarmos que tais mudanças se tornaram relevantes para o caso, uma vez que impactaram na suspensão do projeto.

Perguntando pela jornalista Rosane de Oliveira sobre o estágio e as polêmicas do empreendimento, o secretário inicia sua resposta abordando technicalidades do processo de licenciamento ambiental, então em andamento, ao afirmar que “a Fepam solicitou ao empreendedor (*Copelmi*) complementações de estudos, pois são estudos complexos, e o empreendedor solicitou, então, mais prazo, dada a complexidade dos estudos”. Na sequência, o entrevistado envereda em direção a argumentos tradicionalmente utilizados em defesa da indústria carbonífera (abordados anteriormente nesta tese). Tais

²¹¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/02/primeiras-atividades-com-autolicenciamento-ambiental-no-rs-devem-sair-ate-a-metade-do-ano-projeta-secretario-ck69a9re50gfk01qdm3orc7in.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

argumentações elencam o emprego da tecnologia como redutora de/salvo-conduto para danos ambientais (“a Alemanha, até 2038, trabalha para não utilizar o carvão, e algumas térmicas modernas continuarão, é importante que se diga isso”), a suposta necessidade de subsídios públicos (“mas se a gente vê o que está associado por trás [...] dessa migração da matriz de energia elétrica, nós vemos que a Alemanha vai subsidiar o custo da energia”), a ideia de uma transição vista como justa (“é o *step by step*, é passo a passo. De nada adianta nós deixarmos de usar um determinado insumo, se a gente não preparar o terreno, não prepararmos o estado, não prepararmos nossa economia”) e os alegados benefícios sociais (“(sem transição justa) a gente acaba ocasionando um outro problema, que está lá nos 17 ODSs (*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU*), que é (*não promover*) a redução da pobreza”), bem como a diminuta participação do carvão mineral gaúcho na matriz energética brasileira e no agravamento das mudanças climáticas globais (“no estado do Rio Grande do Sul, junto com o país, nós temos 80% de matriz de energia elétrica renovável. No ano passado, 92% da energia consumida no estado do Rio Grande do Sul foi de fonte renovável” e “o que mais contribui para as emissões de gases do efeito estufa aqui no estado do Rio Grande do Sul é o transporte rodoviário”). Tais alegações, favoráveis à indústria carbonífera e acionadas, também, por outros personagens do debate público da Mina Guaíba, estão presentes, aqui, para demonstrar que o governo estadual, à época da entrevista (e como a própria demonstra), situava-se entre uma tentativa de neutralidade e a defesa do empreendimento (e, posteriormente, consolidou-se contrariamente ao projeto, a ponto de decidir suspendê-lo, como exposto adiante).

Para fins de melhor compreensão sobre o papel exercido por Lemos Júnior, importa observarmos que ele, no ano de 2017, na condição de secretário estadual de Minas e Energia do governo de José Ivo Sartori²¹², já adotara posição favorável à indústria carbonífera, defendendo publicamente o carvão como “alternativa econômica” e como “oportunidade ímpar em tempos de crise”²¹³. Além disso, Lemos Júnior – que, naquela entrevista à rádio Gaúcha em 2020, desempenhou a função de porta-voz da gestão estadual, porquanto era secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura do governo de Eduardo Leite – parece ser um dos aliados mais próximos de Leite, que,

²¹² A gestão de Sartori no governo do estado aconteceu de 2015 a 2018.

²¹³ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2017/09/artur-lemos-junior-o-carvao-como-alternativa-economica-9899759.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

posteriormente, em fevereiro de 2021, o nomeou para um posto ainda mais central no núcleo de poder governamental²¹⁴: o de secretário-chefe da Casa Civil, cargo que ocupa até a conclusão desta tese (fevereiro de 2024)²¹⁵. Ainda que Eduardo Leite, à época da referida entrevista, mantivesse silêncio sobre o projeto da Mina Guaíba – em pesquisas realizadas em portais de notícias (G1²¹⁶, Folha de São Paulo²¹⁷, GZH²¹⁸ e Sul 21²¹⁹), não foram encontradas manifestações conclusivas dele acerca da mina anteriores a setembro de 2021 (quando anunciou a suspensão do empreendimento em entrevista nacional, abordada adiante)²²⁰ – podemos supor, dado o alinhamento supracitado entre secretário e governador, que as declarações de Lemos Júnior àquele programa de rádio representavam as posições de Eduardo Leite e, por extensão, do governo do estado acerca do tema, ao menos naquele momento.

A suspensão da Mina Guaíba foi anunciada por Leite no contexto de sua pré-campanha à Presidência da República. Leite chegou pela primeira vez ao governo do estado ao vencer a eleição de 2018. Eleito aos 33 anos, depois de ter se tornado prefeito de Pelotas aos 27, vivenciava carreira política ascendente em fevereiro de 2021, quando divulgou²²¹ a sua intenção de concorrer à Presidência da República na eleição seguinte.

²¹⁴ Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/artur-lemos-toma-posse-como-secretario-chefe-da-casa-civil>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²¹⁵ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/casa-civil>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/busca/?q=%22eduardo+leite%22%2C+%22mina+gua%C3%ADba%22>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²¹⁷ Disponível em: <<https://search.folha.uol.com.br/?q=%22eduardo+leite%22%2C+%22mina+gua%C3%ADba%22&site=todos>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²¹⁸ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=%22eduardo%20leite%22%2C%20%22mina%20gua%C3%ADba%22>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²¹⁹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/?s=%22eduardo+leite%22%2C+%22mina+gua%C3%ADba%22>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²⁰ Anteriormente a setembro de 2021, Eduardo Leite manifestou-se publicamente sobre a Mina Guaíba tão-somente uma vez, até onde pudemos verificar. Foi em abril de 2019, durante visita que recebeu do ex-governador Jair Soares, que expôs sua preocupação em relação ao projeto. Em resposta a Soares, Leite afirmou que “vai ter cautela no licenciamento e não permitirá que o Guaíba se transforme numa lixeira”. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2019/04/jair-soares-expoe-a-eduardo-leite-preocupacao-com-mina-de-carvao-a-ceu-aberto-cjuvrgxc0lme0lroodlpmei2.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²¹ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/02/eduardo-leite-aceita-convocacao-de-deputados-tucanos-e-vai-percorrer-o-pais-como-pre-candidato-a-presidencia-ckl17b07b000r017w02bgvmwt.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Apresentava-se como uma terceira via à polarização política existente entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva²²².

Desde a redemocratização pós-ditadura militar, o Brasil já realizou nove eleições para a Presidência da República. Em todas²²³, a disputa polarizou-se entre, de um lado, um candidato alinhado politicamente à esquerda/centro-esquerda e, de outro, um posicionado à direita/centro-direita. Quem se lançou como alternativa aos dois principais postulantes, via de regra, não obteve êxito eleitoral. Ao longo desse histórico, houve terceiras vias situadas em posições diversas do espectro político, ao sabor das particularidades de cada eleição. De modo geral, conforme Leon Victor de Queiroz (2021), as “terceiras vias no contexto brasileiro vêm se mostrando bastante conjunturais”, visto que abrangem “políticos de esquerda (Brizola em 1989 e Heloísa Helena em 2006), centro-esquerda (Ciro Gomes em 1998, Marina Silva em 2010 e 2014 e Ciro em 2018), de centro (Garotinho em 2002) e de direita (Enéas em 1994)”.

A despeito do histórico de insucessos, o debate acerca de uma terceira via retornou à agenda pública brasileira em 2021. No segundo semestre daquele ano, pesquisas eleitorais apontavam certa polarização na disputa presidencial de 2022. Levantamento realizado em setembro²²⁴ de 2021 pelo instituto Datafolha indicou 42% das intenções de voto para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 25% para o então presidente, Jair Bolsonaro, e 12% para o terceiro colocado, Ciro Gomes, no primeiro turno (Eduardo Leite registrava 4%). Conforme a mesma pesquisa, Lula e Bolsonaro dividiam também o pódio da rejeição, com 38% e 59%, respectivamente. Cabe observarmos que o índice de rejeição de Eduardo Leite estava em 18%, abaixo, inclusive, de João Doria (seu principal adversário interno no PSDB), este com 37% – o que representava, ao menos sob o ponto de vista da rejeição, dados favoráveis à pré-campanha de Leite.

²²² A expressão “terceira via” não nasceu no âmbito das discussões sobre as eleições presidenciais brasileiras de 2022. Giddens (2005; 2007) consolidara o conceito de terceira via ao tratar da busca por uma alternativa à disputa global entre os paradigmas capitalista e socialista, especialmente a partir dos conflitos ideológicos e geopolíticos da Guerra Fria (1947 a 1991). Entretanto, no caso daquele pleito brasileiro de 2022, o emprego de tal expressão não parece dizer da busca por uma terceira via ideológica, e sim por um terceiro nome/proposta que, sem romper com preceitos elementares do capitalismo, pudesse ter chances de vitória eleitoral.

²²³ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/em-8-eleicoes-para-presidente-nenhuma-3a-via-deu-certo-no-brasil/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/17/datafolha-lula-segue-a-frente-de-bolsonaro-e-no-2o-turno-tem-56percent-contra-31percent.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Ainda que Lula e Bolsonaro conservassem sua base mais fiel de eleitores, ambos lidavam, à época, com situações que levavam partes do eleitorado a rejeitá-los²²⁵. Para uma fatia da população, enfraqueciam Lula fatores como a sua recente prisão (ocorrida de abril de 2018 a novembro de 2019)²²⁶, a operação Lava-Jato²²⁷ e o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (em agosto de 2016), enquanto para uma outra parte, fragilizavam Bolsonaro as suas ações e omissões em relação à economia e à pandemia, bem como seus ataques à ciência, às universidades públicas e ao poder Judiciário. Inclusive, um terço do eleitorado rejeitava ambos – conforme a pesquisa eleitoral supracitada, 33% dos respondentes não escolheram nenhum dos dois, optando por outro candidato, pelo voto em “branco/nulo/nenhum” ou afirmando que não sabiam em quem votar.

Diante desse cenário, o tema da terceira via emergiu, pautando/sendo pautado por diversos veículos jornalísticos do país. Para fins de ilustração, efetuamos pesquisa em banco de notícias digitais, que retornou 215 registros com a expressão “terceira via” no ano de 2021, em portais brasileiros²²⁸. Reportagens²²⁹ abordavam as posições e o potencial eleitoral de nomes como Eduardo Leite, João Doria, Ciro Gomes, Simone

²²⁵ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-06/com-64-de-rejeicao-bolsonaro-deve-trabalhar-atos-de-7-de-setembro-para-recuperar-popularidade.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²⁶ Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/09/02/entenda-por-que-lula-foi-presos-e-por-que-foi-solto.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²⁷ Considerada a maior investigação de corrupção já efetuada no país, a Operação Lava-Jato teve, entre seus alvos, um megasquema realizado na Petrobras, envolvendo empresas privadas, órgãos públicos e agentes políticos de diferentes partidos. Preso no âmbito da Lava Jato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve sua condenação posteriormente anulada pelo Superior Tribunal Federal (STF), em 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²⁸ No total, a pesquisa retornou 250 registros, dos quais 35 foram desconsiderados por utilizarem a expressão “terceira via” para tratar de temas não relacionados à eleição presidencial de 2022. Não descartamos a possibilidade de que, em parte desses conteúdos não contabilizados, o acionamento de tal expressão tenha sido inspirado pelo fato de ela estar em voga na agenda pública da época, o que ampliaria ainda mais o escore da sua presença verificado na mídia jornalística digital. Realizada na seção de notícias do motor de buscas Google, a pesquisa abrangeu o período de 1º/01/2021 a 31/12/2021. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=%22terceira+via%22&sca_esv=586595587&tbs=sbd:l,cd:r,min:1/1/2021,cd_max:12/31/2021&tbm=news&sxsrf=AM9HkKmCyhDOsXgFvdIu9Eam969ifCH2sA:1701344188884&ei=vHN0ZcHPNc7G5OUP8sGJiA4&start=0&sa=N&ved=2ahUKEwjBnZOA0euCAxVOI7kGHfJgAuE4HhDy0wN6BAgEEAQ&biw=1536&bih=739&dpr=1.25>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²²⁹ Exemplos disponíveis em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/eleicoes-cinco-motivos-para-apostar-e-cinco-para-duvidar-da-terceira-via/>>; <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-19/terceira-via-ganha-atencao-do-eleitor-mas-ainda-bate-cabeca-atras-de-apoio-popular.html>>; <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/terceira-via-pautas-de-costumes-questoes-fundamentais/>>; <<https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/fotos/nem-lula-nem-bolsonaro-quais-sao-os-nomes-da-terceira-via-para-2022-29062022>>; <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4938803-lula-e-bolsonaro-desdenham-de-terceira-via-para-eleicoes-de-2022.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Tebet, Luiz Henrique Mandetta e José Luiz Datena, entre outros, bem como buscavam trazer opiniões²³⁰ de ex-presidentes da República, empresários renomados e outras figuras proeminentes do país acerca do assunto. A variedade e a consistência dos conteúdos encontrados nessa busca ilustram o papel determinante exercido pela mídia, especialmente por veículos jornalísticos de repercussão nacional, no agendamento do tema da terceira via no debate político-eleitoral brasileiro daquele período. Um exemplo desse movimento foi constatado por Petronilio Filipe Costa Ferreira (2023), ao analisar a cobertura do jornal O Estado de S. Paulo acerca da proposta de uma terceira via para aquelas eleições. O autor verificou que, ao longo dos anos de 2021 e 2022, o veículo publicou uma série de editoriais defendendo a existência e o fortalecimento de um candidato alternativo à referida polarização. Ferreira (2023) identificou, ainda, que o jornal, inicialmente inclinado à pré-candidatura do ex-juiz Sergio Moro, paulatinamente posicionou-se ao lado da então senadora Simone Tebet/MDB, enaltecendo-a em editoriais e concedendo amplo espaço em sua cobertura para a pré-candidata.

Durante o ano de 2021, Eduardo Leite promoveu campanha no âmbito das prévias internas de seu partido²³¹, nas quais concorreu contra o então governador de São Paulo, João Doria, e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio. Leite, então, empreendeu, naquele ano, uma agenda de aparições em âmbito nacional, em busca de apoios e de visibilidade. Por meio de entrevistas, recebeu espaços de protagonismo em veículos como as revistas Piauí²³² e Veja²³³, o *site* Metrôpoles²³⁴ e as TVs Bandeirantes²³⁵ e Globo²³⁶.

²³⁰ Exemplos disponíveis em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-cnn-fhc-diz-que-terceira-via-nao-pode-ser-neutra-tem-que-polarizar-tambem/>>; <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/11/29/interna_politica,1326922/michel-temer-terceira-via-nao-vai-ser-unificada.shtml>; <<https://www.suno.com.br/noticias/temos-acreditar-terceira-via-setubal-itaub4/>>; <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/12/03/pedro-passos-da-natura-espera-ver-terceira-via-com-cara-e-coracao.ghtml>>; <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/12/15/abilio-ve-economia-como-pauta-central-das-eleicoes.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/previas-do-psdb-debate-do-globo-valor-tera-doria-leite-virgilio-25239530>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³² Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/estou-no-pareo/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XK75BQN7rvw&ab_channel=vejapontocom>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oqn5dD5bFRk&ab_channel=Metr%C3%B3poles>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WdyT-fdXxQ4&ab_channel=BandJornalismo>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³⁶ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9653427/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

A estratégia que, à época, embasou os posicionamentos públicos de Leite pareceu dirigida à fatia de eleitores que não se sentia confortável em votar nem em Lula, nem em Bolsonaro. Havia um terço do eleitorado (cerca de 33%, conforme a pesquisa do instituto Datafolha citada anteriormente) que rejeitava ambos – e essa parcela, conforme se movimentasse até as eleições, tinha potencial de defini-las. Leite, assim, buscou dialogar tanto com públicos mais progressistas que não se sentiam representados por Lula, quanto com outros (mais alinhados a pautas típicas de partidos situados à centro-direita ou à direita do espectro político), que não viam em Bolsonaro a sua melhor opção. Em relação à primeira situação, pode ser citada, como exemplo, entrevista ao programa “Conversa com Bial”, da TV Globo, em que, pela primeira vez, Leite tomou a iniciativa de falar publicamente sobre o fato de ser *gay*, o que estabeleceu um contraponto com posicionamentos de Bolsonaro, praticante contumaz²³⁷ de LGBTQIA+fobia²³⁸, inclusive contra Leite²³⁹. No tocante ao segundo movimento, Leite agiu no sentido de reduzir o tamanho do Estado, ao propor a privatização de empresas estatais gaúchas²⁴⁰.

A fim de compor o equilíbrio argumentativo que buscava, Leite declarou arrependimento²⁴¹ por ter apoiado a candidatura de Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018, ao declarar: “considero um erro o encaminhamento da eleição do presidente Bolsonaro. Não projetávamos que, num quadro de pandemia, a sensibilidade humana do presidente fosse tão exigida como está sendo”. Ao justificar sua opção, aproveitou para criticar também o polo oposto, ao afirmar que o pleito opusera o bolsonarismo ao “PT, com uma fórmula econômica que gerou milhões de desempregados naquele período para o Brasil, a mais profunda recessão da nossa história e casos de corrupção que chocavam também a população”. Assim, ao criticar

²³⁷ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³⁸ A sigla que designa essa parcela da população vem sendo atualizada ao longo do tempo. Aqui, optamos por grafar “LGBTQIA+”, como consta de legislação federal de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11848.htm>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²³⁹ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/esse-salame-e-do-governador-diz-bolsonaro-sobre-eduardo-leite/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴⁰ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-13/eduardo-leite-sobe-ao-ringue-de-2022-com-privatizacao-e-antipetismo-no-portfolio.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eduardo-leite-se-diz-arrependido-de-declarar-voto-em-bolsonaro-em-2018-foi-um-erro-1-25090302#:~:text=BRAS%C3%8DLIA%20%E2%80%94%20Governador%20do%20Rio%20Grande,presidente%20Jair%20Bolsonaro%20em%202018>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

seus maiores adversários, defendeu a ideia de renovação (da qual sua pré-candidatura se nutria): “Não vamos nos resignar em sermos levados a um segundo turno como em 2018, em que tenhamos que escolher entre um projeto ruim e outro igualmente ruim ou pior. Temos que construir alternativas para construir um Brasil novo”.

Cabe recordarmos que, no ano de 2021, estava em evidência a postura negacionista da gestão Bolsonaro não somente para com a pandemia de Covid-19, como também no que se refere às mudanças climáticas – ao minimizar o aquecimento global, reduzir investimentos públicos em pesquisas sobre o tema e incentivar o aumento de emissões de gases de efeito estufa no país²⁴². Nesse contexto de embates político-ambientais, o processo eleitoral de 2022 (em curso já em 2021), no qual Jair Bolsonaro tentou a reeleição, significou um ponto de inflexão. De um lado, havia um governo com posição declarada favoravelmente à indústria carbonífera e com uma série de ações/omissões que se situavam na contramão do ambientalismo – a esse respeito, podemos mencionar, por exemplo, os recordes de desmatamento na Amazônia, a redução de multas ambientais, o aumento de invasões de terras indígenas e a alta na emissão de dióxido de carbono no país²⁴³, além de declaração do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que, em reunião ministerial realizada em abril de 2020, em meio ao período mais grave da pandemia, sugeriu que o governo aproveitasse que a atenção da imprensa estava focada na Covid-19 para “ir passando a boiada”, no sentido de flexibilizar normas ambientais²⁴⁴. De outro lado da disputa, estava o projeto político liderado pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que buscava retornar à Presidência e, no que concerne ao meio ambiente, prometia revogar políticas ambientais da gestão Bolsonaro e retomar o combate ao garimpo e ao desmatamento²⁴⁵.

Diante da polarização entre os dois postulantes e da alta rejeição de ambos junto ao eleitorado, surgiram candidatos alternativos – entre eles, Eduardo Leite, que, durante sua pré-campanha à Presidência, declarou-se contrário à Mina Guaíba. Naquele ano de

²⁴² Disponível em: <<https://apublica.org/2023/11/governo-bolsonaro-anulou-avancos-climaticos-do-brasil-neste-seculo/>>; <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59096013>>; <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58550080>>; <<https://diplomatieque.org.br/a-negacao-climatica-do-governo-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴³ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/como-bolsonaro-rifou-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴⁴ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴⁵ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/em-3o-mandato-lula-tentara-avancar-na-protecao-da-amazonia/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

2021, o governo federal anunciou o anteriormente referido Programa para Uso Sustentável do Carvão Mineral Nacional, consolidando a posição governamental favorável em relação a esse minério. Tal programa foi lançado em agosto de 2021, e, no mês seguinte (setembro), Leite manifestou-se em público sobre o projeto da Mina Guaíba – criticando-o e anunciando a sua suspensão. Até onde pudemos verificar, essa foi a primeira vez em que o governador e, por extensão, o governo do Rio Grande do Sul posicionou-se no sentido de suspender o empreendimento.

A declaração foi dada em entrevista do governador ao *podcast* Flow, em meio a uma sucessão de outras aparições suas de penetração nacional. No vídeo da entrevista²⁴⁶, a referida declaração aparece no trecho entre 2h36min41s e 2h43min13s. Anteriormente, as posições do governo do estado sobre o caso oscilavam entre uma pretensa neutralidade (verbalizada nas audiências públicas via Fepam e ancorada no fato de que o processo de licenciamento estava em curso e, portanto, ainda era inconclusivo) e uma defesa da megamineração – materializada, por exemplo, na campanha governamental Minera RS, em manifestações de deputados estaduais governistas na audiência pública da AL/RS e em falas do secretário de Estado Artur Lemos Júnior a um programa de rádio, anteriormente apresentadas. Até o momento da entrevista de Leite ao *podcast* Flow, não havia posicionamento oficial do governo estadual no sentido de suspender ou de autorizar a implantação da mina.

Ao *podcast*, Leite (às 2h37min02s), perguntado sobre qual era a sua opinião a respeito da instalação de minas de carvão, respondeu:

Olha, eu acho que a gente tem que trabalhar pela descarbonização. Esse tema ambiental é superimportante. A gente precisa reduzir emissões, e isso envolve uma política, sim, de descarbonização a partir de mudança de matriz energética. O Rio Grande do Sul tem geração de energia a partir de carvão, é um percentual pequeno dentro da geração que o estado tem, mas ele tem minas de carvão, ele tem a maior parte da reserva de carvão do Brasil. Mesmo assim, eu entendo que a gente deve avançar na direção de acabar com esse tipo de geração. *Tanto é que é importante dizer aqui, falava-se muito sobre uma mina, a Mina Guaíba, lá no Rio Grande do Sul, que é uma mina de carvão que se tentava fazer a exploração. É importante dizer: está arquivado esse processo. Esse processo não está tramitando, está arquivado. Essa mina não vai sair no Rio Grande do Sul, de exploração desse carvão.* Agora, claro, você precisa fazer o processo dessa mudança de matriz energética a partir de direcionar e estimular as fontes renováveis, como

²⁴⁶ Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=Ll3St1KHBA0&t=9756s&pp=ygUSZmxvdyBIZGF1cmRvIGxlaXRl>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

energia eólica, fotovoltaica, para o que nós temos muita vocação, e outras, e usar essas matrizes energéticas, inclusive, que são renováveis, verdes e responsáveis, para a geração de outras fontes de energia, por exemplo o hidrogênio verde, que boa parte do mundo está caminhando. (Flow Podcast, 24 set. 2021, grifos nossos)

Ato contínuo, o governador disserta acerca dos benefícios atrelados ao hidrogênio verde e apresenta a justificativa para o seu raciocínio:

O Brasil tem uma oportunidade como talvez não tenha obtido desde que se descobriu ouro nas Minas Gerais, que é a questão ambiental. Pensa comigo aqui. *O mundo se alinha pela descarbonização, pela redução da emissão de carbono, por fontes de energias renováveis, num compromisso com a redução dos gases de efeito estufa, para evitar mudanças climáticas ou reduzir a mudança climática no mundo.* Então, o mundo está alinhado para isso, e nós somos o país que tem a maior biodiversidade do mundo, a maior área florestada no mundo, a gente tem aqui a natureza toda e com capacidade de geração de energia. (Flow Podcast, 24 set. 2021, grifos nossos)

Leite, na sequência, conclui sua fala sobre o tema, defendendo a exploração de fontes de energia limpa como oportunidade ambiental e econômica. Em suma, na entrevista ao *podcast*, o governador anunciou a suspensão da mina e justificou sua decisão argumentando sobre a importância das energias renováveis para a redução das emissões de gases de efeito estufa e, assim, para a reversão do atual quadro de mudanças climáticas.

Conforme o que pudemos mapear, *no Brasil não há outro registro de uma suspensão, de modo temporário ou definitivo, de uma mina de carvão ou usina termelétrica (em fase de projeto, implantação ou operação), em que se alegou publicamente, como motivação (principal ou secundária), as mudanças climáticas globais.* Já ocorrida internacionalmente, *tal situação é inédita em nível nacional.* Para se obter essa conclusão, foram realizadas pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes²⁴⁷, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações²⁴⁸, nos *sites* de

²⁴⁷ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁴⁸ Disponível em:

<<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=mina%2C+carv%C3%A3o%2C+desativa%C3%A7%C3%A3o&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>;

<<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=mina%2C+carv%C3%A3o%2C+suspens%C3%A3o&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>;

<<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=usina%2C+carv%C3%A3o%2C+desativa%C3%A7%C3%A3o&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>;

<<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=usina%2C+carv%C3%A3o%2C+suspens%C3%A3o&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

notícias The New York Times²⁴⁹ (Estados Unidos) e The Guardian²⁵⁰ (Reino Unido) e na seção de notícias do Google²⁵¹, mediante combinações das palavras-chave “mine”, “plant”, “coal”, “deactivation” e “suspension”, em inglês; e “mina”, “usina”, “carvão”, “desativação” e “suspensão”, em português.

Em âmbito internacional, há exemplos de minas de carvão e usinas termelétricas encerradas mediante o propósito de se reduzirem emissões de gases do efeito estufa (e,

²⁴⁹ Disponível em: <<https://www.nytimes.com/search?query=mine%2C+coal%2C+deactivation>>; <<https://www.nytimes.com/search?query=mine%2C+coal%2C+suspension>>; <<https://www.nytimes.com/search?query=plant%2C+coal%2C+deactivation>>; <<https://www.nytimes.com/search?query=plant%2C+coal%2C+suspension>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵⁰ Disponível em: <https://www.google.co.uk/search?as_q=mine%2C+coal%2C+deactivation&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=www.theguardian.com&as_occt=any&as_filetype=&tbs=>>; <https://www.google.co.uk/search?as_q=mine%2C+coal%2C+suspension&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=www.theguardian.com&as_occt=any&as_filetype=&tbs=>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵¹ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mine%2C+coal%2C+deactivation&sca_esv=587356145&biw=1536&bih=739&tbm=nws&sxsr=AM9HkKmq9tWYqMFNQwWaYTK_GO6dFfk8Gg%3A1701559990456&ei=tr5rZd-4G67X5OUPu6iDkAo&ved=0ahUKEWj66329PGCAxWuK7kGHTvUAKIQ4dUDCA0&uact=5&oq=mine%2C+coal%2C+deactivation&gs_lp=Egxn3Mtd2l6LW5ld3MiGG1pbmUsIGNvYWwsIGRIYWN0aXZhdGlvbjIIFECEYAFItgJQAFgAcAB4AJABAJgBqAGgAagBqgEDMC4xuAEDyAEAiAYB&scient=gws-wiz-news>>; <https://www.google.com/search?q=mine%2C+coal%2C+suspension&sca_esv=587356145&biw=1536&bih=739&tbm=nws&sxsr=AM9HkKmA-maJE_xA2bxWpvp-HSUXxVmzvA%3A1701560000877&ei=wL5rZbSMNcDB5OUP68yFYA&ved=0ahUKEwi07Kn79PGCAXXAILkGHWTmAQwQ4dUDCA0&uact=5&oq=mine%2C+coal%2C+suspension&gs_lp=Egxn3Mtd2l6LW5ld3MiFm1pbmUsIGNvYWwsIHN1c3BlbnNpb24yBRAhGKABSKgEUOECWOECcAB4AJABAJgBmwGgAa8DqgEDMC4zuAEDyAEA-AEC-AEBwgIIEAAYgAQYogSIBgE&scient=gws-wiz-news>>; <https://www.google.com/search?q=mina%2C+carv%C3%A3o%2C+desativa%C3%A7%C3%A3o&sca_esv=587356145&biw=1536&bih=739&tbm=nws&sxsr=AM9HkKlew7FoGt6fXLWXyCDKbb4sgLAR-A%3A1701559682687&ei=gr1rZb7AKYWN5OUPjuOd-As&ved=0ahUKEwi-ic3j8_GCAxWFBrkGHY5xB78Q4dUDCA0&uact=5&oq=mina%2C+carv%C3%A3o%2C+desativa%C3%A7%C3%A3o&gs_lp=Egxn3Mtd2l6LW5ld3MiHG1pbmEsIGNhcnbDo28sIGRlc2F0aXZhw6fDo28yBRAhGKABSIMSUL4CWL0QcAB4AJABAJgB3AGgAYgRqgEGMC4xMi4xuAEDyAEA-AEBwgIIEAAYgAQYogTCAGYQABgWGB6IBgE&scient=gws-wiz-news>>; <https://www.google.com/search?q=mina%2C+carv%C3%A3o%2C+suspens%C3%A3o&sca_esv=587356145&biw=1536&bih=739&tbm=nws&sxsr=AM9HkKkC-Upl0TuY1hKRVH780izITbErYg%3A1701559691525&ei=i71rZfrQH8ev5OUPyL65yAg&ved=0ahUKEwi6wujn8_GCAxXHF7kGHUhfDokQ4dUDCA0&uact=5&oq=mina%2C+carv%C3%A3o%2C+suspens%C3%A3o&gs_lp=Egxn3Mtd2l6LW5ld3MiGW1pbmEsIGNhcnbDo28sIHN1c3BlbnPDo28yBRAhGKABSOoOULgDWMgNcAB4AJABAJgBrAGgAcoMqgEEMC4xMbgBA8gBAPgBAcCCBAAGIAEGKIEwgIGEAAAYFhgeiAYB&scient=gws-wiz-news>>; <https://www.google.co.uk/search?as_q=plant%2C+coal%2C+deactivation&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=www.theguardian.com&as_occt=any&as_filetype=&tbs=>>; <https://www.google.co.uk/search?as_q=plant%2C+coal%2C+suspension&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=www.theguardian.com&as_occt=any&as_filetype=&tbs=#ip=1>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

assim, contribuir para o enfrentamento da emergência climática), como na Alemanha²⁵² e nos Estados Unidos²⁵³, e casos em que tais empreendimentos tiveram suas operações cessadas por outros motivos, como de ordem econômica²⁵⁴ e de segurança do trabalho²⁵⁵. No Brasil, foram localizados dois casos na história recente – desconsiderados, aqui, os registros de minas de carvão interditas por funcionarem ilegalmente e de minas desativadas por esgotamento dos recursos naturais (ou seja, quando se extrai o carvão até se exaurirem as reservas), bem como os registros que, embora cite minas suspensas, não informam a causa de sua desativação. Um dos casos recentes encontrados é o da Mina 101, em Içara (SC), suspensa pela prefeitura local, devido a riscos ambientais (posteriormente, tal estrutura foi reativada²⁵⁶), e o outro, da Mina Fontanella, em Treviso (SC), interdita²⁵⁷ por risco de desabamento, após vistoria da Agência Nacional de Mineração (atualmente, a mina parece estar em operação²⁵⁸, embora não tenha sido encontrado registro específico sobre a sua reabertura).

Por certo, os resultados localizados não esgotam os casos de empreendimentos carboníferos suspensos no país. Parece provável que haja outras ocorrências de minas e/ou usinas brasileiras do setor que, por motivos não relacionados à emergência climática, tenham sido descontinuadas. Acreditamos, contudo, que tais resultados oferecem um panorama sobre desativações na indústria carbonífera nacional e, acima de tudo, asseguram que, além da Mina Guaíba, não há no Brasil outro exemplo de suspensão em que se alegou publicamente, como motivação, o propósito de se diminuir as emissões de gases do efeito estufa. É razoável supor que casos desse tipo, se existissem, seriam encontrados por meio da pesquisa empreendida, dadas a

²⁵² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/sob-acordo-historico-alemanha-abandona-uso-do-carvao-para-gerar-energia-24194266>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵³ Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2023/11/27/climate/clean-energy-funding-coal-communities.html?searchResultPosition=23>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵⁴ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/26/what-happens-when-americas-coal-plants-die>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵⁵ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/03/5080511-explosao-em-mina-de-carvao-mata-11-pessoas-na-colombia.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵⁶ Disponível em: <<https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2012/mina-101-tem-alvara-de-funcionamento-restabelecido>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/16/ministerio-publico-do-trabalho-interdita-carbonifera-no-sul-de-sc-apos-inspecao.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁵⁸ Disponível em: <<https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2023/uma-historia-de-fe-ha-22-anos-maos-entregam-imagens-sacras-reconstruidas>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

relevância e certa reverberação de discussões que envolvem as relações entre o carvão e a questão climática.

A declaração do governador de que o licenciamento da mina seria suspenso reverberou junto ao CCM/RS, que, por meio de artigo publicado no Sul 21 e assinado pelo próprio Comitê²⁵⁹, alegou ser a suspensão fruto de mobilização dos movimentos contrários ao empreendimento, e não de iniciativa genuína de Leite. O texto afirma, ainda, que, diante das diversas contestações que tramitavam judicialmente – a respeito, especialmente, da não inclusão do componente indígena no EIA/Rima –, o projeto da Mina Guaíba dificilmente prosperaria e que, por essa razão, o governador teria se antecipado em anunciar um destino que, independentemente de sua vontade, tendia a acontecer. Nos meses seguintes, tais decisões judiciais concretizaram-se paulatinamente, até o derradeiro arquivamento do processo de licenciamento, em março de 2022.

Ainda no âmbito dessa linha do tempo, importa referirmos o fato de que, em outubro de 2021, um mês após a entrevista de Leite ao *podcast* Flow, a Fepam suspendeu a licença de operação de uma mina de carvão da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) localizada no município de Candiota, alegando “irregularidades ambientais”²⁶⁰. O *timing* da suspensão chama a atenção ao ter reforçado o posicionamento de combate à indústria carbonífera por parte de Leite (e, por extensão de seu governo), ainda que não possamos descartar a possibilidade de ter sido tão-somente uma coincidência. Em novembro, a Fepam e a CRM chegaram a um acordo e assinaram um termo de compromisso²⁶¹ visando dar continuidade às operações da mina. Cabe mencionarmos, ainda, que a tentativa de Leite de ser candidato à Presidência da República esbarrou nas prévias internas do PSDB, que, em novembro de 2021,

²⁵⁹ Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2021/09/sobre-as-declaracoes-de-eduardo-leite-referentes-a-mina-guaiba-por-comite-de-combate-a-megaminerao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶⁰ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/10/fepam-suspende-licenca-de-operacao-de-mina-de-carvao-em-candiota-ckust3i6j009501gj0ry27xqu.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶¹ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/fepam-e-crm-assinam-termo-de-compromisso-para-continuidade-da-operacao-da-mina-em-candiota>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

escolheram João Doria²⁶² como representante do partido (mais adiante, Doria viria a desistir da candidatura²⁶³).

No fim de março de 2022, Leite renunciou ao cargo de governador, ainda sem abdicar plenamente da intenção de concorrer à Presidência – ao sair do posto, defendeu²⁶⁴ que “não faz sentido ficar acorrentado às prévias” do PSDB e que a renúncia “abre várias possibilidades e não tira nenhuma”. Posteriormente, não conseguiu firmar sua candidatura nacional e optou por concorrer novamente ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 2022, vindo a obter vitória²⁶⁵. Uma vez eleito, manteve preocupação pública com as mudanças climáticas, anunciando²⁶⁶, em 2023, um programa governamental de enfrentamento ao tema.

6.4.2. Variáveis discursivo-contextuais 11 e 12

A partir do contexto apresentado, é possível constatar que duas das variáveis anteriormente citadas, a dos riscos socioambientais e a dos posicionamentos de matriz política, desdobram-se aqui em outras duas, relacionadas, respectivamente, às mudanças climáticas e às eleições presidenciais. Entendemos que esses temas, embora vinculados àquelas macropautas, podem ser considerados não subvariáveis, mas sim *duas novas variáveis discursivo-contextuais*, devido ao protagonismo que assumiram no episódio da suspensão da mina. Tais variáveis (aqui, numeradas como 11 e 12) somam-se às dez anteriormente apresentadas. São elas:

11) As mudanças climáticas globais;

12) Os interesses político-eleitorais.

Ao lançar-se como terceira opção em meio à alta rejeição dos dois principais candidatos à Presidência da República – Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, este

²⁶² Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/doria-derrota-eduardo-leite-e-sera-candidato-do-psdb-a-presidencia-em-2022/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/05/23/joao-doria-desiste-da-pre-candidatura-a-presidencia-veja-a-integra-do-discurso.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/eduardo-leite-diz-que-psdb-nao-pode-se-acorrentar-as-previas-e-nega-ter-aecio-como-guia.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶⁵ Disponível em: <<https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/eduardo-leite-e-reeleito-governador-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁶⁶ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-lanca-plano-estrategico-para-acoes-climaticas>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

de escassa preocupação ambiental –, Eduardo Leite parece ter buscado impulsionar sua pré-campanha por meio de pautas que lhe pudessem angariar novas porções do eleitorado. Nesse contexto, encontrou, na Mina Guaíba, uma forma de afastar-se da política de valorização dos combustíveis fósseis praticada pelo governo de Jair Bolsonaro e, ao mesmo tempo, aproximar-se de eleitores simpáticos à preservação ambiental (e assim, em alguma medida, a pautas defendidas por Luiz Inácio Lula da Silva). Para Leite, em termos de debate nacional, anunciar a suspensão da tramitação da mina apresentava-se como um movimento favorável à sua pré-candidatura, por vinculá-lo a uma tendência ambientalmente responsável em nível global e, inclusive, por retirar da pauta estadual, ao menos em grande parte, o polêmico caso da Mina Guaíba.

A despeito de manifestações anteriores, como a campanha Minera RS e falas de deputados estaduais e do secretário Artur Lemos Júnior, o governo do estado ainda não havia firmado uma posição peremptória sobre o caso. Torna-se razoável supormos que, se tivesse autorizado o projeto, sofreria críticas, mas não causaria profundo estranhamento, haja vista que seu partido, o PSDB, de conduta neoliberal, não se notabiliza por ser contrário a empreendimentos econômicos de grande porte.

Leite optou por aderir a um posicionamento mundialmente referendado. Entre gerar incômodo em empresas/cidades mineradoras gaúchas ou despertar a insatisfação de organizações globais como a ONU, escolheu a primeira opção, parecendo mirar no potencial que aquela decisão teria de lhe arregimentar visibilidade positiva – e votos – no âmbito da eleição que se aproximava. Importa, também, assinalarmos que, embora a motivação alegada pelo governador Eduardo Leite para a suspensão da mina tenha sido a emergência climática global, esse não foi o motivo considerado (ao menos, publicamente) nas esferas judicial e administrativa. Após o anúncio de suspensão feito por Eduardo Leite na entrevista ao *podcast* Flow, e conforme visto na cronologia do caso (no Capítulo 3), o empreendimento foi, em fevereiro de 2022, anulado pela Justiça Federal devido à ausência de consulta prévia a comunidades indígenas e, em março daquele ano, arquivado pela Fepam em razão da referida decisão judicial e da não realização de estudos complementares (não apresentados pela Copelmi ao órgão licenciador).

Aqui, cumpre assinalarmos que a identificação da variável eleitoral, associada a questões climáticas, conclui o cercamento contextual de nosso objeto empírico. Habilita-nos, assim, a seguirmos rumo a considerações mais gerais a respeito das variáveis discursivo-contextuais abordadas neste capítulo.

6.5. Considerações gerais

Neste capítulo, a partir dos principais argumentos acionados pelos públicos no debate público da Mina Guaíba, identificamos doze variáveis discursivo-contextuais que constituíram esse debate. Presentes, em algum nível, em outros debates de mineração, essas variáveis foram mapeadas por meio de levantamento bibliográfico sobre o contexto discursivo do setor. São elas:

- 1) *o embate entre as racionalidades econômica, ancorada no paradigma (neo)extrativista/(necro)capitalista, e ambiental, voltada à preservação sustentável;*
- 2) *o território na perspectiva do conflito;*
- 3) *a geração de relativos benefícios;*
- 4) *os riscos socioambientais em geral;*
- 5) *a construção discursiva da ciência e dos que buscam deslegitimá-la;*
- 6) *a tradição, a segurança e o baixo impacto climático atribuídos ao carvão mineral;*
- 7) *os posicionamentos de matriz política;*
- 8) *a perspectiva da transição justa;*
- 9) *os ritos burocrático-institucionais;*
- 10) *as contestações da sociedade civil organizada à mineração;*
- 11) *As mudanças climáticas globais;*
- 12) *Os interesses político-eleitorais.*

Tais variáveis, como dito anteriormente, operam de modo entrelaçado, e sua separação visa, primordialmente, à compreensão/explicação sobre como cada uma delas atua no/atravessa o debate analisado. Tal entrelaçamento pode ser observado, por exemplo, no que toca a questões como “*o embate entre as racionalidades econômica, ancorada no paradigma (neo)extrativista/(neco)capitalista, e ambiental, voltada à preservação sustentável*” e “*o território na perspectiva do conflito*” (variáveis 1 e 2, respectivamente). A primeira diz respeito à conjuntura conflitual que constitui o mundo/modelo capitalista (da qual o histórico latinoamericano de exploração minerária é um consistente exemplo), um contexto que engendra e permeia disputas como as da Mina Guaíba, nas quais o conflito de racionalidades rerepresenta-se e impõe-se como ordem do discurso. A segunda, por seu turno, representa esse embate de forma simbólica, pois que diz de diferentes concepções acerca dos usos territoriais e de como tal conflito de visões, componente habitual das práticas de mineração em larga escala, expressa-se articulado a essas práticas, com frequência mobilizando públicos (como os sem-terra e os indígenas) que necessitam posicionar-se não por vontade/iniciativa própria, mas em reação a riscos que lhes ameaçam.

“*A geração de relativos benefícios*” e “*os riscos socioambientais em geral*” (variáveis 3 e 4, respectivamente), por sua vez, presentificaram-se no debate assentadas tanto em informações sobre empreendimentos anteriores como em projeções estimadas especificamente para a Mina Guaíba. No caso da variável 3, chama a atenção a tentativa, por parte de alguns oradores favoráveis ao projeto, de associá-lo a causas maiores e mais nobres, como o combate à fome e à miséria. Tal movimento argumentativo pareceu buscar emprestar à mina fins moral e socialmente superiores e, ao mesmo tempo, posicionar os críticos no lado contrário a causas humanitárias contra as quais, à primeira vista, não caberia oposição.

Parte considerável dos argumentos tanto sobre eventuais benefícios como sobre riscos associados ao empreendimento baseou-se em elementos que trazem “*a construção discursiva da ciência e dos que buscam deslegitimá-la*” (variável 5), que constituiu outra ordem do discurso no âmbito do debate público da Mina Guaíba. Componentes como a retórica científica, o acionamento de dados baseados em pesquisas, a referência a fontes especializadas, a menção ao currículo dos especialistas envolvidos, todos esses fatores concorreram para que o debate, em ao menos uma de

suas camadas, tenha se apresentado como um debate de matriz científica/acadêmica. Nesse sentido, especialmente no polo favorável ao projeto, as possibilidades oferecidas pela tecnologia, a fim de supostamente proteger o meio ambiente de danos mais agressivos, pareceram configurar argumentação legitimadora da exploração ambiental.

Argumentos habitualmente empregados em defesa da mineração – e, especificamente, em relação a fontes não renováveis de energia –, como os que aportam “*a tradição, a segurança e o baixo impacto climático atribuídos ao carvão mineral*” (variável 6), fizeram-se presentes no debate da Mina Guaíba, remetendo a um conjunto consolidado de práticas, inclusive discursivas, que ancoram historicamente tais argumentos, embora estes tenham sido cientificamente refutados no âmbito do próprio debate e não pareçam validar a atuação do setor. Somam-se a um argumento mais recente, “*a perspectiva da transição justa*” (variável 8), que assume tanto a necessidade de redução (ou, no limite, de fim) do uso da energia não renovável – propondo que tal necessidade seja resolvida por meio de uma transição, ou seja, de forma gradual – como a de que essa redução se dê com justiça, isto é, sem grandes prejuízos econômicos. Trata-se de argumento que, ao tomar como pressuposto o consenso científico a respeito da nocividade dos combustíveis fósseis, busca expressar uma possível intenção do setor de mineração em ajustar-se a essa realidade para manter sua força (ao menos, por um certo tempo). “*Os posicionamentos de matriz política*” (variável 7) dizem das nuances que podem atravessar as opiniões e condutas de agentes políticos, os quais podem estar alinhados a fatores como a sua orientação partidária e os interesses de sua base eleitoral – no caso da Mina Guaíba, verificamos ambos os vetores de influência citados. Houve casos de divergências no âmbito de um mesmo partido político, bem como, no episódio da suspensão da mina, a supracitada oscilação no posicionamento do governo do estado em relação ao empreendimento.

É possível afirmar que um conjunto de “regras do jogo” democrático envolve “*os ritos burocrático-institucionais*” (variável 9), posto que essa variável se refere a expedientes formais adotados por uma parcela relevante de ambos os polos do debate, no tocante à ocupação de espaços públicos de manifestação (em audiências públicas, por exemplo) e a caminhos legais de contestação e de defesa (nos âmbitos licenciatório e judicial). Movimentando esse “tabuleiro”, “*as contestações da sociedade civil organizada à mineração*” (variável 10) – com associação de esforços, especialmente via

CCM/RS, mas também por meio de sujeitos interessados no caso e não vinculados ao Comitê – amplificaram a reverberação do debate, expondo as fragilidades do caso e contribuindo para que a sua resolução fosse postergada.

No que toca às próximas duas variáveis (as últimas de nosso rol), vale reiterarmos que, conforme demonstrado na tese, o caso da Mina Guaíba foi a primeira vez, no país, em que se suspendeu um empreendimento carbonífero por meio da alegação de que contribuía/contribuiria para a emergência climática global. Nenhuma outra mina/usina de carvão do Brasil foi suspensa mediante essa alegação, mesmo apresentando características e riscos semelhantes aos da mina gaúcha. Além disso, de forma geral, as argumentações e disputas de outros casos que estruturaram histórica e discursivamente o debate da Mina Guaíba não pareceram ter sofrido profundas transformações quando transpostas/atualizadas nesse/para esse caso. Aqui, em comparação com os desfechos de casos similares, *o que mudou foi o contexto* – ou, em outros termos, houve uma convergência de determinadas alterações contextuais significativas, que redundaram em uma conjuntura na qual foram acionadas discursivamente *as mudanças climáticas globais* (variável 11), estas enquanto motivo alegado pelo governador para suspender a mina. Entretanto, a novidade que parece ter mudado o caso, redimensionado a discussão e feito com que a mina ficasse em suspenso foram, principalmente, *os interesses político-eleitorais* (variável 12), notadamente os de Leite em sua pré-campanha à Presidência da República.

Embora o debate público da Mina Guaíba tenha influenciado na condução pública do tema, cumpre observarmos que a não continuidade do empreendimento deu-se a partir de questões posteriores ao fluxo mais intenso de embates públicos. Cabe, assim, o questionamento: qual foi o impacto do debate público da mina sobre o impedimento de sua concretização? Parece-nos que a busca por uma resposta a essa pergunta passa, primeiramente, por observarmos o fato de que fatores climáticos e político-eleitorais já habitavam o caso antes da suspensão da mina, tendo sido atualizados com o passar do tempo: novos e rumorosos alertas sobre a emergência climática surgiram e Eduardo Leite consolidou sua pré-campanha presidencial, sem nos esquecermos de que, em paralelo a isso, as contestações judiciais ao empreendimento (lideradas por mobilizações sociais) avolumaram-se e obtiveram resultados exitosos.

Refletir sobre a potência do debate leva-nos à percepção de que, embora ele já estivesse firmado e tensionado, foi redimensionado pela atualização de questões anteriormente presentes. Esse redimensionamento diz, com efeito, de uma mudança no potencial de repercussão, de visibilidade e de mobilização do debate. Outrora circunscrito a uma região específica do Rio Grande do Sul, o caso foi tratado em nível nacional (por meio da entrevista de Eduardo Leite ao *podcast* Flow), e, ainda que, em certo sentido, as discussões prévias a respeito da mina tenham sido, ao fim, neutralizadas por uma decisão individual de Leite, torna-se possível afirmar que, *à medida que o contexto variou (por meio do atravessamento de variáveis discursivo-contextuais), o debate afetou a suspensão da mina por duas vias: pela da visibilidade – por elevar à discussão pública argumentos que embasaram uma série de desdobramentos, inclusive judiciais, os quais retardaram o andamento do caso e dificultaram a liberação da mina – e pela da potência – posto que, se Leite houvesse, eventualmente, declarado apoio ao empreendimento enquanto pré-candidato à Presidência, o debate da Mina Guaíba poderia ter extrapolado o âmbito do Rio Grande do Sul, vindo a pautar discursivamente outros sujeitos/organizações (por exemplo, a imprensa, os aliados e adversários político-eleitorais de Leite, a comunidade científica, a própria ONU), em discussões nacionais e internacionais.*

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese tratou, fundamentalmente, de articulações entre contexto e discurso no debate público da Mina Guaíba, buscando *explicitar que variáveis discursivo-contextuais constituíram esse debate e como tais variáveis foram nele acionadas e geraram a suspensão do referido empreendimento*. A fim de atingirmos esse *objetivo geral*, trilhamos um percurso de gradual adensamento teórico-analítico. Após uma fundamentação teórica acerca de debate público e de discurso, e em linha com a concepção tridimensional de discurso sistematizada por Fairclough (2012; 2016), o processo de compreensão/explicação de nosso objeto de estudo iniciou-se na/pela dimensão do discurso como texto, perspectiva que nos permitiu, a partir de cotejos e análises estatístico-textuais de conteúdos jornalísticos, validar duas audiências públicas (a do MPE/RS e a da AL/RS) enquanto *corpus* de análise e mapear os nove principais núcleos temáticos do debate.

Tal mapeamento temático viabilizou nossa incursão rumo à segunda camada discursiva proposta pelo autor britânico, a do discurso como prática discursiva – na qual, ao mirarmos os sujeitos envolvidos na produção de discurso, atendemos ao *primeiro objetivo específico* desta pesquisa, o de *identificar os principais públicos e argumentos envolvidos no debate da Mina Guaíba*. Ao longo do período mais intenso desse debate – entre fevereiro de 2019 e março de 2020 –, embates argumentativos estabeleceram-se em torno do tema e presentificaram-se em audiências públicas, mobilizando uma série de sujeitos. Identificamos os seguintes públicos principais: pelo lado contrário ao empreendimento, a) *integrantes da comunidade científica*, b) *agentes políticos estaduais e federais*, c) *representantes de comunidades indígenas e de agricultores* e d) *um grupo com interesses mais difusos, composto por defensores de causas específicas e por cidadãos em geral interessados no caso*; e, no polo favorável, a) *representantes da instância empreendedora*, b) *agentes políticos estaduais* e c) *moradores da Região Carbonífera*. Houve, ainda, sujeitos que exerceram papel de moderação e mediação – notadamente, os organizadores das audiências públicas e os representantes da instância licenciadora.

Ainda que, no decorrer do debate, tenha havido um processo dinâmico e constante de articulação argumentativa (por meio de complementos, referências,

respostas etc.), tornou-se possível observarmos que, no tocante ao acionamento e à disputa de *argumentos*, os públicos identificados pareceram conformar três frentes principais de embate: uma composta por cientistas, ambientalistas, empreendedores e engenheiros; outra, protagonizada pela população diretamente afetada tanto pelo projeto da mina como por empreendimentos carboníferos já existentes; e, por fim, uma terceira, entre agentes políticos estaduais e federais. Cada uma dessas frentes atualizou-se em torno de parâmetros argumentativos que predominaram em sua participação no debate.

No caso da primeira frente, os contrários ao projeto acionaram, em linhas gerais, os argumentos a seguir: *imprecisões e omissões do EIA/RIMA; riscos socioambientais em geral* (relacionados, principalmente, à poluição ambiental, à saúde e ao território regional, com destaque, nesse último ponto, para a tentativa de incluir na discussão os riscos da mina a Porto Alegre); *o risco específico relativo à emergência climática global; o histórico de degradação socioambiental e de irregularidades do setor de mineração* (inclusive com apontamentos sobre a Região Carbonífera do estado); *a demanda por mais debates* (via, por exemplo, a realização de nova(s) audiência(s) pública(s) na capital gaúcha) *e por mais análises* (científicas e licenciatórias); e *a defesa prioritária da vida e da sustentabilidade*. Ainda no âmbito da primeira frente, os argumentos do lado favorável, por sua vez, podem ser sintetizados nesses tópicos: *a projeção científica de riscos e de como reduzi-los, com apoio da tecnologia* (inclusive no que se refere a mitigar a emissão de gases de efeito estufa); *a importância/necessidade de reassentamento de agricultores; a geração de empregos e de tributos* (com o *case* alegadamente positivo da Região Carbonífera do estado); *o cumprimento de todas as exigências legais; a tradição da mineração carbonífera; e a segurança energética* (na perspectiva do carvão como fonte considerada segura).

Na segunda frente de embate, a da população da Região Carbonífera, foram mobilizados argumentos que, de um lado, diziam da *consideração nula/insuficiente do empreendimento para com populações indígenas* e de *ameaças que a mina representava para áreas de agricultura* (com destaque para o risco da perda de trabalho para habitantes dessas terras); e, de outro, exaltavam *benefícios sentidos em municípios carboníferos*, notadamente os empregos. A terceira frente, a dos agentes políticos estaduais e federais, por seu turno, pareceu colher subsídios das demais e mesclá-los no interior de suas próprias argumentações, pendendo ora para temas caros à primeira

frente, como a poluição decorrente da exploração de carvão ou o seu potencial de geração de divisas tributárias, ora para assuntos típicos da segunda, como a defesa de populações afetadas (como indígenas e agricultores) ou a busca por justificar a legitimidade, a independência e a capacidade técnica do órgão licenciador. De modo geral, importa pontuarmos, ainda, que, embora houvesse marcas argumentativas características no interior das frentes de embate, não desconsideramos, por certo, o fato de que, em diversos momentos, frentes/públicos diferentes tenham acionado argumentos iguais ou semelhantes.

A identificação de diferentes frentes de embate no âmbito dos públicos parece evidenciar distintas priorizações no tocante ao que é publicamente disputado como foco de interesse público. Ainda que cada um dos polos do debate conserve uma mínima coesão em termos de posicionamento – afinal, em linhas gerais, o lado favorável defende o empreendimento, e o contrário o refuta –, cada polo subdivide-se em grupos variados, os quais, sob o debate público da mina, reivindicam espaço e protagonismo públicos a interesses que, em uma primeira instância, partem de motivações próprias, particulares. Desse modo, os tensionamentos em torno da polissemia do interesse público podem tanto amalgamar quanto fragmentar públicos, independentemente do nível de legitimidade e/ou de razoabilidade das argumentações publicizadas – embora caiba atentarmos para o fato de que sempre pode haver certa camuflagem de interesses privados apresentados como interesses públicos.

O mapeamento de públicos e argumentos permitiu-nos explorar a terceira das dimensões da ACD, a do discurso como prática social. Desta feita, enfocando o debate da Mina Guaíba em perspectiva contextual, aproximamo-nos do *segundo objetivo específico* da tese: *evidenciar quais variáveis discursivo-contextuais da mineração articularam-se com públicos e argumentos no debate em questão e como deu-se essa articulação*. Antes de entrarmos no mérito das variáveis em si, cumpre reiterarmos três pontos. O primeiro é que elas materializam uma construção analítica iniciada pela identificação de núcleos temáticos, que possibilitou o mapeamento de públicos, o qual, por sua vez, oportunizou o levantamento de argumentos. A partir desses argumentos, empreendemos uma busca bibliográfica, a fim de rastreamos as variáveis discursivo-contextuais que os atravessavam. O segundo aspecto a ser observado diz respeito à nomenclatura adotada: ao buscarmos elementos contextuais do setor de mineração,

assumimos que tais elementos, por não serem estanques, podem variar ao sabor de circunstâncias diversas (temporais, sociais, econômicas, territoriais etc.). Ainda que o debate da Mina Guaiúba tenha sido constituído por contextos que articulam (e articulam-se em) outros conflitos minerários, os modos pelos quais se deu essa articulação manifestaram-se de forma particular nesse caso concreto – e, assim, ajudaram a constituir suas peculiaridades. Trabalhamos com componentes contextuais que variavam e que, ao fazê-lo, carregavam potência de contribuir para a conformação de produções discursivas no âmbito do supracitado debate – referimo-nos, pois, a variáveis discursivo-contextuais. O terceiro ponto a ressaltarmos relaciona-se com o papel central de operacionalização analítica desempenhado pelas variáveis discursivo-contextuais no âmbito desta tese, à medida que tais variáveis propiciaram a evidenciação de ascendências vinculadas ao macroambiente da mineração e do seu impacto sobre as disputas havidas no debate público da Mina Guaiúba sob as perspectivas histórica, social, política, ambiental e econômica, entre outras.

Tomando os argumentos do debate como ponto de partida, e por meio da fundamentação teórica acionada, identificamos *doze variáveis discursivo-contextuais*. “*O embate entre as racionalidades econômica, ancorada no paradigma (neo)extrativista/(neco)capitalista, e ambiental, voltada à preservação sustentável*” (variável 1) parece ter atravessado decisivamente o debate, à medida que se faz constituinte de nossas vivências em sociedade. Nesse sentido, a maior parte dos argumentos acionados pelos públicos colocavam em oposição, mais do que posições pessoais, visões de mundo coletivas, assentadas em um longo histórico de exploração social, destruição ambiental e apropriação territorial e na tentativa de naturalizar esse histórico, de um lado; e na preservação da natureza em defesa de uma vida comunitária local e global mais sustentável, de outro.

Vinculada à variável 1, a temática que envolve “*o território na perspectiva do conflito*” (variável 2) diz de processos historicamente consolidados por meio dos quais determinados segmentos da sociedade sentem-se legitimados a questionar o direito à terra de certas populações, como os indígenas e os sem-terra – e o caso da Mina Guaiúba não fugiu a essa tradição, fertilizada em conflitos como os de mineração. Defendidas pelo polo favorável como necessárias ao empreendimento (e à consecução dos benefícios que o mesmo acarretaria), as afetações a essas populações foram contra-

atacadas mediante alegações de que as comunidades indígenas teriam sido desconsideradas no âmbito das análises de impacto e de que a ocupação laboral e a subsistência dos agricultores assentados, ameaçadas pela iminência da mina, estariam sendo menos valorizadas do que alegados benefícios do projeto minerário.

“*A geração de relativos benefícios*” (variável 3) – no que toca à capacidade de a mineração gerar empregos diretos e indiretos e promover retorno tributário ao poder público –, verificada em outros casos (como na própria Região Carbonífera do Rio Grande do Sul) e projetada para a Mina Guaíba, é trazida para o debate pelo lado favorável ao projeto, atribuindo-lhe, inclusive, a ventura de contribuir para a erradicação de complexos problemas sociais, como a fome e a miséria. As argumentações a respeito dos relativos benefícios giraram em torno do questionamento sobre se tais benefícios compensariam os riscos socioambientais, pergunta para a qual cada um dos lados apresentou respostas distintas, ambas, em certa medida, amparadas em estudos prévios.

Tais estudos guardam relação direta com “*os riscos socioambientais em geral*” (variável 4). Considerando que o risco é fator inerente às atividades de mineração, ambos os polos do debate muniram-se de dados a respeito de diversos riscos típicos da indústria carbonífera – como os relacionados à poluição ambiental e aos danos à saúde. Embora nem todos os sujeitos que se manifestaram a respeito desses riscos tenham assentado seus argumentos em evidências cientificamente comprovadas (ou, ao menos, apresentadas como se assim fossem), a perspectiva científica exerceu notável influência sobre o debate, relacionando-se a um processo que denominamos como “*a construção discursiva da ciência e dos que buscam deslegitimá-la*” (variável 5). Pelo lado favorável, a instância empreendedora acionou discursivamente nas discussões o EIA/Rima (elaborado porquanto exigência legal), como comprovação técnica acerca da sua capacidade tanto de prever e mitigar riscos socioambientais – via, especialmente, recursos tecnológicos – como, até, de promover benefícios (haja vista, por exemplo, a geração de empregos e tributos projetada pelo estudo). No polo contrário, representantes de universidades e de movimentos ambientalistas também se mobilizaram sob a égide da ciência, produzindo o dossiê “Painel de Especialistas”, uma resposta técnica a um documento também técnico (o EIA/Rima), e embasando parte de suas falas naquele dossiê, o qual contestou informações prestadas pela Copelmi, acrescentou riscos não apresentados nos estudos da empresa e buscou, assim, suscitar reflexões acerca de qual

seria o custo socioambiental do empreendimento. No caso da Mina Guaíba, apesar de ter havido uma constante guerra de dados (e embora parte deles, especialmente os do lado favorável, tenha sofrido contestações em relação à sua metodologia), não verificamos tentativas de deslegitimação da ciência – movimento que, embora vigore consistentemente em discussões outras, não se mostrou conveniente para a defesa desse empreendimento, em cujo debate o negacionismo científico não parece ter encontrado campo fértil para prosperar.

O acionamento discursivo da ciência dialogou com “*a tradição, a segurança e o baixo impacto climático atribuídos ao carvão mineral*” (variável 6), que dizem respeito a argumentos costumeiramente empregados por partidários da indústria carbonífera. Tais argumentos foram, também, mobilizados em sentido científico – a tradição foi acionada como evidência obtida via reiterada experimentação; a segurança, enquanto alternativa energética perante o escasseamento de recursos hídricos e a inconstância das energias solar e eólica; e o baixo impacto, por meio de dados que se referiam à baixa presença do carvão nas matrizes nacional e gaúcha de energia. Em contraposição, os contrários à mina agregaram argumentos que buscaram apontar um histórico tradicional de danos ambientais e à saúde, a importância da diversificação da matriz energética e a necessidade de eliminação dos combustíveis fósseis.

“*Os posicionamentos de matriz política*” (variável 7), por sua vez, materializaram-se de modo mais cristalino na participação de agentes políticos estaduais e federais no debate, os quais, como mencionado anteriormente, somaram-se às discussões aderindo a pautas já colocadas por outros sujeitos. Assim, a partir de seus posicionamentos políticos prévios, fortaleceram um ou outro polo. A respeito da temática política, faz-se importante estabelecer, aqui, uma distinção. Conforme visto, o período de debates mais acentuados a respeito da Mina Guaíba desenrolou-se no ano de 2019 e no primeiro trimestre de 2020. Levando em consideração esse fato e o de que as eleições seguintes seriam em âmbito municipal e estavam programadas apenas para o último trimestre de 2020, as posições assumidas por tais agentes estaduais e federais pareceram mais motivadas por embates típicos da arena política (no caso, entre parlamentares governistas e outros, mais alinhados à esquerda do espectro político) e menos por interesses primordialmente eleitorais – diferentemente do episódio da suspensão do empreendimento, que se deu no interior de uma pré-campanha à Presidência da

República e com a aparente intenção, por parte de Eduardo Leite, de valer-se do fato para influenciar, em algum nível, os rumos dessa campanha. Por essa razão, e considerando a relevância da eleição presidencial para o desfecho desse caso, optamos por desmembrar as variáveis diretamente relacionadas à política em duas: a 7, presente neste parágrafo, e a 12, retomada mais adiante, esta relacionada a atravessamentos especificamente eleitorais.

A respeito do tema “*a perspectiva da transição justa*” (variável 8), observamos que articula elementos de outras variáveis, na medida em que os defensores do projeto se associaram à ideia de risco (aceitando, ao menos em público, o consenso científico acerca do aquecimento global), acionaram a tecnologia como alternativa para que essa transição se desenvolvesse reduzindo danos (em termos de emissão de gases de efeito estufa) e defenderam os interesses de quem, atualmente, auferem benefícios por meio da indústria carbonífera. Trata-se de variável amplamente disseminada no âmbito do mercado de combustíveis fósseis, que a utiliza como escudo para críticas e como bandeira para se manter vivo e para se posicionar, inclusive, como defensor do meio ambiente. Como parte/exemplo desse movimento, podemos mencionar que, no fim de 2023, a principal entidade nacional da indústria de carvão mineral alterou o seu nome, deixando de ser Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM) e passando a denominar-se Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS)²⁶⁷.

“*Os ritos burocrático-institucionais*” (variável 9) atravessaram o comportamento de públicos tanto de um polo como de outro – enquanto favoráveis apegavam-se ao argumento de que estavam cumprindo todos os regramentos exigidos, contrários demandavam um aprofundamento de tais ritos (ao requererem, por exemplo, novos procedimentos de natureza licenciatória, como a realização de uma ou mais audiências públicas oficiais em Porto Alegre). Tal exigência tornou-se uma das principais pautas do CCM/RS, entidade que liderou as mobilizações presentes entre as “*as contestações da sociedade civil organizada*” (variável 10), a qual, em âmbito global, promove uma série de movimentos que, como no caso da Mina Guaíba, lutam pelos direitos de populações afetadas por empreendimentos de mineração.

²⁶⁷ Disponível em: <<https://www.tribunadopampa.com.br/segundo-fernando-zancan-associacao-do-carvao-mudou-de-nome-para-ir-mais-rapido-e-mais-longe/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

A pauta sobre “*as mudanças climáticas globais*” (variável 11) – com participação consistente ao longo desse debate específico e, de certo modo, na agenda global de debates socioambientais – fez-se presente, de maneira relevante (embora não determinante), no anúncio da suspensão da mina, constituído decisivamente pelo tópico “*os interesses político-eleitorais*” (variável 12). Cabe, aqui, investirmos em mais algumas reflexões a respeito desse anúncio e de sua relação com as variáveis 11 e 12, mediante a articulação dessa discussão com o *terceiro objetivo específico* da tese, qual seja, o de *explicar as articulações entre mudanças sociais e mudanças discursivas no âmbito do episódio da suspensão da Mina Guaíba*.

O conjunto de variáveis discursivo-contextuais identificadas mostra-se útil para refletirmos sobre ascendências havidas no caso da Mina Guaíba e, também, acerca de mudanças que marcaram o percurso histórico desse caso. Fairclough (2012; 2016) postula que as mudanças sociais e as mudanças discursivas desenvolvem-se em paralelo, afetando-se mutuamente. Se pensarmos no episódio da suspensão da mina, é possível constatar que houve, aí, os dois tipos de transformações. Ao anunciar a referida suspensão, o governo do estado (via declaração pública do governador Eduardo Leite) declarou-se contrário ao projeto pela primeira vez, depois de ter flertado tanto com o apoio como com a neutralidade: *eis uma mudança discursiva, que decorreu de mudanças na sociedade – notadamente, o contexto político-eleitoral*, em cujo âmbito Leite parece ter considerado os obstáculos jurídicos e institucionais enfrentados pelo empreendimento, este contestado judicialmente pela ausência do componente indígena nos estudos de impacto ambiental – *e que se refletiu em alterações de caráter social*, posto que a mina foi suspensa e parte da sociedade gaúcha, outrora mobilizada em torno do debate sobre o empreendimento, retirou-o de seu radar ou, ao menos, de suas prioridades.

A conclusão do caso, materializada pelo anúncio da suspensão do empreendimento, conduz-nos a refletir acerca da atuação do Estado sob duas perspectivas (compreendido o Estado, aqui, em sentidos estrito e amplo, isto é, como unidade federativa e como poder público). A primeira delas diz do papel normativo do Estado, no sentido de que, ao suspender a mina, exerceu, reafirmou e publicizou o seu poder regulador (à medida que lhe competia autorizar ou não o projeto). A segunda perspectiva, por sua vez, é de fundo estratégico, pois que relacionada a movimentos que

visavam atender a interesses latentes (em termos econômicos, de visibilidade etc.) do próprio governador – os quais, contudo, ele dizia defender em nome do Estado, no contexto de suas pretensões político-eleitorais.

Conforme visto a partir do levantamento de dados empíricos e reflexões teóricas a respeito de outros casos da mineração, parte significativa dos temas tratados no debate público da Mina Guaíba pareceu ressoar argumentos anteriormente existentes. A suspensão do empreendimento foi desencadeada por mudanças contextuais, em cujo âmbito se deu certa disputa de “autoria”. Por um lado, no que se refere ao discurso político de Eduardo Leite, a referida suspensão foi justificada mediante a alegação de que contribuiria para o agravamento da emergência climática global. Integrante do PSDB, de matriz neoliberal, o governador pareceu ter aderido à pauta ambiental/climática movido, principalmente, por interesses político-eleitorais, buscando destacar-se em meio a uma polarização de pré-candidatos com altos índices de rejeição e aplicando uma “canetada verbal” que, além de demonstrar interferência de componentes político-eleitorais sobre decisões de Estado, buscou obter repercussão e visibilidade positivas e evitar futuros ataques, que se dariam na arena da comunicação política. Ao aliar-se a uma causa pública para obter benefícios privados, Leite posicionou-se como alguém que defende o fim de uma guerra apenas para poder comercializar bandeiras brancas.

Parece profícuo observarmos que, embora o debate público sobre a Mina Guaíba houvesse iniciado em 2019, o governador tenha publicizado tão-somente dois anos depois, em meio a uma corrida pré-eleitoral, o seu posicionamento crítico em relação ao empreendimento. Apesar de reiterados alertas acerca da emergência climática – atestados cientificamente e reverberados em nível global desde, pelo menos, o início do presente século, com agravamento da situação do clima e adensamento das discussões sobre o tema nos anos mais recentes –, Eduardo Leite, posto que vinculado a interesses de ocasião, parece ter apoiado de maneira tardia argumentos que já se faziam presentes no debate, os quais apontavam para o anacronismo da mineração de carvão – contributória, via emissão de gases de efeito estufa, para os riscos à manutenção da vida

no planeta, em um cenário em que pontos de não retorno²⁶⁸ se mostram cada vez mais próximos.

De outra parte, em paralelo à pré-campanha de Leite, o empreendimento percorria, em duas esferas, ritos legalmente estabelecidos, visto que a Copelmi, responsável pela mina, atuava tanto junto ao órgão licenciador para complementar os estudos exigidos como também em âmbito judicial, a fim de responder à acusação de não ter considerado o componente indígena em suas análises prévias de impacto ambiental. Tais passos se faziam necessários para que ocorresse a liberação da mina e, se fossem atendidos, poderiam ter viabilizado essa autorização, haja vista que, mediante o pleno atendimento dos critérios legais, ainda é legalmente permitido minerar carvão no Rio Grande do Sul. Desse modo, importa pontuarmos que tratamos o estágio presente da Mina Guaíba como “suspensa” (em vez de “anulada”, “cancelada” ou outro termo tão ou mais peremptório) por entendermos que, ao menos sob o ponto de vista da legislação, ainda há flanco para o mesmo empreendimento (ou outro, de porte e objeto semelhantes) vir a ser novamente proposto – se isso viesse a ocorrer, é razoável supormos que surgiriam dificuldades relevantes, a começar pelo atual posicionamento do próprio governador Eduardo Leite, que se anunciou alinhado ao combate às mudanças climáticas e ao enfrentamento aos combustíveis fósseis.

A lacuna dos estudos da Copelmi em relação a comunidades indígenas poderia ter sido considerada pela Justiça e pela Fepam como apenas mais uma demanda necessária no caminho da autorização do empreendimento – e, se assim fosse, tais instâncias, em vez de suspenderem a mina, poderiam, por exemplo, ter ampliado o prazo para o empreendedor sanar essa inconsistência. Entretanto, ao longo do debate da Mina Guaíba, públicos contrários à mina acionaram a referida lacuna como argumento em suas falas públicas e em suas mobilizações em âmbito judicial e licenciatório, contribuindo, assim, para alimentar as decisões que, nesses dois níveis, determinaram a suspensão do empreendimento. Diante disso, em certa medida faz sentido os públicos contrários ao projeto – que têm o CCM/RS como um de seus representantes mais

²⁶⁸ No que toca às mudanças climáticas, os pontos de não retorno (ou “tipping points”, na expressão em inglês) dizem respeito a estágios críticos desencadeados pelo aquecimento global antropogênico e que, uma vez atingidos no sistema terrestre, significam transformações socioambientais de caráter irreversível, como a perda de determinados ecossistemas. Disponível em: <<https://global-tipping-points.org/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

emblemáticos – defenderem que a suspensão da mina tenha sido motivada por suas lutas e pelo seu ativo envolvimento nesse debate público.

A pressão social contribuiu para que não se efetivasse um cenário, anteriormente citado, em que a tramitação da mina pudesse ter redundado na superação da questão indígena e na liberação do empreendimento. Se considerarmos um debate público como instância que articula e materializa a comunicação pública (Weber, 2017), viabilizando a apresentação de argumentações e agregando racionalidade às discussões publicamente estabelecidas (Esteves, 2011), resta evidente a contribuição social do debate público da Mina Guaíba. Tal contribuição materializou-se à medida que o desenvolvimento do debate: a) oportunizou o agendamento e o tratamento públicos de caso tão relevante, potencializando a visibilidade do tema; b) pautou publicamente inconsistências do projeto; e c) dificultou, a partir das argumentações trazidas e dos processos de fiscalização pública engendrados, que as instâncias responsáveis pudessem tomar decisões céleres e/ou inconsistentes.

Houve, no âmbito do debate, dilemas de difícil resolução, posto que vinculados a uma conjuntura mais ampla. A baixa participação social que se faz recorrente no tratamento de questões de interesse público, apontada por Weber (2017), ajuda a conformar debates dos quais tendem a tomar parte, predominantemente, sujeitos já previamente alinhados contrária ou favoravelmente ao tema em disputa. Esse confronto entre interesses tão demarcados e frontalmente opostos impossibilita um intercâmbio mais potente de ideias, redundando em embates com pouco diálogo efetivo/construtivo e nos quais muitos falam e poucos ouvem. Além disso, a pandemia de Covid-19 atuou, ainda, como fator limitador do potencial de reverberação do debate da Mina Guaíba (e, por certo, também de outros temas e debates).

Tanto o argumento sobre as populações indígenas, mobilizado por públicos contrários à mina, como o das mudanças climáticas, acionado por Eduardo Leite ao anunciar a suspensão do empreendimento, atingiram relevante visibilidade, principalmente no estado. Diante disso, suspensa a mina, houve diminuição na ocorrência de manifestações públicas sobre o projeto – tanto contrárias, posto que houvera a referida suspensão, como favoráveis, uma vez que não se mostrava conveniente aos empreendedores e a seus apoiadores adentrarem esse espaço discursivo

em um novo e adensado enfrentamento, vindo a optar por outras articulações. Do mesmo modo, reduziram-se possíveis ataques, especialmente de ordem ambiental, a um governador que, à época, visava disputar (e, no limite, vencer) as eleições presidenciais. Tal contexto permitiu a esse agente político apresentar-se publicamente como alinhado tanto à valorização da ciência e do meio ambiente (em contraposição à postura do então presidente, Jair Bolsonaro, em termos de negacionismo e de críticas a políticas restritivas da exploração ambiental) como a uma tendência global de preocupação com as mudanças climáticas, mostrando-se atento aos principais problemas do mundo e preparado para dialogar internacionalmente – predicados que, no âmbito das relações internacionais do mundo democrático contemporâneo, são esperados de um presidente da República e não se faziam adequadamente atendidos pelo mandatário da época.

Nesse sentido, os dois argumentos anteriormente citados – o dos povos indígenas e o das mudanças climáticas –, parecem ter sido acionados de modo estratégico, pois que respondiam a demandas sociais e tinham potência de gerar identificação e boa vontade por parte considerável do público, enquanto argumentos legítimos em perspectiva dos direitos humanos e da sustentabilidade. Ao mesmo tempo, nublaram o fato de que *o fator-chave que desencadeou a decisão de suspender a mina (tomada pelo governador e acatada pelo órgão ambiental) foi orientada pela corrida pré-eleitoral de Eduardo Leite*, uma variável discursivo-contextual que, ao variar/atualizar-se, engendrou mudanças discursivas e sociais. Tal corrida trata-se de elemento que, mesmo externo ao período mais intenso de discussões públicas sobre o projeto, considerou e acionou aspectos do debate público da Mina Guaíba e gerou a suspensão do empreendimento – e do próprio debate.

Ao fim da tese, acreditamos que o desvelamento, realizado na presente pesquisa, de elementos conformadores e de processualidades do debate público da Mina Guaíba contribuiu para ampliar a compreensão comunicacional do caso. Nesse sentido, investigar a presença/articulação de públicos, argumentos e variáveis discursivo-contextuais que constituíram essa trama discursiva mostrou-se caminho profícuo para refletirmos sobre atravessamentos, potencialidades e limitações do debate em questão. Importa assinalarmos, ainda, que, por meio dos esforços aqui empreendidos, entendemos ter colaborado para a construção de conhecimento acerca de temáticas como debate público e discurso.

Além disso, avaliamos que as variáveis discurso-contextuais identificadas, ainda que mapeadas a partir de uma investigação sobre um caso específico, representam potente contribuição para futuras pesquisas que pretendam debruçar-se sobre o estudo de discursos da/na mineração. Tais variáveis, à medida que sejam apropriadas e, quando necessário, adaptadas ao exame de configurações contextuais diversas, tendem a oferecer subsídios para se pensar acerca de implicações discursivas que o contexto da mineração pode gerar sobre diferentes materialidades comunicacionais relacionadas ao setor, como posicionamentos organizacionais, coberturas jornalísticas e outros debates públicos.

8. REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALVES, M. S.; CARNEIRO, K.; SOUZA, T. R.; TROCATE, C.; ZONTA, M. (Orgs.). *Mineração: realidades e resistências*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- AL/RS. *Audiência pública sobre os impactos do projeto Mina Guaíba*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ju46Dt4Q0Ak&t=10973s&ab_channel=EdegarPreto>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora Huciteq, 1998.
- ARÁOZ, H. M. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- AUTY, R. M. *Sustaining development in the mineral economies: the resource curse thesis*. Londres: Routledge, 1993.
- BACCHETTA, V. L. *Aratirí y otras aventuras: las soberanías cuestionadas*. Montevideu: Doble Clic Editoras, 2015.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BALDISSERA, R. *Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, 2004.
- BANERJEE, S. B. *Necrocapitalism*. Londres: University of London City, 2008.
- BAPTISTA, M. I. B. D. G. Quando a abundância se torna uma armadilha: a maldição dos recursos minerais em Minas Gerais. *Cedeplar*. Diamantina, 2019. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_439.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BLUMER, H. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*. V. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CAPRA, F. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CARVALHO, D. E. O caso Samarco no Jornal Nacional: narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2018.
- CARVALHO, L. Megamineração e (sub)desenvolvimento no RS. *Jornal da Universidade*, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/megamineracao-e-subdesenvolvimento-no-rs/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- CIDSE (Org.). *América Latina: riqueza privada, pobreza pública*. Quito: CIDSE Alianza de organizaciones católicas para el desarrollo, 2009.
- COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL (CCM/RS). *Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba*. Porto Alegre, 2019.
- COPELMI. *Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)*. 2018.
- DAVIS, R.; FRANKS, D. *Costs of company-community in the extractive sector*. Cambridge: John F. Kennedy School of Government/Harvard University, 2014.
- DEWEY, J. *The public and its problems: an essay in political inquiry*. Philadelphia: Penn State Press, 2012.
- DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolheram o fracasso ou o sucesso*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- DIEESE. *Os trabalhadores em extração e beneficiamento de carvão mineral em Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2022/estPesq101Carvao.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- ENRÍQUEZ, M. A.; FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J. A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A.; ALAMINO, R. C. J. (Orgs.). *Recursos minerais & sustentabilidade territorial*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.
- EPSTEIN, I. Ciência e Anticiência (apontamentos para um verbete). *Comunicação & Sociedade*, n. 29, p. 11-13, 1998.

- ESTEVEES, J. P. *Sociologia da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*. V. 25, n. 2, p. 307-329. 2012.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- FARIAS, L. A. *Opiniões voláteis: opinião pública e construção de sentido*. São Bernardo do Campo: Metodista, 2019.
- FERREIRA, P. F. C. A Terceira Via à moda da casa: a cobertura do Drops/Estadão nas Eleições de 2022. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). *Universidade Estadual de Ponta Grossa*, 2023.
- FLOW PODCAST. *Entrevista de Eduardo Leite*. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L13St1KHBA0&t=9756s&pp=ygUSZmxvdyBIZGF1cmRvIGxlaXRl>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade – 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- GIDDENS, A. (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- GIRARDI, G. Tempo quente (podcast). *Rádio Novelo*, 2022. Disponível em: <<https://radionovelo.com.br/originais/tempoquente/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- GIRARDI, I.; RIEGER, I. O jornalismo precisa falar no racismo ambiental. *Observatório da Imprensa*, 2024. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/autor/isabelle-rieger-e-ilza-m-tourinho-girardi/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMIDE, C. S. et. al. *Dicionário crítico da mineração*. Marabá: iGuana, 2018.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extrativismo. In: SCHULDT, J. et. al. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP/Claes, 2009.

- GUDYNAS, E. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016.
- GUIMARÃES, E. N. M. B.; PEREIRA, D. C. (Orgs.). *Mineração e sociedade: abordagens multidisciplinares sobre desafios e urgências à luz da tragédia da Bacia do Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2016.
- GZH. *Minas do Camaquã: as ruínas de um sonho*. 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/02/minas-do-camaqua-as-ruinas-de-um-sonho-ck6v5li7t0kup01qdsd6mkx9f.html>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.
- HABERMAS, J. *Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia*. São Paulo: Unesp, 2020.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- HAUBRICH, A. O debate público sobre a Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil: embates discursivos na disputa entre trabalho e capital. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2020.
- HENRIQUES, M. S. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública: formas de conhecimento, ação e organização. In: SCROFERNEKER, C. M. A.; AMORIM, L. R. (Orgs.). *(Re)leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- HENRIQUES, M. S.; OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F. P. Um modelo analítico das práticas discursivas no contexto das organizações: proposta metodológica em construção. In: *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Porto Alegre, 2019.
- HENRIQUES, M. S. Considerações acerca da formação dos discursos globais contra a mineração: explorações sobre a dimensão da prática social. In: *Anais do XXXI Encontro Anual da Compós*. Imperatriz, 2022.
- HENRIQUES, M. S. Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais. In: SILVA, D; SAMPAIO, A. O.; SARAIVA, L. S. (Orgs.). *Comunicação, Emergências Remotas e Organizações*. São Luís/São Paulo: EDUFMA/Abrapcorp, 2023 (no prelo).
- IPEA. *Uma investigação sobre a minero-dependência em Brumadinho-MG: as metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local*. 2020. Disponível em <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10292>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- JOB, J. M. A importância da geologia para a compreensão sistêmica do impacto ambiental decorrente da mineração de carvão: estudo de caso no EIA/Rima do projeto Mina Guaíba (RS), Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2022.

KAUFMANN, C. Comunicação organizacional e sustentabilidade: cartografia dos sentidos de sustentabilidade instituídos pelo discurso organizacional. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2016.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LECOURT, A. Les conflits d'aménagement: analyse théorique et pratique à partir d'ucas Breton. Tese (Doutorado em Geografia). *Université Rennes 2* (França), 2003.

LEFF, E. *Saber ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, F.; MOURÃO, I.; VOUGUINHA, M.; MACHADO M. Apostas metodológicas para apreensão de rastros discursivos da mineração. In: *Anais do XLII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belém, 2019.

LOCATELLI, C. A. Comunicação e barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2011.

LOCATELLI, C. *Comunicação e barragens: o poder da comunicação e da mídia na implantação de hidrelétricas*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MACHADO, M. P. Interações comunicacionais em Itabira em função da expectativa de dois acontecimentos: a exaustão das minas de minério de ferro e o rompimento de barragens de rejeitos. Tese (Doutorado em Comunicação Social). *Universidade Federal de Minas Gerais*, 2023.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. Questões teóricas para análise discursiva na comunicação: cenografia e ethos (entrevista com Dominique Maingueneau). *Organicom*. Ano 18, n. 36, mai./ago. 2021.

MALERBA, J. (Org.). *Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral*. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MANDELLI, B. As doenças dos mineiros de carvão do sul do Brasil em meados do século XX. *Mundos do Trabalho*. V. 12, p. 1-23. 2020a.

MANDELLI, B. *Das minas de carvão para a Justiça: as lutas dos mineiros acidentados de Criciúma/SC*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020b.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

MAYHEW, L. *The new public: professional communication and the means of social influence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. N. 32, p. 122-151. 2006.

- MEDEIROS, C. R. O. Inimigos públicos: crimes corporativos e necrocorporações. Tese (Doutorado em Administração). *Fundação Getúlio Vargas*, 2013.
- MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. N. 16, jan./jun. 2017.
- MOTTA, F. M. Constrangimentos ao debate público sobre mineração em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciência Política). *Universidade Federal de Minas Gerais*, 2021.
- MPE/RS. *Audiência pública sobre o projeto Mina Guaíba | 20/08*. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tLAIo_LHSks&t=5264s>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- NAVARRO, A. M. De líneas rectas y renglones torcidos: el reconocimiento de la neumoconiosis de los mineros del carbón en España (1930-1944). In: GALLO, O.; CASTAÑO, E. (Orgs.). *La salud laboral en el siglo XX y el XXI – De la negación al derecho a la salud y la enfermedad*. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2016.
- NOELLE-NEUMANN, E. *A espiral do silêncio: opinião pública – nosso tecido social*. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2019.
- NUNES, J. E. *Minas do Leão: das entranhas da terra*. Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2019.
- OCMAL. *Cuando tiemblan los derechos: extractivismo y criminalización en América Latina*. Quito: Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL), 2011.
- OLIVEIRA, C. R. *Quem é quem nas discussões do Novo Código da Mineração*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2013.
- OLIVEIRA, C. R. *Quem é quem nas discussões do Novo Código da Mineração – 2014*. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2014.
- OLIVEIRA, M. C. A noção de diálogo materializada nos relatórios GRI. Dissertação (Mestrado em Comunicação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- PUTNAM, L. L. Images of the communication: discourse relationship. *Discourse & Communication*. V. 2, n. 3, p. 339-345, 2008.
- QUEIROZ, L. V. *Eleições presidenciais 2022: terceira via ou terceira colocação? O Estado de S. Paulo*, 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/legislativo/eleicoes-presidenciais-2022-terceira-via-ou-terceira-colocacao/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- QUÉRÉ, L. Le public comme forme et comme modalité d’expérience. In: CEFAL, D.; PASQUIER, D. (Orgs.). *Le sens du public; publics poliiques, publics mediatiques*. Paris: Press Universitaire de France, 2003.

RIBEIRO, R. F. Dos “tempos áureos” ao “a ferro e fogo” de hoje: impactos sociais da mineração no Brasil. In: GUIMARÃES, E. N. M. B.; PEREIRA, D. C. (Orgs.). *Mineração e sociedade: abordagens multidisciplinares sobre desafios e urgências à luz da tragédia da Bacia do Rio Doce*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2016.

ROSS, M. L. What have we learned about the resource curse? *Annual Reviews*. V. 18, p. 239-259, 2015.

SALVIATI, M. E. *Manual do aplicativo Iramuteq*. Planaltina, 2017. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, M. Uma ordem espacial: a economia política do território. *GeoInova*, Lisboa, N. 3, p. 33-48. 2001.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SARTOR, B. A. A noção de interesse público no jornalismo. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2016.

SERRA, C. *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre socioambiental do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2018.

SILVA, C. G. *De sol a sol: energia no século XXI*. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

SILVA, D. R. Relações públicas, ciência e opinião: lógicas de influência na produção de (in)certezas. Tese (Doutorado em Comunicação Social). *Universidade Federal de Minas Gerais*, 2017.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. A. *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

TARDE, Gabriel. *La opinión y la multitud*. Madrid: Taurus, 1986.

TEIXEIRA, D. V. Comunicação organizacional e (in)sustentabilidade: discurso, estratégia e efeitos de sentidos em anúncios impressos. Tese (Doutorado em Comunicação). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2017.

TOMAZ, P. L. Análise de posicionamentos públicos sobre a licença social para operar da Mina Guaíba. Dissertação (Mestrado em Administração). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2022.

TROCATE, C.; COELHO, T. *Quando vier o silêncio*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

VATTATHARA, S. D. Mina Guaíba: um projeto anacrônico. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2023.

ZH. *Nosso Brumadinho* (artigo de Flávio Tavares). P. 26. Publicado em: 23 fev. 2019.

ZHOURI, A. (Org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana, 2018.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. Introdução. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016.

ZOLA, E. *Germinal*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Orgs.). *Comunicação pública e política*. Florianópolis: Insular, 2017.

Apêndice A – Conteúdos analisados de GZH e Sul 21

Abaixo, a listagem de conteúdos analisados de GZH e Sul 21, contendo, para cada um, data, título, tipo (se matéria ou artigo) e link²⁶⁹.

GZH

23/02/2019: Mina de carvão a céu aberto em Guaíba precisa ser impedida (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/02/mina-de-carvao-a-ceu-aberto-em-guaiba-precisa-ser-impedida-cjsklinzi00uf01p8tx5tn0ph.html>

09/03/2019: Às portas de um Brumadinho gaúcho, o perigo junto ao Rio Jacuí (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/03/as-portas-de-um-brumadinho-gaucha-o-perigo-junto-ao-rio-jacui-cjt0fusgs01m201ujnqx1hkbf.html>

16/03/2019: Crimes também se constroem aos poucos, à nossa vista, com aparência de desenvolvimento (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/03/crimes-tambem-se-constroem-aos-poucos-a-nossa-vista-com-aparencia-de-desenvolvimento-cjtajaob9029l01k0ct1yg4q9.html>

23/03/2019: Crime de Brumadinho precisa servir de alerta para mina junto ao Jacuí (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/03/crime-de-brumadinho-precisa-servir-de-alerta-para-mina-junto-ao-jacui-cjtke0wa605u701uj26xz15uw.html>

²⁶⁹ Todos os links foram acessados em 28 de fevereiro de 2024.

27/03/2019: Mina Guaíba, sem previsão de barragem como a de Brumadinho (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/mina-guaiba-sem-previsao-de-barragem-como-a-de-brumadinho-cjtrum1q7010701llanp7m51n.html>

27/03/2019: Ambientalistas e empresa discordam sobre riscos para instalação da maior mina de carvão do Brasil no RS (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/ambientalistas-e-empresa-discordam-sobre-riscos-para-instalacao-da-maior-mina-de-carvao-do-brasil-no-rs-cjtrt9hla00xs01pnfy8rhzpu.html>

1º/04/2019: Deputados e vereadores pedem audiência pública em Porto Alegre sobre mina de carvão (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/04/deputados-e-vereadores-pedem-audiencia-publica-em-porto-alegre-sobre-mina-de-carvao-cjtyry5p102b201pn0zshd2sd.html>

26/04/2019: Jair Soares expõe a Eduardo Leite preocupação com mina de carvão a céu aberto (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2019/04/jair-soares-expoe-a-eduardo-leite-preocupacao-com-mina-de-carvao-a-ceu-aberto-cjuyrqgxc01me01roodlpmei2.html>

29/04/2019: MPE e MPF recomendam que Fepam realize nova audiência pública sobre mina de carvão (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/04/mpe-e-mpf-recomendam-que-fepam-realize-nova-audiencia-publica-sobre-mina-de-carvao-cjubpdrdd00z401o174idb1hw.html>

30/04/2019: Fepam vai realizar nova audiência pública sobre projeto da maior mina de carvão do país (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/04/fepam-vai-realizar-nova-audiencia-publica-sobre-projeto-da-maior-mina-de-carvao-do-pais-cjv2rov6p025v01p7kfno60h4.html>

11/05/2019: As sociedades que não anteviram o amanhã desapareceram, todas elas (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/05/as-sociedades-que-nao-anteviram-o-amanha-desapareceram-todas-elas-cjvim2sl8037501maxgqba97m.html>

14/05/2019: Seminário discute futuro do carvão mineral no Rio Grande do Sul (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/seminario-discute-futuro-do-carvao-mineral-no-rio-grande-do-sul-cjvoatdlt045101pei qzmuauf.html>

14/05/2019: Degradação das águas com mina de carvão será lenta, mas real (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/04/degradacao-das-aguas-com-mina-de-carvao-sera-lenta-mas-real-cju4b0ekd019401mwb2yafnyd.html>

24/05/2019: A mineração no RS (artigo de Carlos Etchichury)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/carlos-etchichury/noticia/2019/05/a-mineracao-no-rs-cjw2sb08h00cp01mlfmcgzvr0.html>

24/05/2019: Avanço de projetos de mineração reaviva debate ambiental no RS (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/05/avanco-de-projetos-de-mineracao-reaviva-debate-ambiental-no-rs-cjvy9pnhm06kd01pewggmzpp5.html>

1º/06/2019: Para completar os absurdos, só falta substituir a luz elétrica pelo lampião (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/06/para-completar-os-absurdos-so-falta-substituir-a-luz-eletrica-pelo-lampiao-cjwgc5n8u01rd01oignbq7qgx.html>

05/06/2019: Comitativa de deputados visita mina de carvão para avaliar projeto de mineração na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/comitativa-de-deputados-visita-mina-de-carvao-para-avaliar-projeto-de-mineracao-na-regiao-metropolitana-cjwjn87si037g01oierf0vwqv.html>

26/06/2019: Audiência pública debate instalação de mina de carvão na Região Metropolitana nesta quinta-feira (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/audiencia-publica-debate-instalacao-de-mina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-nesta-quinta-feira-cjxdoja90018c01pkfjm37kms.html>

28/06/2019: Audiência pública expõe visões distintas sobre mina de carvão na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/audiencia-publica-expoe-visoes-distintas-sobre-mina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-cjxfdvnu01qu01pkcg03hz2x.html>

29/06/2019: Onde se esconde o nosso maior tesouro (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/06/onde-se-esconde-o-nosso-maior-tesouro-cjxglqqot03x501o9b1mw12oc.html>

05/07/2019: Mina Guaíba, um passo para trás (artigo de Cristina Bonorino)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/cristina-bonorino/noticia/2019/07/mina-guaiba-um-passo-para-tras-cjxq7saar002901oc5euaw2r3.html>

02/08/2019: Plano de polo carboquímico amplia polêmica sobre mina no RS (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/plano-de-polo-carboquimico-amplia-polemica-sobre-mina-no-rs-cjyungk6601cq01mshclxz6gl.html>

02/08/2019: Aumenta a preocupação de ambientalistas sobre projeto de mina de carvão no RS (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/aumenta-a-preocupacao-de-ambientalistas-sobre-projeto-de-mina-de-carvao-no-rs-cjyusmd8t01fe01mscskhx5.html>

17/08/2019: A destruição uniu a ciência, a ONU e o Papa (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/08/a-destruicao-uniu-a-ciencia-a-onu-e-o-papa-cjzedwfs2037i01pangvisjn9.html>

20/08/2019: Centenas debatem instalação da maior mina de carvão do Brasil na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/centenas-debatem-instalacao-da-maior-mina-de-carvao-do-brasil-na-regiao-metropolitana-cjzkgld2n04i601qmxah4rdy.html>

24/08/2019: O futuro será cinzento com o Jacuí degradado (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/08/o-futuro-sera-cinzento-com-o-jacui-degradado-cjzoedtta05mr01qmfmmuefyj.html>

29/09/2019: Mudanças climáticas são tema de ato na Redenção (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2019/09/mudancas-climaticas-sao-tema-de-ato-na-redencao-ck15fxawz019j01r2blj4qob4.html>

30/09/2019: Audiência pública sobre projeto da Mina Guaíba lota auditório da Assembleia Legislativa (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/10/audiencia-publica-sobre-projeto-da-mina-guaiba-lota-auditorio-da-assembleia-legislativa-ck172pqn101pu01r27bjt42fb.html>

07/10/2019: Deputada busca apoio para protocolar plebiscito sobre Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2019/10/deputada-busca-apoio-para-protocolar-plebiscito-sobre-mina-guaiba-ck1gspfoy03sa01r2gkcwuyro.html>

23/11/2019: O direito à paz depende do Legislativo (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2019/11/o-direito-a-paz-depende-do-legislativo-ck3afnh7a02ma01mq0zbyjpj1.html>

17/12/2019: MPF dá parecer favorável à suspensão imediata de licenciamento da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/12/mpf-da-parecer-favoravel-a-suspensao-imediata-de-licenciamento-da-mina-guaiba-ck4acm8n302ng01qh7nwtcmpe.html>

04/01/2020: Não há futuro sem passado (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2020/01/nao-ha-futuro-sem-passado-ck4zargmj01ht01ocratddfe3.html>

17/01/2020: A mina e os gaúchos (artigo de Carlos Etchichury)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/carlos-etchichury/noticia/2020/01/a-mina-e-os-gauchos-ck5iy506y00zd01plfcuqa9ra.html>

17/01/2020: Questão ambiental acerca da instalação da Mina Guaíba divide opiniões (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/questao-ambiental-acerca-da-instalacao-da-mina-guaiba-divide-opinioes-ck5ik5f1700u901ockcg49jew.html>

17/01/2020: Mercado de gás desafia viabilidade econômica do projeto Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/mercado-de-gas-desafia-viabilidade-economica-do-projeto-mina-guaiba-ck5ik0b6f00uv01plfuob5cm.html>

17/01/2020: Em documento, Dmae cogita desistir de projeto de captação de água no Jacuí em razão da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/em-documento-dmae-cogita-desistir-de-projeto-de-captacao-de-agua-no-jacui-em-razao-da-mina-guaiba-ck5ikbpdn00uf01ocs8aqt14z.html>

17/01/2020: Potencial cliente se afasta do projeto que prevê construção de polo carboquímico na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/potencial-cliente-se-afasta-do-projeto-que-preve-construcao-de-polo-carboquimico-na-regiao-metropolitana-ck5ik3kwe00uz01plze1zsmkh.html>

17/01/2020: Estudos apontam elevadas emissões de CO₂ e alto consumo de energia e água em complexos de produção de gás (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/estudos-apontam-elevadas-emissoes-de-co2-e-alto-consumo-de-energia-e-agua-em-complexos-de-producao-de-gas-ck5ik70fv00ub01ocatae8u6g.html>

17/01/2020: Nos EUA, carboquímica apresenta sequência de prejuízos milionários (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/nos-eua-carboquimica-apresenta-sequencia-de-prejuizos-milionarios-ck5ik17sr00uw01plkayrs465.html>

17/01/2020: China busca alternativas após perdas bilionárias e denúncias de danos ambientais (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/china-busca-alternativas-apos-perdas-bilionarias-e-denuncias-de-danos-ambientais-ck5ik27ed00u601oc8gndc0vy.html>

1º/02/2020: O vírus letal (artigo de Flávio Tavares)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/flavio-tavares/noticia/2020/02/o-virus-letal-ck62o3yog0fc401qd1iirdqmw.html>

03/02/2020: Minerar carvão é coisa do passado (artigo de Lara Lutzenberger)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opinioao/noticia/2020/02/lara-lutzenberger-minerar-carvao-e-coisa-do-passado-ck65ew62k0diw01mvrjhc47jm.html>

05/02/2020: Primeiras atividades com autolicenciamento ambiental no RS devem sair até a metade do ano, projeta secretário (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/02/primeiras-atividades-com-autolicenciamento-ambiental-no-rs-devem-sair-ate-a-metade-do-ano-projeta-secretario-ck69a9re50gfk01qdm3orc7in.html>

13/02/2020: Evento na Capital debaterá projeto da Mina Guaíba e seus impactos ambientais (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2020/02/evento-na-capital-debatera-projeto-da-mina-guaiba-e-seus-impactos-ambientais-ck6kxmlxr0ivi01qdf63ve33u.html>

23/02/2020: Justiça Federal suspende licenciamento ambiental da obra da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/justica-federal-suspende-licenciamento-ambiental-da-obra-da-mina-guaiba-ck6wsrm8z0l9p01qdx15q9m11.html>

23/02/2020: Após suspensão do licenciamento da Mina Guaíba por questão indígena, associação aguarda resultado de ação movida por pescadores (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/apos-suspensao-do-licenciamento-da-mina-guaiba-por-questao-indigena-associacao-aguarda-resultado-de-acao-movida-por-pescadores-ck6xvts8f0lbw01qdb3p9hsvp.html>

25/02/2020: Empresa deve esclarecer mais de 120 pontos sobre projeto da Mina Guaíba à Fepam (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/empresa-deve-esclarecer-mais-de-120-pontos-sobre-projeto-da-mina-guaiba-a-fepam-ck72a8xnt0m2i01qdxjnz0omo.html>

26/02/2020: Prefeitos da Região Carbonífera pedem definição rápida sobre licenciamento da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/02/prefeitos-da-regiao-carbonifera-pedem-definicao-rapida-sobre-licenciamento-da-mina-guaiba-ck73sqji10meb01qd3lmf15gd.html>

02/03/2020: Eventos colocam projeto da Mina Guaíba em debate na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/03/eventos-colocam-projeto-da-mina-guaiba-em-debate-na-regiao-metropolitana-ck7atymah00kp01oactqrhlc4.html>

07/03/2020: Pesquisadores debatem possíveis efeitos da Mina Guaíba na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2020/03/pesquisadores-debatem-possiveis-efeitos-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-ck7hqnb302ax01pq3xaywqlo.html>

02/09/2020: Os motivos pelos quais o licenciamento da Mina Guaíba está suspenso por tempo indeterminado (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/os-motivos-pelos-quais-o-licenciamento-da-mina-guaiba-esta-suspenso-por-tempo-indeterminado-ckeltjla80053014ycesc5fjt.html>

29/09/2020: É isso mesmo? GDI checa o que Montserrat Martins disse no debate da Rádio Gaúcha (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/09/e-isso-mesmo-gdi-checa-o-que-montserrat-martins-disse-no-debate-da-radio-gaucha-ckfo5aekt001w012t3tunfufr.html>

06/11/2020: Montserrat Martins quer multiplicar unidades de triagem de lixo e fazer concursos na área da saúde (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/montserrat-martins-quer-multiplicar-unidades-de-triagem-de-lixo-e-fazer-concursos-na-area-da-saude-ckh6aw8k000390170p62n0yer.html>

15/11/2020: Candidato à prefeitura pelo PV, Montserrat Martins vota no Bom Fim (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/candidato-a-prefeitura-pelo-pv-montserrat-martins-vota-no-bom-fim-ckhjafj8i0016016g107autv5.html>

18/11/2020: Debate na Gaúcha: como foi o primeiro encontro entre Melo e Manuela no segundo turno (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/debate-na-gaucha-como-foi-o-primeiro-encontro-entre-melo-e-manuela-no-segundo-turno-ckhnb4rlf000c016guarhtmwd.html>

19/11/2020: Montserrat Martins declara apoio a Manuela D'Ávila para disputa de segundo turno em Porto Alegre (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/11/montserrat-martins-declara-apoio-a-manuela-davila-para-disputa-de-segundo-turno-em-porto-alegre-ckhp0kc3f003q017pva9la6db.html>

29/12/2020: As polêmicas que envolvem o projeto da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/01/as-polemicas-que-envolvem-o-projeto-da-mina-guaiba-ck5ijzarq00uu01pldyiot38a.html>

23/06/2021: Conselho de caciques deverá ser consultado sobre projeto da Mina Guaíba, que segue suspenso (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/06/conselho-de-caciques-devera-ser-consultado-sobre-projeto-da-mina-guaiba-que-segue-suspenso-ckq8ig2wr0011018mz2jsiobg.html>

29/09/2021: Governo do RS retira apoio a projeto polêmico da Mina Guaíba, que está suspenso (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/governo-do-rs-retira-apoio-a-projeto-polemico-da-mina-guaiba-que-esta-suspenso-cku4hiqyv002e019mits1pyjb.html>

09/02/2022: Justiça Federal anula licenciamento ambiental da obra da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/02/justica-federal-anula-licenciamento-ambiental-da-obra-da-mina-guaiba-ckzfywbgl007c0188mr5cugcg.html>

16/02/2022: Onda de mineração perde força no RS, e projetos que somam 971 milhões de reais são suspensos ou cancelados (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/02/onda-de-mineracao-perde-forca-no-rs-e-projetos-que-somam-r-971-milhoes-sao-suspensos-ou-cancelados-ckzoiw71b003q0188j10i967b.html>

16/03/2022: Fepam arquiva projeto de licenciamento da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/03/fepam-arquiva-projeto-de-licenciamento-da-mina-guaiba-cl0svx45s008v0165z5jcwht.html>

Sul 21

14/03/2019: Justiça Federal suspende audiência pública sobre mineração em Charqueadas (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/03/justica-federal-suspende-audiencia-publica-sobre-mineracao-em-charqueadas/>

27/03/2019: Que o mina Guaíba não repita Brumadinho (artigo de Jacques Távora Alfonsin)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/03/que-o-mina-guaiba-nao-repita-brumadinho-por-jacques-tavora-alfonsin/>

29/03/2019: Mina de carvão, perigo à vista (artigo de Luciana Genro)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/03/mina-de-carvao-perigo-a-vista-por-luciana-genro/>

18/04/2019: Modelo de megamineração ameaça diversidade ambiental, social e econômica do RS, alerta biólogo (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/04/https-www-sul21-com-br-ultimas-noticias-geral-2019-04-modelo-de-mega-mineracao-ameaca-diversidade-ambiental-social-e-economica-do-rs-alerta-biologo/>

19/04/2019: Projetos de mineração ameaçam território de pelo menos 88 assentamentos de Reforma Agrária no RS (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/04/projetos-de-mineracao-ameacam-territorio-de-pelo-menos-88-assentamentos-de-reforma-agraria-no-rs/>

09/05/2019: Consema se nega a pautar projeto Mina Guaíba (artigo de Paulo Brack e Eduardo Quadros)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/05/consema-se-nega-a-pautar-projeto-mina-guaiba-por-paulo-brack-e-eduardo-quadros/>

14/05/2019: Manifestantes protestam contra mina de carvão na Região Metropolitana de Porto Alegre (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/05/manifestantes-protestam-contramina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>

23/05/2019: Mina de carvão a 16 km de Porto Alegre: debate opõe promessas de progresso e alertas sobre impactos (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/05/mina-de-carvao-a-16-km-de-porto-alegre-debate-opoe-promessas-de-progresso-e-alertas-sobre-impactos/>

28/05/2019: Conferência Estadual de Saúde aprova moções de repúdio à mina de carvão na Região Metropolitana (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/05/conferencia-estadual-de-saude-aprova-mocao-de-repudio-a-mina-de-carvao-na-regiao-metropolitana/>

05/06/2019: Poluição do ar no RS: uma densa nuvem a ser dispersa (artigo de Eduardo Raguse Quadros)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/06/poluicao-do-ar-no-rs-uma-densa-nuvem-a-ser-dispersa-por-eduardo-raguse-quadros/>

06/06/2019: As vozes de quem não quer trocar seu território e modo de vida por uma mina de carvão (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/as-vozes-dos-que-nao-querem-trocar-seu-territorio-e-modo-de-vida-por-uma-mina-de-carvao/>

12/06/2019: Sociedade civil lança comitê contra a megamineração no Rio Grande do Sul (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/06/sociedade-civil-lanca-comite-contra-a-megaminerao-no-rio-grande-do-sul/>

19/06/2019: Comitê de Combate à Megamineração no RS é lançado com o apoio de mais de 50 entidades (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/06/comite-de-combate-a-megaminerao-no-rs-e-lancado-com-o-apoio-de-mais-de-50-entidades/>

27/06/2019: Audiência pública em Eldorado do Sul debaterá licenciamento de lavra de carvão (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/audiencia-publica-em-eldorado-do-sul-debatera-licenciamento-de-lavra-de-carvao/>

29/06/2019: Com plenária lotada, audiência pública em Eldorado do Sul debateu o projeto Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/06/com-plenaria-lotada-audiencia-publica-em-eldorado-do-sul-debateu-o-projeto-mina-guaiba/>

04/07/2019: Não é riqueza, é morte: manifestantes cobram realização de audiência pública sobre Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/07/nao-e-riqueza-e-morte-manifestantes-cobram-realizacao-de-audiencia-publica-sobre-mina-guaiba/>

12/07/2019: Fepam e Copelmi são criticadas por não comparecerem em audiência sobre a Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/07/Fepam-e-copelmi-sao-criticadas-por-nao-comparecerem-em-audiencia-sobre-a-mina-guaiba/>

16/07/2019: Se a Fepam não quiser fazer, eu vou chamar uma audiência pública, diz promotora sobre Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/07/se-a-fepam-nao-quiser-fazer-eu-vou-chamar-uma-audiencia-publica-diz-promotora-sobre-mina-guaiba/>

17/07/2019: Vereadores de Eldorado do Sul apresentam moção de repúdio contra projeto de mina de carvão (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/07/vereadores-de-eldorado-do-sul-apresentam-mocao-de-repudio-contra-projeto-de-mina-de-carvao/>

19/07/2019: Movimentos sociais debaterão teias da mineração na Reunião de Antropologia do Mercosul (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/07/movimentos-sociais-debaterao-teias-da-mineracao-na-reuniao-de-antropologia-do-mercosul/>

26/07/2019: Vereador propõe moção de repúdio a projetos de megamineração de carvão (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2019/07/vereador-propoe-mocao-de-repudio-a-projetos-de-megamineracao-de-carvao/>

29/07/2019: O Incra RS vai mudar de nome? (artigo de Jacques Távora Alfonsin)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2019/07/o-incra-rs-vai-mudar-de-nome-por-jacques-tavora-alfonsin/>

30/07/2019: MPs Estadual e Federal realizarão audiência pública em Porto Alegre sobre projeto Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2019/07/mps-estadual-e-federal-realizarao-audiencia-publica-em-porto-alegre-sobre-projeto-mina-guaiba/>

31/07/2019: MPs Estadual e Federal realizarão audiência pública em Porto Alegre sobre projeto Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/07/impactos-da-mineracao-em-debate-na-ufrgs-a-agua-e-a-primeira-coisa-que-comeca-a-faltar/>

07/08/2019: Conversas Cidadãs debate impactos da mineração (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/08/conversas-cidadas-debate-impactos-da-mineracao-a-gente-nao-sabe-quando-a-nossa-chernobyl-vai-ser-admitida/>

14/08/2019: A sedução narrativa do carvão (artigo de Marcelo Sgarbossa)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/08/a-seducacao-narrativa-do-carvao-por-marcelo-sgarbossa/>

14/08/2019: Não ao licenciamento da Mina Guaíba (artigo de Jairo Menegaz)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/08/nao-ao-licenciamento-da-mina-guaiba-por-jairo-menegaz/>

17/08/2019: Mina Guaíba: responsabilidades éticas de um megaprojeto (artigo de Jacques Távora Alfonsin)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/08/mina-guaiba-responsabilidades-eticas-de-um-megaprojeto-por-jacques-tavora-alfonsin/>

20/08/2019: A mudança no licenciamento ambiental ignora a legalidade e o cenário crítico do RS (artigo de Paulo Brack)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/08/a-mudanca-no-licenciamento-ambiental-ignora-a-legalidade-e-o-cenario-critico-do-rs-por-paulo-brack/>

20/08/2019: “Tu só consegues prevenir danos ambientais quando a população está devidamente informada” (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/08/tu-so-consegues-prevenir-danos-ambientais-quando-a-populacao-esta-devidamente-informada/>

21/08/2019: Mina Guaíba: concentração de poluentes na atmosfera ultrapassaria em até 241 por cento o permitido por lei (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/08/mina-guaiba-concentracao-de-poluente-na-atmosfera-ultrapassaria-em-ate-241-o-permitido-por-lei/>

02/09/2019: 25º Grito dos Excluídos ocorrerá no berço da primeira grande ocupação urbana no RS (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2019/09/25-grito-dos-excluidos-ocorrera-no-berco-da-primeira-grande-ocupacao-urbana-no-rs/>

16/09/2019: A forma que vivemos permite ou não a existência de outras formas de vida?, questiona pesquisadora (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/entrevistas/2019/09/a-forma-que-vivemos-permite-ou-nao-a-existencia-de-outras-formas-de-vida-questiona-pesquisadora/>

23/09/2019: Nota sobre os ataques às aldeias Guarani (artigo do Comitê de Combate à Megamineração no RS)

Link: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/09/nota-sobre-os-ataques-as-aldeias-guarani-por-comite-de-combate-a-megamineracao-no-rs/>

1º/10/2019: Mina Guaíba: MPE vê déficit democrático, análises insuficientes e pede suspensão de licenciamentos (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/10/mina-guaiba-mp-ve-deficit-democratico-analises-insuficientes-e-pede-suspensao-de-licenciamentos/>

03/10/2019: Fala do Comitê na audiência pública do dia 30 de setembro (artigo do Comitê de Combate à Megamineração no RS)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2019/10/fala-do-comite-na-audiencia-publica-do-dia-30-de-setembro-por-comite-de-combate-a-megamineraacao-no-rs/>

06/11/2019: Aula pública e ato no Incra marcam mobilização em defesa de territórios quilombolas (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/11/aula-publica-e-ato-no-incra-marcam-mobilizacao-em-defesa-de-territorios-quilombolas/>

17/11/2019: Mina Guaíba e o futuro da saúde de 4 milhões de pessoas em risco (artigo de Eduardo Luís Ruppenthal)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2019/11/mina-guaiba-e-o-futuro-da-saude-de-4-milhoes-de-pessoas-em-risco-por-eduardo-luis-ruppenthal/>

09/12/2019: Painel de Especialistas apresentará dossiê indicando falhas no projeto Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/12/painel-de-especialistas-apresentara-dossie-indicando-falhas-no-projeto-mina-guaiba/>

13/12/2019: Código Ambiental: Governo Leite reafirmou para quem está a serviço (artigo do Movimento dos Atingidos por Barragens)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2019/12/codigo-ambiental-governo-leite-reafirmou-para-quem-esta-a-servico-por-movimento-dos-atingidos-por-barragens/>

19/12/2019: MPF pede suspensão do licenciamento da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/12/mpf-pede-suspensao-do-licenciamento-da-mina-guaiba/>

03/01/2020: A pirralha e o fóssil do ano (artigo de Marcelo Sgarbossa)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2020/01/a-pirralha-e-o-fossil-do-ano-por-marcelo-sgarbossa/>

09/01/2020: Movimentos de moradia protocolam representação no MP contra o novo Código Ambiental do RS (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2020/01/movimentos-de-moradia-protocolam-representacao-no-mp-contra-o-novo-codigo-ambiental-do-rs/>

29/01/2020: Marchezan inimigo do povo! Necessidade de unidade e programa para a esquerda em 2020 (artigo do Coletivo Alicerce e de Karen Santos)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2020/01/marchezan-inimigo-do-povo-necessidade-de-unidade-e-programa-para-a-esquerda-em-2020-por-coletivo-alicerce-e-karen-santos/>

18/02/2020: Megamineração ameaça o Rio Grande do Sul (artigo de Marcos Todt)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2020/02/megamineracao-ameaca-o-rio-grande-do-sul-por-marcos-todt/>

21/02/2020: Justiça manda suspender licenciamento ambiental do projeto Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/02/justica-manda-suspender-licenciamento-ambiental-do-projeto-mina-guaiba/>

28/03/2020: Mineração não parou no Estado nem mesmo em meio à pandemia, denunciam movimentos (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/03/mineracao-nao-parou-no-estado-nem-mesmo-em-meio-a-pandemia-denunciam-movimentos/>

07/04/2020: AMA Guaíba lança campanha de solidariedade a aldeias Guarani em situação de isolamento (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/coronavirus-2/2020/04/ama-lanca-campanha-de-solidariedade-a-aldeias-guarani-em-situacao-de-isolamento/>

29/08/2020: Justiça Federal mantém suspensão de licenciamento prévio da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/08/justica-federal-mantem-suspensao-de-licenciamento-previo-da-mina-guaiba/>

23/10/2020: Mina Guaíba: TRF4 nega recurso da empresa para excluir povo Guarani do processo (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/10/mina-guaiba-trf4-nega-recurso-da-empresa-para-excluir-povo-guarani-do-processo/>

29/10/2020: Como seremos lembrados? (artigo de José Alberto Wenzel)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2020/10/como-seremos-lembrados-por-jose-alberto-wenzel/>

04/11/2020: Montserrat Martins: É estranho que alguém queira ser prefeito quando não acredita em nada na área pública (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-eleicoes-2020-entrevistas-areazero/2020/11/montserrat-martins-e-estranho-que-alguem-queira-ser-prefeito-quando-nao-acredita-em-nada-na-area-publica/>

19/11/2020: PV anuncia apoio a Manuela D'Ávila no segundo turno (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-eleicoes-2020/2020/11/pv-anuncia-apoio-a-manuela-davila-no-segundo-turno/>

17/12/2020: Dia do Pampa: nada a comemorar, tudo a temer (artigo de Marcelo Soares)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2020/12/dia-do-pampa-nada-a-comemorar-tudo-a-temer-por-marcelo-soares/>

20/01/2021: Amrigs alerta que projeto da Mina Guaíba pode trazer sérios riscos à saúde da população (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/geral-1/2021/01/amrigs-alerta-que-projeto-da-mina-guaiba-pode-trazer-serios-riscos-a-saude-da-populacao-2/>

05/03/2021: Polo carboquímico: MP entra com ação contra novo Plano Diretor de Eldorado do Sul (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/geral-1/2021/03/polo-carboquimico-mp-entra-com-acao-contra-novo-plano-diretor-de-eldorado-do-sul-2/>

20/03/2021: Futuro secretário do Meio Ambiente é criticado por ambientalistas (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/geral-1/2021/03/futuro-secretario-do-meio-ambiente-e-criticado-por-ambientalistas-e-a-mesma-linha-do-ministro-ricardo-salles/>

1º/04/2021: Extrativismo e resistência no pampa gaúcho: a experiência do Comitê de Combate à megamineração no RS (artigo de Marcelo Soares)

Link: <https://sul21.com.br/geral-1/2021/04/extrativismo-e-resistencia-no-pampa-gaucho-a-experiencia-do-comite-de-combate-a-megamineracao-no-rs-por-marcelo-soares/>

1º/04/2021: Pólo Carboquímico: Justiça concede liminar e suspende lei que mudou Plano Diretor de Eldorado do Sul (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/geral-1/2021/04/polo-carboquimico-justica-concede-liminar-e-suspende-lei-que-mudou-plano-diretor-de-eldorado-do-sul/>

30/09/2021: Sobre as declarações de Eduardo Leite referentes à Mina Guaíba (artigo do Comitê de Combate à Megamineração no RS)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2021/09/sobre-as-declaracoes-de-eduardo-leite-referentes-a-mina-guaiba-por-comite-de-combate-a-megamineracao/>

30/09/2021: A Mina Guaíba e a desfaçatez do governador (artigo de Gerson Almeida)

Link: <https://sul21.com.br/opiniaio/2021/09/a-mina-guaiba-e-a-desfacatez-do-governador-por-gerson-almeida/>

08/11/2021: Discurso verde de Leite prioriza mercado e não proteção ambiental, diz Agapan (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2021/11/discurso-verde-de-leite-prioriza-mercado-e-nao-protecao-ambiental-diz-agapan/>

30/11/2021: Curso apresentará estratégias de agroecologia em território ameaçado pela mineração (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2021/11/curso-apresentara-estrategias-de-agroecologia-em-territorio-ameacado-pela-mineracao/>

09/02/2022: Justiça Federal atende pedido do povo guarani e suspende licenciamento da Mina Guaíba (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2022/02/justica-federal-atende-pedido-do-povo-guarani-e-suspende-licenciamento-da-mina-guaiba/>

17/03/2022: Não vai ter mina! (artigo do Comitê de Combate à Megamineração no RS)

Link: <https://sul21.com.br/opiniao/2022/03/nao-vai-ter-mina-por-comite-de-combate-a-megamineracao-no-rs/>

26/03/2022: Rualdo Menegat: Porto Alegre é uma cidade ambientalmente abandonada (matéria)

Link: <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2022/03/rualdo-menegat-porto-alegre-e-uma-cidade-ambientalmente-abandonada/>

Apêndice B – Oradores(as) das audiências públicas do MPE/RS e da AL/RS

Os dois quadros a seguir contêm todos(as) os(as) oradores(as) das duas audiências públicas (realizadas, respectivamente, no MPE/RS e na AL/RS), elencados(as) conforme a ordem em que fizeram sua primeira (e, na maioria dos casos, única) manifestação. Cada um dos quadros divide-se em três colunas: “Nome”, “Identificação” e “Posicionamento”.

Na primeira coluna, encontra-se o nome com o qual o(a) orador(a) identificou-se e/ou foi apresentado(a) na audiência. Quando não houve nomeação declarada no âmbito do referido evento, descobrimos e/ou complementamos o nome em questão por meio de pesquisa em registros disponíveis *online*, como reportagens, artigos e trabalhos acadêmicos. Existiram casos de pessoas cujos sobrenomes não foi possível localizar, motivo pelo qual estas estão creditadas apenas com o seu primeiro nome.

A coluna “Identificação”, por sua vez, informa o lugar de fala a partir do qual o(a) orador(a) coloca-se no evento (por meio de vínculos organizacionais e comunitários, por exemplo). Para os casos em que, na audiência, não houve identificação manifesta ou esta se deu de forma incompleta, efetuamos pesquisa semelhante à do item “Nome”.

Por fim, à coluna “Posicionamento” corresponde o fato de o(a) orador(a) manifestar-se contrária/favoravelmente ou em posição de moderação/mediação no que toca ao projeto da Mina Guaíba. Em relação a essa coluna, importa pontuarmos que: a) trata-se da posição declarada pelo(a) orador(a) durante uma das (ou em ambas as) audiências públicas analisadas, existindo, ao longo da trajetória desse debate público (antes e/ou depois do período que abrange os dois eventos), ao menos uma relevante mudança de opinião sobre o empreendimento – a dos porta-vozes do governo do estado, que migraram desde um posicionamento que oscilava entre o apoio e uma suposta neutralidade até uma postura frontalmente contrária, conforme detalhado no Capítulo 6 da tese; b) dada a polarização que se estabeleceu no decorrer de todo esse caso, faz-se possível identificar três nítidos grupos – contrários, favoráveis e moderadores-mediadores –, sem outras categorias significativas além deles; e c) foram considerados(as) “moderadores/mediadores(as)” os(as) oradores(as) que se manifestaram sob uma perspectiva de moderação e/ou mediação, adotando

distanciamento técnico e/ou burocrático (como os representantes do órgão estatal licenciador).

Aqui, o Quadro 7, referente à audiência do MPE/RS.

Quadro 7 – Oradores(as) da audiência pública do MPE/RS

Nome	Identificação	Posicionamento
Ana Maria Marchesan	Promotora de Meio Ambiente de Porto Alegre, do MPE (organizadora da audiência pública)	Moderação/mediação
Marjorie Kauffmann	Diretora-presidente da Fepam (órgão licenciador)	Mediação
Andréa Garcia	Coordenadora da equipe de análise do EIA/Rima da Mina Guaíba na Fepam	Mediação
Cristiano Weber	Gerente de sustentabilidade corporativa e porta-voz da Copelmi (empresa proponente da Mina Guaíba)	Favorável
Affonso Novello	Coordenador de estudos ambientais do EIA/Rima da Mina Guaíba (representante da consultoria Tetra Tech, contratada pela Copelmi para elaborar o documento)	Favorável
Rualdo Menegat	Professor de geociências na UFRGS e representante do CCM/RS	Contrário
Jorge Gavronski	Professor de engenharia de minas da UFRGS	Favorável
Márcia Isabel Käffer	Professora de biologia da UFRGS e da Feevale e representante do CCM/RS	Contrário
Cláudio Augustin	Presidente do Conselho Estadual de Saúde	Contrário
Luís Roberto Ponte	Presidente da Sergs	Favorável
João Carlos Lehms	Representante da ONG Instituto de Justiça Fiscal	Contrário

Alexandre Krob	Representante do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Contrário
Júlio Picon	Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos	Contrário
Daniel Almeida	Prefeito de Butiá/PT	Favorável
Luciele Souza	Representante do Greenpeace Porto Alegre e do Movimento Preserva Zona Sul	Contrário
Alex Acosta	Vice-cacique da aldeia Guajayvi	Contrário
Jozi Francisco de Marins	Mineiro aposentado e vereador de Charqueadas/Republicanos	Favorável
José Paulo de Oliveira Barros	Representante do Movimento Preserva Zona Sul	Contrário
Sirlei de Souza	Moradora de Eldorado do Sul	Contrário
Patrícia Silveira	Representante do Movimento Gaúcho de Defesa Animal	Contrário
Telmo José da Silva Camargo	Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Madeira e Lenha de Butiá	Favorável
Flávio Tavares	Jornalista	Contrário
Heverton Lacerda	Representante da Agapan e do CCM/RS	Contrário
Eduardo Quadros	Representante da ONG AMA Guaíba e do CCM/RS	Contrário
Julius César Mergulhão	Engenheiro ambiental, integrante da equipe que elaborou o EIA/Rima da Mina Guaíba	Favorável
Fernando Campos Costa	Representante da Amigos da Terra Brasil	Contrário
Ana Guimarães	Representante do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e do CCM/RS	Contrário

Flávia	Moradora de Eldorado do Sul	Contrário
Neil Robinson Bica Naiff	Morador de Eldorado do Sul	Contrário
Felisberto Seabra Luisi	Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre	Contrário
Jaime Mayer Wageck	Morador de Triunfo	Contrário
Zadelene Zaro	Militante do movimento feminista	Contrário
Onir de Araújo	Representante da Frente Quilombola RS	Contrário
Luiz Afonso Rosário	Representante da ONG 350.org	Contrário
Eleandra Raquel da Silva Koch	Representante do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (UFRGS) e do Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul	Contrário
Marcelo Ruschel Träsel	Professor de Comunicação da UFRGS	Contrário
Maximiliano José Linberger	Morador de Porto Alegre	Contrário
Betina Aleixo dos Santos	Representante da Crioula Curadoria Ambiental e da Por Que Não Mídia Interdependente	Contrário
Lisiane Becker	Representante da ONG Instituto Mira-Serra e do Sindicato dos Biólogos do Rio Grande do Sul	Contrário
John Wurdig	Ativista ambiental	Contrário
Cláudio Costa	Morador de Porto Alegre	Contrário
Fernando Luiz Mota dos Santos	Sem identificação	Favorável

José Antônio dos Santos da Silva	Morador de Eldorado do Sul	Contrário
Ana Paula Fagundes	Sem identificação	Contrário
Miguel da Rosa Baierle	Sem identificação	Contrário
Márcia Londero	Representante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas	Contrário
Taila Machado	Moradora de Butiá	Favorável
Paulo Zambrano Wageck	Morador de Porto Alegre e de Triunfo	Contrário
Francisco Milanez	Representante da Agapan	Contrário
Marcelo Sgarbossa	Vereador de Porto Alegre/PT	Contrário
Simone Azambuja	Representante da Agapan e do CCM/RS	Contrário
Artur Lemos Júnior	Secretário Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura	Mediação
Nadir Alba	Servidora pública aposentada	Contrário
Guilherme Dal Sasso	Representante do Grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (UFRGS) e do CCM/RS	Contrário
Diego Boeira	Sem identificação	Favorável
Márcia da Rocha Fernandes	Economista aposentada	Contrário
Adélis Bordin	Moradora de Eldorado do Sul	Contrário
Camila Sabadin	Coordenadora do EIA/Rima da Mina Guaíba	Favorável

Jairo Menegaz	Sem identificação	Contrário
Vitor Fernandes	Morador de Eldorado do Sul	Contrário
Roberto Pereira da Rocha	Pesquisador em economia	Favorável
Marcos Todt	Pesquisador em ciências sociais e representante da Associação dos Empregados da Caixa Econômica Federal	Contrário
Cleci da Silva Machado	Representante da Associação Famílias do Bem	Contrário
Anderson Ferraz	Representante da Associação Famílias do Bem	Contrário
Jaci Domingues Silveira	Sem identificação	Favorável
Maria de Jesus Rodrigues	Representante da Associação Famílias do Bem	Favorável
Suelen dos Santos Orestes	Moradora de Eldorado do Sul	Favorável
Marcelo Lucas da Silva	Morador de Eldorado do Sul	Contrário

Fonte: elaborado pelo autor

A seguir, o Quadro 8, sobre a audiência pública promovida pela AL/RS.

Quadro 8 – Oradores(as) da audiência pública da AL/RS

Nome	Identificação	Posicionamento
Zilá Breitenbach	Deputada estadual/PSDB (presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da	Moderação/mediação

	Assembleia Legislativa e, nessa condição, coordenadora da audiência pública)	
Edegar Pretto	Deputado estadual/PT (proponente da audiência pública)	Contrário
Pedro Nicolau Moura Sacco	Procurador da República no Rio Grande do Sul, do MPF	Mediação
Ana Maria Marchesan	Promotora de Meio Ambiente de Porto Alegre, do MPE	Mediação
Luciana Artus Schneider	Defensora Pública do Estado	Contrário
Renato Silva	Representante da Fepam	Mediação
Cristiano Weber	Gerente de sustentabilidade corporativa e porta-voz da Copelmi (empresa proponente da Mina Guaíba)	Favorável
Eduardo Quadros	Representante da ONG Ama Guaíba e do CCM/RS	Contrário
Lorena Fleury	Professora de sociologia na UFRGS e representante do CCM/RS	Contrário
Rualdo Menegat	Professor de geociências na UFRGS e representante do CCM/RS	Contrário
Luciana Genro	Deputada estadual/PSOL	Contrário
Gabriel Souza	Deputado estadual/MDB	Favorável
Fernanda Melchionna	Deputada federal/PSOL	Contrário
Sofia Cavedon	Deputada estadual/PT	Contrário
Fernando Marroni	Deputado estadual/PT	Contrário

Fábio Branco	Deputado estadual/MDB	Favorável
Mateus Wesp	Deputado estadual/PSDB	Favorável
Elvino Bohn Gass	Deputado federal/PT	Contrário
Luiz Henrique Viana	Deputado estadual/PSDB	Favorável
Marília Longo	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil	Contrário
Luís Roberto Ponte	Presidente da Sergs	Favorável
Francisco Milanez	Representante da Agapan	Contrário
Miguel Almeida	Prefeito de Minas do Leão/PP e presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera	Favorável
Silvio Jardim	Representante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas	Contrário
Claudio Acosta	Cacique da aldeia Guajayvi	Contrário
Daniel Almeida	Prefeito de Butiá/PT	Favorável
Maria do Carmo Bitencourt	Representante da Marcha Mundial das Mulheres	Contrário
Michele Ramos	Representante do Movimento dos Atingidos pela Mineração	Contrário
Antônio Filippin	Representante do grupo Urbanismo e Meio Ambiente	Contrário
Soraia Colares	Representante do CCM/RS	Contrário
Renan	Representante da ONG 350.org	Contrário

Andrade		
Andreia Takua	Coordenadora do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena	Contrário
Taila Machado	Moradora de Butiá	Favorável
Heitor Jardim	Representante da ONG Amigos da Terra	Contrário
Marcelo Paiakan	Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	Contrário
Janaína Ryberg	Sem identificação	Contrário

Fonte: elaborado pelo autor

Apêndice C – Argumentos dos públicos por núcleo temático do debate

Aqui, estão quadros que apresentam os principais argumentos que cada público acionou para cada um dos núcleos temáticos do debate (enfocados os argumentos que, nas audiências, foram mais recorrentes e/ou mais ensejaram respostas, complementos e referências). A cada argumento, estão assinalados exemplos de oradores(as) que o empregaram – contendo, entre parênteses e ao lado do nome do(a) orador(a), a indicação da audiência em que tal manifestação ocorreu (com as referências “MP”, para a do MPE/RS, e “AL”, para a da AL/RS) e do tempo em que, no vídeo da audiência em questão, o argumento foi utilizado. Além disso, na coluna dos públicos, as letras “C”, “F” e “M” indicam, respectivamente, os contrários, favoráveis e moderadores-mediadores.

Iniciamos, assim, pelo mapeamento do primeiro núcleo temático, sobre *os riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores* (Quadro 9).

Quadro 9 – Argumentos dos públicos sobre os riscos do empreendimento para comunidades indígenas e de agricultores

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	<p>Sobre indígenas: ausência do denominado “componente indígena” no EIA/Rima (Júlio Picon, MP, 2h10mi36s; Guilherme Dal Sasso, MP, 4h59min26s; Lorena Fleury, AL, 59min20s).</p> <p>Sobre agricultores: risco econômico pela não continuidade do trabalho nas lavouras de arroz orgânico (Júlio Picon, MP, 2h11min45; Betina Aleixo dos Santos, MP, 3h57min42; Lorena Fleury, AL, 1h30s).</p>
C: agentes políticos estaduais e federais	<p>Sobre indígenas: ausência do denominado “componente indígena” no EIA/Rima (Fernanda Melchionna, AL, 1h28min9s).</p> <p>Sobre agricultores: risco econômico pela não continuidade do trabalho nas lavouras de arroz orgânico (Edegar Pretto, AL, 9min20s; Luciana Genro, AL, 1h11min51s; Sofia Cavedon, AL, 1h31min21s)</p>

<p>C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores</p>	<p>Sobre indígenas: não realização, por parte da Copelmi, de contato/consulta prévios para com populações indígenas do entorno da área a ser minerada (Alex Acosta, MP, 2h41min53s; Márcia Londero, MP, 4h29min23s; Silvio Jardim, AL, 2h22min35s; Claudio Acosta, AL, 2h23min17s; Andreia Takua, AL, 2h45min27s).</p> <p>Sobre agricultores: risco econômico pela não continuidade do trabalho nas lavouras de arroz orgânico (Adélis Bordin, MP, 5h10min1s; Michele Ramos, AL, 2h34min43s); remoção de uma comunidade sustentável para dar lugar a um empreendimento poluidor (Adélis Bordin, MP, 5h11min20s; Vitor Fernandes, MP, 5h18min59s; Michele Ramos, AL, 2h34min4s).</p>
<p>C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral</p>	<p>Sobre indígenas: não realização, por parte da Copelmi, de contato/consulta prévios para com populações indígenas do entorno da área a ser minerada (Onir de Araújo, MP, 3h36min49s).</p> <p>Sobre agricultores: sem menções significativas.</p>
<p>F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias</p>	<p>Sobre indígenas: a Copelmi cumpriu a legislação e informou a Funai (Cristiano Weber, MP, 4h33min40s e AL, 41min27s; Camila Sabadin, MP, 5h13min45s).</p> <p>Sobre agricultores: para a instalação da mina, seria necessário o reassentamento de agricultores (Affonso Novello, MP, 31min44s).</p>
<p>F: agentes políticos estaduais e federais</p>	<p>Sobre indígenas: sem menções significativas.</p> <p>Sobre agricultores: sem menções significativas.</p>
<p>F: moradores da Região Carbonífera</p>	<p>Sobre indígenas: sem menções significativas.</p> <p>Sobre agricultores: sem menções significativas.</p>

M: organizadores das audiências públicas	Sobre indígenas: sem menções significativas. Sobre agricultores: sem menções significativas.
--	---

Fonte: elaborado pelo autor

A seguir, no Quadro 10, o segundo núcleo temático, acerca do *Estudo de Impacto Ambiental*, e os argumentos a seu respeito.

Quadro 10 – Argumentos dos públicos sobre o Estudo de Impacto Ambiental

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	EIA/Rima omite e distorce dados, especialmente sobre o potencial poluidor do empreendimento em relação a água, ar, solo e vegetação (Rualdo Menegat, MP, 35min5s e AL, 1h3min23s); EIA/Rima adotou metodologia inadequada para medição do risco de poluição atmosférica (Márcia Isabel Käffer, MP, 57min49s).
C: agentes políticos estaduais e federais	Sem menções significativas.
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	Sem menções significativas.
F: representantes da instância	Todos os possíveis impactos positivos e negativos foram cientificamente projetados, e os negativos, por meio de

empreendedora e do campo das engenharias	tecnologia e diálogo com a comunidade, seriam reparados/compensados (Affonso Novello, MP, 20min50s); EIA/Rima foi elaborado por uma equipe de profissionais extensa e qualificada (Cristiano Weber, MP, 2h17min18s)
F: agentes políticos estaduais e federais	Sem menções significativas.
F: moradores da Região Carbonífera	O EIA/Rima, se aprovado, legitimará o licenciamento (Daniel Almeida, MP, 2h38min07s)
M: organizadores das audiências públicas	Fepam identificou déficit de informações no EIA/Rima e exigiu complementações à Copelmi (Ana Maria Marchesan, AL, 12min40s).

Fonte: elaborado pelo autor

O Quadro 11 apresenta os principais argumentos acerca das *ações promovidas por entidades ambientalistas*.

Quadro 11 – Argumentos dos públicos sobre ações promovidas por entidades ambientalistas

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	Ações realizadas pelo CCM/RS legitimam a sua atuação (Júlio Picon, MP, 2h12min36s; Eduardo Quadros, AL, 45min13s; Lorena Fleury, AL, 54min59s); necessidade, materializada na mobilização de entidades, de que fosse realizada audiência pública oficial em Porto Alegre, devido aos riscos à cidade (José Paulo de Oliveira Barros, MP, 2h47min25s; Heverton Lacerda, MP, 3h4min54s; Eduardo Quadros, MP, 3h10min4s).
C: agentes políticos	Ações realizadas pelo CCM/RS legitimam a sua atuação

estaduais e federais	(Fernanda Melchionna, AL, 1h22min55s).
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Ações realizadas pelo CCM/RS legitimam a sua atuação (Marcelo Paiakan, AL, 2h53min55s).
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	Necessidade, materializada na mobilização de entidades, de que fosse realizada audiência pública oficial em Porto Alegre, devido aos riscos à cidade (Sirlei de Souza, MP, 2h52min22s).
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	Sem menções significativas.
F: agentes políticos estaduais e federais	Sem menções significativas.
F: moradores da Região Carbonífera	Sem menções significativas.
M: organizadores das audiências públicas	Sem menções significativas.

Fonte: elaborado pelo autor

No Quadro 12, a seguir, encontram-se argumentos acionados acerca de *etapas e exigências do processo de licenciamento ambiental da Mina Guáíba*.

Quadro 12 – Argumentos dos públicos sobre as etapas e exigências do licenciamento ambiental

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	O processo de licenciamento ambiental da Mina Guaíba deveria ocorrer paralelamente ao do polo carboquímico (Eduardo Quadros, AL, 50min58s; Francisco Milanez, AL, 2h13min39s).
C: agentes políticos estaduais e federais	Sem menções significativas.
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	Sem menções significativas.
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	O licenciamento depende de decisão técnica, e não ideológica, que compete à Fepam (Cristiano Weber, AL, 3h5min55s).
F: agentes políticos estaduais e federais	O licenciamento depende de decisão técnica, e não ideológica, que compete à Fepam (Luiz Henrique Viana, AL, 2h2min40s).

F: moradores da Região Carbonífera	Sem menções significativas.
M: organizadores das audiências públicas	Demanda social justifica a realização de novas audiências públicas (Ana Maria Marchesan, MP, 1min58s).

Fonte: elaborado pelo autor

Os argumentos sobre os *riscos ambientais* estão presentes no Quadro 13.

Quadro 13 – Argumentos dos públicos sobre os riscos ambientais

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	O empreendimento geraria drenagem ácida de mina e um domo de poeira sobre a região (Rualdo Menegat, MP, 41min11s e AL, 1h5min31s), bem como altos níveis de poluição atmosférica (Márcia Isabel Käffer, MP, 1h6min38s) e impactos à fauna e à flora de uma reserva ecológica (Alexandre Krob, MP, 2h1min3s).
C: agentes políticos estaduais e federais	Há riscos ao meio ambiente de outras cidades, como Porto Alegre (Fernanda Melchionna, AL, 1h26min4s).
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	As intervenções no solo afetariam a sua fertilidade (Patrícia Silveira, MP, 2h52min45s); a mineração de carvão é, por natureza, degradadora do meio ambiente (Marília Longo, AL, 2h4min49s); mineração de carvão vem gerando danos socioambientais em Santa Catarina (Antonio Filippin, AL,

	2h37min33s).
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	Instalada a mina, a Copelmi realizaria constante monitoramento de fontes de poluição (Cristiano Weber, MP, 2h18min9s); testes comprovaram que não seriam liberados metais pesados durante a operação da mina (Cristiano Weber, AL, 34min34s); há tecnologia capaz de mitigar a poluição da indústria carbonífera (Luís Roberto Ponte, AL, 2h10min51s).
F: agentes políticos estaduais e federais	Há tecnologia capaz de mitigar a poluição da indústria carbonífera (Gabriel Souza, AL, 1h16min44s).
F: moradores da Região Carbonífera	Sem menções significativas.
M: organizadores das audiências públicas	Sem menções significativas.

Fonte: elaborado pelo autor

Os riscos à saúde pautam os argumentos listados no Quadro 14.

Quadro 14 – Argumentos dos públicos sobre os riscos à saúde

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	A poluição decorrente da exploração de carvão é danosa à saúde (Rualdo Menegat, MP, 36min33s), afetando principalmente crianças e idosos (Márcia Isabel Käffer, MP, 1h10min41s).
C: agentes políticos estaduais e federais	Há casos de trabalhadores da Região Carbonífera adoecidos pelo contato com carvão (Sofia Cavedon, AL, 1h32min41s).

C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	A poluição decorrente da exploração de carvão é danosa à saúde (Claudio Augustin, MP, 1h12min48s).
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	Os danos à saúde alegados pelos críticos inexistem na Região Carbonífera (Cristiano Weber, MP, 2h20min28s; AL, 39min15s).
F: agentes políticos estaduais e federais	Os danos à saúde alegados pelos críticos inexistem na Região Carbonífera (Daniel Almeida, AL, 2h27min23s).
F: moradores da Região Carbonífera	Os danos à saúde alegados pelos críticos inexistem na Região Carbonífera (Taila Machado, MP, 4h35min8s).
M: organizadores das audiências públicas	Sem menções significativas.

Fonte: elaborado pelo autor

O Quadro 15 traz argumentações relativas à *proximidade da mina com a Região Metropolitana e com Porto Alegre*.

Quadro 15 – Argumentos dos públicos sobre a proximidade da mina com a Região Metropolitana e com Porto Alegre

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados	Devido à proximidade com o local da mina, Porto Alegre e o Delta do Jacuí estão na área de impacto direto (Rualdo Menegat, MP, 38min28s; Lorena Fleury, AL, 56min8s); Porto Alegre ficaria na contramão de grandes cidades do mundo, que investem em

ao ambientalismo	cinturões agroecológicos (Francisco Milanez, MP, 4h43min54s).
C: agentes políticos estaduais e federais	Devido à proximidade com o local da mina, Porto Alegre está na área de impacto direto (Elvino Bohn Gass, AL, 1h56min16s).
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	Sem menções significativas.
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	A Região Metropolitana tem histórico industrial (Jorge Gavronski, MP, 54min52s).
F: agentes políticos estaduais e federais	Sem menções significativas.
F: moradores da Região Carbonífera	Sem menções significativas.
M: organizadores das audiências públicas	Sem menções significativas.

Aqui, os argumentos a respeito das *mudanças climáticas globais* estão apresentados no Quadro 16.

Quadro 16 – Argumentos dos públicos sobre as mudanças climáticas globais

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	Mina impactaria emergência climática, por meio da queima de carvão (Rualdo Menegat, MP, 49min16s; Eduardo Quadros, AL, 50min12s).
C: agentes políticos estaduais e federais	Mina impactaria emergência climática, por meio da queima de carvão (Fernanda Melchionna, AL, 1h24min19s; Fernando Marroni, AL, 1h36min32s).
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.
C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	Instalar um empreendimento de carvão contrariaria o consenso científico sobre a contribuição da indústria carbonífera para as mudanças climáticas (Flávio Tavares, MP, 2h59min26s).
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	O uso de tecnologia amenizaria a emissão de CO ₂ (Cristiano Weber, MP, 3h52min24s e AL, 32min42s); é necessário manter fontes energéticas consideradas seguras (Cristiano Weber, MP, 2h31min22s e AL, 32min06s).
F: agentes políticos estaduais e	Sem menções significativas.

federais	
F: moradores da Região Carbonífera	Sem menções significativas.
M: organizadores das audiências públicas	Sem menções significativas.

Fonte: elaborado pelo autor

Por fim, mostramos, no Quadro 17, os argumentos sobre os *benefícios econômicos* atribuídos ao empreendimento.

Quadro 17 – Argumentos dos públicos sobre benefícios econômicos

Públicos	Argumentos
C: integrantes da comunidade científica e ativistas ligados ao ambientalismo	Os impostos não surtem efeito na Região Carbonífera, que possui índices socioeconômicos inferiores à média do estado (Eleandra Raquel da Silva Koch, MP, 3h44min15s); a agricultura existente na área a ser minerada também gera empregos, que seriam perdidos em razão da mina (Betina Aleixo dos Santos, MP, 3h58min37s; Lorena Fleury, AL, 1h29s; Francisco Milanez, AL, 2h15min13s); a mineração tem histórico de sonegação e renúncias fiscais (Eduardo Raguse Quadros, AL, 49min32s).
C: agentes políticos estaduais e federais	A preservação da vida e do meio ambiente é mais importante do que os empregos (Fernando Marroni, AL, 1h38min41s).
C: representantes de comunidades indígenas e de agricultores	Sem menções significativas.

C: defensores de causas específicas e cidadãos em geral	A mineração tem histórico de sonegação e renúncias fiscais (João Carlos Lehmens, MP, 1h36min12s); a preservação da vida e do meio ambiente é mais importante do que os empregos (Flávio Tavares, MP, 3h3s).
F: representantes da instância empreendedora e do campo das engenharias	A Mina Guaíba vai gerar empregos (Cristiano Weber, MP, 16min29s; AL, 25min56s); a mina vai arrecadar tributos para o erário público (Cristiano Weber, MP, 16min43s); o setor de mineração gera empregos (Jorge Gavronski, MP, 52min34s; Daniel Almeida, AL, 2h28min58s); a falta de empregos causa fome e miséria (Luís Roberto Ponte, MP, 1h25min8s); a Região Carbonífera teria índices socioeconômicos piores se não houvesse a contribuição da mineração (Cristiano Weber, MP, 3h53min50s).
F: agentes políticos estaduais e federais	Sem menções significativas.
F: moradores da Região Carbonífera	A falta de empregos causa fome e miséria (Jozi Francisco de Marins, MP, 2h44min33s).
M: organizadores das audiências públicas	Sem menções significativas.

Fonte: elaborado pelo autor